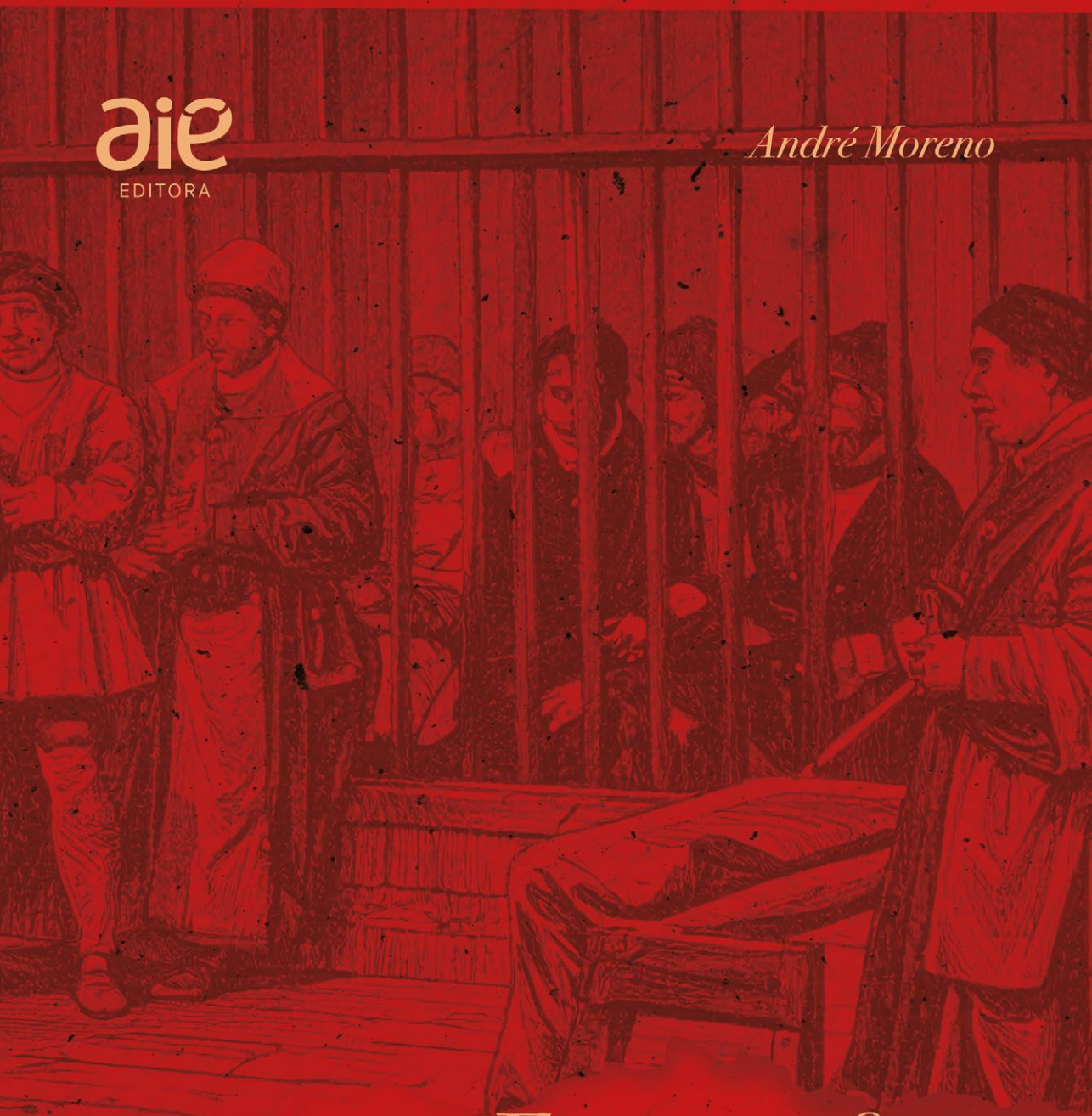
aie
EDITORA

André Moreno



Fotografias da Escrita Sediciosa no Brasil Colonial

Fotografias da Escrita Sediciosa no Brasil Colonial

André Moreno

Fotografias da Escrita Sediciosa no Brasil Colonial

EDITORA

Salvador-BA
2025

Copyright © André Luiz Alves Moreno

Projeto gráfico, capa e editoração
Fábio Ramon Rego da Silva

Revisão e normalização
André Moreno

Coordenação editorial
José Amarante Santos Sobrinho

Conselho editorial
Ana Thereza Basilio Vieira — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Alcione Albertim — Universidade Federal da Paraíba
Braulino Pereira de Santana — Universidade do Estado da Bahia
Luciene Lages Silva — Universidade Federal de Sergipe
Luiz Rosalvo Costa — Universidade Federal de Sergipe

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moreno, André
Fotografias da escrita sediciosa no Brasil colonial [livro eletrônico] / André Moreno. – – 1. ed. – – Salvador, BA : Aiê Editora, 2025.
PDF

ISBN 978-65-983436-5-1

1. Aprendizagem 2. Cultura e sociedade 3. Educação 4. Escrita – Aspectos sociais 5. Escrita – Estudo e ensino 6. Escrita – História I. Título

25–269657 CDD – 370.1523

Índices para catálogo sistemático:
1. Escrita : Aprendizagem : Educação 370.1523
Aline Graziele Benitez – Bibliotecária – CRB–1/3129

aie EDITORA
Avenida Oceânica, 3599
Salvador-Bahia CEP 41950-000
aie.editora@outlook.com
www.editoraie.com

Para Klebson Oliveira

(in memoriam)

Sumário

Prefácio 13

À guisa de introdução,
um assentamento da questão 17

1. *Sobre a Cultura Escrita na História Social Linguística do Brasil*
2. *A questão dos estudos sobre a difusão social da escrita no Brasil colonial: alguns aspectos teórico-metodológicos*

A questão da fonte devassa..... 35

1. *Propecção arquivística das devassas do brasil*

Distribuição social e circulação da escrita
na Inconfidência Mineira (1789)..... 49

1 Repartição por sexo
2 Repartição por cor
3 Repartição por estatuto social
4 Repartição por estatuto civil
5 Repartição por faixa etária
6 Repartição por categoria sócio-ocupacional
- 6.1 Homens *versus* Categoria sócio-ocupacional
- 6.2 Repartição sócio-ocupacional *versus* cor: homens
- 6.3 Repartição sócio-ocupacional *versus* estatuto social: homens

7 Repartição por origem
- 7.1 Origem dos Estrangeiros

8 O caso do contingente feminino
- 8.1 Mulheres *versus* cor

8.2 Mulheres *versus* estatuto social
8.3 Mulheres *versus* estatuto civil
8.4 Mulheres *versus* Faixa Etária
8.5 Mulheres *versus* Categoria sócio-ocupacional
8.6 Mulheres *versus* Origem
9 Notas sobre a circulação da escrita na Insurreição Mineira

Distribuição social e circulação da escrita na Revolta dos Letrados (1794) 93

1 Repartição por sexo
2 Repartição por cor
3 Repartição por estatuto social
4 Repartição por estatuto civil
5 Repartição por faixa etária
6 Repartição por estatuto sócio-ocupacional
7 Repartição por origem
7.1 Repartição por origem: homens estrangeiros
8 Notas sobre a circulação da escrita na Revolta dos Letrados

Distribuição social e circulação da escrita na Conspiração dos Alfaiates (1798) 115

1 Repartição por sexo
2 Repartição por cor
3 Repartição por estatuto social
4 Repartição por estatuto civil
5 Repartição por faixa etária
6 Repartição por logradouro
7 Repartição por categoria sócio-ocupacional
8 Repartição por origem
9 O caso do contingente feminino
9.1 Mulheres *versus* cor

9.2 Mulheres *versus* estatuto social
9.3 Mulheres *versus* estatuto civil
9.4 Mulheres *versus* faixa etária
9.5 Mulheres *versus* logradouro
9.6 Mulheres *versus* repartição sócio-ocupacional
9.7 Mulheres *versus* Origem
10 Notas sobre a circulação da escrita na Insurreição Baiana

Fotografias da escrita sediciosa do Brasil de finais do período colonial: uma análise comparativa das insurreições coloniais da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro..... 163

1 Aspectos demográficos de finais do período colonial do Brasil
2 Dados comparativos gerais
2.1 Repartição por sexo
2.2 Repartição por cor
2.2.1.Homens *versus* cor
2.2.2 A questão dos pardos
2.2.3 Mulheres *versus* cor
2.3 Repartição por estatuto social
2.3.1 Mulheres *versus* estatuto social
2.4 Repartição por Estatuto Civil
2.4.1 Homens *versus* Estatuto Civil
2.4.2 Mulheres *versus* Estatuto Civil
2.5 Repartição por Faixa Etária
2.5.1 Homens *versus* Faixa Etária
2.5.2 Mulheres *versus* Faixa Etária
2.6 Repartição sócio-ocupacional
2.6.1 Homens *versus* repartição sócio-ocupacional
2.6.2 Quem eram os "homens que viviam de escrever"?
2.6.3 Repartição sócio-ocupacional: homens não assinantes
2.6.4 Repartição sócio-ocupacional: mulheres

2.7 Repartição por Origem
2.7.1 Homens *versus* Origem
2.7.2 Mulheres *versus* Origem
3 As letras insurgentes na história do Brasil colonial
3.1 A maçonaria e as revoltas separatistas do período colonial

À guisa de conclusão,
um ajuntamento da questão 231

Referências..... 237

Prefácio

O presente volume, que me coube a honra de prefaciar, tem sua história e fotografa também — além do que obviamente se declara no título, isto é, os rastros da escrita sediciosa no Brasil colonial, — fotografa também o movimento de interesses comuns e de vínculos afetivos. Em alguma medida, ele fecha um ciclo de caminhos de investigação de um jovem pesquisador e de seu orientador, uma história que se inicia em 2008, quando do ingresso de André Moreno na Universidade Federal da Bahia (UFBA), para seu curso de Letras Vernáculas, momento em que, desde cedo, se interessa pela Iniciação Científica sob a batuta e a tutoria, em seu sentido mais etimológico, de Klebson Oliveira, a quem o volume é dedicado. Digo sobre fechamento de ciclos, porque simbolicamente a feitura de uma tese de doutorado, e de uma tese consistente, costuma ser considerada a conclusão, ainda que provisória, de uma base acadêmica formal.

O leitor então talvez se pergunte sobre o porquê de um jovem em formação em Letras Vernáculas ter se direcionado a pesquisas tão afeitas ao campo da História. É que o volume em questão fotografa também esse momento do fomento de pesquisas no Instituto de Letras da UFBA (ILUFBA), quando os pesquisadores do grupo de pesquisa que viria a se chamar HISCULTE (História da Cultura Escrita no Brasil), especialmente Tânia Lobo e Klebson Oliveira, começaram seus investimentos em estudos direcionados à compreensão da difusão da escrita na realidade brasileira como parte da compreensão da formação e desenvolvimento do português brasileiro. Eis aí, então, o ponto de contato, o elo entre a História e a Linguística, ou os estudos em Língua Portuguesa. E é nesse contexto de diálogo entre áreas que a trajetória de André Moreno tem início na área de História Social da Cultura Escrita.

O ILUFBA vivia naquele momento uma espécie de ebulição de ideias associadas à compreensão da difusão da escrita no Brasil, e a própria formação do HISCULTE, como subgrupo associado ao PROHPOR (Programa para a História do Português), seria o atestamento de nascimento de um Programa. E, como reflexo do interesse pela difusão da escrita, dois dos seus campos muito se desenvolveram e se associam à tese de André Moreno e ao volume que o leitor tem agora em suas mãos: i) *Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil* e ii) Leitura e escrita aos olhos da Inquisição. E para a consecução dos principais objetivos dessas linhas de pesquisa — quais sejam: i) estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde as suas origens, no século XVI, aos dias atuais; e ii) a exploração vertical das fontes inquisitoriais produzidas no mundo colonial ibérico, — buscou-se problematizar a relação de indivíduos singulares com a leitura e a escrita e, dada a dificuldade de termos, para pessoas comuns, documentos que atestassem essa relação, o método do cômputo de assinaturas se mostrou bastante oportuno, como já havia ocorrido para pesquisas para o cenário do Norte global.

Inserindo-se, portanto, nessas linhas de pesquisa do HISCULTE, neste livro, portanto, com vistas a se compreenderem dados da difusão social da escrita no Brasil, o autor busca contribuir com a área e se centra numa documentação que, além de apresentar um conjunto de dados demográficos e sócio-geográficos, permite que se observem as características dos indivíduos que assinaram ou não assinaram tais documentos, dando-nos uma fotografia aproximada da realidade histórica do processo alfabetizatório no Brasil.

Nesse contexto, e sempre voltado à busca de documentos que originalmente não foram escritos para se evidenciarem dados sobre leitura e escrita, André Moreno foi se revelando, ao longo de sua formação, não só na graduação, mas também no mestrado e doutorado, uma espécie de caçador de documentos escritos por pessoas comuns ou que registrassem informações sobre habilidades de leitura/escrita por essas pessoas. Documenta esse interesse sua pesquisa de Iniciação Científica, intitulada "Segredos Revelados, mas não violados: as escritas secretas dos candomblés da Bahia" (UFBA, 2008-2011), sob a orientação de Klebson Oliveira. Daí por diante, Moreno meio que se configura como um *caça-devassas*, um jovem que passou a repertoriar toda a sorte de documento dessa natureza produzido no Brasil. A lista seria grande, mas documentam particularmente esses interesses sua dissertação de Mestrado, intitulada "Devassa em Devassa: índices de alfabetismo na Salvador de finais do século XVIII" (PPGLinC/UFBA, 2024, já sob orientação de Tânia Lobo, após o falecimento precoce de Klebson Oliveira), e sua tese de doutorado, intitulada "Escrita (In)surgente: distribuição social da escrita nos movimentos sediciosos de finais do período colonial" (PPGLinC/UFBA, 2019, ainda sob orientação de Tânia Lobo e com a coorientação de Alícia Duhá Lose).

Assim, diante do amplo aparecimento das devassas na história do Brasil, e por não haver nenhum estudo sistemático sobre suas diversas manifestações, o autor considerou necessária sua investigação de doutorado sobre a *fonte devassa*, com ênfase sobre as *devassas de insurreição*, com vistas a poder delinear suas funções e conjunturas de instauração. Metodologicamente e para apresentar o seu caráter orgânico, apoiou-se nos pressupostos da Arquivística, mais especificamente na proposta de análise diplomática e tipológica de documentos notariais. Para atingir o seu propósito, André Moreno elegeu os *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* como objeto central de sua empreitada. Contudo, como possíveis referências de sustentação de sua análise levou em consideração, também, conforme os capítulos do livro registram, outros dois processos, os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e os *Autos da Devassa da Revolta dos Letrados*.

Resta-me agradecer a André Moreno pela oportunidade de conhecê-lo jovem e entusiasmado ao lado de Klebson Oliveira, não menos entusiasmado e também jovem, em suas incursões pela documentação que sobreviveu ao tempo e que soube aguardar — quase com interesse de ser melhor compreendida — outros olhares, outros jovens olhares para esses textos tão longínquos e que continuam a nos dizer mais e mais.

Resta-me também agradecer a Tânia Lobo pela oportunidade que me deu de compor a banca de Qualificação de doutorado de André Moreno e também a banca final de defesa de Doutorado. Tendo participado dessas etapas e honrado com o convite para apresentar este livro, sinto que os vínculos, que costumam se perder com o tempo, podem se manter vivos, ainda que a lógica do mundo e da efemeridade de pessoas queridas nos lembrem do contrário. É inevitável, então, que nos lembremos, emocionados, de que não morrem as pessoas que deixaram suas ideias, sua escrita e sua influência em nós. E este livro é uma prova disso, com sua dedicatória ao saudoso amigo Klebson Oliveira.

Resta-me, por fim, parabenizar a André Moreno por uma tese que já gerou vários capítulos de livros e artigos científicos — algo que muito se almeja para uma produção acadêmica desse nível de formação —, tese cuja publicação integral agora fecha, simbolicamente, um ciclo formativo, mas, é imperativo que se diga, se trata de um fechamento com aberturas amplas, já que o seu continuar como docente em uma universidade pública, a Universidade do Estado da Bahia, é promissor, de modo que a área de História da Cultura Escrita no Brasil segue com um pesquisador criativo, atento e fecundo.

Salvador, 03 de maio de 2025

José Amarante
Professor de Língua
e Literatura Latinas da UFBA

À guisa de introdução, um assentamento da questão

É comum dizer, a partir de referenciais substanciais e variados, que a Linguística Histórica tem como objeto fundamental de análise a questão do fenômeno da mudança linguística. Contudo, a percepção do fenômeno e as formas de observá-lo estão intimamente ligados, dentre tantos aspectos, a dois pontos extremamente importantes: de que ponto de partida teórico se parte e, obviamente, quais são e como são tratados os elementos empíricos de observação. Dessa maneira, constituído por um entendimento teórico sobre a mudança, o sujeito pesquisador se lança sobre dados multifacetados e, por vezes, muito dificilmente coletados, para tentar interpretar os processos que catalisaram as mudanças e que as fizeram se consolidar numa determinada realidade linguística.

Contudo, o que se diz aqui é algo muito mais complexo do que *a priori* se apresenta. Primeiramente, a mudança linguística, para determinadas correntes teóricas, é algo intrínseco à existência de uma língua, já que, se esta é heterogênea e consequentemente variável, ela está consequentemente mudando a todo tempo, podendo-se observá-la, então, a partir de variados pontos do tempo. Podemos nos direcionar para o passado e nele nos concentrarmos, descrevendo-o e analisando quais eram as características de um determinado sistema linguístico e podemos partir do passado e nos direcionarmos para o presente, avaliando o que possivelmente mudou, buscando explicar como tais mudanças puderam ocorrer, além, é claro, de também podermos nos assentar sobre a re-

alidade presente desta língua para, a partir dela, buscarmos entender suas possíveis características constitutivas. Tais possibilidades estão relacionadas, direta ou indiretamente, pois pretendem, para a demanda de proposição da Linguística Histórica, buscar explicar o porquê e como se dá o processo de mudança. Porém, a depender do que se compreenda teoricamente o que é língua e/ou o que é sistema linguístico, as interpretações se direcionarão para caminhos diferentes, ora para o espectro biológico, ora cognitivo, ou mesmo para o espectro social e cultural do fenômeno linguístico. O que definirá tais pontos de partidas são as escolhas de seus sujeitos pesquisadores, pois não podemos deixar de pontuar que a ciência linguística, como qualquer outra, apesar de constituir-se de método e de caracteres rígidos e coesos de observação, é também feita de escolhas, que precisam ser coerentes com o que se compreende sobre o objeto no qual se está debruçando.

Em outro ponto, para além da questão teórica em si, para lidar com as investigações que se debruçam sobre o fenômeno linguístico, um outro ponto crucial é a questão dos dados, ou seja, da materialidade empírica da qual se parte para buscar investigar este fenômeno. Tais dados obviamente constituem-se a partir dos pontos de partida temporais anunciados há pouco e serão coletados a depender do interesse teórico e da perspectiva metodológica que se pretende engendrar. Quando tratamos dos direcionamentos que se centram no passado e/ou que dele partem em direção ao presente, a cultura escrita passa a ser suporte de demasiada importância para nos aproximarmos da realidade linguística de outros tempos. E é aí que se dá a intrínseca relação entre a *Linguística Histórica* e a *História da Cultura Escrita.*

Antonio Castillo Gómez (2003), um dos principais expoentes deste campo, revela-nos que a *História da Cultura Escrita,* como um campo específico da História Cultural, pode ser entendida a partir da conjugação de três histórias que haviam avançado em paralelo: a) a história das normas (padrões), das capacidades e dos usos da escrita; b) a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, já considerando formas modernas de escrita); e c) a história das maneiras de ler. A partir destas, esse campo pode se manter aberto a três direções, onde é a cultura escrita o objeto de uma *produção discursiva* relacionada com os valores que se lhe atribuem em cada momento da história, na qual as *práticas* se direcionam para os testemunhos específicos nos quais se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito e as *representações* constituem os distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos do escrito.

Para além dessa perspectiva tripartite, a *História da Cultura Escrita* também se pode definir como aquela que trata de explicar o escrito em cada uma das etapas que constituíram sua trajetória. Distinguem-se, assim, o *tempo de*

aquisição, quando se acede à competência gráfica, compreendendo a importância das circunstâncias que rodeiam a apropriação da capacidade de escrever; o *tempo de produção*, ligado às circunstâncias que intervêm no momento de materializar um produto da cultura escrita; o *tempo de recepção*, no qual o protagonismo passa do autor, sujeito central das mais convenções históricas da literatura, para o leitor, que ascende ao primeiro plano da representação por causa direta da estética da recepção; e o *tempo de conservação*, que deve indagar as políticas da memória, em particular a escrita, quer dizer, os discursos, as pessoas e as instituições que têm exercido historicamente a competência sobre o patrimônio escrito em uso sobre a qual intervém em sua seleção e transmissão (Castillo Gómez, 2003, p. 116-122).

De uma maneira geral, segundo Armando Petrucci (1999, p. 25), toda investigação que queira estudar as relações entre cultura escrita e sociedade deve levar em conta, em qualquer caso, dois direcionamentos:

- la difusión social de la escritura, entendida genéricamente como pura y simple capacidad de escribir incluso en su nivel más bajo, es decir, como porcentaje numérico de los individuos que en cada comunidad están en condiciones de emplear activamente los signos del alfabeto; que debe unirse y compararse con el cociente de difusión social pasiva de los productos gráficos, constituido por los destinatarios de los mensajes escritos, sea en tanto lectores, sea en tanto usuarios de lo escrito incluso de una manera indirecta, es decir, meramente visual[1];
- la función que la escritura en sí misma asume en el ámbito de cada sociedad organizada y que cada tipo o producto gráfico asume, a su vez, en el ámbito de un ambiente cultural concreto que lo produce y lo emplea; de donde deriva (o puede derivar) el grado de prestigio social de los escribientes (o, mejor, de los capaces de escribir) en la jerarquia social[2] (Petrucci, 1999, p. 25-26).

1 A difusão social da escrita, entendida genericamente como pura e simples capacidade de escrever, inclusive em seu nível mais baixo, quer dizer, como porcentagem numérica dos indivíduos que em cada comunidade estão em condições de empregar ativamente os signos do alfabeto; que deve unir-se e comparar-se com o quociente de difusão social passiva dos produtos gráficos, constituído pelos destinatários das mensagens escritas, seja como leitores, seja como usuários do escrito, inclusive de uma maneira indireta, quer dizer, meramente visual.

2 A função que a escrita em si mesma assume no âmbito de cada sociedade organizada e que cada tipo de produto gráfico assume, por sua vez, no âmbito de um ambiente cultural concreto que o produz e o emprega; de onde deriva (ou pode derivar) o grau de prestígio social dos escreventes (ou melhor, dos capazes de escrever) na hierarquia social.

Assim sendo, segundo o paleógrafo italiano, investigar a cultura escrita significa por em foco a difusão social da escrita, analisando a diferente distribuição do grau de alfabetização, ativa e passiva, nos distintos setores de uma sociedade dividida em classes, assim como também significa mensurar as funções sociais que esta assume em cada contexto social e cultural concreto em que esta se manifesta. É nesse ensejo que o campo da história da cultura escrita se relaciona diretamente com a linguística histórica, pois, para a compreensão do fenômeno da mudança, precisamos, como nos colocou Mattos e Silva (2008), ouvir o inaudível. E o que se coloca "inaudível" se materializa a partir da cultura escrita de uma língua.

Para explanar essa proposição, abordaremos a questão da história social linguística do Brasil.

1. Sobre a Cultura Escrita na História Social Linguística do Brasil

As investigações sobre sua história social linguística pautam, de uma maneira geral, os processos de transplantação, implementação e difusão da língua portuguesa no Brasil, avaliando, dentre inúmeros aspectos, os diversos contatos linguísticos que esta sofreu com as milhares de línguas indígenas, que aqui estavam, e as centenas de línguas africanas que para cá foram trazidas, juntamente com milhões de negros brutalmente escravizados. Dessa forma, evidentemente, os estudos desenvolvidos sobre o campo da história social linguística não se centralizam somente, apesar de ser o contingente linguístico mais representativo, na história do português brasileiro, pois a língua portuguesa foi uma das milhares de personagens que compuseram o multilinguismo generalizado dos primeiros séculos de colonização de nosso país. Além do mais, apesar de hoje o português ser o contingente linguístico predominante de aproximadamente de 98% da população, o Brasil ainda é um país multilíngue, principalmente quando tratamos dos remanescentes indígenas e dos contextos linguísticos da imigração europeia e asiática.

Esse cenário contribuiu para tentar explicar como se configurou a realidade sociolinguística do Brasil contemporaneamente, pois, para além de descrever as características das distribuições geográfica e demográfica das línguas atuais, muitos linguistas se debruçaram sobre a caracterização do português falado na América Latina. Dante Lucchesi, desde a década de 1990, pauta uma descrição da realidade sociolinguística do português do Brasil, dizendo-nos que este, além de ser heterogêneo e variável como qualquer língua humana, é polarizado e

plural, devido à sua história, configurada na emergência de duas grandes normas linguísticas: a norma culta e a norma popular. Desde então, muitas pesquisas foram realizadas, desde o contexto inicial da fundação *do Programa para a história da Língua Portuguesa*, coordenado até 2012, pela Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, e da fundação do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, coordenado pelo Professor Dante Lucchesi.

Os elementos históricos que fundamentam a discussão sobre a emergência de duas grandes normas linguísticas do chamado português brasileiro, normas estas que compõem a polarização sociolinguística do país, segundo Lucchesi (2015), foram construídos e propostos durante alguns anos, desde a retomada da "Fênix finalmente renascida". Quando a linguística histórica sai do ostracismo e volta do porão para prover as novas pesquisas sobre a história linguística do Brasil, a partir da década de 1980, diversas interpretações, tanto especificamente linguísticas como de história social, emergiram para tentar explicar as especificidades sistêmicas e historiográficas de nossa língua materna. Esse aspecto ficou ainda mais marcado a partir do surgimento do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), em 1997, coordenado pelo Professor Ataliba de Castilho.

Fundado, o PHPB constituiu-se programaticamente a partir de três campos de investigação, a saber: a) a constituição de *corpora diacrônicos* de documentos de variada natureza, escritos no Brasil, a partir do século XVI; b) a reconstrução da história social linguística do Brasil; e c) o estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* selecionados.

Levando em consideração os campos de investigação, muitas pesquisas já foram desenvolvidas, proporcionando, além de diversas publicações, a produção de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sobre o primeiro campo especificamente, que trata da constituição de *corpora* diacrônicos variados da história do Brasil, Lobo (2009) busca demonstrar o processo de formação dos linguistas baianos no que tange ao labor histórico-filológico. Para isso, propõe três fases que podem espelhar a maturação dos pesquisadores no que diz respeito ao trabalho de prospecção de acervos públicos e privados. Tais fases caracterizam-se como: a) a fase ingênua; b) a fase de profissionalização; e c) a fase dos profissionais.

Sobre a primeira fase, Lobo (2009, p. 308) aponta que esse momento representa um período de ingenuidade,

> [...] em função de não se dispor de conhecimento prévio sobre os arquivos [...] – quer públicos, quer privados –, sobre os fundos documentais neles preservados e sequer sobre os documentos que deveriam ser disponibilizados a linguistas interessados na reconstrução histórica do processo de formação do português brasileiro [...].

Sendo assim, é interessante observar que grande parte daqueles linguistas que estavam envolvidos com o *Projeto Para a História do Português Brasileiro* não tinham quase nenhuma formação filológica e/ou arquivística que pudesse fornecer uma base sólida para a prospecção de acervos, para uma contextualização pormenorizada dos diversos *corpora* e para o tratamento editorial dos textos, a partir do labor filológico. Mas esses não eram os únicos obstáculos. Em certa medida, quaisquer textos produzidos na história do Brasil poderiam ser considerados fontes representativas da história do português brasileiro, sem nenhuma contextualização prévia dos perfis sociológicos de seus respectivos escreventes. Isso se tornava bastante problemático, pois, levando em conta a história linguística de nosso país, sabemos que, no Brasil, diversos contingentes populacionais, de grupos étnicos variados, compuseram o "caldeirão" que favoreceu a constituição de nossa língua materna, mas grande parte desse contingente, levando em consideração os dados que nos são revelados, provavelmente não produziu manifestações do escrito. Na realidade, parece ter sido essencialmente dos punhos da população branca, ou dita branca, que se manifestou a cultura escrita no Brasil, apesar de termos notícias de que outros contingentes também deixaram alguns poucos registros escritos.

Justamente devido a esse contexto, foi que, segundo Lobo (2009, p. 312), se iniciou uma fase de profissionalização de tais pesquisadores. Nesse momento, além de se perceber a necessidade de uma formação filológica, entendeu-se que

> [...] A edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*, exigindo do linguista-filólogo a reconstrução da estrutura social da comunidade "de fala" e a identificação da posição social dos que escrevem no passado. Em outros termos, não bastava editar textos escritos no Brasil e, desavisadamente, tomá-los como representativos de um português brasileiro, já que, no Brasil do passado, a pena esteve nas mãos de portugueses, "brancos" brasileiros, africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português. Dentre as diversas questões a enfrentar, uma sobressaía-se: era preciso identificar, o mais precisamente possível, "quem" escreveu.

Assim sendo, com a maturação científica de tais pesquisadores, que levavam em conta, a partir de então, a história, a demografia, a crítica textual, a arquivística, dentre outras disciplinas, como pilares teórico-metodológicos, novas teses surgiram, defendendo, por exemplo, que foram os africanos e afrodescendentes os *formatadores* e *difusores* do português no Brasil e que estes, marginalizados da sociedade, não poderiam ter acesso à escolarização, não havendo, assim, a possibilidade de reconstituição do português popular brasileiro (Mattos e Silva,

2004). Sendo esta uma das principais variedades do português falado contemporaneamente no Brasil, seria, então, através da existência de testemunhos escritos pelas mãos destes *formatadores* e *difusores* que teríamos pistas substanciais do processo de constituição do português brasileiro. Dessa maneira, foi que, seguindo pela seara de busca de fontes para o estudo dessa variante majoritariamente difundida no Brasil, Klebson Oliveira (2006), em tese de doutoramento, trouxe à luz testemunhos escritos, durante o século XIX, por africanos e afrodescendentes que, organizados em uma Irmandade, a atual Sociedade Protetora dos Desvalidos, na cidade de Salvador, deixaram uma generosa produção gráfica que esteve obscurecida pela marginalização histórica. Posteriormente a esse trabalho, outros foram surgindo nessa perspectiva. Cartas redigidas por escravos; estudo de uma espécie de ex-voto, as chamadas tábuas votivas; cartas e orações manuscritas por cangaceiros; além de outras escrituras que privilegiam a esfera privada (diários, livros de razão, entre outros). Assim, inúmeros questionamentos foram levantados sobre como esses africanos e afrodescendentes adentraram no universo da cultura escrita.

Com base nessas novas descobertas e, consequentemente, nesses novos questionamentos, houve um deslocamento para outras perspectivas que, mais generalizantes, buscavam, através de enredos diversos, reconstituir cenas da história da leitura e da escrita no Brasil. Dessa maneira, percorreu-se nos trabalhos supracitados o compromisso de situá-los em sua sócio-história. Mas essa não era uma inquietação nova. O paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003), no clássico *La ciência de la escritura: primera lección de paleografia*, sugere, quando se quer apreender efetivamente os diversos *corpora*, que, para qualquer tempo histórico, se interrogue aos textos: quando e onde foram escritos; como foram escritos, quais técnicas e recursos materiais utilizados; quem os produziu; quais os níveis de alfabetismo de seus produtores e qual o ambiente sócio-cultural em que o seu autor está inserido. Foi nesse viés que se deu o aparecimento do interesse pela história da leitura e da escrita no Brasil. Isto porque é a partir de testemunhos escritos, do seu valor documental e das marcas deixadas pelos seus autores que se promoverão possíveis vestígios dessa história que começa a ser desvendada. Foi nesse contexto que emergiram os chamados profissionais (Lobo, 2009).

O surgimento dos chamados "profissionais" desencadeou outras inquietações, que se manifestavam entre anseios teórico-metodológicos e a compreensão de um novo campo de investigação que nascia pouco a pouco. Assim, extrapolando os chamados "profissionais", os *historiadores da cultura escrita* davam paulatinamente os primeiros indícios de seu aparecimento.

Em busca de referências consistentes, que fornecessem um olhar mais claro do que se pretendia investigar, os pesquisadores que estavam envolvidos com tais investigações, como Klebson Oliveira, Tânia Conceição Freire Lobo, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Emília Helena Portella Monteiro de Souza (quem

aqui homenageamos neste texto), Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, dentre outros, encontraram na renovada paleografia italiana e nas propostas da equipe de trabalho da *Universidad de Alcalá de Henares* fontes preciosas que delineavam basicamente o que se pretendia fazer desde então.

Sendo assim, depois de indagar outros contextos que têm a *história da cultura escrita* como a principal personagem, esse mesmo grupo de profissionais instituiu, em 2009, uma nova linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – que acabara de surgir após uma reestruturação sugerida pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, denominada *História da Cultura Escrita no Brasil*. Esta envereda, como revela a descrição fornecida pelo próprio PPGLinC, em investigações que se debruçam sobre

> Estudo das práticas de leitura e escrita, em espaços institucionais e extrainstitucionais, nas várias etapas da história do Brasil, focalizando as particularidades de produção e apropriação dos textos e suas características formais, bem como os usos sociais e o desenvolvimento da cultura letrada no Brasil[3].

A partir de seu estabelecimento, os pesquisadores que foram anunciados anteriormente perceberam que não bastava instituir somente uma linha de pesquisa que estivesse direcionada a reconstituir as "práticas de leitura e escrita, em espaços institucionais e extrainstitucionais", pois a investigação de tais *práticas* era somente um viés de observação da difusão e das funções do escrito na história de nosso país. Dessa maneira, em busca de um estabelecimento mais coeso desse novo campo, perceberam que, para além das *práticas*, os *discursos* e *representações*, que se manifestam a partir de nossas apreensões, também podem nos aproximar de uma *História da Cultura Escrita no Brasil*.

Por isso mesmo, como consequência da expansão dos vieses de observação, os objetos ampliaram-se significativamente, apresentando um enorme desafio, que não mais poderia se resumir a pequenos projetos específicos. Nascia desse contexto, a necessidade de um caráter programático para tais investidas. Foi a partir disso que o *Programa História da Cultura Escrita no Brasil* (HISCULTE) surgiu, baseado, como era de se esperar, numa lógica interdisciplinar, para dar conta de investigar quais foram os lugares materiais e simbólicos ocupados pela cultura escrita na história do Brasil.

3 Esta descrição encontra-se localizada no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, quando aponta as proposições teórico-metodológicas de suas linhas de pesquisam. Disponível em www.ppglinc.ufba.br.

Como é possível notar, as pesquisas sobre a história da cultura escrita no Brasil estão diretamente relacionadas com aquelas que se enveredam em reconstituir a história social linguística do país, pois, como aponta Lobo (2016), para que haja um entendimento consolidado desta última, devem ser pontuadas mudanças globais e profundas, que podem ser pautadas em dois níveis, a saber:

> O primeiro refere-se à "articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas" (Houaiss 1985, 31-32.). A justificativa para tal está em ser o PB uma língua que emergiu em contexto multilíngue, sendo, pois, o contato linguístico um dos aspectos constitutivos da sua formação. O segundo diz respeito à questão da distribuição social da escrita no Brasil. Juntamente com a história do contato, é uma questão-chave para a análise das variedades do PB que configuram a complexa teia sociolinguística do Brasil contemporâneo, definida por um *continuum*, em cujos extremos se situam, por um lado, normas linguísticas socialmente mais prestigiadas – urbanas, supostamente mais unitárias e descendentes diretas do português europeu, além de moldadas sob o influxo do padrão normativo de escrita difundido via escolarização – e, por outro lado, normas linguísticas socialmente mais estigmatizadas – rurais, supostamente mais diversificadas e descendentes diretas do português falado como segunda língua por índios e negros, os quais, juntamente com seus descendentes, do século XVI a meados do XIX, sempre constituíram o segmento maioritário da população brasileira e até aproximadamente meados do século XX estiveram, em sua maioria, à margem do sistema formal de escolarização.

Ao pautarmos os níveis propostos por Lobo (2016), não podemos deixar de apontar, prontamente, as diretrizes indicadas por Houaiss, já na década de 1980, que sugeriam um viés programático para a reconstituição histórica da língua portuguesa no Brasil. Para ele, havia, pelo menos, "quatro vias" necessárias para esse propósito, a saber:

> **1.** do **levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos** a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; **2.** o **mapeamento confiável da dialectologia brasileira** a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível "recapitular" o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; **3.**

> o **incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos**, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; **4.** a **penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias**, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das "histórias" parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosofantemente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o "presente" e os "presentes" brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados.

Sobre tais direções, Mattos e Silva (1998, p. 36-37), considerando as pesquisas que vinham sendo realizadas até o momento do estabelecimento do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), busca analisá-las, mostrando-nos o que já vinha sendo feito e o que ainda encareceria de investigações sistemáticas, que constituíram o caráter programático da reconstituição histórica do português brasileiro. Primeiramente, em relação às vias 2 e 3, a pesquisadora explicita que, tanto o "incremento da dialectologia vertical", quanto o "mapeamento confiável da dialectologia brasileira", já vinham sendo realizados, desde o projeto coordenado por Nelson Rossi (1963), o conhecido *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e, também, desde o estabelecimento de um programa coletivo para a elaboração de um atlas geral do português do Brasil, em meados da década de 1990. Sobre as vias 1 e 4, revela que sobre o "levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir dos inícios da colonização" já haveria alguns indícios assistemáticos, que tinham sido recolhidos por Serafim da Silva Neto (1976), e que já vinham sendo investigados por Tânia Lobo em um projeto sediado no *Programa Para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), além de outros que vinham sendo implementados pouco a pouco. Em se tratando da via 4, que diz respeito à "penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias", Mattos e Silva (1998), ainda naquele momento, explicita que tal aspecto não tinha sido sistematicamente investigado.

Avaliando as vias propostas por Houaiss (1985) e os níveis apontados por Lobo (2016), é possível perceber que a história da cultura escrita é de importância fulcral para o processo de reconstituição da história social linguística do Brasil, pois, para que possamos entender, inclusive, como se deu o processo de formação das normas cultas brasileiras, um dos extremos da polarização

proposta por Lucchesi (2015), é extremamente importante que entendamos efetivamente como se deu esse processo. E, para isso, há a necessidade de pesquisas verticalizadas sobre o tema, pois, para o período colonial principalmente, as afirmações da historiografia são ainda muito elementares, por se tratar de uma época pouco ou quase nada investigada empiricamente. Elemento este, apesar de ainda carecer de investigações sistemáticas e substanciais, é o foco dos pesquisadores do *Programa para História da Cultura Escrita no Brasil* (HISCULTE).

Circunscrito nessa esfera, este texto anseia discutir a relevância das investigações sobre a difusão social da escrita no Brasil, um dos aspectos investigados pelo campo da História da Cultura Escrita, para as pesquisas que se enveredam pela construção de uma história social linguística de nosso país, demonstrando que, para se reconstruir a história de uma língua, precisamos nos debruçar sobre a história de sua cultura escrita.

2. *A questão dos estudos sobre a difusão social da escrita no Brasil colonial: alguns aspectos teórico-metodológicos*

Segundo Magda Soares (2006, p. 113-114), existem basicamente três argumentos que podem servir de base para compreendermos a necessidade e a validade de avaliar e mensurar o letramento. Um deles está intimamente ligado com "a utilidade dos processos de avaliação e medição para fins de comparação entre países ou entre comunidades, respondendo, assim, a uma importante preocupação nacional e internacional com o cotejo de dados econômicos e sociais". Ou seja, por um lado, "os índices de letramento podem ser utilizados para avaliar e interpretar mudanças nos níveis de letramento/analfabetismo através dos tempos, com base nos dados de uma série cronológica de levantamentos"; por outro, "índices de letramento são utilizados para comparações em um determinado momento do tempo histórico, fornecendo dados para que se identifique a distribuição das habilidades e práticas de leitura e de escrita por regiões geográficas ou econômicas do mundo ou de um certo país" [grifos nossos].

Compreendendo o conceito de *letramento* como uma variável contínua e impossível de se definir comum e universalmente, pois é o *letramento* um fenômeno heterogêneo, reconhecendo a importância de definições precisas para o processo de avaliação e mensuração, Soares (2006) diz-nos que, para alcançarmos acepções que correspondam a este tipo de procedimento, devemos nos valer de definições *operacionais*, porque, segundo ela,

> Como não é possível "descobrir" uma definição indiscutível e inequívoca de letramento, ou *a melhor* forma de defini-lo, qualquer avaliação ou medição desse fenômeno será relativa, dependendo de o *quê* (quais habilidades de leitura *e/ou* escrita *e/ou* práticas sociais de letramento) estiver sendo avaliado e medido, *por quê* (para quais fins ou propósitos), *quando* (em que momento) e *onde* (em que contexto socioeconômico e cultural) se está avaliando ou medindo, e *como* (de acordo com quais critérios) é feita a avaliação ou a medição (Soares, 2006, 115).

Assim sendo, o que é "*possível* e *necessário* para realizar qualquer avaliação ou medição do letramento é formular uma definição *ad hoc* desse fenômeno a ser avaliado ou medido e, a partir daí, construir um quadro preciso de interpretação dos dados em função dos fins específicos em um determinado contexto" (Soares, 2006, p. 115-116). A partir disso, os métodos poderão ser delineados para compor as diversas investigações que se debruçam sobre a difusão social da escrita no Brasil.

Para a Era Moderna, do séc. XVI ao XVIII, a *firma*, ou *assinatura*, é uma das principais fontes de mensuração de níveis de alfabetismo. Compreendido como um conceito imerso à concepção de letramento, pois se considera que ter a habilidade de escrita, no seu estágio mais ínfimo, é estar submetido ao que se compreende de letramento como prática social das habilidades e usos da escrita e da leitura, a definição de *alfabetismo funcional* foi utilizada por alguns pesquisadores como uma definição operacional de letramento.

Em relação a essa definição e, também, à fonte *assinatura*, Roger Chartier (2004, p. 14) nos diz que "a porcentagem de signatários pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por uma sociedade", pois o número de assinaturas registradas não pode representar fielmente a competência cultural particular dos níveis de alfabetismo. Por isso mesmo, propõe- nos que

> [...] tal constatação não nos leva a negar as porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas através dos séculos e dos sítios, mas apenas a avaliá-las pelo o que são: indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa. (Chartier, 2004, p. 114).

A partir disso, com base na formulação de Bortoni-Ricardo (2005), para tratarmos da difusão social da escrita no Brasil, precisamos lidar com uma realidade configurada num *continuum*, pois o processo de aquisição da escrita, em ambientes institucionais e extrainstitucionais, não é homogêneo e, por vezes, em tempos pretéritos, não estava diretamente associado à aquisição da variante prestigiada da comunidade "de fala" que poderá ser analisada. Por exemplo, quando tratamos da realidade do período colonial, valemo-nos da fonte *assinatura* para mensurar índices e perfis do alfabetismo, principalmente em microespaços urbanos. Apesar de a assinatura indicar um grau de *alfabetismo*, esta não indica conhecimento efetivo da norma de prestígio, principalmente se avaliarmos os perfis sociológicos coletados, por exemplo, por Lobo e Oliveira. Quando avaliamos os métodos de coleta de dados dos censos brasileiros, esse aspecto fica ainda mais claro, pois, com o desenvolvimento censitário brasileiro, houve uma metamorfose no entendimento de alfabetizado no Brasil, deixando de ser a assinatura e a capacidade de leitura de um pequeno trecho escrito base para classificar um indivíduo alfabetizado.

Dessa maneira, numa tentativa de nos aproximarmos um pouco mais da realidade história da difusão da escrita em nosso país, propomos um *continuum* da realidade do *letramento*, com o intuito de alocar a fonte básica de tais investigações, a *assinatura*, num contexto em que possamos visualizar de forma clara os aspectos que dela podemos extrair. Vejamos:

Quadro 1 – *Continuum* de letramentos

Continuum de Letramentos		
Aquisição primitiva	*Aquisição funcional*	*Aquisição plena*

Fonte: Elaboração do autor.

A *firma*, ou *assinatura*, como fonte de pesquisa, indica primordialmente, mas não em sua totalidade, a aquisição inicial da escrita, num polo do *continuum* que indica um conjunto de elementos primitivos básicos para a prática de firmar o nome de próprio punho. Dentre as *assinaturas*, ainda é possível encontrar uma outra realidade gradativa, que pode nos auxiliar na observação dos estágios de aquisição da escrita, dentro desse universo inicial de *alfabetismo*. Vejamos:

Quadro 2 – Tipos de assinaturas

Assinaturas alfabéticas			Assinaturas não alfabéticas
Assinatura Rudimentar	*Assinatura Corrente*	*Assinatura Caligráfica*	

Fonte: Elaboração do autor.

No âmbito das assinaturas, podemos encontrar dois tipos: as alfabéticas e as não alfabéticas. O primeiro tipo trata das firmas constituídas pelo código escrito a partir do alfabeto que nós conhecemos. O segundo tipo abarca as manifestações pictográficas de assinatura, feitas de próprio punho, mas que não indicam conhecimento da escrita. Essa classificação tornou-se necessária, pois, em meio aos milhares de fólios investigados, muitos indivíduos assinaram pictograficamente, mesmo não sabendo escrever. Esta é uma manifestação simbólica que pode indicar a importância do ato de firmar o nome nos atos públicos da colônia. Entretanto, nosso foco de pesquisa centra-se sobre as assinaturas alfabéticas, as quais podem apresentar, pelo menos, três tipos distintos de manifestação gráfica. A *assinatura rudimentar* é aquela que não apresenta linearidade, manifestando-se a partir de módulos grandes, com hipo e/ou hipersegmentações. A *assinatura corrente* não apresenta tais características, e é aquela manifestada sem nenhum tipo de marca de chancelaria e/ou elementos caligráficos, como hastes e símbolos familiares. Já a *assinatura caligráfica*, além de apresentar as características da *corrente*, traz consigo tais marcas, como símbolos e outros elementos que possam indicar pertença da alta sociedade colonial. Ou seja, mesmo estando mais próxima de um limiar primitivo, as assinaturas, a partir de análises paleográficas, podem indicar estágios da aquisição da escrita de um determinado indivíduo (cf. Petrucci, 1999).

Dentre os estudos dessa natureza, podemos selecionar o de Rita Marquilhas (2000), que, a partir do conceito de *alfabetização funcional* e do método do cômputo binário de assinaturas, buscou mensurar os níveis de alfabetização de Portugal nos seiscentos. Valendo-se de uma fonte seriada, datada, coesa e localizada – os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício de Portugal –, Marquilhas (2000), associando a variável *assinatura* às variáveis *sexo*, *idade*, *residência*, *data* do depoimento e *classe socioprofissional* das testemunhas, conseguiu mensurar os níveis de alfabetismo em duas perspectivas: a) uma que dava conta de contabilizar os dados por em faixas de tempo determinadas; e b) a outra que buscou observar a "evolução" diacrônica da alfabetização portuguesa no século XVII.

Diante de tais variáveis e de seu cruzamento, Marquilhas (2000) nos oferece resultados aproximativos da distribuição dos níveis de alfabetização na sociedade portuguesa seiscentista. Por exemplo, há uma relevante disparidade no número de assinantes do sexo masculino em relação às assinantes do sexo feminino. Os homens assinam aproximadamente 60% a mais que as mulheres. Outro dado está relacionado com a repartição *socioprofissional*, que, segundo ela, está intimamente ligada com a capacidade ou não de firmar a assinatura. Dividida em seis categorias classificatórias, essa variável, cruzada com as assinaturas firmadas e/ou não firmadas, diz-nos que quase 100% dos religiosos demarcam sua firma nos cadernos de promotor e nos livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Os nobres, os profissionais liberais, os oficiais administrativos, os mercadores e os familiares de inquisidores assinam aproximadamente cerca de 90% dos testemunhos analisados. Os ofícios subalternos apresentam um número em torno de 50% de assinantes. E os criados, jornaleiros, braceiros, aprendizes, soldados, escravos, trabalhadores, pescadores e mendigos assinam cerca de 20% (Marquilhas, 2000, p. 123). Em relação à evolução diacrônica, podemos perceber que, diferentemente do que se espera, o número de assinantes decresce timidamente entre os extremos do século XVII.

Para alcançar esses dados, Rita Marquilhas (2000) valeu-se de uma fonte coesa, datada, seriada e localizada: os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Conhecidos por *livros de devassa*, ela nos diz que

> Desde finais do século XVI que a visitação pastoral dos bispados, como forma de vigilância dos pecados públicos, foi alvo de normalização em constituições diocesanas, regimentos do auditório eclesiástico e instruções aos visitadores, em obediência à definição tridentina da reforma católica que teria necessariamente de passar pelo rigoroso controlo do comportamento moral dos fiéis. Ora, segundo o texto destas regulamentações, umas mais explícitas que outras, é possível saber-se que os paroquianos interrogados pelo visitador sobre os pecados públicos de seu conhecimento deviam ser nomeados *ao acaso*, a partir do rol dos confessados, devendo representar, paralelamente, a faixa social mais anônima e toda a amplitude geográfica da paróquia visitada. Suporte de milhares de depoimentos assinados por uma amostra bem diferenciada de população, os livros de devassa revelam-se assim fonte ideal para a constituição de um *corpus* significativo sobre o qual possa incidir uma medição da capacidade para assinar durante o Antigo Regime (Marquilhas, 2000, p. 95).

Assim sendo, podemos depreender, a partir das reflexões sobre a história do alfabetismo e o método quantitativo de Attilio Bartoli Langeli (1996),

que, para ser compreendido como dado sociológico e demográfico, o alfabetismo deve ser o resultado da soma de múltiplos alfabetismos individuais, pois, somente assim, pode resultar mensurável. Portanto, o material de base do historiador do alfabetismo consiste em séries homogêneas e continuadas de indicadores diversificados das habilidades individuais. Na prática, trata-se de uma série de firmas (assinaturas), como se encontram, por exemplo e sobretudo, nos registros de estado civil; ou bem, em determinados países, em declarações subscritas por coletividades completas. Ou seja, a fonte *livros de devassa*, pelo que viu Rita Marquilhas (2000), é ideal para quem pretende investigar a distribuição de níveis de alfabetização a partir da distribuição da capacidade de assinar e/ou não assinar, pelo menos para as sociedades onde a Inquisição do Santo Ofício esteve instalada.

No Brasil, as visitações inquisitoriais se fizeram presentes durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Como em Portugal, e também em Espanha, foram constituídos *livros de devassa* para a averiguação dos pecados públicos. Só que, aqui, além dos cadernos de promotor e livros de denúncia inquisitoriais, as chamadas *devassas* ganharam outras corporificações que vão além do cunho religioso, as quais foram utilizadas de forma bastante produtiva pela administração colonial.

Para esse tipo de investigação, Rita Marquilhas (2000, p. 88-91) nos propõe que devemos levar em consideração os seguintes aspectos teórico-metodológicos:

1. Definir um *conceito de alfabetização* adequado à *metodologia da contagem de assinaturas*.
2. Selecionar fontes onde figurem microcosmos de subscritores verossímeis enquanto representantes da sociedade sua contemporânea.
3. Respeitar os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar.

Sobre o primeiro aspecto, Marquilhas (2000, p.88-89) se vale do conceito operacional de *alfabetização funcional* quando utiliza a metodologia de contagem de assinaturas. Segundo ela,

> Se nas etapas de ensino primário se aprendia primeiro a ler e só depois a escrever, então a fase em que já se sabia assinar, mesmo que pouco mais se conseguisse escrever, era uma fase intermediária, mas que já permitia a participação activa na vida pública e nas relações sociais.

Consideramos que o conceito utilizado pela renomada pesquisadora não está consoante com o tipo de investigação tratada, pois, a nosso ver, o termo *alfabetização* remete ao processo de aquisição de escrita e não à difusão e distribuição do alfabetismo nas sociedades grafocêntricas. Para mais, até mesmo a própria noção de *funcional* é problemática, pois pode angariar outras conotações que se distanciam efetivamente das realidades sociais analisadas. Um exemplo disso está manifestado claramente por Magda Soares (1995, p. 10) quando resgata a concepção de *alfabetismo funcional* utilizada pela UNESCO. Tal acepção é definida como o "conjunto de habilidades e conhecimentos que tornam um indivíduo capaz de participar de todas as atividades em que a leitura e a escrita são necessárias em sua cultura ou em seu grupo".

Consideramos que, para tempos pretéritos, essa proposta de *funcionalidade* obviamente não é viável, pois não há como resgatar quais teriam sido todas as atividades manifestadas pela *cultura escrita* nas diversas sincronias do passado. Na realidade, de uma maneira muito mais indiciária, nos aproximamos de um certo número de atividades, apontadas por diversos pesquisadores, mas somente através de métodos que nos deem uma noção macroscópica dos diversos contextos analisados.

Sobre o segundo aspecto pontuado por Marquilhas (2000), consideramos de suma importância estarmos diante de uma documentação que nos oferece um universo relativamente coeso de variáveis para que possamos construir os perfis sociológicos dos que firmam ou não firmam suas assinaturas no universo dos testemunhos em observação. Segundo ela mesma trata,

> É preciso, logo de início, que cada subscritor seja inequivocamente identificado quanto à idade, proveniência geográfica e pertença a uma classe socioprofissional. É preciso também que os leques social, cronológico e geográfico do objeto histórico cujos níveis de alfabetização se pretende conhecer, poucas distorções sofram ao aflorarem nos documentos (Marquilhas, 2000, p. 89).

Além de apresentar um universo relativamente coeso, seriado, datado e localizado, a "seleção das fontes está [...] inexoravelmente presa às vicissitudes documentais de cada sociedade, bem como aos diferentes panoramas arquivísticos nacionais" (Marquilhas, 2000, p. 90). Por isso mesmo, é de suma importância que o pesquisador que se debruce nesse tipo de investigação tenha um preparo não só filológico, mas também arquivístico para lidar com a prospecção de acervos públicos e privados, em busca de séries documentais que possam ser utilizadas para reconstruir "histórias parciais" da difusão social da escrita em nosso país.

Sobre o último aspecto metodológico apontado por Rita Marquilhas (2000, p. 91), quando trata da ideia de respeitar "os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar", avaliamos que é extremamente relevante para esse tipo de pesquisa levar em conta as investigações que já foram realizadas, e que nos possam oferecer uma visão panorâmica do espaço-tempo que será avaliado. Sendo assim, tanto estudos históricos como também demográficos, antropológicos e etnográficos serão de grande valia para circunscrever o universo dos escreventes postos em observação.

Tratando especificamente da terminologia empregada nesse tipo de investigação, o uso do termo *alfabetismo* representou, como muitos pesquisadores já pontuaram, uma novidade terminológica diante da realidade de analfabetismo que marcou a história do Brasil. Justamente por isso, muitos pesquisadores, como Magda Soares (1995), buscaram contextualizar essa percepção, definindo-o, por exemplo, em duas acepções, que manifestavam o caráter *individual* e *social* desse fenômeno. Mas esse termo foi substituído paulatinamente por *letramento*, que apareceu pela primeira vez em 1986, em *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de autoria de Mary Kato. Este último se manifestou como uma tradução do termo *literacy*, realizada pela referida autora, tentando oferecer uma visão mais ampla ao universo do escrito, pois, pelo que se percebeu, o termo *alfabetismo* não conseguiria abarcar as inúmeras práticas sociais e individuais das manifestações da *cultura escrita*.

Sendo assim, estamos diante de dois termos, que, por vezes, se confundem e são usados como sinônimos. Mas há ainda um outro problema: a utilização do termo *alfabetização* como correlato direto da concepção de *alfabetismo* e/ou *letramento*. Na realidade, isso acontece, pelo que percebemos, porque o termo *letramento* só é utilizado efetivamente no Brasil, não sendo mencionado nas investigações portuguesas, por exemplo, que utilizam o termo *literácia* para investigar tais questões. Devido a isso, consideramos que, se não houver uma delimitação clara do que se compreende de tais definições, as investigações sobre tais fenômenos estarão ainda mais passíveis de críticas negativas.

A questão da fonte devassa

As investigações que se enveredam pela reconstituição histórica da difusão social da escrita são recentes no cenário científico brasileiro e, por conta disso, a questão das *fontes* ainda é fundamental para compormos um programa de pesquisa coeso e eloquente com as questões levantadas pelo campo da *História da Cultura Escrita*. Fala-se isso porque ainda há, entre muitos intelectuais interessados pelo tema, uma percepção extremamente rarefeita sobre a realidade arquivística e, também, sobre a produção documental manuscrita no período colonial e pós-colonial no país. Esse aspecto pode ser claramente observado nas proposições de Ana Maria Galvão (2010, p. 241), que nos diz que não haveria possibilidade de se reconstruir a história da difusão social da escrita no Brasil, porque,

> [...] na maior parte do país, não existem acervos organizados que nos permitam reconstruir séries de registros paroquiais, por exemplo, fundamentais para se realizar uma história demográfica e quantitativa. Esses registros estão dispersos em arquivos eclesiásticos ou em paróquias isoladas e são extremamente fragmentados. Além disso, nem sempre esses registros trazem o tipo de informação que precisamos.

As motivações levantadas pela referida pesquisadora não se apresentam sólidas por alguns motivos. Primeiramente, a dispersão das fontes não é um obstáculo, ou muito menos inviabilizaria esse tipo de pesquisa, porque, valendo-nos de estudos pontuais e localizados, a partir de acervos dispersos e fragmentados, que mais tarde comporão um aglomerado de "histórias parciais", poderemos, sim, constituir uma aproximação da história da alfabetização do país. Além do mais, conforme destacamos na seção anterior, sabemos que a dispersão e a fragmentação de acervos não é uma característica somente do Brasil. Outro aspecto extremamente importante que precisa ser relativizado é a exclusividade dada aos arquivos e acervos eclesiásticos compostos no país. Apesar de serem extremamente relevantes e fulcrais para esse tipo de investigação, não são as únicas personagens da produção documental da história do Brasil, pois houve uma extensa produção de documentos do âmbito jurídico-laico em nossas terras. Em relação ao que Galvão (2010) propõe sobre indisponibilidade das fontes, demonstramos, contrariamente ao que ela nos coloca, que há um composto tipológico documental que, em seus diversos desdobramentos, nos coloca diante de conjunturas relativamente coesas, seriadas e datadas, favoráveis para este tipo de pesquisa: falamos das *devassas* constituídas no Brasil, *processos* estes que se manifestam tanto em conjunturas litúrgicas, quanto em contextos jurídico-laicos.

Supõe-se, com base em dados fornecidos pela historiografia brasileira, que tais *processos* se fizeram presentes em terras brasílicas desde as primeiras instalações coloniais, quando aqui foram estabelecidas as primeiras vilas de colonos portugueses. Baluartes da jurisprudência do Tribunal do Santo Ofício, que visitou o Brasil pela primeira vez em fins do século XVI, as *devassas* inquisitoriais possuíam diversas configurações, atendendo às prerrogativas de investigação dos desvios da santa fé católica. Caracterizados como *cadernos de promotor*, *livros de denúncia* e/ou *processos*, são diversos os códices referentes a esse domínio notarial, que, em se tratando da ação inquisitorial em Portugal e suas respectivas possessões, hoje permanecem guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Segundo Rita Marquilhas (2000, p. 97),

> [...] A delação de culpas de heresia, próprias ou alheias, foi um ponto em que a Inquisição sempre insistiu, por a prova testemunhal lhe ser imprescindível na instauração de processos. Era função do édito [...] espoletar movimentos de colaboração comunitária na identificação dos autores de delitos ainda impunes. Daí nasciam vagas de denúncias e confissões que tinham de ser recolhidas em suportes que variam conforme a justiça à qual se prestava depoimento: se a *ambulante*, se a *estável*. A justiça estável deveria ter, segundo os regimentos de 1552 e 1613, suportes especiais para as denúncias e as confissões: livros de fólios brancos onde os notários escreveriam cada sucessivo depoimento que aos Inquisidores fosse prestado e que deveriam ficar guardados na câmara do secreto.

Vistos assim, podemos dizer que tais testemunhos foram constituídos com um propósito específico de investigar os delitos de heresia cometidos pelos fiéis da Santa Igreja, compondo-se a partir de um processo cuja base de provas baseia-se fundamentalmente nos testemunhos dos envolvidos, direta ou indiretamente, nas denunciações, nas confissões ou em processos específicos sobre determinados indivíduos. Aqueles que se apresentavam ao inquisidor para denunciar ou confessar ficaram ali demarcados, quando o notário os identificava, explicitando seu nome, sua profissão, sua cor, seu estatuto civil, sua condição religiosa etc. Por essa e outras características, tais testemunhos serviram de fonte para diversas pesquisas, que privilegiaram a reconstituição dos cenários em que estiveram circunscritos os Tribunais do Santo Ofício, como as desenvolvidas por Lobo, Sartori e Soares (2016).

Esse tipo de documentação não se restringiu ao universo notarial da Santa Inquisição, pois as *devassas* foram instrumentos de suma importância para a organização régia dos Estados Absolutistas ocidentais e seus respectivos domínios coloniais. No Brasil colonial e imperial, como também em Portugal, diversos *processos* puderam ser identificados, abrangendo também o âmbito jurídico-laico, como as *devassas de insurreição.*

Diante do amplo aparecimento destas na história do Brasil, consideramos necessária uma breve explanação sobre a fonte devassa, com ênfase sobre as chamadas devassas de insurreição, cuja análise possa delinear suas funções e conjunturas de instauração. Para isso, elegemos os Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates como objeto central dessa breve contextualização.

Assim sendo, segundo Heloísa Belloto (2002), um documento diplomático será reconhecível, desde a sua gênese, a partir da contextualização de sua proveniência, de sua categoria e das espécies documentais que o compõem. Sendo assim, a constituição de um testemunho público está baseada em fases progressivas, enumeradas resumidamente da seguinte maneira: 1) identificação jurídico-administrativa do ato; 2) seleção da espécie documental; 3) fórmula diplomática, fórmula sistematizada ou fórmula usual, preenchida com um conteúdo tópico e circunstancial, que resulta na redação final; 4) divulgação junto aos públicos a atingir e/ou tramitação de rotina; e 5) guarda ou destinação fixada por sistemática.

Os procedimentos que constituíram os *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* não se afastam dessa constituição, mas apresentam algumas particularidades, que são inerentes ao contexto ao qual estão circunscritos. Esse documento diplomático é correspondente ao período colonial brasileiro, cujo principal motivo de investigação se deve ao crime de *lesa-majestade*, a partir da tentativa de

insurreição de um grupo de homens e mulheres da cidade de Salvador e, mais amplamente do Recôncavo da Bahia, contra a metrópole portuguesa. Os Autos estão subdivididos em dois processos, feitos a mando do governador da Capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal, e que foram procedidos pelos desembargadores Avelar de Barbedo e Costa Pinto, no ano de 1798 (Flexor *et al.*, 1998).

Seus originais estão alocados em dois arquivos distintos, estando parte das devassas no Arquivo Público do Estado da Bahia e outra parte na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional. A partir da localização de tais segmentos, uma equipe de trabalho, coordenada por Maria Helena Ochi Flexor (1998), obteve a licença de transcrever, editar e publicar, num único volume, levando em conta as Normas brasileiras para transcrição, os *Autos de Devassa da Conspiração dos Alfaiates*. Isso foi possível porque, além de ser um importante documento diplomático do período colonial de nosso país, é também um precioso documento histórico, que guarda em seus fólios diversos retratos da realidade político-econômica, administrativa, ideológica e instrucional da sociedade soteropolitana de fins do século XVIII. Será dessa edição que nos valeremos para dar cabo de nossa análise.

Assim sendo, as devassas são constituídas por diversas espécies documentais, pois sua tipologia não se resume ao caráter testemunhal. Quando adentramos em seu universo, podemos observar uma pletora de espécies, que irão ser acionadas para dar conta do processo de sua instauração, de seu andamento e de seu fechamento. Mas isso irá depender, também, de que tipo de processo devassatório estamos falando. De uma maneira geral, podemos encontrar pareceres, relatórios, assentamentos e acareações.

Como pode ser visualizado a seguir, a partir da identificação protocolar de todos os documentos conexos dos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, o primeiro processo devassatório sobre a Sedição Intentada de 1798 foi procedido pelo Desembargador Dr. Manoel Magalhães Pinto de Avelar Barbedo, a mando do então Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador da Capitania da Bahia, devido à publicação de alguns papeis sediciosos, que chamavam o Povo Baiense para um levante contra Vossa Majestade e seus "crimes" contra a população da colônia brasileira.

A partir do referido ato, identificado como crime de *lesa-majestade*, deu-se início ao processo devassatório, reunindo-se as provas para análise. Dando seguimento aos procedimentos investigativos, foram realizados exames comparativos de algumas grafias dos boletins com o intuito de identificar seus autores. Um dos

investigados foi Domingos da Silva Lisboa, que recebeu uma ordem de busca e apreensão de provas em sua residência. Levando em conta o que foi encontrado e a análise das grafias, este foi preso para aguardar o término da investigação e seu julgamento. Em meio a isso, alguns indivíduos foram chamados para depor e, dessa maneira, o processo continuou até a eclosão de uma ação investigatória muito maior, a qual teve como base um conjunto de três denúncias sobre uma reunião secreta, no Dique do Tororó, de alguns homens que tinham o objetivo de concretizar um levante na "Cidade da Bahia" contra Portugal.

Reunindo o primeiro processo de investigação com o início de um segundo, agora procedido pelo Desembargador Dr. Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, os *Autos de Devassa da Conspiração dos Alfaiates* foram se constituindo, levando em conta as rotinas burocráticas notariais jurídico-laicas portuguesas. Tais rotinas podem ser observadas a partir da sumarização de todos os seus documentos compositores, identificados a partir de seus protocolos, que ora manifestam claramente seu conteúdo informacional, ora não, pois algumas espécies e/ou tipos documentais são partes constitutivas de algumas anteriores, como pode ser observado no exemplo a seguir, retirado do segundo processo devassatório, procedido por Costa Pinto:

> Careação feita a João de Deos do Nascimento com Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira, Ignacio da Silva Pimentel e Joze de Freitas Sacoto todos prezos nas cadeasda Relação, e com o Capitão Joaquim Joze de Santa Anna, que he denunciante
>
> Com Lucas Dantas de Amorim Torres pelas respostas que dera as perguntas que Se lhe fizerão de Nº 4º Com Ignacio da Silva Pimentel, pelas suas respostas dadas as pergunta, que Se lhe fizerão, e são as de nº 5º 91
>
> Com Joaquim Joze de Santa Anna, pela sua denuncia junta ao auto da Devassa

Como pode ser observado, o protocolo não se manifesta claramente em todas as acareações, porque elas representam uma sequência investigativa que tem como objetivo desvendar quem são os "culpados" pela tentativa de sedição contra Vossa Majestade. Por isso mesmo, apesar de representar documentos específicos, pois são acareações diferentes, reproduzem uma ordenação lógica, que, posteriormente, servirá de base para a mensuração das informações levantadas e o acionamento das testemunhas que seriam convocadas, uma a uma, para depor.

É possível observar como ocorrem os procedimentos devassatórios de uma maneira geral e, consequentemente a isso, como se dá a constituição da macroestrutura de uma devassa. Para evidenciar textualmente, a título de exemplo,

demonstramos, a seguir, o protocolo do inquérito do primeiro processo investigativo sobre os autores dos papeis sediciosos:

> Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil seteCentos noventa e oito, aos quatorze dias do mez de Agosto do dito anno nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos, e Cazas do Dezembargador e Ouvidor Geral do Crime, e Intendente da Policia o Doutor Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo, onde eu Escrivão de seu Cargo ao diante nomiado por ordem do dito Menistro me achei, e sendo ahy por elle me foi dito que pella Portaria do Illustrissimo e Excellentissimo Governador e Capitão General datada do dia doze do Corrente, e mais papeis a estes juntos, tinha vindo no Conhecimento de que no referido dia tinhão aparecido fixados em algumas esquinas da Cidade, e Lançada em algumas Igrejas varios papeis atrozes, sidiciozos, e revolucionarios; e como na Confor- [fl. 1v] Na Conformidade das Leis da sobredita Portaria, devia proceder a Devassa para servir no Conhecimento dos Exacrandos Reos de hum delicto tão atros, por isso me ordenava que autuada a dita Portaria, e mais papeis e esta juntos para servirem de Corpo de delicto, manda-se notificar testemunhas para serem Devassamente inqueridas sobre o referido atentado o que tudo logo executei autuando a dita Portaria que vai junta por Copia com os Botelho Escrivão nomiado que o escrevy.
>
> Doutor Magalhães

Posteriormente a isso, como já pôde ser visto, após o cumprimento da abertura da Devassa, os chamados Boletins Sediciosos são anexados por serem prova fulcral do processo. Feito isso, dá-se início às investigações, convocando-se as testemunhas que tinham qualquer tipo de relação direta com os envolvidos, além das que iam sendo referidas no decorrer dos depoimentos. A partir da assentada em si, quando se identifica a data do procedimento e seu objetivo, o perfil sociológico da testemunha é descrito, com base em um conjunto de variáveis, como as que são anunciadas na abertura do procedimento de convocação testemunhal a seguir:

> Aos dezessete dias do mes de Agosto de mil seteCentos noventa e oito annos nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos em Cazas de morada do Dezembargador Ouvidor geral do Crime o Doutor Manoel de Magalhaens Pinto de Avelar Barbedo, onde eu Escrivão do seo Cargo fui vindo, e sendo ahy pello dito Menistro forão inqueridas Devassamente as testemunhas Seguintes, das quaes seos nomes, idades, moradas officios ditos costumes se seguem de que fis este termo E eu Verissimo de Souza Botelho Escrivão que o escrevy (Flexor et al., 1998, p. 40).

Em relação à abertura do outro processo, conduzido posteriormente por Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, é possível observar a similaridade do procedimento de abertura, o qual dá continuidade ao que se fizera anteriormente sobre o delito de publicação de papeis sediciosos em lugares públicos da "Cidade da Bahia".

> O Dezembargador Ouvidor Geral do Crime porporâ em Rellação os autos de Devassa sobre os papeis Sediciozos que se publicarão nesta Cidade, a que procedera por Portaria minha de doze de Agosto do anno passado com os Adjuntos os Dezembargadores Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, Francisco Antonio Mourão, Jozê Francisco de OLiveira, Francisco Xauier da Sylva Cabral, e Jozê Pedro de Azeuedo Souza da Camara, que hei por nomiados, setenciando-Se os Reos na forma que determina a Carta Regia de uinte dous de Dezembro do dito anno, que Se acha junta aos autos ficando na Costa Pinto que propunha tambem em Rellação a outra Devassa a que por ordem minha procedera a Respeito da Conjuração que Se intentaua urdir nesta mesma Cidade, por não ser pussiuel de outra Sorte decidir-se hum, e outro proSeço com aquella breuidade, e promptidão que Sua Magestade me Recomenda na Citada Carta Regia (Flexor et al., 1998, p. 141-142).

A partir da abertura do inquérito, seus responsáveis manifestam o despacho de cumprimento de ordem investigativa, expedida pelo escrivão em exercício. Seguindo os procedimentos gerais, as provas são coletadas e os suspeitos são convocados para depor, como pôde ser observado de forma panorâmica no sumário dos documentos compositores do livro de devassa dos *Autos da Conspiração dos Alfaiates*.

1. Propecção arquivística das devassas do Brasil

Em busca de fontes para a reconstituição histórica da difusão e das práticas de escrita no Brasil, percebemos que as *devassas* produzidas durante os períodos colonial e imperial poderiam ser de grande valia para o tipo de investigação aqui proposta, pois estas apresentam um universo coeso de informações que podem nos aproximar da realidade colonial e pós-colonial brasileira. Mas, antes mesmo de termos notado tal aspecto, o historiador João José Reis (1988) já tinha percebido a relevância desse tipo documental para a investigação histórica sobre a difusão da escrita em universos sociais pretéritos. Buscando compreender as questões relacionadas à repressão contra a prática do *calundu*, o pesquisador esquadrinha os dados coletados dos *Autos de Devassa da Revolta do Calundu dos Passos* (1785), dizendo-nos que:

> Trinta testemunhas juraram sobre um Livro do Evangelho contra os africanos presos no calundu de Cachoeira. Destas, seis afirmam nada saber sobre o caso, muitas sabem por ser "público e notório", umas poucas participaram da invasão ou a testemunharam pessoalmente. Eram pessoas nascidas na Bahia ou vindas de fora, de diversas cores, ocupações, idades, estado civil e grau de instrução. Suas idades variavam entre 19 e 65 anos, a maioria na faixa entre 25 e 35 anos. Sete tinham mais de 50 anos. Os

não brancos eram proporcionalmente mais jovens que os brancos. Esse padrão confirma as pesquisas de Mattoso sobre a família baiana do século XIX. **A vantagem dos brancos também reflete-se no índice de analfabetos, apenas 2 entre os 7 que não sabiam escrever. No entanto, é interessante que dois terços dos não brancos soubessem pelo menos assinar seus nomes. De todas as 30 testemunhas, apenas 7 não assinaram seus nomes.** Nove eram naturais de Cachoeira, 8 de outras vilas do Recôncavo, 3 de Salvador, 2 de cidades de fora da Bahia mas no Brasil, 6 de Portugal e 2 da África (Reis, 1988, p. 78-79). [Grifos nossos]

Reis (1988) compreendera que, a partir do cômputo das assinaturas dos depoentes, poderia conjecturar indicadores de alfabetismo na região do Recôncavo Baiano com base nas informações contidas na *devassa*.

Para além dos processos inquisitoriais, anteriormente citados, e do *processo devassatório* sobre a *Revolta do Calundu dos Passos*, localizamos diversos outros exemplos similares de *devassas* de cunho jurídico-laico instauradas no Brasil, como os explicitados a seguir:

Quadro 1 – Alguns processos devassatórios da história do Brasil

PROCESSO DEVASSATÓRIO	ENTIDADE ARQUIVÍSTICA
Autos de Devassa do Levante de Indígenas e Escravos na Vila de Camamu (1691)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739)	Arquivo Público do Estado do Pará
Autos de Devassa sobre a Entrega da Villa do Rio Grande às Tropas Catelhanas (1764)	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Autos de Devassa da Comarca de Sabará (1776)	Arquivo Público Mineiro
Autos da Devassa da Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro (1794)	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Autos de Devassa Geral da Correição da Vila de Camamu (1805)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa da Revolta Pernambucana (1817)	Arquivo Público do Recife
Autos de Devassa de Escritos Inflamatórios e Sediciosos Encontrados em Mãos de João Crioulo – Escravo de Antônio José Pereira Rocha e Francisco Antônio de Souza (1821-1822)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa de Mata-Maroto (1823)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa da Revolta de Nossa Senhora de Jaguaripe (1831)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa da Revolta dos Malês (1835)	Arquivo Público do Estado da Bahia

Autos de Devassa da Revolta da Sabinada (1837)	Arquivo Público do Estado da Bahia
Autos de Devassa da Revolta da Cabanagem (1835-1840)	Arquivo Público do Estado do Pará
Autos de Devassa da Revolta da Balaiada (1838-1841)	Arquivo Público do Estado do Maranhão
Autos de Perguntas da Revolta de Canudos (1893-1897)	Arquivo Público do Estado da Bahia

Fonte: Elaboração do autor.

Entre tantos *processos devassatórios*, veio-nos um questionamento: por que Ana Maria Galvão (2010) afirmou não haver fontes para esse tipo de pesquisa no Brasil?

Segundo Carlos Barcellar (2010), os historiadores, de uma maneira geral, necessitam ter uma formação arquivística, pois acabam cometendo graves equívocos por desconhecerem a realidade e a estrutura dos arquivos e acervos brasileiros. Não seria diferente, obviamente, para nossa especificidade, como o caso há pouco referido. Devido ao desconhecimento dos diversos tipos de arquivos e seus respectivos documentos, muitos pesquisadores tratam o período colonial brasileiro como um vácuo em nossa história, julgando não se ter havido produção documental em larga escala que viabilizasse uma reconstituição mais eficiente desse período. Mas, pelo que vimos, isso não é bem a verdade.

Sobre a produção documental no Brasil, podemos dizer que esta, obviamente, se iniciou com a implantação da política colonial portuguesa. Segundo Barcellar (2010, p. 43),

> Quando da expansão ultramarina, a instalação portuguesa no Brasil se fez, nos primeiros momentos, pela concessão das capitanias hereditárias. Logo, porém, as dificuldades evidentes dessa estratégia obrigaram à mudança de rumos na política colonial metropolitana, com a decisão de se instalar um Governo Geral em Salvador. Podemos considerar que, desde então, duas linhas básicas de acumulação documental se estabeleceram: uma, privada, em mãos dos capitães-donatários, em sua maioria estabelecidos em Portugal, e outra, pública, na sede do Governo local e metropolitano. Todavia, o evoluir dos depósitos de arquivos deu-se de modo precário, sem maiores regulamentações, ocorrendo ao acaso onde houvesse um canto vago para juntar papéis cujo trâmite já havia se encerrado.

Carlos Barcellar (2010, p. 46) enfatiza que as práticas documentais brasileiras, dando enfoque aqui ao período colonial, remontam à produção documental da Idade Média, "em que as tentativas de criação dos estados nacionais foram acompanhadas pela crescente necessidade de se registrar e conservar os atos emanados dos poderes reais". Por isso mesmo, a produção documental no Brasil, nos primeiros séculos de ocupação e dominação portuguesa, reflete a própria política colonialista lusitana, que, com as transformações de sua administração, irá produzir novos tipos documentais para atender a realidade organizacional de suas possessões.

Como já é sabido, a partir do século XVI, a organização política ocidental ganha novas configurações. Se, na Idade Média, não haveria distinção entre Estado e Igreja, a partir de então, os Estados Absolutistas manifestam um direito administrativo laico. Em consequência disso, novos produtos documentais emergem, levando em conta estruturas já conhecidas, e que já eram comumente produzidas pelo notariado eclesiástico, como é o caso das *devassas*. Isso quer dizer que, no Brasil, a documentação notarial foi produzida a partir de duas realidades específicas: a *eclesiástica*, levando em conta a inspeção dos inquisidores do Santo Ofício e da Igreja de uma maneira geral, e a *jurídico-administrativa laica*, a partir da fiscalização dos funcionários do Império que atuavam na colônia.

Os documentos notariais, tanto *eclesiásticos*, quanto *jurídico-administrativos laicos*, estão alocados em diversos arquivos espalhados por todo país e também fora do Brasil. Entretanto, devido à sua situação estrutural e organizacional, muitos desses testemunhos estão submersos em enormes montanhas de caixas, maços e envelopes sem nenhum tipo de tratamento arquivístico adequado. Por isso, antes mesmo de adentrarem ao universo da pesquisa em arquivos, os historiadores necessitam compreender a dinamicidade dos documentos depositados neste ou naquele arquivo, buscando delimitar suas respectivas funções dentro de sua entidade produtora e acumuladora. Para que isso se concretize, é necessário que o pesquisador consiga estabelecer a gênese documental, levando em conta os contextos históricos que circunscrevem sua produção. Dessa forma, o primeiro passo é identificar com qual tipo de arquivo estamos lidando.

Segundo Barcellar (2010, p. 26), existem basicamente seis tipos de arquivos, que podem ser assim distribuídos:

Quadro 2 – Arquivos e fontes documentais do Brasil

ARQUIVOS	DOCUMENTOS
Arquivos do Poder Executivo	· Correspondência: ofícios e requerimentos · Listas nominativas · Matrículas de classificação de escravos · Lista de classificação de votantes · Documentos sobre imigração e núcleos coloniais · Matrículas e frequências de alunos · Documentos de polícia · Documentos sobre obras públicas · Documentos sobre terras
Arquivos do Poder Legislativo	· Atas · Registros
Arquivos do Poder Judiciário	· Inventários e testamentos · Processos cíveis · Processos crime
Arquivos Cartoriais	· Notas · Registro civil
Arquivos Eclesiásticos	· Registros paroquiais · Processos · Correspondência
Arquivos Privados	· Documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas.

Fonte: Barcellar (2010).

Em que tipo de arquivo estão provavelmente depositados os *processos devassatórios*? Pelo que notamos, é possível localizá-los basicamente em dois tipos: nos *arquivos eclesiásticos* e nos *arquivos do poder judiciário*. Mas o que tais arquivos têm em comum? Como pode ser claramente observado, tais tipos de arquivo guardam os processos cíveis e crime contra a Santa Igreja Católica e/ou contra a organização régia da metrópole. São tais processos, não deixando de lado os que dizem respeito diretamente aos Tribunais do Santo Ofício – que estão depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo –, extremamente importantes para a pesquisa histórica, pois

> Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas,

> permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado (Barcellar, 2010, p. 37).

Vistos dessa forma, tais documentos, mais especificamente as chamadas *devassas*, são verdadeiras fotografias das realidades sociais do período colonial e pós-colonial do Brasil, tanto para compreendermos os projetos moralizadores da Igreja, como para compreendermos a política colonialista portuguesa, além, é claro, das reações da população aos seus projetos econômico-administrativos. É exatamente por isso mesmo que os *processos devassatórios* são extremamente relevantes para a reconstituição histórica de tais períodos, pois revelam contextos macroscópicos, mais generalizantes, da população colonial brasileira.

Esse aspecto foi apontado por Maria Silvia Bassanezi (2011, p. 144-145), quando nos diz que, a partir das novas premissas da *História Cultural*, os registros civis e paroquiais, e mais amplarmente os processos *jurídicos laicos* e *eclesiásticos*, são fontes privilegiadas, porque nos fornecem dados que podem revelar:

- a dinâmica demográfica diferenciada por cor/condição social e/ou por atividade econômica constatando a forte presença do controle social na reprodução humana;
- os movimentos sazonais dos nascimentos, casamentos e óbitos, que refletem costumes, tradições, mentalidades religiosas, atividades econômicas, condições climáticas e biológicas;
- a disseminação de relações extraconjugais e de elevados índices de ilegitimidade e de abandono de crianças, abrindo, inclusive, novas perspectivas para a compreensão da sociedade do passado e de seus mecanismos de exclusão social de uma grande maioria;
- a existência da família de casamentos legalizados de escravos, o que ajudou a ampliar e refinar a visão da historiografia sobre a escravidão no Brasil;
- a ocorrência de padrões de compadrio – descoberta que colaborou para uma compreensão maior das relações sociais, de ajuda mútua e de poder entre pessoas, comunidades e estratos sociais e do funcionamento de certas redes sociais estabelecidas e reproduzidas ao longo do tempo;
- a ocorrência de padrões de nominação ou nomeação dos indivíduos – através dos quais se observam: origens remotas das famílias; alianças com outros grupos sociais, étnicos e familiares; o ingresso de imigrantes nas sociedades e as decorrentes modificações ou transformações importantes nos usos, costumes, na organização social, política e religiosa da comunidade;

- as escolhas matrimoniais – onde exercem papel importante questões relativas à etnia, à preservação do patrimônio, ao estabelecimento de alianças, à união de capacidades de trabalho;
- **vários outros aspectos ligados à instrução, à religião, à moral, às mentalidades. A presença ou ausência de assinaturas nas atas de casamento e sua escrita, por exemplo, podem dar indicações sobre o nível de instrução dos indivíduos ou grupos envolvidos**. [Grifos nossos]

Entre os próprios historiadores, já há uma percepção de que, através do cômputo e da análise das assinaturas firmadas nesse tipo de documentação, é possível mensurar níveis e perfis de alfabetismos em tempos pretéritos de nossa história. Cabe-nos, diante disso, buscar entender a estrutura e o funcionamento dos arquivos de nosso país, para, mais tarde, constituirmos *corpora* significativamente exaustivos que viabilizem a construção de uma história de longa duração da difusão social da cultura escrita no Brasil.

Distribuição social e circulação da escrita na Inconfidência Mineira (1789)

Fonte: culturamix.com

Com a descoberta do ouro, nas Minas Gerais, o Brasil passou por uma perceptível transformação. Enquanto a agricultura era a base econômica da colônia, pelo menos até finais do século XVII, concentrando a maioria da população no litoral nordestino ou em regiões próximas a este, a atividade mineradora, que exigiu o desbravamento de regiões interioranas pouco ou nunca antes exploradas, desencadeou uma intensa migração de indivíduos de várias partes da colônia e, também, de Portugal e de África para a região das Minas Gerais. Concentrando sujeitos variados em zonas embrionariamente urbanas, o extrativismo mineral proporcionou uma mobilidade social que nunca antes teria sido vivenciada em terras brasílicas, fato este que modificou o cenário político-econômico durante todo o século XVIII.

Sendo assim, para aqueles homens e mulheres que estavam em busca de oportunidades de ascensão social e que fugiam da crise da economia açucareira, o brilho das pedras preciosas foi um atrativo, tanto para baianos, pernambucanos e cristãos-novos, que viram no ouro a chance da mobilidade socioeconômica. Esse mar de indivíduos que chegava às Minas Gerais aglomerou-se nas principais zonas de extração, formando vilas e cidades. Em meio a isso, emerge paulatinamente uma consciência nativista, que ia se opondo aos interesses metropolitanos, principalmente em se tratando dos impostos que a Coroa começara a cobrar sobre todo o ouro encontrado. Os núcleos urbanos em formação contribuíram para o desenvolvimento de ideias que não se harmonizavam com a mentalidade colonial, difundida pelo ideário da Corte (Lucas, 2002).

Tais pensamentos, aos poucos, contribuíram para o desencadeamento de inúmeros conflitos. Todo o século XVIII ficou marcado por motins e insurreições que, em menor ou maior grau, fizeram com que a Coroa se posicionasse fortemente. Tais rebeliões, segundo Lucas (2002), tinham um impacto mais local e não conformavam uma cartilha de ideias ou uma corrente de cunho autonomista. Contudo, a *Inconfidência Mineira* tornou-se representativa historicamente, pois se organizou entre muitos indivíduos que, com base em doutrinas extremamente censuradas por aqui, questionavam duramente a exploração econômica que o Brasil vinha sofrendo de Portugal.

Segundo Lucas (2002, p. 10),

> O episódio da derrama foi o pretexto para que florescessem opiniões que estavam no ar, a despeito do controle do poder metropolitano. Elas circulavam sigilosamente entre letrados, comerciantes, burgueses, militares e pessoas graduadas da burocracia governamental. A pressão fiscal, segundo a literatura subversiva de então, deveria ser explorada como combustível dos movimentos revolucionários (Lucas, 2002, p. 10).

Diante das insatisfações com a tributação sobre o ouro, ideias que já estavam propagadas entre muitos sujeitos começam a se tornar um mote de organização de insurgentes, contudo, precisavam ser difundidas secretamente, pois poderiam ser vistas como prova de um levante contra a Coroa, tornando aqueles que as seguiam criminosos. A censura tornou-se mais evidente a partir da decadência da exploração aurífera, que já era nítida na segunda metade do século XVIII, levando o poder central a tomar atitudes mais enérgicas contra quaisquer movimentos que culminassem no crime de *lesa-majestade*. Com o descontentamento da população empobrecida e a difusão das ideias iluministas, o cenário para a emergência da sedição mineira foi se compondo, levando homens,

de variadas camadas sociais, a tentarem se organizar contra a dependência econômica que o Brasil sofria de Portugal.

Assim sendo, a *Inconfidência Mineira* foi um dos movimentos mais importantes da história colonial do Brasil, pois apontou o visível declínio do domínio português sobre a colônia, que, apesar de ter sido energicamente combatida e evitada, deu o primeiro grande passo organizado de combate contra a condição colonial. Por isso mesmo, tal movimento foi exaustivamente investigado por diversos pesquisadores, e muitos deles nem sempre convergem quando se trata dos objetivos e dos perfis dos sediciosos. Para que possamos compreendê-la de forma mais apropriada, buscaremos pautar as proposições de alguns autores que enveredaram por seu universo, com o intuito de elucidar os principais aspectos que colaboraram para sua composição. Há, entre os pesquisadores, pelo menos, três possíveis teses sobre a concepção ideológica dos envolvidos nesse movimento. Vejamos.

A primeira delas é apresentada pelo inglês Kenneth Maxwell, que, com a publicação de *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*, em 1985, propõe que o movimento sedicioso mineiro, que se compôs no último quartel do século XVIII nas Minas Gerais, era constituído, em sua grande maioria, por indivíduos das altas camadas da sociedade colonial, os quais tinham o objetivo de, livrando-se dos altos impostos cobrados pela Coroa, angariar ainda mais riquezas, oriundas fundamentalmente do extrativismo mineral. Sendo assim, Joaquim José da Silva Xavier, o chamado Tiradentes, seria, na realidade, um "bode expiatório" do movimento, e não necessariamente um herói, como consta nos livros de história geral do Brasil. Para Maxwell (1978), Silva Xavier era, na realidade, um homem branco, ambicioso, que, não tendo propriedades, buscava uma mobilidade vertical na estrutura social, sem se preocupar em como alcançá-la.

Já João Pinto Furtado, em *O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, em 2002, diverge da tese proposta por Maxwell. Ao analisar os bens apreendidos dos envolvidos no movimento mineiro, revela-nos que a heterogeneidade dos sediciosos é um forte indício da multiplicidade de objetivos da Inconfidência, pois, quando se avaliam tais indivíduos, é possível observar que estes compunham diversos setores da economia, de diferentes comarcas da Capitania, e que, dessa maneira, possuíam objetivos variados, como foi o caso da divergência entre os inconfidentes sobre a libertação dos escravizados e o fim desse sistema de mão de obra.

Uma terceira proposta sustenta que é possível encontrar semelhanças, e também algumas diferenças, entre a insurreição mineira e os outros motins que eclodiram por todo o século XVIII nas Minas Gerais. Dentro desta via, destaca-se Luiz Carlos Villalta, que, em suas investigações, aponta que elementos e perspectivas políticas tradicionais, que remontam ao século XVI, podem ser

identificadas no movimento mineiro. Segundo tal proposta, a insurgência mineira poderia ser, na realidade, uma forma de se colocar contra a administração real da colônia, ou mesmo contra o governo da própria Coroa, não conformando, necessariamente, uma insurreição contrária à monarquia, mas, sim, um questionamento às explorações tributárias que vinham ocorrendo desde a emergência do ciclo aurífero. Ou seja, a questão não estaria sobre o universo político, mas, afirmadamente, sobre o domínio econômico.

Diante de tais propostas, é notória a pluralidade de perspectivas na abordagem do movimento sedicioso. Por isso mesmo, buscaremos abordá-lo, descrevendo as possíveis motivações que contribuíram para sua organização.

Dessa forma, é possível dizer que a insurreição mineira, dentre as sedições e os motins que ocorreram por todo o século XVIII nas Minas Gerais, foi um dos principais movimentos que definitivamente marcaram a nossa história, devido ao tipo de reação tomada pelo reino português, posicionamento que deixou clara sua preocupação com as agitações que, em menor ou em maior grau, se formavam contra a Coroa, principalmente em se tratando da enorme carga tributária cobrada da população que por aqui habitava. Tendo Joaquim José da Silva Xavier como principal representante histórico, um alferes, minerador e tropeiro da região das Minas Gerais – mas não o único fundamental personagem, pois havia outros participantes, como párocos, militares e personalidades de "consideração" da época –, o movimento insurgente das Gerais compôs-se fundamentalmente por causa dos exorbitantes impostos cobrados pela metrópole sobre o comércio aurífero, o *quinto* e a *derrama* mais especificamente, tributos que colaboraram para o agravamento das insatisfações que se desenhavam há décadas.

Com o declínio da exportação de açúcar, que começa a se evidenciar em finais do século XVII, porque outras localidades começaram a comercializar um açúcar mais barato e de qualidade superior, é o comércio de metais preciosos, fundamentalmente o ouro, o principal recurso da tentativa de recuperação da economia portuguesa, pois a descoberta das Minas Gerais nos últimos anos contribuíra para o desenvolvimento de uma nova lógica econômica que tinha como base a extração e a sua exportação para Portugal. Para isso, muitos proprietários de terras, que estavam em crise devido ao declínio do comércio do açúcar, oriundos das Capitanias que tinham a agricultura como base econômica, além de indivíduos de localidades variadas, migraram para as Gerais com o intuito de explorar a extração de minério de ouro nessa região. Dessa forma, houve um enorme crescimento populacional por lá, contribuindo definitivamente para a reconfiguração sociológica dessa localidade, na qual, em torno do ouro, se formaram várias vilas e cidades.

Com o desenvolvimento desse novo ciclo econômico, Portugal, para garantir sua lucratividade, estabeleceu que todo ouro extraído deveria ser levado à Casa de Fundição, onde 20% do total obtido eram retidos, ficando sob sua posse. Esse imposto era o chamado *quinto*, o qual começara a deixar muitos dos mineradores insatisfeitos, pois os obrigava a pagar quantidades exorbitantes do minério dourado. Mais tarde, com o acúmulo de débitos que muitos mineradores vinham angariando, Sua Majestade cria a *derrama*, que, segundo Furtado (2014, p. 667),

> [...] derivava de uma espécie de acordo tácito entre Coroa e as câmaras, já que esboçado desde 1734 mas não regulamentado até 1750 e, menos ainda, cumprido rigidamente ao longo do século XVIII. Segundo o acordo, o objetivo da derrama, um método complementar de apuração dos quintos reais, era o de completar as expectativas de arrecadação metropolitanas quando não fosse obtido um patamar satisfatório (cem arrobas anuais em 1734) através do ouro "quintado" nas casas de fundição. Embora pesasse – predominantemente sobre os mineradores de toda a capitania, tudo indica que caberiam às câmaras, em consórcio com o governo da capitania, sua arrecadação e administração.

Diante da *derrama*, muitos mineradores começaram a questionar, ainda mais do que antes, possíveis abusos da metrópole para com a economia da Colônia, considerando-o um imposto indevido e desmedido. Assim, um contingente de uma possível elite intelectual e econômica dessa região começou a se organizar e debater sobre uma possível "solução" para tantos desmandos do Reino. Foi assim que diversos indivíduos, entre profissionais liberais, mineradores, fazendeiros e alguns da força militar, reuniram-se para forjar uma insurreição que culminasse na aniquilação do poder português sobre a Colônia, pelo menos no que diz respeito ao aspecto econômico. Embebidos pelas novas ideias que vinham se espalhando pelo mundo ocidental, como as que favoreceram a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, essas personagens reuniam-se e debatiam tais conceitos, organizando um possível levante, que questionava, dentre outras coisas, a exploração político-econômica exercida pela metrópole sobre o Brasil e a proibição da instalação de manufaturas por aqui. Diante de tais problemas, os insurgentes tinham como principais objetivos alcançar a independência econômica da então colônia e, com isso, autorizar a instauração de oficinas manufatureiras, além de facilitar a criação de uma Universidade na cidade de Vila Rica.

Contudo, havia pontos no movimento que não eram consensuais, como o caso da escravização. Uma parcela dos inconfidentes era favorável à abolição dos escravizados, política esta adotada em algumas monarquiais, como a Inglaterra, enquanto outra parcela era totalmente adversa à ideia de extinguir o

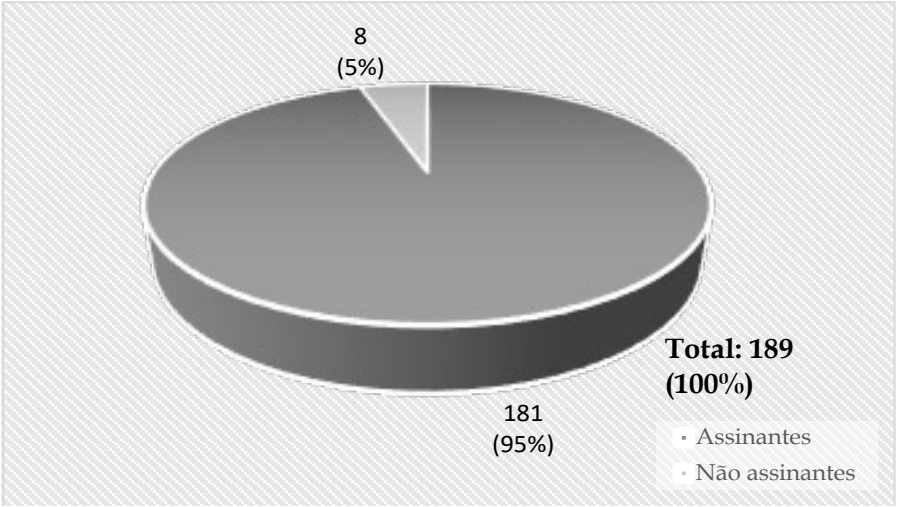
sistema escravocrata, principalmente aqueles que possuíam muitos escravizados, como fazendeiros e grandes mineradores. O principal objetivo colocado por estes, e também pela maioria dos insurgentes, era a independência econômica da Colônia, com a manutenção parcial da estrutura política que vinha sendo desenvolvida até então, havendo somente a expansão da economia de manufaturas, proibidas até aquele momento, e o maior acúmulo do ouro extraído, sem o sequestro de valores exorbitantes, autorizados pelos impostos vigentes.

Porém, o movimento não teve êxito. O principal motivo para isso foi a delação de Joaquim Silvério dos Reis, que, em troca da anistia de suas dívidas com o governo, denunciou todos os envolvidos na sedição. Os inconfidentes, com a denúncia de Silvério dos Reis, foram presos e condenados pelo crime de *lesa-majestade* a partir da instauração do *processo devassatório* que investigou a referida denúncia. Joaquim José da Silva Xavier, um dos principais articuladores da Inconfidência, como forma de "exemplo" para todos os súditos, foi enforcado e esquartejado, tendo a sua cabeça salgada e levada para Vila Rica, onde ficou exposta em uma gaiola para toda a comunidade. À noite do dia 12 de maio de 1792, depois de depositada em praça pública, a cabeça de Tiradentes, como também era conhecido Silva Xavier, foi roubada e nunca mais foi encontrada. Já os outros inconfidentes foram exilados no continente africano, pois, durante todo processo, negaram sua participação na insurreição mineira. Na realidade, o único que a assumira foi o que teve seu corpo dilacerado e exposto como espetáculo para a população.

É em meio a essa realidade de insurgência e horror, devido à severa repressão que sofreu, que o processo de investigação da *Inconfidência Mineira* se constituiu, iniciando-se em 1789, a mando do Visconde de Barbacena, e seguiu até o ano de 1792, quando a sentença foi declarada no Rio de Janeiro, cidade onde ficaram detidos todos os envolvidos considerados culpados. Em todos esses anos, muitos testemunhos foram obtidos e muitos documentos foram anexados ao processo, culminando numa enorme massa processual que configurou os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*.

Dos *Autos*, podemos extrair o testemunho de 189 depoentes. Estes, com variados perfis sociológicos, também imprimiram suas assinaturas e/ou explicitaram seu desconhecimento da tecnologia da escrita. E é sobre esse universo de indivíduos, envolvidos, diretamente ou indiretamente, na *Inconfidência Mineira*, que iremos nos debruçar. Vejamos:

Gráfico 1 – Inconfidência Mineira: Assinantes *versus* não assinantes



Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível visualizar, dos 189 indivíduos que depuseram perante os notários responsáveis pelo referido processo, 181 firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, representando um percentual de 95% de assinantes. Esse número é bastante elevado, fato este que nos surpreende, quando avaliamos as afirmações de que, nesse período, a maioria populacional da colônia estava fora do mundo ativo da escrita. Quando correlacionamos tais números às variáveis sociais que serão analisadas, essa amostra nos revela dados ainda mais inquietantes.

1 Repartição por sexo

Quando distribuímos esses números entre homens e mulheres, temos o seguinte quadro:

Tabela 1 – Inconfidência Mineira: Repartição por sexo

Sexo	*Assinantes*	*Não assinantes*	**Total**
Masculino	176 (97%)	5 (3%)	**181 (93%)**
Feminino	5 (62%)	3 (38%)	**8 (6%)**
Total	**181 (95%)**	**8 (5%)**	**189 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, os homens representam a maioria dos indivíduos presentes no referido processo, havendo apenas um conjunto de oito mulheres no total dos envolvidos na *Inconfidência Mineira*. Essa parca representação do contingente feminino inviabiliza análises mais precisas, mas não impede que façamos conjecturas que nos aproximem indiciariamente do contexto em questão – aspecto que será reportado mais adiante.

Dos 181 homens, 176 assinaram seus depoimentos, representando um percentual de 97%. Entre as mulheres, cinco firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, representando um percentual de 62%.

Apesar de termos um número maior de assinantes do que de não assinantes mulheres, quando comparamos esses números, além daqueles que serão apresentados para as outras sedições em análise, com os dados apresentados por Roger Chartier (2004) – a partir de pesquisas realizadas por outros pesquisadores para o âmbito da Europa – e agrupados por Ana Sartori (2010)[4], podemos observar que as mulheres, entre os séculos XVII e XVIII, representam um número menor de *assinante*s em relação aos homens. Observemos:

Tabela 2 – Índices de alfabetização da Europa e dos Estados Unidos entre os séculos XVII e XVIII

	HOMENS		MULHERES	
	SÉC. XVII	SÉC. XVIII	SÉC. XVII	SÉC. XVIII
Escócia	25%	60%	-	15%
Inglaterra	30%	60%	-	35%
França	29%	48%	14%	27%
Holanda (Amsterdã)	57%	85%	32%	64%
Estados Unidos (Nova Inglaterra)	61%	68%	31%	41%
Estados Unidos (Virgínia)	50%	65%	-	-
Portugal	78,4%	-	9,4%	-
Espanha	62,6%	-	12,6%	-

Fonte: Gandra (2010).

4 Os dados referentes a Portugal não compunham a tabela apresentada por Ana Sartori Gandra (2010), pois Roger Chartier (2004) não tratou de Portugal. Na realidade, incluímos nela os números apresentados por Rita Marquilhas (2000, p. 118) sobre o século XVII. Em relação aos dados referentes à Espanha, valer-nos-emos das indicações de Marquilhas (2000) sobre as investigações de Rodríguez e Bennassar (1978), quando a autora estabelece comparações entre os dois países ibéricos nos seiscentos.

Comparando-os, é possível notar que, no século XVIII, os homens representam maioria de *assinante*s, como pode ser visto também em nossos dados, apesar de termos, no contingente feminino, mesmo que num número ínfimo de indivíduos, uma maioria de firmantes. Esse dado, quando oportuno, terá um tratamento mais aprofundado, para entendermos as hipóteses que podem explicar como, dentro desse pequeno contingente, houve um número maior de mulheres assinantes do que não assinantes.

Para além disso, não podemos deixar de mencionar a discrepância entre os números apontados para os países ibéricos em relação aos outros contextos mencionados. Segundo Chartier (2004), por representarem a periferia do continente europeu, além do fato de serem países generalizadamente católicos – fato que, segundo ele, dificulta a difusão da escrita –, Portugal e Espanha teriam índices de alfabetização muito inferiores aos que foram levantados para os outros países da Europa. Mas não é isso que os números indicam. Na realidade, os dados sugerem uma realidade contrária à apontada pelo pesquisador francês. Além disso, os elementos por nós mensurados apontam índices ainda maiores, como pôde ser visto há pouco. Diante disso, como explicar essa diferença?

Para nós, a questão está diretamente relacionada ao tipo de fonte utilizada. As pesquisas em que Chartier (2004) se baseou valeram-se de um conjunto diversificado de *corpora* para levantar índices de alfabetismos na Europa Ocidental. Já Rita Marquilhas (2000) e Rodríguez e Bennassar (1978) tiveram como base os processos inquisitoriais realizados em Portugal e Espanha durante o período do Antigo Regime. Aqui, valer-nos-emos dos *processos devassatórios jurídico-laicos*, os quais se aproximam relativamente das características tipológicas dos processos da Inquisição, como já assinalado na seção anterior. Ou seja, tanto para os países ibéricos, quanto para uma das regiões do Brasil colônia – no caso, aqui, a região das Minas Gerais–, os números podem ter se apresentado extremamente altos devido ao tipo documental que serviu de base para a composição dos dados mensurados. Sendo assim, há algo específico no contexto de constituição de tais processos que os fazem agrupar indivíduos que, em sua maioria, foram capazes de firmar autograficamente suas assinaturas? Numa pesquisa de cunho historiográfico como esta, não há como determinar os fatores que possam explicar efetivamente essa questão, mas, sim, interpretar alguns aspectos que podem indicar algumas hipóteses que explanem as especificidades da composição dos *processos devassatórios jurídico-laicos de inconfidência* que poderiam ter colaborado para que encontrássemos um alto índice de *assinante*s nos *autos* da *Inconfidência Mineira*.

A partir de tais informações, analisaremos os perfis dos homens *assinantes* e das mulheres *não assinantes*, buscando delimitar os prováveis elementos sociológicos que possam ter favorecido para que encontrássemos índices tão altos de *assinantes* do sexo masculino e índices, por vezes, dissonantes de *assinantes* e *não assinantes* para o sexo feminino, quando avaliamos as três insurreições investigadas. Mas, antes disso, trataremos do que é excepcional em nossa amostra, ou seja, dos homens que não assinaram seu testemunho.

Assim sendo, quem eram os homens que não assinaram nas Minas Gerais? Vejamos:

Quadro 1 – Inconfidência Mineira: Homens não assinantes

NOME	COR	EST. CIVIL	EST. SOCIAL	CATEGORIA SOCIO-PROFISSIONAL	IDADE
Francisco Crioulo	Crioulo	____	Escravo (do S.M. José da Silva e Oliveira)	Carapina	40 anos
Joaquim Nagô	Preto de nação nagô	____	Escravo (do Padre José da Silva e Oliveira)	_____	32 anos
João de Sousa Pacheco	Branco	____	_____	Vive de roça	50 anos
Manuel Moreira	_____	Solteiro	_____	Vive do negócio que faz em sua taverna	25 anos
José Lopes Ribeiro	Mulato	Solteiro	Forro	Vive de minerar	50 anos

Fonte: Produzido pelo autor.

Dos cinco homens que não assinaram seus depoimentos, um é identificado como crioulo, um como branco, um como preto de nação nagô, um como mulato e um não teve sua cor revelada – provavelmente, este é um homem branco, pois tal característica é a comumente não marcada, colocando-o num rol de possíveis homens ditos brancos, se levarmos em conta o contexto de uma sociedade que, dentre outros fatores, era demarcada pela cor e pela origem dos indivíduos que a compunham. Dois são escravos de um mesmo indivíduo – no caso, o Padre José da Silva e Oliveira –, um é forro e os outros dois não possuem

seu estatuto social explicitado – geralmente, a condição de livre é a não marcada, por isso mesmo, estes podem ser identificados como tal. Suas idades são variadas, entre 25 e 50 anos. Além disso, quatro desses homens possuem profissões específicas mencionadas.

Diante desses dados, é possível perceber que a condição de escravizado ou ex-escravizado, a cor e o tipo de profissão são prováveis indicadores de analfabetismo, apesar de sabermos que tais elementos, quando analisados unicamente, não conseguem revelar de forma efetiva os contextos que não proporcionaram tais indivíduos a desenvolver a habilidade da escrita.

2 Repartição por cor

Quando observamos o cruzamento dos homens com a variável *cor*, temos o seguinte:

Tabela 3 – Inconfidência Mineira: Homens *versus* cor

Cor	*Assinante*s	*Não assinante*s	**Total**
Brancos	9 (90%)	1 (10%)	**10 (5,5%)**
Pardos	12 (100%)	0 (0%)	**12 (6,6%)**
Crioulos	1 (100%)	0 (0 %)	**1 (0,6%)**
Pretos	0 (0,0%)	1 (100%)	**1 (0,6%)**
Não identificada	154 (98,08%)	3 (1,92%)	**157 (86,7%)**
Total	**176 (97%)**	**5 (3%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Dos 181 homens, somente 24 apresentam sua cor explicitada. Entre os brancos, temos nove *assinante*s, com um percentual de 90%. Entre os pardos, temos doze indivíduos, com um percentual de 100% de assinantes. Há, ainda, um crioulo, que assina seu depoimento. É possível observar também um preto (de origem africana) *não assinante*. Além desses dados, temos 157 homens, ou seja, 86,7%, cuja cor não foi apresentada. Destes, 154 firmaram suas assinaturas após seus depoimentos, representando um percentual de 98.08%. Em relação a este

último aspecto, provavelmente, por ser a cor branca o dado não marcado, como já mencionado, tais indivíduos sejam considerados, no contexto daquela sociedade, igualmente brancos. Sendo assim, quando agrupamos os "brancos" com os que não tiveram sua cor identificada, temos o número de aproximadamente 90% de *assinante*s. Ou seja, os dois grupos significativos de firmantes, na variável *cor*, são os brancos e pardos. Como, no caso dos *autos* da *Inconfidência Mineira*, não temos aspectos representativos dos outros contextos, não podemos tecer maiores comentários.

3 Repartição por estatuto social

Quando avaliamos os homens relacionados à variável *estatuto social*, temos os seguintes dados:

Tabela 4 – Inconfidência Mineira: Homens *versus* estatuto social

Estatuto social	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Liberto/alforriado	4 (80%)	1 (20%)	**5 (2.5%)**
Escravo	3 (60%)	2 (40%)	**5 (3.5%)**
Não identificado	169 (98.8%)	2 (1.2%)	**171 (94%)**
Total	**176 (100%)**	**5 (100%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Do conjunto de 176 homens *assinantes*, 98.08% não possuem identificação de estatuto social e nenhum é apontado como livre. Provavelmente, por ser esse o contexto não marcado – ou seja, a identificação social do estatuto social é geralmente feita quando o indivíduo é escravizado ou é alforriado –, os indivíduos que não tiveram seu estatuto social explicitado podem ser considerados livres. Sendo assim, os possíveis livres são majoritariamente o contingente *assinante* da amostra da *Inconfidência Mineira*. Além disso, 80% dos alforriados e 60% dos escravos assinaram seu depoimento. Se relacionarmos esse aspecto com a variável cor, é possível dizer que tais indivíduos são, em sua maioria, pardos, havendo somente um crioulo (filho de africanos nascido no Brasil) *assinante* no conjunto dos dados. Portanto, mesmo na condição de escravos e/ou ex-escravos, a cor

de tais homens parece ter sido um fator decisivo para que eles pudessem ter se inserido no mundo da escrita.

4 Repartição por estatuto civil

Em relação à variável *estatuto civil*, a maioria dos homens não teve seu estatuto civil demarcado, representando um percentual de 49,2% do total de depoentes do sexo masculino. Entre os casados, temos um número de 100% de assinantes. Já entre os solteiros, temos um percentual de 96.3%, havendo somente dois destes que não assinaram seus testemunhos. Como será possível observar, também, não temos nenhum viúvo declarado nesse processo. Vejamos:

Tabela 5 – Inconfidência Mineira: Repartição por estatuto civil: homens

Estatuto Civil	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Solteiros	52 (96.3%)	2 (3.7%)	**54 (29,8%)**
Casados	38 (100%)	0 (0%)	**38 (21%)**
Viúvos	0 (0%)	0 (0%)	**0 (0%)**
Não identificados	86 (96.6%)	3 (3.4%)	**89 (49.2%)**
Total	**176 (100%)**	**5 (100%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Notoriamente, essa variável parece não interferir na análise de condicionantes que poderiam favorecer a aquisição da escrita no conjunto dos dados aqui investigados, pois os números percentuais são muito próximos entre os casados e solteiros. Para além disso, a grande quantidade de indivíduos que não tiveram seu estatuto civil explicitado não nos permite tecer maiores análises sobre a questão de ser essa variável um elemento preponderante para delinear uma interpretação de que esta poderia favorecer tais homens a escrever.

5 *Repartição por faixa etária*

Quando analisamos a variável faixa etária, temos o objetivo de identificar se há um aumento do número de índices de alfabetismo entre os jovens, ou mesmo se há uma desalfabetização na esfera social que está sendo analisada, quando os identificados pela faixa etária mais nova apresentam um número menor de *assinante*s em relação aos mais velhos. Em nossa investigação, compusemos duas faixas etárias, que agrupam, na Faixa I, os sujeitos cujas idades alcançam os trinta anos e, na Faixa II, os indivíduos com mais de trinta anos.

Assim sendo, no caso da *Inconfidência Mineira*, temos dados extremamente interessantes. 84% dos homens dessa insurreição foram agrupados na Faixa II, a qual representa os indivíduos que possuem mais de 30 anos. Destes, 97,4% assinaram seus testemunhos. Entre os não assinantes, esse número não se inverte, pois 04 dos 05 homens não assinantes são da Faixa II. São poucos os que não tiveram suas idades reveladas, representando um percentual muito pequeno em relação às duas anteriormente apresentadas. Caso o quantitativo destes fosse maior, e se tivéssemos uma maior representatividade de indivíduos da Faixa I que pudesse nos dar uma base sólida e equitativa de indivíduos entre as duas categorias etárias, poderíamos falar em um possível processo de desalfabetização, no qual o contingente da amostra teria um número maior de mais velhos assinando e um número maior de mais novos não assinando. Porém, os dados, mesmo entre os não assinantes, não se inverte, impossibilitando esse tipo de interpretação. Na realidade, a amostra reuniu um contingente cuja maioria é composta de indivíduos mais velhos, e isso não significa dizer que poderíamos falar que os jovens assinam menos que os mais velhos, até porque o quantitativo de jovens, que possuem menos de 30 anos, é muito pequeno em relação à outra Faixa. Vejamos.

Tabela 6 – Inconfidência Mineira: Repartição por Faixa Etária: homens

Faixa Etária	*Assinante*s	*Não assinante*s	**Total**
Faixa I	24 (96%)	1 (04%)	**25 (13.8%)**
Faixa II	148 (97.4%)	04 (2.6%)	**152 (84%)**
Não identificada	4 (100%)	0 (0%)	**4 (2.2%)**
Total	**176 (100%)**	**5 (100%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

6 *Repartição por categoria sócio-ocupacional*

A categoria sócio-ocupacional é a mais complexa entre todas as variáveis aqui analisadas, pois a dinâmica profissional do período colonial brasileiro é muito difícil de ser apreendida em toda sua complexidade. Contudo, há diversos estudos já realizados que nos proporcionam uma aproximação dos mais variados contextos profissionais desse período. Mesmo assim, além da diversidade de classificações registradas pelos pesquisadores, as ocupações apontadas pelos notários nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, por vezes, não correspondem às outras categorias assinaladas por muitas investigações realizadas sobre essa temática, a exemplo das feitas pela historiadora Kátia Mattoso (2004). Um exemplo disso é a condição dos militares, pois estes não representam um corpo homogêneo, mas, sim, uma realidade extremamente múltipla e identificada por diversas categorias hierárquicas, que compõem altas, médias e baixas colocações.

Avaliando o esquema proposto por Luís dos Santos Vilhena[5] sobre a organização social da Salvador de fins do século XVIII, a historiadora Kátia Mattoso (2004, p. 207) sugere uma estrutura dividida em quatro categorias sócio-ocupacionais. Aqui, valer-nos-emos dessa proposta, adaptando-a, incluindo uma divisão mais clara para o contingente de militares, com base nos dados fornecidos por Jorge da Cunha Pereira Filho (1998), que subdivide esse grupo em três esferas distintas, a saber:

a) Oficiais de patente (Capitão, Tenente, Alferes)

b) Oficiais inferiores (Sargento, Furriel, Porta-Bandeira e Cabos de Esquadra)

c) Tropa (Soldados)

5 A historiadora Kátia Mattoso (2004) valeu-se da obra *A Bahia no século XVIII*, de Luís dos Santos Vilhena, a partir da versão publicada pela editora Itapuã em 1969.

Vejamos.

Quadro 2 – Proposta de classificação da estratificação sócio-ocupacional

1. Primeira Categoria: altos funcionários da administração real, militares (Oficiais de patente), alto clero, grandes negociantes, grandes proprietários rurais;
2. Segunda Categoria: funcionários médios da administração real, militares (Oficiais inferiores), clero, comerciantes, profissionais liberais nobres, mestres de ofícios e artes mecânicas, oficiais de ofícios nobres, homens que viviam de rendas, proprietários rurais médios;
3. Terceira Categoria: funcionários subalternos da administração real, militares (Tropa), profissionais liberais secundários, oficiais mecânicos;
4. Quarta Categoria: escravos, mendigos e vagabundos.

Fonte: Mattoso (2004).

Apesar de agrupadas dessa forma, não podemos deixar de pontuar que, como indica Kátia Mattoso (2004, p. 207-208),

> Essas categorias sociais, evidentemente, permanecem ainda genéricas e abstratas e sua inserção num dos modelos de estratificação social clássicos (castas, ordens, classes) é impossibilitada pelo fato de terem sido usados critérios que não são resultado de uma investigação empírica. Todavia, essa tentativa de classificação tem o mérito de apontar uma realidade social que parece ser de suma importância: a sociedade colonial urbana no fim do Antigo Regime se apresenta não mais sob forma simplista de uma sociedade que repousa sobre o binômio senhores/escravos, mas que abriga no seu bojo uma apreciável diversificação social, na qual se fazem presentes vários grupos, cada um exercendo uma função social específica. Evidentemente, o que é importante conhecer não é a simples identificação dessa diversidade social. É preciso conhecer o peso social de cada grupo identificado. Como conhecê-lo? Somente a pesquisa empírica pode proporcionar este conhecimento, na medida em que leva a estudar o grupo social em si e em relação aos outros grupos sociais que formam determinada estrutura.

Sendo assim, buscando empiricamente apresentar o conjunto de profissões especificadas no processo *devassatório* em questão, apontamos, no anexo 1, o quadro de todas as categorias sócio-ocupacionais identificadas.

6.1 Homens *versus* Categoria sócio-ocupacional

Sobre a variável categoria *sócio-ocupacional*, todos os 43 homens classificados como pertencentes à Categoria 1, composta por altos funcionários da administração real, por militares de patente, pelo alto clero, por grandes negociantes e/ou por grandes proprietários rurais, assinaram seus depoimentos. Excetuando-se os que não tiveram suas ocupações registradas e os que estão acoplados na Categoria 4, esta é a que possui a menor representatividade percentual entre os que demarcaram suas firmas autograficamente em seus testemunhos. Contudo, como era de se esperar, aqueles que compõem uma provável elite colonial da região central das Minas Gerais, ou seja, Ouro Preto, Mariana e Vila Rica, conheciam, mesmo que compositamente, a tecnologia da escrita.

A Categoria 2 possui o segundo maior percentual de homens que assinam seus testemunhos. Composta por funcionários médios da administração real, por militares inferiores, pelo clero, por comerciantes, por profissionais liberais nobres, por mestres de ofícios e artes mecânicas, por oficiais de ofícios nobres, por homens que viviam de rendas e/ou por proprietários rurais médios, essa categoria apresenta, entre os assinantes, um percentual de 98,6%, com o número de 71 firmantes. Somente um indivíduo não assinou seu depoimento nesta categoria. Este era Manuel Moreira, natural da freguesia de Santa Maria de Sardoal, Conselho de Paiva, Comarca da Cidade de Lamego, Portugal, solteiro, com 25 anos, que vivia do negócio que faz em sua taverna. O fato interessante é que este era justamente um português, originário da região norte do Reino, que, enquanto comerciante, não conhecia a tecnologia da escrita, pelo menos no cosmos compósito da assinatura.

Com um percentual um pouco menor, mas que não se distancia muito dos números da anterior, a Categoria 3, composta por funcionários subalternos da administração real, por militares de tropa, por profissionais liberais secundários e/ou oficiais mecânicos, apresenta um percentual de 96,6%, quando tratamos do contingente dos assinantes. Entre estes, somente 02 não assinaram seus depoimentos. O primeiro era João de Sousa Pacheco, natural de Congonhas do Campo, comarca de Vila Rica, que, com aproximadamente 50 anos, vivia de roçagem. O segundo era José Lopes Ribeiro, natural do arraial dos Prados, mulato, alforriado, com 50 anos, que vivia de minerar, atividade esta comum entre indivíduos que não compunham as categorias da elite colonial.

Já a Categoria 4 apresenta somente quatro indivíduos, dois assinantes e dois não assinantes. O número dos agrupados nessa categoria é o menor entre todas as outras tratadas. Entre os assinantes, temos José de Resende Costa Filho, natural da Laje, termo da Vila de São José do Rio das Mortes, solteiro, com 24

anos, que *vivia debaixo de seus pais*, e José de Sá Bittencourt, natural da Vila de Caeté de Minas Gerais, solteiro, que *vivia da sustentação que lhe davam seus pais e seus parentes*, os quais residiam na Bahia. O homens não assinantes eram Joaquim Nagô, africano, com aproximadamente 32 anos, escravo de Padre José da Silva e Oliveira, e Francisco Crioulo, preto, escravo do S.M. José da Silva e Oliveira, que, com 40 anos, se ocupava do ofício de carapina.

Um dos não assinantes desse contingente era um homem africano, que estava sob a condição de escravizado. Esse perfil sociológico, pelo que vimos, dificulta o acesso à tecnologia da escrita, principalmente em se tratando da escrita de uma segunda língua que não teria sido formalmente adquirida. Contudo, há pouquíssimos casos em que esse perfil também acessa a faculdade das letras, mesmo que infimamente. O outro homem, além de ser escravo, era filho de africanos, fato que também parece desfavorável, em um primeiro momento, para que esse indivíduo tivesse acesso ao universo da escrita. Já os outros dois indivíduos, apesar de não terem nenhuma ocupação, podendo ser classificados na Categoria 4, que acopla escravizados sem nenhuma profissão especializada, mendigos e vagabundos, assinam seus testemunhos. Isso pôde acontecer, provavelmente, pois, mesmo sem ocupações, poderiam ter tido acesso à tecnologia da escrita devido à situação familiar em que viviam, que, inclusive, poderia manter seu sustento, mesmo que estes não possuíssem nenhuma ocupação profissional.

Observemos:

Tabela 7 – Inconfidência Mineira:
Repartição por categoria sócio-ocupacional: homens

Categorias	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Categoria 1	43 (100%)	0 (0%)	**43 (23.8%)**
Categoria 2	71 (98.6%)	1 (1.4%)	**72 (39.8%)**
Categoria 3	53 (96.6%)	2 (3.7%)	**55 (30.3%)**
Categoria 4	2 (50%)	2 (50%%)	**4 (2.2%)**
Não identificada	7 (100%)	0 (0%)	**7 (3.9%)**
Total	**176 (100%)**	**05 (100%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Para que possamos ter uma imagem mais ampla das profissões encontradas no universo processual da *Inconfidência Mineira*, vejamos o quadro em anexo dos dados macroscopicamente abordados sobre a categoria sócio-ocupacional,

explicitados numericamente no quadro anterior. Diante de tais números, realizaremos alguns cruzamentos que possam permitir maiores reflexões sobre a realidade dos dados aqui abordados. Vejamos:

6.2 Repartição sócio-ocupacional *versus* cor: homens

Em relação à repartição sócio-ocupacional e à cor dos homens envolvidos no *processo devassatório* da *Inconfidência Mineira*, temos um número pequeno de dados, pois, como foi possível observar anteriormente, um enorme contingente dos envolvidos nesse processo não teve sua cor demarcada. Por isso mesmo, separamos e agrupamos os indivíduos cuja cor foi identificada pelos notários para cruzá-la com as categorias sócio-ocupacionais propostas para esta análise. Observemos:

Tabela 8 – Inconfidência Mineira: Repartição sócio-ocupacional *versus* cor: homens

Categorias		Brancos	Pardos	Crioulos	Pretos
Categoria 1	Assinantes	____	____	____	____
	Não assinantes	____	____	____	____
Categoria 2	Assinantes	2 (20%)	2 (16.7%)	____	____
	Não assinantes	____	____	____	____
Categoria 3	Assinantes	7 (70%)	8 (66.7%)	1(100%)	1 (100%)
	Não assinantes	1 (10%)	____	____	____
Categoria 4	Assinantes	____	1 (8.3%)	____	____
	Não assinantes	____	____	____	____
Não identificada	Assinantes	____	1 (8.3%)	____	____
	Não assinantes	____	____	____	____
Total		**10 (100%)**	**12 (100%)**	**1 (100%)**	**1 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível notar, dentre os 10 homens brancos, nove são assinantes e um não assina seu testemunho. Entre os nove assinantes, dois são da

Categoria 2 e sete são da Categoria 3. Todos os pardos identificados assinaram seus testemunhos e estão distribuídos nas categorias 2, 3 e 4, além de um que não tem sua condição sócio-ocupacional demarcada. Além destes, é possível observar a presença de dois indivíduos, identificados como crioulo e preto, os quais também assinam seus depoimentos.

Diante desses dados, é possível dizer que, entre aqueles que tiverem sua cor explicitada, os homens brancos e pardos representam o maior contingente de indivíduos. Entre estes, apesar de terem acesso a cargos médios da administração real e/ou estarem envolvidos com outros setores econômicos, a partir da posse de pequenos e médios comércios, por exemplo, a maior parte dos brancos e/ou pardos, no caso da *Inconfidência Mineira*, parece não fazer parte da elite colonial, se pautarmos a classificação aqui proposta, que foi baseada no que nos diz Kátia Mattoso (2004), quando consideramos que esta é formada por altos funcionários da administração real, militares oficiais de patente, alto clero, grandes negociantes, grandes proprietários rurais. Assim sendo, são os brancos e os pardos os que mais assinam e que mais acessam categorias sócio-ocupacionais mais elevadas, apesar de não termos nenhum branco ou pardo explicitamente identificado acoplado à Categoria 1. Se levarmos em conta que o elemento não marcado seria a cor branca, pelo menos socialmente considerada, dentro dos privilégios que ela poderia exercer na sociedade colonial brasileira, a grande maioria dos envolvidos na insurreição de 1789 seria composta por brancos, de variadas categoriais sociais, principalmente das camadas alta e média, valendo-nos dos números brutos expostos anteriormente sobre a repartição por cor. Esse aspecto parece confirmar as explanações da historiografia sobre a *Inconfidência Mineira*, que indica que a maioria dos interessados na sedição eram homens da elite colonial das Minas Gerais.

Um dado que pode corroborar a hipótese apresentada está representado na identificação dos indivíduos das outras cores explicitadas. Apesar de estarmos falando de somente dois homens, quando falamos dos não brancos, executando-se os pardos – que representam uma espectro social particular –, nenhum destes foi demarcado nas categorias alta e média da sociedade, estando agrupados, em nossa análise, na Categoria 3, composta por funcionários subalternos da administração real, pela tropa militar, por profissionais liberais secundários e por oficiais mecânicos.

Quando tratamos da Categoria 4, temos somente um assinante pardo, que, identificado como escravizado, não teve numa ocupação demarcada. Assim, é possível notar que, mesmo entre os escravizados, os pardos assinam seus depoimentos.

6.3 Repartição sócio-ocupacional *versus* estatuto social: homens

Em relação ao cruzamento da *repartição sócio-ocupacional* com o *estatuto social* dos envolvidos no processo sobre a sedição mineira de 1789, temos os seguintes dados:

Tabela 9 – Inconfidência Mineira:
Repartição sócio-ocupacional *versus* estatuto social: homens

Categorias		Livres	Libertos/ alforriados	Escravos
Categoria 1	Assinantes	____	____	____
	Não assinantes	____	____	____
Categoria 2	assinantes	____	____	____
	Não assinantes	____	____	____
Categoria 3	Assinantes	____	4 (80%)	____
	Não assinantes	____	1 (20%)	____
Categoria 4 (escravos)	Assinantes	____	____	3 (60%)
	Não assinantes	____	____	2 (40%)
Não identificada	Assinantes	____	____	____
	Não assinantes	____	____	____
Total		____	**5 (100%)**	**5 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível notar, a demarcação de *estatuto social* foi realizada para pouquíssimos indivíduos. Dos 10 homens que tiveram seu estatuto explicitado, cinco foram identificados como alforriados e cinco como escravizados. Entre os forros, todos agrupados na Categoria 3, somente um não assinou seu depoimento. Já entre os que estavam na condição de escravizados, e que não tiveram nenhuma ocupação específica explicitada, três assinaram seus testemunhos e dois não firmaram suas assinaturas. Estes, agrupados na Categoria 4, podem ser visualizados a seguir:

Quadro 4 – Inconfidência Mineira: Homens escravizados

Nome	Cor	Est. social	Idade	Assinantes e Não assinantes
Alexandre da Silva	Pardo	Escravo (do Padre José da Silva e Oliveira)	32	SIM
Francisco Crioulo	Preto e crioulo	Escravo (do S.M. José da Silva e Oliveira)	40	NÃO
Joaquim Nagô	———	Escravo (do Padre José da Silva e Oliveira)	32	NÃO
Valentim Mirales	———	Escravo (do Dr. Plácido da Silva e Oliveira Rolim)	———	SIM
José, alcunha de "o Piçarra"	Pardo	Escravo (do Dr. Plácido da Silva e Oliveira Rolim)	———	SIM

Fonte: Produzido pelo autor.

Entre os cinco escravizados que não tiveram nenhuma profissão específica apontada, temos dois pardos, um crioulo, um provável africano de origem nagô e um que não teve sua cor explicitada. Estes estão distribuídos entre dois proprietários, o Padre José da Silva e Oliveira, que detinha três escravizados, e o Doutor Plácido da Silva Oliveira Rolim, que possuía dois homens nessa condição. Do primeiro, dos três escravizados que possuía, dois não assinaram seu depoimento, estando um identificado como crioulo e outro como um provável africano. Os dois escravizados de propriedade de Plácido da Silva e Oliveira Rolim assinam seus testemunhos, sendo um deles identificado como pardo. Esse dado evidencia, mais uma vez, que, mesmo estre os escravizados, os pardos são os que mais assinam seus testemunhos entre os não brancos, aproximando-se da realidade encontrada para o contingente de indivíduos brancos, ou provavelmente brancos, se levarmos em conta que a realidade não marcada seria justamente esta. Já os africanos e os filhos de africanos nascidos no Brasil representam um contingente que possui condições menos favoráveis, no que diz respeito ao que estamos analisando, para se inserir no universo da escrita, pois são os indivíduos escravizados africanos e filhos de africanos que menos assinam seus testemunhos. Esse dado pode ser explicado pelo fato de os negros serem proibidos de frequentarem ambientes escolares, além de não receberem nenhum incentivo amplo para este fim. Para além dessas condições, havia ainda a questão da língua de muitos destes, que, não nascidos no Brasil, aprendiam o português em contextos irregulares de aquisição, em sua grande maioria, nas zonas rurais.

7 *Repartição por origem*

Em relação à origem dos inconfidentes mineiros, é possível identificar uma realidade bastante diversificada. Como pode ser visto na tabela a seguir, dos 181 homens envolvidos nesse processo devassatório, 70 (38.7%) não nasceram no Brasil. Vejamos:

Tabela 10 – Inconfidência Mineira: Repartição por origem: homens

Origem	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Brasil	103 (99%)	1 (1%)	**104 (57.5%)**
Exterior	67 (95.7%)	3 (4.3%)	**70 (38.7%)**
Não identificada	6 (85.7%)	1 (14.3%)	**7 (3.8%)**
Total	**176 (100%)**	**5 (100%)**	**181 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Entre os 104 brasileiros, 99% assinam seus testemunhos, havendo somente um homem que não firma sua assinatura após seu depoimento. Entre os estrangeiros, 95.7% são assinantes. Há, porém, entre os não nascidos no Brasil, 03 homens que não assinam os *autos* após seu depoimento. É possível notar, ainda, que 07 não tiveram sua origem demarcada pelo notário, sendo 06 assinantes e 01 não assinante.

7.1 Origem dos Estrangeiros

Quando analisamos a origem dos estrangeiros, levando em consideração o que está transcrito nos *autos* da insurreição mineira, identificamos uma variedade de localidades, as quais, em relação ao seu quantitativo, não se apresentam de forma simétrica. Com base no quadro a seguir, que arrola todos os estrangeiros identificados, podemos observar a seguinte realidade:

Tabela 11 – Inconfidência Mineira: Origem dos estrangeiros

Origem dos Estrangeiros	
Arcebispado de Braga	20 (28.2%)
Aveiro	2 (2.8%)
Bispado da Guarda	1 (1.4%)
Bispado de Angra	1 (1.4%)
Bispado de Elvas	2 (2.8%)
Bispado de Faro	1 (1.4%)
Cidade de Lamego	2 (2.8%)
Coimbra	3 (4.3%)
Comarca de Barcelos	1 (1.4%)
Comarca de Bragança	2 (2.8%)
Guimarães	4 (5.6%)
Ilha de São Miguel	1 (1.4%)
Ilha do Faial	1 (1.4%)
Ilha Terceira	2 (2.8%)
Leiria	3 (4.3%)
Lisboa	7 (9.9%)
Miranda do Douro	1 (1.4%)
Porto	8 (11.3%)
Reino do Algarve	1 (1.4%)
Santa Ana Alenquer	1 (1.4%)
Santarém	2 (2.8%)
Santo Estevão de Gerás, Caminho de Póvoa de Lanhoso	1 (1.4%)
Viana do Minho	1 (1.4%)
Cidade de Waterford	1 (1.4%)
Origem Nagô	1 (1.4%)
Total	**70 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Há um enorme número de estrangeiros que são originários de Portugal e/ou de suas possessões. Computando suas cidades, bispados, vilas e comarcas, é possível indicar que há 68 portugueses no rol dos *autos* do processo da *Inconfidência Mineira*. Entre estes, há indivíduos oriundos de possessões próximas à metrópole, como os que foram apontados para as Ilhas Terceira, de Faial e de São Miguel, como também há aqueles que são naturais da metrópole portuguesa, cujas fronteiras geográficas são estáveis há séculos, representando 97.1% do total de estrangeiros, com 68 indivíduos. Agrupando-os em macrorregiões, é notório que a grande parte é oriunda da região norte de Portugal, havendo ape-

nas dois oriundos da região sul e oito da região correspondente a Lisboa, região central administrativa do Reino.

Figura 1 – Mapa das regiões administrativas portuguesas

Fonte: Pinterest.com

O grande contingente de portugueses oriundos da região norte pode ser explicado pelo incentivo da Coroa para que estes migrassem para cá devido ao ciclo do ouro no início do século XVIII. Sendo assim, milhares de indivíduos vieram para a colônia e aqui se instalaram, quase esvaziando vilas e cidades inteiras em Portugal, apostando no minério dourado que aqui brotava dos leitos dos rios e das serras gerais. Por isso, foi perceptível uma intensa presença de portugueses nortenhos no Brasil da época, os quais, inclusive, favoreceram um surto de urbanização da região das Minas Gerais, alojando-se em aglomerados populacionais, formando novas vilas e cidades, ou mesmo colaborando para que as já existentes crescessem ainda mais.

Além dos portugueses, encontramos dois indivíduos que são oriundos de outras localidades em nossa amostra: um natural Waterford, uma cidade Irlandesa que estava sob domínio do Reino inglês, e um cuja origem é africana. Sobre o africano, temos um homem de nação nagô, que era escravo de um pároco da região. Sua presença, no rol dos dados, era obviamente comum, por causa do sistema de escravização de mão de obra africana, que, naquele momento, vivia um grande ciclo de tráfico, trazendo indivíduos de várias partes do continente. Em relação ao irlandês que aparece no rol dos depoimentos da insurreição mineira, é possível pontuar que Nicolau Jorge Gwerck compunha o corpo de funcionários reais da Coroa, pois atuava na Junta da Real Extração, recebendo ordenados para este fim, computando provavelmente os impostos que eram aplicados sobre o ouro extraído das Gerais.

Como foi possível notar, quando trouxemos as tabelas anteriores, aproximadamente 96% dos indivíduos não brasileiros firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, havendo somente 03 homens estrangeiros que não assinaram seus depoimentos, sendo estes dois portugueses e um africano, caracterizado como sendo de nação nagô. Sobre este último, como apontamos anteriormente, além de estar numa realidade de uma outra língua, era escravo do Padre José da Silva e Oliveira, condição que, como apontamos, não era favorável para a inserção no universo da escrita. Em relação aos dois portugueses, temos Manuel Moreira, natural de Lamego, que vivia de sua taverna na região mineira, e José Lopes dos Prados, um português mulato, forro, natural do arraial dos Prados, cuja profissão era de minerador.

Esse último dado é extremamente interessante, pois, mesmo sendo português, José Lopes corrobora as características apontados para os mestiços arrolados para o Brasil, principalmente entre aqueles que não eram identificados como pardos. Diz-se isso, porque, como foi possível observar, a condição de forro e de descendente de africanos, quando não é explicitada a cor parda, é desfavorável para que tais sujeitos possam ter acesso à escrita, levando em consideração nosso mote de investigação – a realidade compósita e macroscópica da assinatura. Esse dado pode sustentar ainda mais nossa hipótese, pois a identificação da cor parda é um condicionante positivo para inserção de sujeitos na cultura escrita.

Sobre o outro português que não assinou seu testemunho, uma hipótese que pode ser levantada é a de que alguns portugueses não tiveram acesso à alfabetização em Portugal e vieram para cá sem conhecer a escrita plenamente. Contudo, Manuel Moreira, por possuir uma taverna, não poderia estar completamente fora da realidade da cultura escrita, pois provavelmente precisaria ter um conhecimento básico da leitura e da contagem para lidar com os trâmites comuns a uma instância comercial, mesmo que esta fosse de pequeno porte. Sendo

assim, não ter assinado seu testemunho não indica efetivamente que desconhecia totalmente a escrita e a leitura, mas aponta que ele não tinha desenvolvido a habilidade ativa do ato de escrever.

8 O caso do contingente feminino

Como vimos, quando apresentamos a repartição por sexo dos dados coletados para os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, os números para o contingente de mulheres são extremamente menores em relação aos que foram mensurados para o contingente masculino. Por isso mesmo, trataremos tais dados em um único bloco, abordando todas as mesmas variáveis que foram discutidas para o caso dos homens.

Assim sendo, quem eram as mulheres que assinaram nas Minas Gerais? Analisemos:

Quadro 5 – Inconfidência Mineira: Mulheres *assinante*s

NOME	COR	EST. CIVIL	EST. SOCIAL	CATEGORIA SOCIO-PROFISSIONAL	IDADE
Simplícia Maria de Moura	——	——	——	Vive de suas costuras	21
Caetana Francisca de Moura				Vive de suas costuras	20
Ana Maria da Silva	Parda disfarçada			Vive de suas costuras	40
Mônica Antônia do Sacramento	——	Viúva	——	——	36
Inácia Gertrudes de Almeida	——	Viúva de Francisco da Silva Braga, que foi porteiro da Casa da Moeda desta mesma cidade (Ouro Preto)	——	——	57

Fonte: Produzido pelo autor.

Do conjunto de dados apresentados, é possível observar três mulheres com uma ocupação explicitada, a saber: Simplícia Maria de Moura, Caetana Francisca de Moura e Ana Maria da Silva. Estas são identificadas como costureiras. Somente uma delas tem sua cor mencionada, identificada como de parda disfarçada. As outras mulheres não apresentaram sua cor explicitada, podendo ser identificadas como brancas, por ser este, como já dissemos, o contexto não

marcado. Além disso, as que não têm ocupações demarcadas são viúvas, tendo, inclusive, a referência de que Inácia Gertrudes de Almeida é viúva de Francisco da Silva Braga, que teria sido porteiro da Casa da Moeda da cidade de Ouro Preto. Suas idades são variadas, entre 20 e 57 anos.

Como é possível observar, essa situação é bastante diferente para o que é esperado para esse contingente, pois identificamos mulheres com ocupação profissional demarcada e cuja maioria é assinante. Contudo, mesmo diante de tais dados, não podemos afirmar que essa realidade seria uma regra para o contexto amplo da Colônia, primeiro porque o número de indivíduos mulheres é extremamente pequeno e, além disso, quando avaliarmos os dados das outras sedições – que serão expostos nas próximas seções –, teremos uma situação bastante diferente do que foi encontrado para a *Inconfidência Mineira*.

8.1 Mulheres *versus* cor

Quando analisamos o cruzamento das mulheres com a variável *cor*, temos o seguinte quadro:

Tabela 12 – Inconfidência Mineira: Mulheres *versus* cor

Cor	*Assinante*s	*Não assinante*s	**Total**
Parda	1 (50%)	1 (50%)	**2 (25%)**
Crioula	0 (0%)	02 (100%)	**2 (25%)**
Não identificada	4 (100%)	00 (0,0%)	**4 (50%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Do conjunto de oito mulheres que depuseram nos *autos* da *Inconfidência Mineira*, somente quatro tiveram sua cor delimitada, sendo duas destas pardas e duas crioulas. Desse conjunto, apenas uma entre as pardas assina seu testemunho. As quatro mulheres que não tiveram sua cor revelada firmaram sua assinatura após seus depoimentos. Em relação a este último aspecto, como já mencionado várias vezes, provavelmente, por ser este o contexto não marcado, tais mulheres podem ser classificadas como brancas. Ou seja, novamente, podemos identificar dois grupos significativos de *assinante*s, representados por mulheres pardas e, provavelmente, brancas.

8.2 Mulheres *versus* estatuto social

Sobre as mulheres e a variável *estatuto social*, temos o seguinte quadro:

Tabela 13 – Inconfidência Mineira: Mulheres *versus* estatuto social

Estatuto social	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Liberto/alforriado	0 (0%)	3 (100%)	**3 (37.5%)**
Não identificado	5 (100%)	0 (0%)	**5 (62.5%)**
Total	**5 (100%)**	**3 (100%)**	**8 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Do conjunto de oito mulheres que testemunharam para os *autos* da *Inconfidência Mineira*, somente 3 tiveram seu estatuto social explicitado. Identificadas como alforriadas, nenhuma delas assinou seu depoimento. Já as 5 mulheres sem identificação de estatuto social são *assinantes*. Como assinalado anteriormente, por ser esse o contexto não marcado, é possível classificá-las como livres. Sendo assim, para as mulheres, a condição de livre é um fator favorável para que esse contingente pudesse ter acesso, mesmo que minimamente, à tecnologia da escrita. Além disso, se relacionarmos esse dado à variável *profissão*, é possível identificar que três das cinco mulheres *assinantes* possuem uma ocupação explicitada. Provavelmente, esse fator pode ter contribuído ainda mais para que tais mulheres assinassem seu depoimento, pois possuir uma profissão no período colonial possivelmente viabilizaria a aquisição da escrita.

8.3 Mulheres *versus* estatuto civil

Em relação às mulheres e à variável estatuto civil, temos o seguinte:

Tabela 14 – Inconfidência Mineira: Repartição por estatuto civil: mulheres

Estatuto Civil	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Solteiras	0 (0%)	1 (100%)	**1 (12.5%)**
Viúvas	2 (100%)	0 (0%)	**2 (25%)**
Não identificadas	3 (60%)	2 (40%)	**5 (62.5%)**
Total	**5 (100%)**	**3 (100%)**	**8 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

É possível observar que não temos nenhuma mulher casada nos *autos*, havendo somente uma solteira, que não assina seu testemunho, além de termos duas mulheres viúvas assinantes. Das seis mulheres que não tiveram seu estatuto civil revelado, 03 assinaram seus depoimentos e 02 não assinaram. Nesse caso, os dados explicitados não nos revelam nenhum aspecto substancial que possa nos dar alguma pista sobre condicionantes favoráveis ou desfavoráveis para a inserção dessas mulheres ao universo da escrita.

8.4 Mulheres *versus* Faixa Etária

A realidade das mulheres, em relação à variável *faixa etária*, não é diferente da que é apresentada para os homens. Ao olharmos para a tabela a seguir, poderemos perceber que temos uma maioria de indivíduos do sexo feminino na Faixa II, sendo que metade são de assinantes e a outra metade de não assinantes. Temos somente duas mulheres na Faixa I, as quais assinam seus depoimentos. Vejamos:

Tabela 15 – Inconfidência Mineira: Repartição por Faixa Etária: mulheres

Faixa Etária	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Faixa I	2 (100%)	0 (0%)	**2 (25%)**
Faixa II	3 (50%)	3 (50%)	**6 (75%)**
Total	**5 (100%)**	**3 (100%)**	**8 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Nesse caso, a faixa etária não indica nenhum condicionante claro que possa indicar um processo de desalfabetização ou mesmo um movimento de aumento no número de mulheres que se inserem no universo da tecnologia da escrita.

8.5 Mulheres *versus* Categoria sócio-ocupacional

A relação das mulheres com a categoria *sócio-ocupacional*, no universo da *Inconfidência Mineira*, apresenta dados extremamente interessantes. Diferentemente do que ocorre nas outras insurreições que serão analisadas, há mulheres, neste contexto, que apresentam ocupações profissionais. Vejamos:

Tabela 16 – Inconfidência Mineira:
Repartição por categoria sócio-ocupacional: mulheres

Categorias	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Categoria 2	0 (0%)	1 (100%)	**1 (12.5%)**
Categoria 3	3 (75%)	1 (25%)	**4 (50%)**
Categoria 4	0 (0%)	0 (0%)	**0 (0%)**
Não identificada	2 (66,7%)	1 (33,3%)	**3 (37.5%)**
Total	**5 (100%)**	**3 (100%)**	**8 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, nenhuma mulher foi identificada como pertencente à Categoria 1. Contudo, há mulheres incluídas nas categorias 2 e 3.

Na categoria 2, temos somente uma mulher, a qual não assina seu depoimento. Esta era Elena Maria da Silva Gonzaga, natural da freguesia da Candelária na cidade do Rio de Janeiro, crioula, forra, com 60 anos de idade, e que vivia de sua agência. Apesar de ser uma comerciante, provavelmente, o perfil de crioula – ou seja, filha de africanos – e a condição de ex-escravizada poderiam ter desfavorecido a aquisição da escrita. Contudo, justamente por ser comerciante, esta não saberia ler e contar minimamente? Supomos que, apesar de não ter firmado sua assinatura após seu testemunho, Elena Gonzaga não teria total desconhecimento da escrita justamente por lidar diariamente com atividades que pressupunham o uso, direto ou indireto, dessa tecnologia.

Contudo, é a Categoria 3 que possui o maior número de mulheres. Entre estas, três assinam seus testemunhos e somente uma não o faz. As assinantes são Simplícia Maria de Moura, de 21 anos e natural do Arraial de Paracatu, Caetana Francisca de Moura, de 20 anos e natural da Barra do Rio das Velhas, Comarca do Serro, e Ana Maria da Silva, de 40 anos e natural desta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Somente esta última teve sua cor explicitada, sendo identificada como parda disfarçada. Essas três mulheres, segundo os dados transcritos pelo notário do processo da *Inconfidência Mineira*, são demarcadas como costureiras, ocupação profissional esta que garantia sua sobrevivência. Como nenhuma delas teve seu estatuto civil registrado nos *autos*, é possível dizer que se tratava de mulheres solteiras, que dependiam, como supomos, exclusivamente de suas ocupações para angariar fundos para seu sustento. Esse dado é extremamente importante, pois não foram encontrados dados similares para

a *Conspiração dos Alfaiates*, por exemplo, dando a essa conjuntura uma peculiaridade. Além disso, talvez, o fato de possuírem uma profissão poderia ser um aspecto favorecedor para que tais mulheres adquirissem, pelo menos no cosmos compósito da assinatura, as habilidades mínimas para o uso da tecnologia da escrita. Para duas delas, não foram demarcados dados sobre cor e estatuto social. Isso poderia nos levar a interpretar que estas, por ser o aspecto não marcado, seriam mulheres brancas e livres, elementos estes que seriam mais um dado favorecedor para que elas pudessem ter adquirido a escrita numa conjuntura tão desfavorável para o contingente feminino. Contudo, temos o caso de Ana Maria da Silva que, como parda disfarçada – marca de um contingente que tentava estar fora do espectro da escravização, mas, ao mesmo tempo, não atingia as marcas dos favorecimentos dos ditos brancos –, assina seu testemunho. Como vimos, o contingente pardo, em muitos momentos, aproxima-se, no que diz respeito ao acesso à tecnologia da escrita, ao contingente branco.

Somente uma mulher não assina seu testemunho na Categoria 3. Esta era Josefa Teixeira, natural de Vila Rica, que tinha aproximadamente 40 anos, identificada como uma mulher parda alforriada. Ela era uma pequena comerciante, pois vivia de uma pequena venda que possuía. Consideramos que a condição de ex-escravizada e a demarcação social de sua cor poderiam ter desfavorecido a aquisição da escrita. Contudo, não podemos deixar de pontuar que, num espaço de comércio, relações de leitura e contagem são constantes. Poderia, apesar de não saber assinar seu nome, ser Josefa Teixeira uma mulher que saberia minimamente ler e contar para manter os trâmites corriqueiros de seu comércio? Não temos essa informação efetivamente, mas não podemos deixar de registrar essa hipótese, pois, como é sabido, principalmente para o caso das mulheres, nem sempre a aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem coincidem, principalmente em contextos em que o ensino formal não se faz presente.

Na Categoria 4, não possuímos nenhuma mulher demarcada.

Há três mulheres que não tiveram suas ocupações profissionais explicitadas, duas são assinantes e uma não assinante. As mulheres que firmaram seus nomes perante o notário foram Mônica Antônia do Sacramento, uma viúva de 36 anos, natural da cidade de Ouro Preto, e Inácia Gertrudes de Almeida, viúva de Francisco da Silva Braga, que foi porteiro da Casa da Moeda desta mesma cidade, de idade de 57 anos. Somente temos notícia do esposo falecido desta última, o qual atuou em um cargo ligado ao funcionalismo público daquela cidade. Poderia ter sido este um fator favorecedor para Inácia Gertrudes tenha apreendido o uso funcional da tecnologia da escrita, pois poderia ter convivido diariamente com ela? Essa hipótese poderia melhor ser sustentada se tivéssemos maiores informações sobre Mônica Antônia, mas, como não é o caso, deixamos esse aspecto em aberto.

A única mulher não assinante que não teve sua ocupação explicitada foi Antônia da Costa, uma africana alforriada da nação mina, com idade de aproximadamente 50 anos. Como pontuamos em vários momentos, consideramos que escravizados e ex-escravizados de origem africana têm um enorme desfavorecimento no processo de acesso ao código escrito, principalmente porque se trata de uma aquisição da escrita de uma segunda língua. Quando avaliamos o caso de africanos ex-escravizados que possuem alguma ocupação, encontramos raros dados, contudo, este não é o caso, pois essa mulher não teve nenhuma função ocupacional demarcada. Não podemos deixar de pontuar também que, apesar de os nossos dados serem intrigantes, a historiografia tem nos revelado que mulheres, principalmente de origem não branca, no caso do Brasil, foram desfavorecidas por um maior tempo no que diz respeito à aquisição da escrita, levando em conta, é claro, os dados levantados por diversos pesquisadores.

8.6 Mulheres *versus* Origem

Quando tratamos do contingente de mulheres envolvidas no processo da *Inconfidência Mineira*, como já vimos, temos um número muito menor de sujeitos do que quando observamos o quantitativo de homens que testemunharam perante o notário durante essa investigação. Entre as oito mulheres envolvidas, 07 são originárias do Brasil e 01 é estrangeira. Em relação às brasileiras, é possível identificar um percentual de 71.4% de assinantes e de 28.6% de não assinantes. Em relação à mulher estrangeira, que, como se disse, é africana, com base nos *autos* analisados, é possível notar que esta não manuscreve sua firma após seu depoimento. Observemos o quadro a seguir:

Tabela 17 – Inconfidência Mineira: Repartição por origem: mulheres

Origem	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Brasil	5 (71.4%)	2 (28.6%)	**7 (87.5%)**
Exterior	0 (0%)	1 (100%)	**1 (12.5%)**
Não identificada	0 (0%)	0 (0%)	**0 (0%)**
Total	**5 (100%)**	**3 (100%)**	**8 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Diante desses dados, avaliar a origem dos estrangeiros é fundamental para que possamos fazer conjecturas que possam nos levar a interpretar condicionantes que poderiam ter contribuído, ou não, para que esses indivíduos pudessem assinar os *autos* após seus testemunhos. No caso das mulheres, essa variável contribui timidamente para tecermos considerações sobre contextos desfavoráveis para a inserção no universo da escrita, como o caso analisado para a mulher africana, cuja origem é da Costa da Mina. Contudo, ainda assim, neste caso em específico, não é possível tecer maiores reflexões sobre essa variável em si, devido ao extremamente pequeno contingente de mulheres de nossa amostra.

9 Notas sobre a circulação da escrita na Insurreição Mineira

Ao pensarmos sobre a presença da escrita nos *movimentos sediciosos* de finais do período colonial brasileiro, não podemos deixar de tratar de uma questão extremamente importante: a circulação da escrita em tais conjunturas. Com base nos cenários orquestrados pelo processamento das *Devassas*, que investigavam o crime de l*esa-majestade*, é possível visualizar imagens que podem indicar como a escrita circulou em meio às conjunturas de insurreição, a partir do s*equestro de bens*, atividade notarial comum a este tipo de processamento. Para isso, levando em conta as pesquisas que já foram realizadas sobre esse fenômeno, que já, de certa forma, investigaram amplamente esses contextos em diferentes desdobramentos, apontaremos como possivelmente a escrita teve papel fundamental na constituição das insurreições que tentaram se compor em finais do século XVIII.

Contudo, antes mesmo de tratarmos do fenômeno em si, precisamos apontar a fonte substancial que nos serve como mote para tratarmos desse aspecto. Ao falarmos sobre o processo de s*equestro de bens*, necessitamos retomar as regulamentações que o constituem como ato legal para o período. Nas *Ordenações Filipinas*, no livro V, título CXXVII, *sequestro* é definido como o processo no qual se descrevem, avaliam e se partilham os bens materiais de um indivíduo em situação de perda da liberdade por crime cometido. O que será descrito a partir da apreensão, com base em tal proposição jurídica, deve estar minuciosa e exaustivamente claro, para que se tenha o eficaz conhecimento dos bens sequestrados e que serão canalizados para o cofre da Coroa. Segundo André Figueiredo Rodrigues (2017, p. 3),

> Tais anotações são, em geral, listagens de bens imóveis, terras, instrumentos de trabalho, animais, vestuário, móveis, escravos, ouro e prata armazenados, objetos utilitários e decorativos, peças religiosas, dívidas ativas (a receber), dívidas passivas (a pagar), prataria, dinheiro, livros e toda espécie de objetos de uso pessoal, que nos permitem conhecer de maneira bastante aproximada a vida cotidiana e as estruturas econômicas e sociais dos conjurados, pois tornam possível o contato com as precariedades vitais e a miséria de uns, com o conforto e a opulência de outros.

Como nos indica Rodrigues (2017), todos os bens materiais dos investigados deveriam ser arrolados a partir dessa atividade processual, e os livros e os objetos para a atividade da escrita não estavam fora dessa realidade. Porém, os próprios testemunhos dos investigados também são fontes preciosas, pois indicam contextos de uso e circulação da escrita mais evidentes e que poderiam passar desapercebidos aos olhos dos pesquisadores. Para além disso, é preciso dizer que os contextos que favoreciam a circulação da escrita se tornam mais evidentes quando justamente observamos como os investigados descreviam as atividades dos movimentos de conspiração.

Dessa maneira, com base nos *Autos de sequestros de bens* e nos testemunhos dos envolvidos em tais movimentos, levando em conta a substância das investigações desenvolvidas sobre o tema, traçaremos indicativos de possíveis cenários em que a escrita circulava, apontando como este fenômeno social, além de estar presente em tais sedições, contribuiu diretamente para a disseminação das ideias que questionavam a lógica monárquica absoluta e déspota, na qual tais indivíduos estavam inseridos.

Assim sendo, para tratar da questão sobre a qual estamos nos debruçando, evocaremos as investigações que já foram desenvolvidas e que contribuem substancialmente para a composição de nossa investigação. Para o caso da *Inconfidência Mineira*, é possível localizar algumas pesquisas que trataram da presença da atividade livresca em meio a tal contexto, como as que são propostas por André Figueiredo Rodrigues (2017) e Luís Carlos Villalta (2015). Tais pesquisadores nos dão preciosas informações sobre a presença do livro em tal contexto e como este contribuiu para a circulação das ideias iluministas nesse cenário.

No tocante aos *Autos de Sequestro de bens* da *Inconfidência Mineira*, Rodrigues (2017, p. 2) nos diz que

> Por se constituírem como processos à parte da devassa, os Autos de Sequestro originais nunca foram publicados integralmente. O que se conhece e está impresso em sua edição sistemática mais recente, no volume sexto, de 1982, são apenas traslados parciais dos bens dos envolvidos no levante mineiro, exigidos pelos juízes para se ter uma ideia do patrimônio de cada um dos processados. Tramitando em diferentes comarcas de Minas Gerais, os Autos de Sequestro seguiram rumo judicial independente, ora incluindo informações após a descoberta de novos bens, com a realização de novas penhoras, ora com o acréscimo das prestações de contas promovidas pelos fiéis depositários, ora com a devolução a terceiros de pertences que estavam emprestados aos revoltosos, até sua liquidação final, com as formalidades de encerramento.

Como é possível observar, a problemática que envolve as informações dos *sequestros de bens* está diretamente relacionada com a própria dinamicidade processual das inquirições devassas, a qual muitos pesquisadores, ao dar um tratamento filológico a tais testemunhos, não levam em conta, principalmente porque não se debruçaram sobre o caráter orgânico do documento. Ou seja, as devassas constituem-se por um enorme conjunto de testemunhos notariais, que materializam as atividades processuais de investigação, e os pesquisadores, por desconhecerem em certa medida essa realidade, acabam por editar os testemunhos como estão dispostos nos arquivos, em inúmeros maços, sem necessariamente entender a conexão sequencial entre as atividades notariais para o ato legal em questão. Portanto, é de fundamental importância compreender com qual tipologia documental se está lidando para, a partir de uma minuciosa análise dos testemunhos que a constituem, poder acessar as informações históricas e/ou diplomáticas inscritas nos diversos fólios que a compõem.

Assim sendo, em se tratando da circulação da escrita na conjuração mineira de 1789, Rodrigues (2017, p. 3) aponta que os livros são

> [...] os objetos que mais têm exercido interesse histórico, seja pela tentativa de desvendar a existência de uma cultura livresca rica e variada na época, seja no revelar de práticas de leitura e de formas de apropriação das ideias ali contidas, buscando-se saber como seus conteúdos eram compreendidos.

Por esse motivo, muitas das investigações que se debruçaram sobre a *Inconfidência Mineira* tiveram um enorme interesse em compreender qual foi o papel do livro, e mais amplamente da escrita, na difusão de ideias iluministas, e como estas tiveram um possível protagonismo na formação dos cenários insurgentes. Contudo, como o mesmo autor aponta:

> Apesar de o sequestro seguir uma tramitação sistematizada pela legislação da época, baseada no Livro V das Ordenações Filipinas, que determinava sua confecção com rigor e minuciosidade, sua elaboração cabia à Justiça local, em cumprimento de ordens dos juízes ou corregedores do domicílio do réu, sob a intervenção do desembargador responsável pela devassa ou inquirição judicial (Rodrigues, 2017, p. 7).

Segundo Rodrigues (2017), mesmo havendo uma normatização do processamento dos *autos de Sequestros de bens*, há uma heterogenia nos registros das atividades notariais, pois, em muitos momentos, é possível identificar inscrições extremamente minuciosas e cuidadosas e, também, apontamentos displicentes, com diversas falhas e possíveis omissões. Isso se deu por vários motivos, tais como a omissão de certos bens, o registro truncado de outros e a falta, em alguns momentos, da exatidão do número de livros apreendidos. Porém, mesmo diante dessa realidade, é possível identificar, a partir dos dados que os escrivães nos forneceram, possíveis cenas da circulação de livros, e da escrita em si, pois, como veremos, a evidência do papel da escrita na circulação das ideias das luzes parece ser inquestionável.

Levando em conta tais aspectos, reconhecendo que nem sempre há exatidão nas informações contidas nos *autos de Sequestros de bens*, pois os investigadores tinham como objetivo central encontrar provas materiais para o crime de *lesa-majestade*, e, por isso, não focaram exatamente sobre bens que não significariam substância para a investigação, André Figueiredo Rodrigues (2017, p. 14) apresenta-nos uma tabela, na qual arrola todas as apreensões de livros dos inconfidentes condenados. Vejamos:

Tabela 18 – Livros apreendidos aos inconfidentes mineiros[6]

Inconfidentes	Livros	
	Obras	Volumes
Carlos Correia de Toledo e Melo	60	104
Cláudio Manuel da Costa	(1)	
Domingos de Abreu Vieira	(2)	
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	(2)	
Francisco de Paula Freire de Andrada	(3)	
Inácio José de Alvarenga Peixoto	4	18
Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)	4	-
José Aires Gomes	4	4
José Álvares Maciel	(4)	
José da Silva e Oliveira Rolim	(2)	
José de Resende Costa	20	61
José de Resende Costa, filho	(4)	
Luís Vaz de Toledo Piza	(2)	
Luís Vieira da Silva	267	569
Manuel Rodrigues da Costa	75	210
Tomás Antônio Gonzaga	83	-
Vicente Vieira da Mota	(2)	

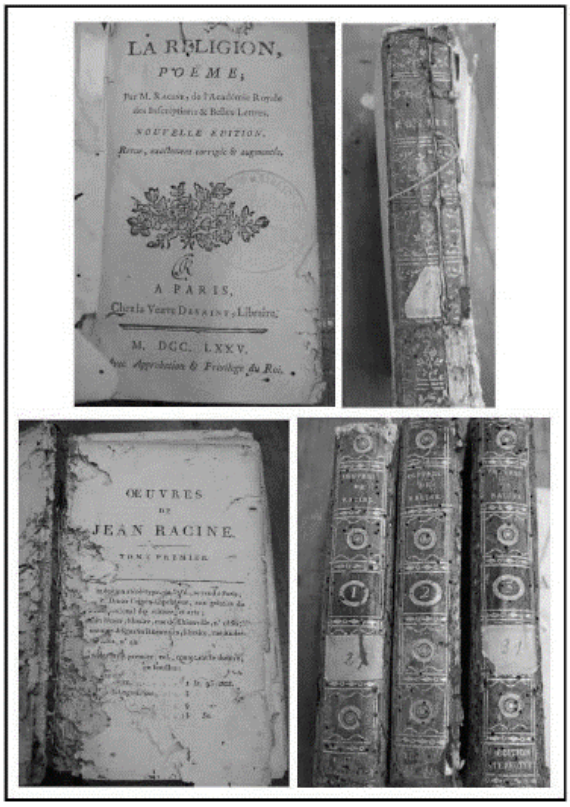
Fonte: AUTOS... (1982), v. 6; Arquivo Nacional, v. 7 – Sequestros diversos; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Autos de Sequestro diversos.

Como o autor aponta, é importante ressaltar que, dentre tais informações, apenas "parte dos títulos dos livros apreendidos de Cláudio Manuel da Costa é conhecida (97 títulos), já que o meirinho anotou 198 obras sem a descrição de seus tomos, títulos e autores. Sua livraria, provavelmente, não passava de 340 exemplares" (Rodrigues, 2017, p. 14). Além disso, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza e Vicente Vieira da Mota não tiveram arrolados livros em seus sequestros. Já na biblioteca de Francisco de Paula Freire de Andrada, aponta-se que foram encontrados e sequestrados 84 volumes de livros, sem necessariamente indicar a quantidade exata de obras recolhidas, deixando-nos sem saber se eram possíveis coleções de

6 As observações a seguir são realizadas por Rodrigues (2017, p. 14):
(1) Apenas parte dos títulos dos livros apreendidos de Cláudio Manuel da Costa é conhecida (97 títulos), já que o meirinho anotou 198 obras sem a descrição de seus tomos, títulos e autores. Sua livraria, provavelmente, não passava de 340 exemplares; (2) Em seu sequestro, não consta informações sobre livros; (3) Na biblioteca de Francisco de Paula Freire de Andrada sequestrou-se 84 "volumes de livros". Esta anotação, abstrata, não nos permite saber com exatidão se são os exemplares totais ou se são títulos de obras avulsas existentes em sua livraria; (4) Por viver sob o poder paternal, não teve bens apreendidos.

obras ou títulos avulsos existentes em sua biblioteca. Em relação a José Álvares Maciel e José Resende da Costa Filho, por viverem sob poder paternal, não tiveram bens apreendidos; neste caso, é possível dizer que, se tinham livros, estes estariam arrolados nos sequestros de seus respectivos genitores. Um exemplo disso é o caso do próprio José Resende da Costa, o filho, que, apesar de possuir títulos, não os teve explicitados no rol dos sequestros de bens.

Figura 2 – Livros que pertenceram ao inconfidente José de Resende Costa, o filho, doados à Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, em São João d´el-Rei



Fonte: Rodrigues (2017).

Como nos indica Villalta (1999), nem sempre eram informados os títulos e os dados gerais de cada um dos livros sequestrados, havendo apenas a indicação do quantitativo de obras encontradas. Por exemplo, na casa de Tomás Antônio Gonzaga, poeta e magistrado português, o escrivão indicou a existência de 83 livros, sendo "quarenta e três livros de vários autores, franceses, portugueses e latinos; [...] sete ditos de meia folha de qualidade, [...] e trinta e três de quarto dos mesmos" (Autos..., 1982, v. 6, p. 49 *apud* Rodrigues, 2017).

Contudo, há situações em que se nota o detalhamento do que foi encontrado. No sequestro de bens de Cláudio Manuel da Costa, várias de suas obras foram descritas de forma minuciosa. Além de terem encontrado um manuscrito do livro de Santo Inácio de Loyola, outros títulos foram localizados e registrados, como os que foram encontrados "na quarta coluna da estante da parte direita, quarenta tomos de livros; na quinta da mesma, quarenta e quatro tomos de livros; quarta coluna da estante para a esquerda, quarenta e nove livros, na mesma estante da quinta coluna, quarenta e seis", ou, ainda, os "quinze livros de oitavo, e um quarto" e os "três livros de traduções de tragédias, e mais outro dos mesmos relatados e poemas" (Autos..., 1982, v. 6, p. 99-100 *apud* Rodrigues, 2017).

Na residência do pároco Carlos Correia de Toledo e Melo, na vila de São João del-Rei, foi encontrada uma "estante pintada" com cerca de 105 volumes de obras de "vários autores, entre grandes e pequenos, a saber: noventa e nove, com capas de pasta, e seis com capas de pergaminho" (Autos..., 1982, v. 6, p. 70 *apud* Rodrigues, 2017). Já na apreensão de bens do pároco Manuel Rodrigues da Costa, foram arrolados 73 títulos em 212 volumes. Entre estes, há um "manual Eclesiástico in-oitavo", um "Hobert Teologia, sete tomos in-quarto", "oito tomos da obra de Calmet in-fólio", a obra de "Fernão Mendes Pinto, um volume in-fólio pequeno" e "quinze livrinhos velhos de várias matérias e quase inúteis, sem ter, inclusive, seus autores mencionados.

Diante de tais anotações apontadas por Rodrigues (2017), é possível tecer inicialmente algumas considerações interessantes. Muitas das obras apontadas nos últimos casos tinham dimensões relativamente pequenas, que contribuíam para seu livre transporte. Além disso, a descrição de tais livros como "velhos", que aponta para o desgaste devido ao seu intenso uso, possivelmente indica que várias dessas obras foram muito lidas e circularam intensamente.

Em relação à biblioteca do cônego inconfidente Luís Vieira da Silva, encontrada na cidade de Mariana, podemos dizer que estamos tratando da maior apreensão de livros sequestrados pela *Devassa da Inconfidência Mineira*. Nesta, foram encontradas inúmeras obras que representam uma diversidade temática de interesses, os quais perpassavam pela filosofia racionalista e o otimismo naturalista dos iluministas franceses, como *L'histoire du regne de l'empereur Charles-Quint*, H*istoire de la Maison de Tudor*, *Elementos de arte militar* e *Le messiade* (Autos..., 1982, v. 6, p. 85-91 *apud* Rodrigues, 2017).

Apesar de os dados não serem bastante robustos, quando comparados com os números apresentados para a difusão social da escrita na *Inconfidência Mineira*, é possível encontrarmos indícios bastante evidentes sobre a circulação da escrita em tal conjuntura. Um exemplo muito importante é a biblioteca do doutor José Pereira Ribeiro, pois esta nos dá uma ideia de como se constituíam as redes de sociabilidade nas organizações das conspirações, já que este é apontado nos

autos do processo como o detentor e o responsável por ter trazido para as Minas Gerais dois títulos proibidos pela censura régia: o *Recueil* e a *Histoire philosophique et politique des établissemens et du commerce des européens dans les deux Indes*, de Guillaume Thomas François Raynal, conhecido por abade Raynal (Rodrigues, 2017).

Segundo Rodrigues (2017, p. 19), "Quando foi realizado o seu inventário, em 1798, a obra de Raynal estava emprestada ao inconfidente Domingos Vidal de Barbosa Laje, e as leis norte-americanas ao cônego Luís Vieira da Silva". Devido à presença desses dois títulos em sua biblioteca, e por serem esses textos constantemente referenciados pelos sediciosos ao criticarem o colonialismo português, é possível, como indicam alguns pesquisadores, dizer que essa biblioteca seria o maior suporte ideológico dessa insurreição. E, como é possível notar, a prática do empréstimo de obras parecia ser muito comum entre os inconfidentes e isso se deve, dentre outros fatores, ao que Rodrigues (2017) chama de boemia literária do século XVIII.

> No universo da segunda metade do século XVIII, os inconfidentes protagonizaram uma boemia literária e esta, saindo dos círculos puramente literários e em confluência entre as ideias iluministas europeias e as tradições luso-brasileiras, tornou-se, aos poucos, explicitamente política e subversiva, convertendo-se em Inconfidência.

Villalta (2015, p. 471-480) ressalta que os insurgentes traziam livros proibidos do exterior e permutavam-nos entre si, além também de permutar manuscritos com suas respectivas traduções. Essas obras chegavam às mãos desses indivíduos por meio de livreiros, de obras conquistadas em leilões ou por brasileiros que voltavam dos estudos em universidades europeias.

Segundo Rodrigues (2017, p. 19),

> Em suas reuniões, além de poesias, os revoltosos discutiam a situação política e econômica da capitania de Minas Gerais, mirando-se no exemplo da bem-sucedida independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, que conheceram por meio de escritos publicados em francês e em inglês. Apesar de a posse de livros não ser disseminada, sua circulação e seu uso eram intensos. A repercussão dos livros sobre os inconfidentes e o seu grau de inventividade, enquanto leitores, evidenciam-se quando se analisam aspectos que vão de pontos mais estritamente literários, como menções a realização de traduções, a empréstimos de livros e a leituras, até elementos que remetem claramente ao próprio movimento insurreto.

Nesses contextos, os diversos títulos não eram somente lidos pelos que os detinham, mas também por sujeitos que faziam parte de seu círculo social mais íntimo, como familiares e amigos, principalmente por causa da prática corrente do empréstimo de obras. Como está evidente nos *autos*, Alvarenga Peixoto indica que, nesse universo de boemia literária, nos encontros realizados na residência de Francisco de Paula Freire de Andrada, manifestavam-se discussões bastante acaloradas, as quais se pautavam questões sediciosas. Em seus testemunhos, ele disse que frequentava aquela casa para conversar, "rir um pouco", "entregar um livro" e "tirar outro de sua livraria" para ler. Há também a menção do médico Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, que diz que, ao visitar o alferes Tiradentes, lhe pediu um dicionário de francês de que precisava (Rodrigues, 2017).

Para além disso, segundo Rodrigues (2017, p. 20), valendo-se dos *autos*,

> Além dos empréstimos, de terceiros e realizados entre os inconfidentes, outra prática cotidiana que o livro se prestava era proporcionar reuniões de leitura e discussões coletivas. Ainda na casa do dito tenente-coronel Francisco de Paula, em um dos conventículos ali realizados, Tomás Antônio Gonzaga encontrou-se com o padre Carlos Correia de Toledo, o alferes Tiradentes e Alvarenga Peixoto para conversarem, de acordo com suas palavras, sobre "humanidades". Nessa ocasião, de acordo com a fala de Gonzaga, Alvarenga utilizou-se da palavra para proclamar "umas oitavas feitas ao batizado de um filho do Excelentíssimo Dom Rodrigo [José de Meneses]", o seu famoso poema Canto genetlíaco, e eles examinaram alguns livros do anfitrião, dentre os quais "se achava um" que fazia referência ao poeta, profeta messianista e "sapateiro Bandarra" (Gonçalo Annes Bandarra).

Contudo, a posse de livros não indica diretamente que tais inconfidentes os tenham lido efetivamente. Por isso, é importante avaliar também os depoimentos que estes fizeram para que possamos encontrar indícios mais contundentes de práticas de leitura nessa conjuntura. Assim sendo, em busca de evidências mais concretas, é possível indicar algumas situações que explicitam tal fato de forma mais direta. Vejamos.

No depoimento do padre Carlos Correia de Toledo, em 4 de fevereiro de 1790, ele diz que

> [...] ouviu dizer a Francisco Antônio de Oliveira Lopes que havia um livro de um autor francês, que estava na mão de um doutor na cidade de Mariana, o qual no fim trazia o modo de se fazerem os levantes, que era cortando a cabeça ao governador e fazendo uma fala ao povo e repetida

por um sujeito erudito, e que este livro tinha sido mandado queimar por Sua Majestade (AUTOS..., 1982, v. 5, p. 149-150 *apud* Rodrigues, 2017).

Outro testemunho importante é o do porta-estandarte do Regimento de Cavalaria Paga de Vila Rica, Francisco Xavier Machado, que diz que

> [...] sempre lhe ouvia ao dito Joaquim José exagerar a beleza, fertilidade e riqueza do país de Minas Gerais, e que por estes motivos podia bem ficar independente assim como fez a América Inglesa; ao que ele testemunha [o porta-estandarte] lhe respondia falando, naturalmente, que tal nunca poderia suceder, porque Minas não tinha força para se conservar, nem marinha para se defender, como tinha a América Inglesa; [...] e que passados alguns dias, o mesmo Alferes fora a casa dele testemunha e lhe mostrara um livro escrito em francês, pedindo-lhe que lhe quisesse traduzir um capítulo dele, que vinha a ser o dito livro em francês A Coleção das Leis Constitutivas dos Estados Unidos da América, e o capítulo que apontava vinha a ser a seção oitava, sobre a forma da eleição do conselho privado, por cujo conteúdo ser invulgar ao dito Alferes, ele, testemunha, traduziu; o qual, depois, folheou muito o mesmo livro e como quem queria achar outro lugar, deixando-lhe ficar o mesmo livro [...] Também sabe ele, testemunha, que o mesmo Alferes procurou naquela cidade [Vila Rica] ao Sargento-Mor Simão Pires Sardinha, levando-lhe uns livros ingleses para lhe traduzir certos lugares que também diziam respeito a coisas da América (Autos..., 1982, v. 1, p. 189-190 *apud* Rodrigues, 2017).

Esse depoimento expõe a estratégia de Tiradentes de solicitar a alguns inconfidentes que traduzissem capítulos das leis norte-americanas, publicadas em língua francesa no *Recueil*. Além disso,

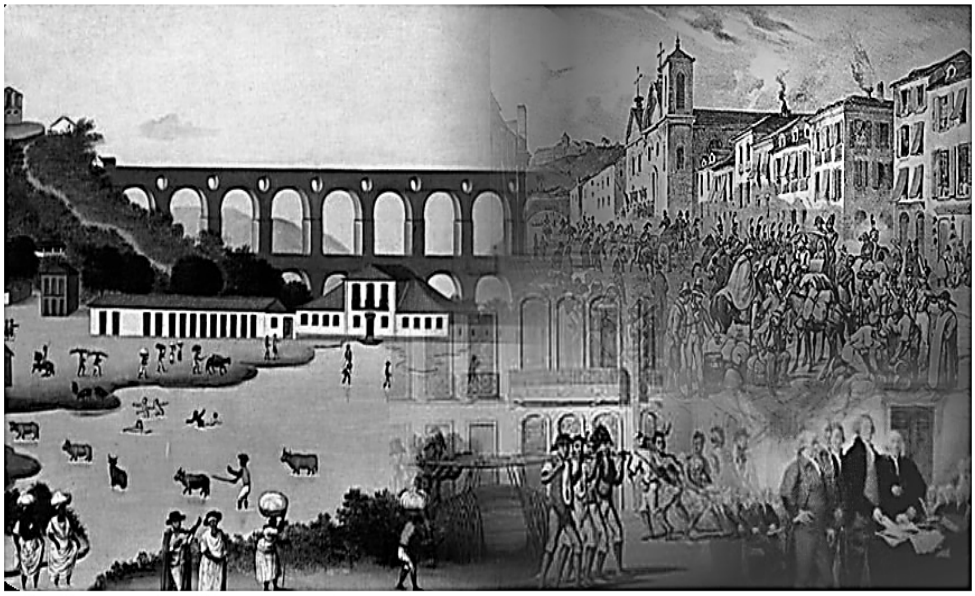
> O relato de Francisco Xavier também nos esclarece que as obras, além de lidas e interpretadas, tinham suas ideias transmitidas de maneira oral, veiculadas pelas conversas. As pessoas são acusadas de falarem umas com as outras e, nessas redes de sociabilidade, exteriorizarem concepções consideradas subversivas. Se no mundo dos letrados, as ideias sediciosas eram discutidas nos círculos privados de Vila Rica; Tiradentes, pelo seu ativismo, passou a divulgá-las nos espaços públicos, como tavernas, prostíbulos e pelos caminhos que cruzavam Minas Gerais de alto a baixo. A boemia literária proliferou-se nos mais diversos estratos sociais. Os livros, principalmente aqueles que propiciaram aos mineiros manter contato com o que havia de mais sofisticado e subversivo na época, ajudavam nas discussões e na leitura crítica da conjuntura sociopolítica e econômica que acometiam as Minas Gerais da segunda metade

> do século XVIII e, mesmo, sobre os possíveis horizontes a serem seguidos após a concretização do levante. Liam, por exemplo, que a opressão fiscal sobre as Treze Colônias Inglesas foi o estopim para a eclosão do processo independentista nas terras da América do Norte. Aqui, sua reinterpretação motivou desejos de libertação da opressão colonial, do rompimento de laços com Portugal. Isto, aliás, em estreita relação com o pensamento do Iluminismo (Rodrigues, 2017, p. 23)

A propagação de ideias subversivas, a partir da leitura e da discussão de obras, e também de sua difusão oral, nos mais variados ambientes, pôde ter favorecido a adesão de muitos indivíduos, das mais variadas camadas sociais, para o processo de constituição de uma Inconfidência. Tais sujeitos, envoltos nesses debates, viam a escrita e a leitura como a referência das "luzes" que se espalhavam por Vila Rica e pelos demais sítios das Minas Gerais. Assim sendo, provavelmente, muitos desses homens, e também, talvez, mulheres, devido a essa conjuntura sediciosa, buscando conhecer as possibilidades que as ideias iluministas poderiam lhes fornecer para compor uma possível "revolução", como ocorrera na França e nas treze colônias inglesas da América do Norte, se não sabiam ler e escrever, poderiam ter buscado adentrar no universo da cultura escrita justamente para acessar e reproduzir as propostas dos ideários que compunham a base filosófica das "luzes" daquele final de século.

Essa interpretação pode ser corroborada pelos dados mensurados sobre difusão social da escrita dos envolvidos, direta ou indiretamente, no processo investigativo da *Inconfidência Mineira*. Como vimos, não foram somente homens brancos das mais altas camadas socioeconômicas que se fizeram presentes nos *autos* dessa devassa. Na realidade, um ínfimo número de mulheres e homens das mais variadas camadas e estatutos sociais foram inscritos nos milhares de fólios que compõem essa devassa, sejam brancos, negros, mestiços, livres, libertos ou escravizados, cuja grande maioria era de indivíduos assinantes. Ou seja, a conjuntura sediciosa parece ter sido favorável, caso muitos destes não tivessem nenhuma relação com a cultura escrita, para que estes se inserissem em seu universo.

Distribuição social e circulação da escrita na Revolta dos Letrados (1794)



Fonte: Landro Joaquim (1790).

O processo que investigou a *Revolta dos Letrados*, ocorrida em 1794, no Rio de Janeiro, marcou a continuidade da repressão política, e consequentemente ideológica, dos movimentos sediciosos do Brasil colonial, pois, ainda naquele momento, estava aberta a ferida do horror da coação da Coroa sobre os inconfidentes mineiros, que violentamente condenou um homem à morte, esquartejando-o e expondo-o em praça pública como forma de exemplo para outros que quisessem se insurgir contra Sua Majestade. Uma mera desconfiança poderia se tornar um processo doloroso e humilhante, porque ainda havia, em terras brasílicas, um espírito de total vigilância por parte da administração real, que tentava conter a crise que assolava a Colônia.

Direcionando-nos para o Rio de Janeiro, que tinha, naquele momento, em 1763, sido instituída recentemente capital do governo do Brasil, já que essa cidade estava localizada num ponto estratégico de escoamento portuário para o minério de ouro – que vinha sendo extraído da região das Minas Gerais –, sabemos que o surgimento dessa nova zona política e comercial reconfigurou o

perfil sociológico daquela região. Assim, o Rio de Janeiro passa a ter uma realidade urbana mais evidente, pois, além daqueles que se deslocaram para lá acompanhando a administração real, muitos europeus, fundamentalmente portugueses, quando por aqui chegaram, direcionavam-se, se não para as Minas Gerais, justamente para o Rio de Janeiro, por ser este o local onde estava localizado o governo central da Coroa no Brasil e, também, porque lá estava um dos principais pontos de negociação comercial do minério dourado. Como nos diz Lucas (2002), a atividade mineradora contribuiu fortemente para a mobilidade social, fato este que colaborou para a migração de indivíduos para núcleos urbanos.

É nesta conjuntura aurífera que nasce Manuel Inácio da Silva Alvarenga, em 1749. Oriundo de Vila Rica, filho do músico Inácio da Silva Alvarenga, era um homem mestiço, proveniente das camadas mais baixas da população mineira. Aos 19 anos de idade, muda-se para o Rio de Janeiro, onde fez os estudos preparatórios e, quando já tinha completado 21, vai para Portugal e ingressa na Universidade de Coimbra, local onde conheceu Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto. Em meio a esse contexto, esse homem de origem humilde viveu uma intensa atividade intelectual, que colaborou definitivamente para a apreensão de ideias que vinham se espalhando pela Europa. Finalizando seu curso superior em 1776, formando-se em *cânones*, retornou para o Brasil um ano depois, tendo como companhia de viagem o irmão de Basílio da Gama, o Pe. Antônio Caetano de Villas Boa (Lucas, 2002).

Segundo Fábio Lucas (2002, p. 20),

> É nesse quadro que Silva Alvarenga desenvolveu seu poder de artesão da poesia e as qualidades de mestre e difusor de idéias. Instalado no Rio, abre em 1782 curso de Retórica e de Poética. Tornou-se influente preparador de gerações (alguns de seus discípulos participavam ativamente no processo da independência do Brasil), membro da Sociedade Científica do Rio de Janeiro (sob o governo do marquês do Lavradio, protetor das ciências e das artes). A posse do marquês de Lavradio deu-se a 4 de novembro de 1769, tendo exercido o cargo até 5 de abril de 1779, quando, então, extinguiu-se a Sociedade Científica. Outro mecenas de Silva Alvarenga foi Luís de Vasconcelos e Souza, que lhe deu a cadeira de professor régio de Retórica e Poética, aberta com o primeiro curso em agosto de 1782.

Como é possível notar, após ter chegado ao Brasil, Silva Alvarenga teve uma forte atuação na formação de diversos indivíduos, contribuindo extremamente para a constituição de uma nova elite intelectual na capital da Colônia. Foi nesse movimento formador que ele resolveu fundar a Sociedade Literária do Rio

de Janeiro em 1786, instituição que representou sua glória e sua condenação, pois, com a denúncia de que essa organização tratava de assuntos proibidos, que atingiam fortemente a soberania de Portugal, ele foi forçado a fechá-la, sendo prontamente processado pela administração real. Como nos diz Lucas (2002, p. 20),

> O conde de Resende, espírito suspicaz e mofino, diante de denúncias de um frei Raimundo e do rábula José Bernardo da Silveira Frade, mandou processá-lo e prender os sócios da referida sociedade. Silva Alvarenga permaneceu no cárcere por dois anos e oito meses, sujeito a rigorosa e humilhante devassa, confiada pelo vice-rei ao juiz Antônio Diniz da Cruz e Silva, que já servira na devassa da Inconfidência Mineira. "Nove vezes pelo espaço de dois meses e 10 dias, desde 4 de julho até 14 de setembro de 1795, foi o infeliz Manoel Inácio da Silva Alvarenga sujeito a interrogatórios e acareações de um processo monstruoso", informa Joaquim Norberto de Sousa [...].

As denúncias partiram de dois sujeitos, como anunciado por Lucas (2002). O primeiro deles foi o frade franciscano Raimundo, o qual foi alvo de uma centena de sonetos satíricos escritos por Alvarenga. Sendo um dos maiores inimigos da Sociedade Literária, segundo Joaquim Norberto[7], denunciou-a ao vice-rei, afirmando que, naquela organização, homens zombavam da religião e aclamavam a "democracia". O outro denunciante foi o rábula José Bernardo da Silveira Frade, que também tinha desafetos com Alvarenga. Após investigar intensamente sua intimidade, preparou uma assombrosa denúncia, com o intuito claro de prejudicá-lo, pois, na conjuntura em que viviam, quaisquer indícios de insurreição eram tratados como crimes terríveis, principalmente levando em conta o que ocorrera com Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Diante dessa situação, o conde de Resende acolheu tais denúncias, avaliando os enredos que difundiam que a Sociedade não passava de um "clube de jacobinos" que abordava sigilosamente aspectos políticos e ideológicos extremamente condenáveis pela Corte (Lucas, 2002).

Com base no sequestro de seus bens, quando foram analisados livros e gazetas que estavam sob sua posse, é possível admitir que

7 Referência utilizada por Lucas (2002) para apontar as obras satíricas de Silva Alvarenga, a saber: SOUSA, Joaquim Norberto de. Obras poéticas de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, vol. 1, p. 56.

> [...] Silva Alvarenga ministrava ensinamentos contrários ao poder monárquico, pois devia ter os olhos fitos na independência da pátria, enquanto explicava lições de Quintiliano. Na versão de Joaquim Norberto, Silva Alvarenga mostrava ao povo escravo que cabeças eram decepadas, homens eram desterrados, mas vigoravam as idéias emancipadoras da humildade [...] (Lucas, 2002, p. 21).

Quando Alvarenga e outros membros se reuniam na sede da Sociedade, uma casa de dois andares localizada na Rua do Cano, eles arquitetavam uma organização de estudos que viabilizasse o acesso a obras que tratassem, além de tantos outros assuntos, de temas que circulavam pela Europa e que estavam censurados pela Coroa. Conservando uma das melhores bibliotecas do Rio de Janeiro naquele momento, o fundador da Sociedade Literária possuía diversos títulos proibidos, por isso, no estatuto da instituição, exigia-se postura adequada em relação à manutenção do sigilo sobre o que era lido e discutido (Lucas, 2002).

Segundo os artigos que compõem o estatuto dessa instituição, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro era extremamente organizada e pautava-se na formação intelectual de seus membros. Tendo o sigilo como primazia para a manutenção e para a aceitação de novos sócios, essa instituição tinha o universo da leitura e da escrita como eixo fundamental de sua atuação, cujos livros e manuscritos eram compartilhados, lidos e debatidos em sessões plenárias, elaboradamente arquitetadas. Sendo assim, pelo que ficou claro para a historiografia, essa instituição não representou, do ponto de vista objetivo, um movimento de insurreição. Na realidade, o que desencadeou seu fim foram a circulação e o debate de questões que vinham sendo desencorajadas e reprimidas desde a eclosão do processo da *Inconfidência Mineira*. Se, em algum momento, é admissível falar de algum movimento sedicioso quando tratamos da Sociedade Literária, este recai sobre a ideia de que a leitura e a escrita, como instâncias formadoras e consolidadoras de ideologia, se tornaram personagens de insurgência de uma organização que se predispôs a debater informações censuradas que por aqui chegavam através do universo cultural da própria escrita.

Como é possível notar nos artigos 24 e 31 do referido estatuto, o agrupamento de indivíduos nessa Sociedade tinha como objetivo principal compartilhar as "luzes" científicas que vigoravam na época, pautando questões de interesse geral a todos os membros, porém, havia aspectos de cunho individual, que, quando fossem anunciados como interesse de um ou outro sócio, deveriam ser tratados individualmente por estes durante as sessões ordinárias da instituição. Para além disso, especificamente no artigo 31, anuncia-se que serão proibidos assuntos que estejam relacionados com a realidade política vigente por serem matérias governamentais, e que não tinham nenhuma relação com os objetivos

dessa organização. E, caso houvesse alguma discussão desse tipo, as questões levantadas deveriam se pautar numa postura adequada, que levasse em conta o lugar de súditos da Coroa portuguesa, para que não acarretasse prejuízo a nenhum membro, pois a "obrigação" da Sociedade era "iluminar" os deveres de vassalo de cada sócio.

Diante dessas orientações estatutárias, num primeiro momento, percebemos que não haveria motivações concretas para entendermos a Sociedade Literária do Rio de Janeiro como um ambiente propagador de ideias contrárias ao regime político estabelecido. Contudo, se atentarmos, por exemplo, para os vocábulos "luzes" e "iluminar", é possível interpretar que possivelmente a concepção filosófica iluminista de origem francesa estaria sob o pano de fundo da postura ideológica pregada nessa instituição, pois, ao observamos esse estatuto mais atentamente, o principal interesse da Sociedade não era somente discutir temáticas diversas por simples diletantismo intelectual, mas, na realidade, formar criticamente sujeitos em matérias de cunho social, científico e filosófico. Sendo este o objetivo fulcral das "luzes" francesas, ou seja, iluminar os homens para o universo da ciência e da filosofia, essa instituição estava, mesmo que timidamente, dentro desse contexto iluminista. Talvez por isso, em conversas e discussões secretas, elementos de tal universo foram trazidos à baila e causaram, como era de se esperar, algum receio por parte de seus membros, principalmente levando em conta o que ocorrera com a decapitação de Tiradentes no processo da *Inconfidência Mineira*.

Além disso, a postura tomada por Alvarenga, ao compor versos satíricos sobre algumas personalidades da época, também contribuiu para a instauração da *devassa* que investigou a Sociedade, culminando num processo que, partindo de um conjunto de difamações que incomodaram alguns, alcançou os trâmites da própria instituição, fazendo com que os responsáveis pela investigação, com base nas denúncias realizadas, entendessem que essa organização estava cometendo secretamente o crime de *lesa-majestade*, quando possivelmente discutia assuntos terminantemente proibidos pela Coroa. Foi justamente com base nos dizeres dos denunciantes e nos arrolamentos testemunhais realizados que se percebeu que elementos de francesia eram debatidos durante as reuniões. Apesar de se notar que não havia necessariamente uma formação de insurgência, a ferida aberta da *Inconfidência Mineira*, como já dito, e o clima policialesco que se instalou após o julgamento e o cumprimento da sentença de tal processo contribuíram diretamente para a abertura da devassa da chamada *Revolta dos Letrados*.

Diante da realidade de uma Sociedade Literária colonial, espera-se que o perfil sociológico de seus membros seja homogêneo e marcadamente elitista. Contudo, como já foi possível notar, o principal articulador, e que também é fundador desta instituição, era um mestiço de origem humilde, que, após formar-

-se em Coimbra, faz do desenvolvimento intelectual de outros seu labor. Diante disso, quais seriam os perfis dos envolvidos, direta e indiretamente, nessa sedição das letras?

Com base nos *autos* processuais da *Revolta dos Letrados*, foram arrolados 80 indivíduos. Como era de se esperar para um movimento que tem como alcunha "A Revolta dos Letrados", todos os envolvidos manuscreveram suas firmas durante a investigação. Mas quem são esses sujeitos que, nos finais do século XVIII, se organizaram para discutir, dentre outras coisas, assuntos censurados pelo Reino português? Vejamos:

1 Repartição por sexo

Dos 80 envolvidos no processo da sedição carioca, a quase totalidade dos indivíduos é constituída de homens, havendo somente uma mulher identificada. Esse dado pode representar uma constante, que também ocorreu no caso da *Inconfidência Mineira* e, como veremos na próxima seção, no caso da *Conspiração dos Alfaiates*: proporcionalmente, as mulheres aparecem em um número muito menor quando o comparamos com o quantitativo de homens que testemunharam durante as atividades processuais das *devassas*. Levando em consideração que os *autos* da *Revolta dos Letrados* apresentam um número muito menor de sujeitos, a presença de somente uma mulher, apesar de ser um dado extremamente mínimo, revela-nos que estas não estavam fora do universo das sedições, pois, em todos os contextos aqui analisados, elas se fizeram presentes, contudo, num percentual menor do que o dos homens. Assim sendo, os percentuais que retratam a repartição por sexo refletem essa realidade, na qual temos 79 homens, representando 98.75% da amostra, e uma mulher, representando um percentual de 1.25%.

Quem é a única mulher que aparece como testemunha dos *autos* do movimento carioca? Vejamos. Inácia de Moura tinha 50 anos de idade e era natural da freguesia de Taipu, termo da cidade do Rio de Janeiro. E era casada com Brás Fernandes, português, natural da Comarca de Viana, que tinha 60 anos de idade e que vivia do ofício de penteeiro na cidade capital da Colônia. Por ser esposa de um dos testemunhantes da insurreição carioca, foi convocada a depor, com o objetivo de "contribuir" com o levantamento de provas contra os integrantes da Sociedade Literária. Depôs nos *autos* dessa investigação logo após seu marido, respondendo a questões que pautavam a fala de um determinado indivíduo, chamado de João – um sapateiro que residia naquela cidade –, que, numa conversa com Brás Fernandes, a qual ela testemunhara, proferiu palavras que indicavam

um ideal de libertação da Colônia, quando disse, ao ver duas crianças, que estas seriam as "donas" da terra do Brasil. Portanto, Inácia de Moura, por ter presenciado tal fato, que foi relatado pelo seu marido aos notários, também se tornou testemunha do referido processo, aparecendo, por isso, nos autos da *Revolta dos Letrados*.

2 Repartição por cor

Sobre a cor dos homens envolvidos na insurreição carioca, temos os seguintes dados:

Tabela 1 – Revolta dos Letrados: Repartição por cor

Cor	
Não identificada	78 (97.5%)
Parda	1 (2.5%)
Total	**79 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível notar, entre os 79 homens envolvidos, somente um teve sua cor explicitada, representando um percentual mínimo de 2.5%. Este era Estácio Gomes de Carvalho, natural do Brasil, solteiro, de 41 anos, que vivia do ofício de alfaiate. Já 97.5% dos homens que não tiveram sua cor identificada, por ser esta a realidade não marcada socialmente, poderiam ser classificados como brancos, porém, temos uma questão que problematiza tal consideração. Como foi apontado por Lucas (2002), Silva Alvarenga, fundador e principal articulador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, era um homem mestiço, sendo, obviamente, não branco. A pergunta que emerge, diante do apagamento desse dado durante o processo, é por que sua condição de mestiço não foi demarcada?

Para nós, como abordaremos *a posteriori*, a condição de mestiço não é uma questão que recai somente sobre o fenótipo dos indivíduos, mas fundamentalmente sobre seu perfil sociológico, pois, como apontou Darcy Ribeiro (1995), os chamados "brancos" brasileiros não necessariamente eram filhos de europeus que para cá migraram, mas, sim, em sua grande maioria, homens e mulheres mestiços que, afastados da lógica escravocrata, estavam inseridos em contextos privilegiados da sociedade, marcadamente dominados por brancos. Sendo assim,

mesmo sendo mamelucos ou pardos, por exemplo, estes poderiam ser identificados como brancos, devido à sua condição e posição na sociedade colonial. Além disso, mesmo tendo sua cor explicitada, os pardos aproximam-se da realidade, no que diz respeito aos nossos dados, conferida aos sujeitos apontados como brancos, pois essa categoria apresenta um percentual de assinantes muito próximo do que foi observado para estes. Ou seja, é possível dizer que, quando a cor não é explicitada nos *autos*, o indivíduo é considerado um sujeito que está no rol dos privilegiados socialmente, tanto econômica, quanto politicamente.

Contudo, é extremamente relevante apontar que o detentor de uma das das melhores bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro, fundador e articulador de uma sociedade literária, e, também, formador de muitos intelectuais do período, era um homem mestiço, que poderia ser identificado como pardo, mas que não o foi. Isso poderia ter acontecido por causa justamente de sua posição perante a sociedade da capital da colônia, que o via como um homem que carregava a estirpe, mesmo que simbólica, do universo dos brancos, por ter estudado na metrópole e por ser um professor e intelectual muito atuante. Então, como lidar com essa questão? Nós, quando foi possível identificar a ascendência dos indivíduos, explicitamos sua cor, contudo, quando isso não foi possível, seguimos a lógica da realidade não marcada, que marca indivíduos como brancos por estarem inseridos nos contextos privilegiados socialmente demarcados.

3 Repartição por estatuto social

Em relação à repartição por estatuto social, não tivemos nenhum dado consistente, pois os notários não explicitaram, de todos os envolvidos nesse processo devassatório, as condições de livres, forros ou escravizados. Tal aspecto nos permite interpretar que provavelmente todos estes seriam homens livres, por ser esta uma realidade que, não marcada socialmente, indicava se tratar de sujeitos que não estavam relacionados com a lógica escravocrata, que necessariamente definia agentes de camadas sociais mais baixas da sociedade, além de evidenciar, se escravizados, a pertença a outrem, que os colocava numa condição passiva diante dos procedimentos jurídicos da administração. Sendo assim, quando chamados a depor, teriam a companhia de seus donos, fato este que não foi identificado nos *autos*, contribuindo para a interpretação de que não houve nenhum escravizado no processo em questão.

Além disso, esse dado reflete o próprio perfil sociológico dos envolvidos na insurreição carioca, pois o objeto investigado trata de uma sociedade cujo estatuto exigia que seus sócios tivessem pleno conhecimento da leitura e da

escrita, apontando, inclusive, que, caso algum texto produzido apresentasse "problemas" linguísticos, que o afastariam da tradição normativa portuguesa, passasse por uma revisão. Pelo que vimos para a *Conspiração dos Alfaiates* e para a *Inconfidência Mineira*, a condição de escravizado não era favorável, apesar de termos dados que indicam que alguns destes assinaram seus testemunhos, para a inserção no universo da escrita, principalmente em se tratando de africanos e descendentes de africanos de primeira geração. Porém, quando estes eram demarcados como pardos, os percentuais de assinantes relativamente se elevavam, contudo, não indicavam uma realidade majoritária entre os não brancos escravizados, ou seja, esse contingente tem uma realidade diferente da que pode ser observada para outras categorias de cor. Além disso, como apontado, a assinatura é um dado compósito e macroscópico, que não nos revela diretamente se tais indivíduos eram plenamente alfabetizados e se faziam da leitura e da escrita uma atividade constante.

4 Repartição por estatuto civil

Sobre o estatuto civil dos envolvidos na *Revolta dos Letrados*, é possível identificar uma realidade bastante diversificada. Entre estes, temos 46.8% de indivíduos apontados como casados, 34.2% como solteiros e 12.7% como viúvos, não havendo a identificação de somente 05 sujeitos. Vejamos:

Tabela 2 – Revolta dos Letrados: Repartição por estatuto civil

Estatuto Civil	
Solteiro	27 (34.2%)
Casado	37 (46.8%)
Viúvo	10 (12.7%)
Não identificado	5 (6.3%)
Total	**79 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como já apontamos, como todos os envolvidos neste processo assinaram seus testemunhos, não é possível fazer conjecturas que poderiam apontar condicionantes favoráveis, ou desfavoráveis, que indicariam em quais contextos temos mais ou menos assinantes, no que diz respeito ao estatuto civil destes. O que é possível notar claramente é que a maioria dos testemunhantes são casados,

mas isso não quer dizer que estes teriam maiores condições para se inserirem no universo da escrita, pois, na realidade, o processo reuniu, durante a investigação, mais indivíduos casados do que solteiros.

Um fato que pode ganhar destaque neste caso seria o estatuto civil de Inácia de Moura, a única mulher que depôs nos *autos* desse processo. Talvez, a condição de casada poderia ter contribuído para esta aprender minimamente a assinar seu nome, levando em consideração que seu marido também assinou seu testemunho, fato que pode indicar que ele estava inserido, mesmo que elementarmente, no universo da escrita, podendo Brás Fernandes ter colaborado para que ela pudesse se alfabetizar, expondo-a paulatinamente aos elementos do código escrito. Contudo, essa conjectura é extremamente frágil diante de tão poucos dados.

5 Repartição por faixa etária

Em relação à repartição por faixa etária, a maioria dos homens que se fizeram presentes nos *autos* da *Revolta dos Letrados*, têm mais de 30 anos, os quais compõem a Faixa II de nossa investigação, com um percentual de 89.9%. Somente oito indivíduos foram identificados com idades menores que esta, constituindo somente um percentual de 10.1 % de integrantes agrupados na Faixa I. Até mesmo a única mulher que está arrolada no processo também ajunta-se aos dados da Faixa II, pois possui idade superior a 30 anos.

Diante desses dados, que podem ser visualizados na tabela a seguir, não é possível tecer conjecturas convincentes sobre o fato de ser a faixa etária um elemento preponderante para a mensuração da difusão social da escrita na conjuntura da insurreição carioca, pois todos os sujeitos que testemunharam firmaram seus depoimentos. Além disso, por mais que tenhamos um maior contingente de mais velhos, não é factível conjecturar que são estes os que estão mais inseridos no universo da cultura escrita, a não ser pela ideia de que, no seio da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a grande maioria dos associados não são homens jovens. Contudo, o que chama a nossa atenção é a constante que se apresenta tanto para *Revolta dos Letrados*, quanto para a *Inconfidência Mineira*, ambas constituídas majoritariamente por homens e mulheres com mais de 30 anos, além da *Conspiração dos Alfaiates*, que, apesar de ter a maioria de mais velhos, possui também um grande contingente de jovens. Seriam os indivíduos da Faixa II mais propensos a se organizarem em insurreições, por representarem um contingente populacional heterogêneo, que estava interessado em transformações sociais que colaborassem para a mobilidade social e/ou para o favorecimento de setores

econômicos da elite, severamente atingidos pela carga tributária do governo português? Esta é uma pergunta que deixamos em aberto por enquanto.

Tabela 3 – Revolta dos Letrados: Repartição por Faixa Etária

Faixa Etária	
Faixa Etária I	8 (10.1%)
Faixa Etária II	71 (89.9%)
Total	**79 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

6 Repartição por estatuto sócio-ocupacional

Em relação à categoria sócio-ocupacional dos envolvidos no processo da insurreição carioca, encontramos dados bastante intrigantes. Os 80 homens que são expressados nos *autos* processuais dessa sedição estão distribuídos por todas as categorias com as quais estamos trabalhando aqui, que já foram apontadas anteriormente, havendo somente um indivíduo que não teve sua condição ocupacional explicitada. Vejamos:

Tabela 4 – Revolta dos Letrados: Repartição por estatuto sócio-ocupacional

Estatuto sócio-ocupacional	
Categoria 1	13 (16.4%)
Categoria 2	32 (40.5%)
Categoria 3	32 (40.5%)
Categoria 4	1 (1.3%)
Não identificada	1 (1.3%)
Total	**79 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como podemos observar, somente 16.4% dos homens são apontados como pertencentes à categoria 1, estando a grande maioria dos sujeitos distribuídos entre as categorias 2 e 3, com um percentual de 40.5% cada uma. Além disso, apesar de não termos escravizados envolvidos nesse processo, pudemos encontrar um indivíduo que foi acoplado na categoria 4 por, como anunciado nos *autos*, depender financeiramente de seu irmão, apesar de ter já 41 anos de idade.

Com base nesses números, é possível dizer que, contrariamente ao que se esperava, a grande maioria dos envolvidos nesse *processo devassatório* é composta por homens das camadas intermediárias e baixas da sociedade colonial, constituindo uma realidade de análise bastante intrigante. Esperava-se, diante de uma Sociedade Literária, que tinha como objetivo formar intelectuais a partir da leitura e do debate de diversas obras, um universo constituído por homens da elite colonial, contudo, como vimos, os dados apontam que estes eram minoria entre os que foram processados. Como explicar isso?

Para nós, as organizações que pautavam discussões contrárias à lógica de dominação Colonial, com base em referenciais censurados de cunho iluminista, como vimos para os três casos aqui analisados, agrupam indivíduos de diversas matizes, principalmente os que estavam nas camadas baixas e intermediárias da sociedade, pois, com o intuito de ascenderem socioeconomicamente, viam nas novas ideias que circulavam na época uma forma de se organizarem para atingir esse fim. Como nos disse Lucas (2002), os centros urbanos, diferentemente das zonas rurais, contribuíam para a mobilidade social e isso foi um mote para que as insurreições aqui analisadas pudessem se formar, porque, como foi possível notar, todas elas constituíram-se em aglomerados populacionais citadinos. Dessa maneira, é possível dizer que os maiores interessados em mudanças na administração colonial e na condição sociológica dos colonos eram homens e mulheres que queriam abandonar a condição de desprivilegiados que se encontravam, com o intuito de atingirem camadas sociais mais altas. Já a pequena parcela da elite que se envolvia em tais movimentos tinha objetivos um pouco diferentes, já que viam nesses movimentos uma forma de afastar-se da pesada carga tributária que vinham pagando para os cofres da Coroa, podendo, sem estes, enriquecerem ainda mais. Ou seja, apesar de haver interesses diferentes, as insurreições formaram-se contra a lógica que vinha sendo desenvolvida até então e tinham nas camadas sociais inferiores os pilares que as sustentariam, pois os homens da elite precisavam destes para compor tais movimentos.

Além disso, o perfil de letrado nem sempre está diretamente relacionado à elite colonial, como pudemos observar, e isso nos revela uma realidade bem interessante, porque, apesar de não estar no universo da elite, Alvarenga fez da formação intelectual uma propriedade de ascensão social, colaborando para que outros homens pudessem acessar os elementos discutidos nas Universidades europeias.

Assim sendo, é possível identificar, entre os indivíduos que prestaram depoimento para o processo da *Revolta dos Letrados*, um professor de primeiras letras, um professor de retórica e um professor de língua francesa. Vejamos:

Quadro 1 – Revolta dos Letrados: Ocupação de docente

Nome	Origem	Est. social	Est. civil	Profissão	Idade (anos)	Logradouro
Manuel Ferreira de Almeida	Natural de Lisboa	Não explicitado	Casado	Vive de ser professor de primeiras letras	41	Assistente nesta cidade, morador na rua do Cano
João de Sezarão	Natural de Angers, no reino da França	Não explicitado	Não identificado	Vive a ensinar a língua francesa	46	Assistente nesta cidade, morador na rua do Cano
Manuel Inácio da Silva Avarenga	Natural de Vila Rica	Não explicitado	Solteiro	Advogado e professor de Retórica nesta cidade	46	_____

Fonte: Produzido pelo autor.

Entre os três professores o próprio Alvarenga, único brasileiro entre estes, o fundador e articulador da Sociedade Literária, que, na época do processo, estava com 46 anos. Além de atuar como professor de retórica, recebendo vencimentos da Coroa por ocupar tal cadeira de ensino leigo, atuava como advogado, provavelmente por causa de sua formação em Coimbra. Além dele, temos o francês João de Sezarão, que vivia de ensinar a língua francesa na cidade do Rio de Janeiro, e o português Manuel Ferreira de Almeida, que era professor de uma das cadeiras de primeiras letras da capital da Colônia.

A presença de três professores nesse processo, além de indicar o perfil de letrados, revela-nos que os profissionais de ensino também se fizeram presentes nesse movimento, podendo, inclusive, conjecturalmente, ter contribuído para a difusão da escrita e da leitura entre os envolvidos na insurreição carioca, ensinando, para aqueles que tinham nenhum ou pouco conhecimento do universo cultural da escrita, as primeiras letras em português, e também em francês, se fosse o caso, com o intuito de facilitar o seu acesso aos conteúdos lidos e debatidos na Sociedade. Assim, se o indivíduo quisesse adentrar na instituição e tivesse um conhecimento sobre a escrita que não fosse adequado para seus trâmites, mas que representasse um interesse para esta, tais professores poderiam colaborar para sua plena alfabetização, para, dessa maneira, dar o suporte necessário para o indivíduo se associar a ela. Contudo, não podemos deixar de pontuar que tal afirmativa é apenas uma hipótese, que pode contribuir para entendermos o funcionamento dessa Sociedade Literária.

Para além da repartição sócio-ocupacional, como veremos a seguir, a maioria dos envolvidos na insurreição carioca era oriunda de Portugal e isso

pode revelar uma outra questão: era esperado, para os portugueses, mesmo estando nas categorias intermediárias e baixas da sociedade, que fossem plenos conhecedores do universo cultural da escrita? Observemos.

7 Repartição por origem

Sobre a origem dos envolvidos, direta ou indiretamente, na insurreição carioca, encontramos dados muito intrigantes. Dos 79 homens que depuseram, 62% são estrangeiros e 36.7% são brasileiros, havendo somente um indivíduo que não teve sua naturalidade explicitada, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 5 – Revolta dos Letrados: Repartição por Origem

Origem	
Brasileiros	29 (36.7%)
Estrangeiros	49 (62%)
Não identificada	1 (1.3%)
Total	**79 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Diante desses números, é possível dizer que o processo da *Revolta dos Letrados* agrupou um contingente de maioria não brasileira, que provavelmente também faz parte da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, excetuando-se aqueles que foram convocados para prestar esclarecimentos e não estavam diretamente envolvidos com a instituição. A questão que surge ante esse dado é a seguinte: era esperado, para o perfil de um letrado em finais do período colonial, ser estrangeiro, mais especificamente português? Pelo que vimos, tal pergunta ganha contornos negativos, quando avaliamos a conjuntura de formação da Sociedade Literária, pois foi um mestiço, oriundo das Minas Gerais, que a organizou e a fundou, além de ser este uma importante personagem formadora de intelectuais da época. Contudo, não podemos deixar de pontuar que Silva Alvarenga se tornou um "letrado", nas perspectivas do período, quando fora estudar na metrópole, na Universidade de Coimbra. Terá sido este o motivo que colaborou para o desenvolvimento de seu labor e de seu perfil docente?

Para além disso, como questionamos há pouco, já era esperado que os portugueses, pelo menos os que aqui estavam, tivessem inseridos no universo cultural da escrita? Para tecer possíveis considerações sobre essa questão, é preciso avaliarmos a origem de tais estrangeiros, mais especificamente os portugueses, pois, talvez, certos locais pudessem apresentar uma realidade de intensa

difusão da escrita, contribuindo para que pudessem ter tido acesso às primeiras letras antes mesmo de aqui aportarem.

7.1 Repartição por origem: homens estrangeiros

Sobre a naturalidade dos indivíduos que compõem os dados aqui analisados, temos a seguinte realidade:

Tabela 6 – Revolta dos Letrados: Repartição por origem: Homens estrangeiros

EXTERIOR	
Comarca de Barcelos	2 (4.09%)
Bombarral	1 (2.04%)
Porto	15 (30.61%)
Angra, Ilha Terceira	1 (2.04%)
Ilha da Madeira	1 (2.04%)
Bispado de Coimbra	1 (2.04%)
Lisboa	5 (10.2%)
Braga	7 (14.29%)
Viana do Minho	2 (4.09%)
Penefiel	1 (2.04%)
Basto	1 (2.04%)
Ilha de São Miguel	1 (2.04%)
Óbidos	1 (2.04%)
Porto de Mós	1 (2.04%)
Rona, Termo de Torres Vedras	1 (2.04%)
Leão de França	1 (2.04%)
Angers, Reino de França	1 (2.04%)
Comarca de Viana	1 (2.04%)
Serpa	1 (2.04%)
Chaves	1 (2.04%)
Vila Real	1 (2.04%)
Guimarães	1 (2.04%)
Vila de Macau	1 (2.04%)
TOTAL	**49 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Entre os homens estrangeiros que tiveram sua origem demarcada, notamos que a grande maioria é natural do Reino de Portugal, tanto da metrópole

em si, quanto de localidades que estavam sob seu domínio. Como é possível observar, excetuando-se os dois homens franceses que aparecem nos *autos* do processo em análise, todos os outros quarenta e sete indivíduos nasceram em localidades portuguesas, e são majoritariamente originários da metrópole.

É possível identificar um indivíduo da Ilha Terceira, um da Ilha de São Miguel, um da Ilha da Madeira e um da Vila de Macau, todas regiões que, mais próximas ou mais distantes, são domínios que estão fora das seculares fronteiras geográficas do reino português na Europa. Há, porém, quarenta e três homens que representam, entre os estrangeiros, um percentual de aproximadamente 87.75% de indivíduos oriundos da metrópole. A quais regiões pertencem essas localidades? Vejamos.

De antemão, precisamos pontuar que a distribuição das origens, demonstrada há pouco, foi composta com base nas informações transcritas pelos notários. Dessa forma, no quadro anterior, vimos as localidades da forma que apareceram nos *autos* processuais da *Revolta dos Letrados*. Contudo, muitas delas correspondem, na realidade, a localidades que constituem uma macrorregião, podendo ser analisadas de forma mais objetiva quando tratamos das procedências dos indivíduos aqui mensurados. Sendo assim, podemos agrupá-las da seguinte maneira:

Tabela 7 – Revolta dos Letrados: Localidades portuguesas - metrópole

Beja	1 (2.3%)
Braga	11 (25.6%)
Coimbra	1 (2.3%)
Leiria	3 (7%)
Lisboa	6 (14%)
Porto	16 (37.2%)
Viana do Minho (Viana do Castelo)	3 (7%)
Vila Real	2 (4.6%)
Total de portugueses oriundos da metrópole	**43 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Com base nos dados apresentados, é possível dizer que a maioria dos homens que compõem nossa amostra é oriunda da região norte de Portugal (como ser visto no mapa a seguir), pois, somando os números de Braga, Leiria, Porto, Viana do Minho e Vila Real, temos o percentual de 81.4% de indivíduos. Há somente seis indivíduos oriundos de Lisboa, um de Coimbra e um homem oriundo da região centro-sul, que é natural de Beja.

Figura 1 – Mapa das regiões administrativas portuguesas

Fonte: Pinterest.com.

O que esse dado pode significar?

Sabemos que, durante a colonização do país, um dos contingentes europeus que mais se fez presente por aqui era oriundo justamente da região norte de Portugal. Com o olhar atraído pelo brilho do ouro, muitos atravessaram o Atlântico em busca de novas oportunidades laborais, pois, sendo uma das regiões mais pobres do Reino português, esses indivíduos viam o Brasil como um lugar onde

poderiam angariar melhores condições de sobrevivência. Sendo assim, com o incentivo inicial da Coroa, milhares de nortenhos vieram para cá, principalmente para as Minas Gerais e para o Rio de Janeiro, colaborando para o surto de urbanização que se desenrolou na Colônia, devido à lógica do extrativismo mineral, a qual contribuiu fortemente para a aglomeração de indivíduos em vilas e cidades. Essa situação era diferente da realidade que ocorreu durante os dois primeiros séculos de colonização, cuja economia era essencialmente ruralista.

Mas, apesar de ser uma região pobre, a escrita estava difundida plenamente naquele contexto, colaborando para que os portugueses nortenhos que aqui chegaram soubessem ler e escrever? Pelo que sabemos, segundo Rita Marquilhas (2000), as taxas portuguesas de alfabetização para fins do século XVII apontam que aproximadamente 73.4% dos homens e 9.5% das mulheres conheciam a escrita, mesmo que infimamente. Como já mencionamos, com base no método do cômputo de assinaturas, a partir de fontes inquisitoriais, a referida pesquisadora encontrou altos números de assinantes em Portugal, tanto em Coimbra, quanto em Évora e Lisboa. Contudo, como estariam esses números para a região norte? Para mais, o que dizem os dados para fins do século XVIII?

Tais questionamentos, até então, ainda estão em aberto nesta pesquisa, porém, consideramos que o fato de todos terem assinado seus testemunhos no processo da *Revolta dos Letrados*, quando falamos especificamente dos portugueses, pode ser um indicador de que, no Brasil, ter origem portuguesa favorece estar imerso no universo cultural da escrita. Contudo, não podemos afirmar que os dados aqui apresentados refletem uma realidade macroscópica do período colonial e que corroboram substancialmente com as taxas de alfabetização de Portugal daquele período, principalmente, em se tratando de nossos dados, da região norte.

8 Notas sobre a circulação da escrita na revolta dos letrados

No âmbito da *Revolta dos Letrados* (1794), é possível apontar algumas questões que podem indicar a circulação da escrita em sua conjuntura. O principal aspecto, obviamente, é o ambiente onde ela emergiu: uma sociedade literária. Imersos a essa instituição, os envolvidos, direta ou indiretamente, nesse processo tinham uma relação direta com a escrita, pois, nesse contexto, a pauta principal era o consumo e a discussão de obras diversas, tanto de cunho literário, quanto científico.

Nesse contexto, a circulação de livros e manuscritos era intensa, pois muitos associados solicitavam obras, por vias de empréstimo, para acessarem as

temáticas que eram regularmente discutidas durante as sessões plenárias dessa Sociedade. Assim sendo, como é possível notar, a escrita e a leitura são o cerne que constitui a conjuntura dessa insurreição e sua circulação era fundamental para o andamento de suas atividades, aspecto que pode ser claramente percebido quando analisamos seu Estatuto. Em relação a este último, parece-nos que, como indica Gustavo Henrique Tuna (2009), poderia, na realidade, ter havido um Estatuto paralelo ao oficial, que seria seguido em sigilo, no qual estavam apontadas algumas regulamentações diferentes das que foram observadas para o que foi divulgado à administração portuguesa. Neste, como nos indica o referido pesquisador, parece-nos que a discussão de temáticas de cunho iluminista teria um papel muito importante no desenvolvimento das atividades da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e essa hipótese poderá ser corroborada ao analisarmos panoramicamente o conteúdo da biblioteca de Manuel Silva Alvarenga.

Apontada como uma das bibliotecas mais relevantes da América portuguesa, Tuna (2009) indica que pôde localizar nela cerca de 295 títulos diferentes, os quais identificavam o "estado d'alma" de Alvarenga, pois estes estavam diretamente relacionados com sua formação na Universidade de Coimbra, suas atividades de ensino, seu labor como jurista e seus afazeres na Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Dentre estes, temos três títulos de Quintiliano, como a *Institutionum rhetoricarum*, além de obras de Cícero, como os três volumes de suas *Orações principaes*, como também obras poéticas de Virgílio, que serviam de base para o ensino de "eloquência", e uma tradução francesa de sua obra mais famosa, a *Eneida*. Este último, curiosamente, aparece citado nos *autos* dessa devassa. Segundo Tuna (2009, p. 208),

> Em depoimento na devassa, o denunciante José Bernardo da Silveira Frade afirma ter presenciado Silva Alvarenga e outros conversando sobre uma idéia ventilada pelo professor de retórica, de irem todos morar numa "república de animais nas cabeceiras ou sertão do Rio Tageaí, dizendo o dito Manoel Inácio que havia levar os quatro evangelistas, quais eram Homero, Virgílio, Horácio, e mais outro.

Como é possível observar, as obras de Alvarenga são citadas em meio ao contexto da construção da matéria jurídica de culpa de *lesa-majestade*, quando este, ao tratar da questão da república, mesmo que de forma metafórica, poderia ter incitado outros membros a aderirem à ideia insurgente republicana de cunho francês, ou mesmo de cunho americano, baseando-se no que ocorrera com a independência das treze colônias inglesas da América do Norte. Além destes, outros títulos de cunho clássico também estavam presentes no rol dos livros de

Alvarenga, como as tragédias de Sófocles, traduzidas para a língua francesa, além de elementos da literatura grega moderna, quando observamos os doze volumes de *Bibliothèque des romans grecs*, que agrupam os mais relevantes textos gregos publicados desde o período do Renascimento (Tuna, 2009).

Algo a se destacar, como nos aponta Tuna (2009), é o número maior de títulos da literatura francesa em detrimento de outras obras. Por exemplo, Molière apresenta-se com oito volumes de suas *Oeuvres*, além da presença de dois volumes de obras morais do duque La Rochefoucauld. Contudo,

> Há que se destacar igualmente a presença de obras importantes de história, com especial ênfase para a história da França. O abade Millot aparece com dois títulos: seus *Elements d'histoire de France* e uma tradução portuguesa de sua *Histoire Universelle*. Do abade oratoriano Claude Marie-Guyon, constam *Histoire des Indes Orientales, anciennes et modernes*, publicada pela primeira vez em 1744 e *Histoire des empires et des republiques, depuis de déluge jusqu'à Jésus-Christ*, obra lançada entre os anos de 1733 e 1741 em doze partes. Na parte das obras referentes à história, chama a atenção a presença na livraria de uma tradução francesa do livro do advogado inglês Thomas Cooper *Some information respecting America*, publicado em Londres em 1794. O livro traz as impressões do advogado londrino sobre sua passagem pelos Estados Unidos. Suas páginas revelam a observação minuciosa por parte do observador a respeito de variados aspectos dos Estados Unidos: suas potencialidades naturais, seu clima, sua economia, sua constituição política e outros. No prefácio do livro, Cooper declara ter deixado a Inglaterra e partido rumo aos Estados Unidos tencionando verificar se haveria condições para ele e sua família se estabelecerem naquele país, o qual parecera à distância tão promissor (Tuna, 2009, p. 212).

Diante de tais títulos, é possível identificar de forma clara a presença definitiva da literatura francesa e sua grande influência sobre os envolvidos na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, já que, como vimos, era o detentor de tais obras um de seus principais articuladores. Porém, como destacou o referido pesquisador, é interessante a presença de um título de origem inglesa em meio a tal acervo. Tendo como pauta maior a comparação entre a realidade de governo inglês e a realidade de governo dos Estados Unidos da América, como nos coloca Tuna (2009), quando discute a obra de Cooper, este tinha uma evidente predileção pelo sistema de governo republicano, deixando clara sua posição, quando diz que "Talvez uma parte de minha predileção pela América possa ser atribuída com justiça aos meus juízos políticos favoráveis ao seu governo. Ele me parece certamente preferível a aquele que rege a Inglaterra" (Cooper, 1795, *apud* Tuna, 2009, p. 213).

Portanto, o que parece ficar claro é que, apesar de se colocar como uma sociedade que não tinha nenhum objetivo de discutir questões políticas, principalmente que envolvessem o questionamento da supremacia da Coroa portuguesa, o que foi possível observar é justamente o contrário. Ao avaliarmos pormenorizadamente os títulos do acervo de Alvarenga, percebemos que esse indivíduo não estava alienado à questão das "luzes" e, provavelmente, de forma sigilosa, buscava pautar essa temática com os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Sua atuação crítica, a partir de produções literárias satíricas contra párocos, por exemplo, poderia ser indício de uma postura insurgente e que poderia se manifestar para além de seu foro pessoal, chegando aos debates que ocorriam nessa organização.

Assim sendo, para que as discussões pudessem ocorrer de maneira ideal, os sujeitos envolvidos precisariam estar relativamente familiarizados com as questões em pauta, para que as interlocuções, após as apresentações de cada membro, fossem substanciais e proveitosamente apreendidas. Para tal, esses indivíduos precisariam conhecer as obras que estavam em debate e, para isso, necessitariam lê-las. Provavelmente, quando não possuíssem o título em questão, pediam-no emprestado para os que o detinham. Caso algum membro não conseguisse ler em outra língua, como o francês, por exemplo, poderia adquirir traduções manuscritas daqueles que tinham conhecimento da língua em que o livro foi produzido e, dessa maneira, a rotina institucional da Sociedade Literária poderia seguir normalmente.

Para se ter uma visão clara do que apontamos, quando tratamos do cotidiano da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sugerimos a leitura dos artigos 15º, 16º, 18º, 22º, 23º, 24º, 29º, 30º, 31º, 32º e 34º de seu Estatuto (ver anexo 4).

Diante dessa interpretação, é possível perceber como a escrita circulava intensamente em meio à *Revolta dos Letrados*. Contudo, é importante destacar que, com base nas informações apreendidas dos *autos* da devassa e de proposições de outros pesquisadores, estamos apontando hipóteses que possam explicitar como a escrita circulou em tal movimento. Sabemos que, em se tratando da leitura e de sua circulação em tempos pretéritos, possuir um livro nem sempre indica que seu dono o leu efetivamente, tendo-o, por exemplo, como forma de estabelecer simbolicamente um *status* social. Porém, ao avaliarmos a conjuntura com que estamos lidando e os dados da difusão social da escrita coletados a partir dos *autos processuais* da *Revolta dos Letrados*, consideramos que essa interpretação parece ser bastante contundente com a hipótese de que as conjunturas de inconfidência contribuem fortemente para a intensa circulação da escrita em finais do Brasil colonial, principalmente se levarmos em conta a realidade de que a insurreição carioca se construiu em volta de uma Sociedade Literária.

Distribuição social e circulação da escrita na Conspiração dos Alfaiates (1798)

Fonte: http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/

Sobre o cenário da cidade de Salvador de finais do século XVIII, diz-nos Luís Henrique Dias Tavares:

> Nessa cidade habitavam mais de sessenta mil pessoas, calcula Miguel Antônio de Mello na sua carta a Rodrigo de Souza Coutinho. Vilhena ressalva: "há quem compute 80.000". Nos mapas censitários de 1775, remetidos para o Conselho Ultramarino pelo governador Manuel da Cunha Menezes, estavam relacionados 40.922 habitantes – total que o censo de 1780 diminuiu para 39.209. Não será, portanto, exagero, ficar com os cálculos

> de Vilhena e Miguel Antônio de Mello, e estimar para Salvador dos fins do século XVIII uma população de entre 40 a 50 mil habitantes. Nessa população, ainda de acordo com Luís dos Santos Vilhena, a terça parte era de brancos e índios e duas outras de negros e mulatos. Digamos, 20 mil brancos e índios e 40 mil negros e mulatos. (Tavares, 1975, p. 8-9)

Levando em consideração tais elementos, o referido historiador retrata uma realidade marcada por uma composição racial colorida, na qual podemos encontrar, numa mesma esfera, brancos brasileiros, portugueses, índios, negros de diversas nações e mestiços de variado matiz. Foi em meio a essa pletora de colorações que se esquematizou um levante contra a metrópole, cujo pano de fundo parecem ter sido as promulgações francesas de *liberté*, *fraternité et égalité*.

Segundo Tavares (1975), a *Sedição Intentada de 1798*, também conhecida como *Conspiração dos Alfaiates* ou *Revolta dos Búzios*, foi marcada por dois momentos específicos, que manifestaram um movimento que já começara a ser delineado por alguns homens e mulheres da cidade de Salvador e do Recôncavo Baiano em finais dos anos de 1793. Tais momentos são marcados pela fixação de boletins sediciosos em alguns pontos da cidade, na manhã do dia 12 de agosto de 1798, e por uma reunião que ocorrera no Campo do Dique, que tinha como pauta as decisões que deveriam ser tomadas após a prisão de Domingos da Silva Lisboa, um homem pardo, nascido em Portugal, acusado de ter sido o responsável pelos boletins revolucionários.

Na esquina da Praça do Palácio, nas paredes da cabana da preta Benedita, na rua de Baixo de São Bento, na igreja de São Domingos, na casa de Manuel Joaquim da Silva, nas portas do Carmo e nas sacristias das igrejas da Sé, do Passo e da Lapa, onze documentos manuscritos foram encontrados, tratando de uma revolução da colônia do Brasil contra a metrópole portuguesa. Tais boletins abordavam os motivos para a revolução, os objetivos a serem alcançados, os meios para se obter a vitória, as recompensas para aqueles que aderissem a ela e as repressões para quem resolvesse não apoiá-la.

Após a prisão de Domingos da Silva Lisboa, devido a um conjunto de denúncias feitas, foi ordenada uma revista em sua residência, que teve como consequência a apreensão de mais de cinquenta de seus livros, manuscritos diversos, como um caderno com o título *Orador dos Estados Gerais*, um poema à *Liberdade* e quatro cadernos contendo trechos do livro de Volney *As Ruínas*, além de material para escrita, como tinta, pena e papel. No dia 21 do mesmo mês, alguns escrivães e tabeliães, após uma análise comparativa das grafias dos boletins com seus manuscritos, chegaram à conclusão de que tais boletins foram efetivamente escritos pelo referido acusado.

Apreensivos pela prisão de Domingos da Silva Lisboa, um conjunto de homens resolveu marcar uma reunião para definir os rumos de tal movimento. Manuel Faustino dos Santos Lira, junto a outros envolvidos na sedição, convidara José Raimundo Barata de Almeida, irmão de Cipriano Barata, negociante que mascateava pelos sertões e naqueles dias servia de escrevente no cartório de outro irmão, o tabelião Joaquim José Barata de Almeida, Luís de França Pires, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Manuel José de Vera Cruz, José Felix. Além de Manuel Faustino, outro envolvido também fez convites para a referida reunião, solicitando a presença de Ignácio da Silva Pimental, José do Sacramento, Joaquim José da Veiga, Joaquim José de Santa Anna, Manuel do Nascimento, Vicente e João. O perfil de tais homens era diversificado, mas, em sua maioria, eram homens negros e/ou mestiços com profissões variadas, sendo alguns até mesmo escravizados, como deve ser claramente o caso de Vicente e João, acima referidos, identificados apenas pelos prenomes, como costumava acontecer quando se tratava de escravos.

Contudo, tal reunião no Campo do Dique foi previamente denunciada ao Governo por Joaquim José da Veiga, Joaquim José de Santa Anna e José Joaquim de Sirqueira. Essas acusações, quando avaliadas, não recaíram somente sobre os "homens insignificantes", negros e mestiços de baixas categorias socioeconômicas, pois muitos indivíduos de "consideração" também estavam envolvidos em nesse movimento. Por isso mesmo, o então Governador D. Fernando, tentando minimizar a sedição aos "insignificantes", resolveu redirecionar o processo iniciado para julgamento dos responsáveis pelos boletins sediciosos, enfocando nos envolvidos na referida reunião do Dique.

Após a reabertura da Devassa sobre os boletins sediciosos, que agora tinha o intuito de investigar o crime de levante contra a metrópole portuguesa, muitos indivíduos foram convocados a depor. E, em meio a tais testemunhos e acareações, muitos "homens de consideração" foram apontados como participantes diretos desse levante. Sendo assim, muitas ordens de busca e apreensão foram executadas e, através delas, diversos livros teóricos franceses, como os de Rousseau e de Montesquieu, foram encontrados, além de alguns manuscritos, com temáticas diversas de discursos, falas e avisos. Em meio a essa situação, os responsáveis pelas investigações apreenderam duas bibliotecas inteiras, a de Cipriano Barata e a do Tenente Hermógenes. Nestas, eram muitos os livros que tratavam sobre a temática da revolução democrático-burguesa francesa. Mas todos os envolvidos na sedição, como, por exemplo, soldados, artesãos, mulatos, escravos e descendentes de escravos, possuíam tais obras? Como estes as acessaram? Todos sabiam ler e escrever?

Luís Henrique Dias Tavares (1975, p. 95-96) coloca a questão da seguinte forma:

> 4. Dos fins de 1793 para começo de 1794, até julho, agosto-setembro de 1797, atuou na cidade do Salvador um pequeno grupo de "homens de consideração", brasileiros que repudiavam a exploração colonial e sentiam atração pela França das idéias democrático-burguesas;
> 5. Não sabemos se esse grupo chegou a estruturar qualquer organização secreta, maçônica ou não-maçônica;
> 6. Não possuímos qualquer elemento capaz de nos autorizar uma afirmativa ou uma negação de maçons na Bahia de 1798;
> 7. Os "homens de consideração", brasileiros letrados, que liam e conheciam livros ou trechos de livros, folhetos e cópias de discursos, formaram um pensamento contrário ao Absolutismo Monárquico, daí localizarem nessa forma de regime político todos os males que afligiam os povos. Estiveram conversando com familiares e conhecidos. Foram, porém, advertidos pelo governador D. Fernando para o perigo dessas conversas. É nessa altura que o tenente Hermógenes é "dado por doente" e Muniz Barreto volta para o Rio de Contas;
> 8. As conversas desses "homens de consideração" cativam alguns soldados e artesãos de suas relações profissionais (Quartel: tenente Hermógenes conversa com o soldado Manuel de Santa Anna) e domésticas (Casa da madrinha de Manuel Faustino: Muniz Barreto, pretendente de D. Maria Francisca da Conceição e Aragão, conversa com Santos Lira);
> 9. Homens livres, mas socialmente discriminados, mulatos, soldados, artesãos, ex-escravos e descendentes de escravos, conceberam a idéia de uma república que garantisse igualdade. São eles que estão falando em levante em 1798.

Quais seriam os homens e mulheres envolvidos no grupo original do movimento?

Pelo que foi possível observar, a *Sedição Intentada de 1798* não foi uma conspiração apenas de alfaiates. Na realidade, os perfis dos envolvidos, direta e indiretamente, nesse movimento eram diversificados. Mas é possível identificar dois grupos relativamente distintos nesse contexto: os chamados "homens de consideração" e os "insignificantes". O que os diferenciava? Vejamos.

Segundo Tavares (1956), a principal ideia que circulava entre os inconfidentes baianos era a independência da colônia, com a instauração de uma república no Brasil. Estes tinham como base o conceito de república burguesa, na

qual o governo é escolhido pela população e exercido pelos mais experientes, sem qualquer distinção de cor. Sua base filosófica eram os ideais franceses, que propagavam a ideia da febril soberania do povo na construção de uma nação mais igualitária. Ou seja, a consistência republicana se explica, nesse movimento, pela íntima influência da Revolução Francesa, e, também, pelo envolvimento de indivíduos do contexto popular, como artesãos, soldados, ex-escravos, sujeitos das categorias mais subalternas da sociedade colonial, que viam na república a solução para as problemáticas sociais e raciais de que padeciam. Em meio a isso, aliás, está um dos aspectos políticos da sedição: uma república viabilizaria igualdade de direitos.

Dessa forma, especificamente sobre o Brasil colonial, é possível perceber que

> As aspirações sociais dos revolucionários de 1798 eram condicionadas pelas relações existentes numa sociedade escravista. Aparecem tão vivamente, nos documentos de 1798, porque os revolucionários, homens das camadas mais profundas da sociedade colonial brasileira – soldados, artesãos, libertos e escravos – sofriam com as barreiras erguidas pelos senhores da colônia: os funcionários da Coroa lusa, os comerciantes portugueses, os latifundiários escravistas (Tavares, 1956, p. 24)

A questão que se coloca aqui é a de como esses "homens insignificantes", das camadas mais desfavorecidas da colônia, tiveram acesso a tais ideias francesas, se, em grande parte, eram pobres, mestiços, ex-escravos e/ou mesmo escravos? Entram em cena os chamados "homens de consideração", os quais foram identificados por muitos historiadores como os *Cavaleiros da Luz*. Estes eram os indivíduos que conheceram os ideais franceses de *liberté*, *fraternité et égalité* a partir de viagens à Europa – em alguns casos, a partir de estudos realizados na própria França – e que contrabandeavam obras proibidas pela Coroa portuguesa que versavam sobre as temáticas da Revolução Francesa. Esses homens, ao retornarem ao Brasil, traziam consigo não somente livros que tratavam dessas bases filosóficas, mas a ambição de instaurar essas ideias na mente da população da colônia. Sendo assim, os chamados *Cavaleiros da Luz* divulgavam seus anseios revolucionários, através de conversas, reuniões e discursos, aos "insignificantes", aqueles completamente desfavorecidos socioeconomicamente, e que, em muitos casos, não teriam tido acesso à alfabetização.

Dessa forma, através de reuniões, muitos desses "homens insignificantes" tomaram conhecimento do que havia ocorrido em França e viram, nesse contexto revolucionário, uma esperança de transformação de sua realidade tão

árdua e penosa. Sendo assim, nos quarteis, nas feiras e nos botequins, um conjunto de homens divulgou e convidou outros indivíduos a se juntar numa causa que objetivava a independência do Brasil, com a instauração de uma república que viabilizasse uma condição mais igualitária para aqueles que se viam marginalizados da sociedade colonial. Aliás, entre os mestiços, principalmente os chamados pardos, tais ideais foram vistos como a "saída" para a condição discriminatória em que se viam, pois, apesar de não estarem sob as categorias dos africanos e crioulos escravizados, não conseguiam ascender socialmente devido à sua qualidade mestiça.

Diante disso, os *Cavaleiros da Luz*, homens de projeção social – latifundiários-escravistas e intelectuais – angariavam muitos seguidores. E, assim, conseguiram atingir as camadas populares, inclusive militares, elementos extremamente importantes para a consolidação de uma revolução no Brasil. Segundo Tavares (1956, p. 62),

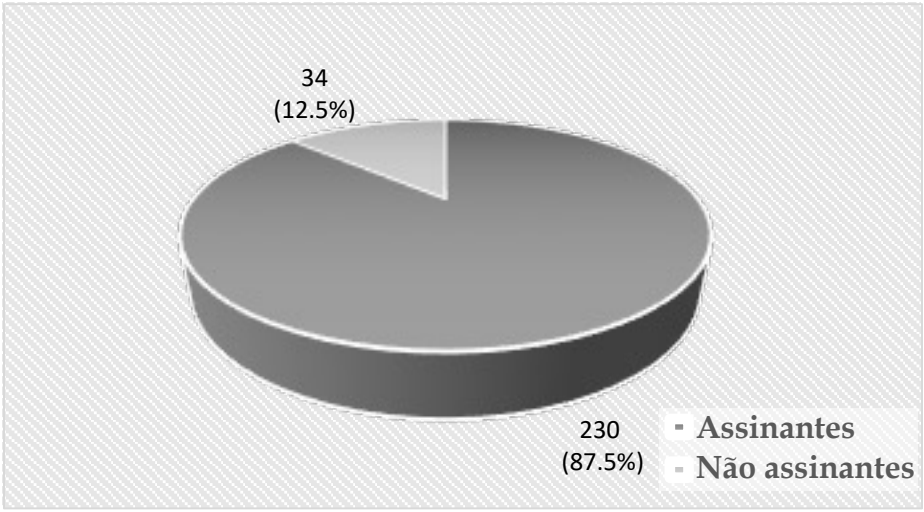
> O processo não fala muito dos *Cavaleiros*, mas é evidente que o movimento começou por êles, com os latifundiários-escravagistas que sentiam o pêso da Metrópole e com os intelectuais, seus filhos ou aderentes, que sentiam a comoção de 1789. Dos *Cavaleiros* partiram algumas idéias. Entretanto, os elementos populares se adiantaram a êles: deram formulação mais clara à idéia de república, ligando-a estreitamente ao sentido de igualdade de direitos ("sendo República ha igualdade para todos") e ainda formularam a idéia da abolição da escravatura, que só aparece de alguns dêles, mesmo porque, no processo, nas denúncias, testemunhos e declarações, não se revela o pensamento dos *Cavaleiros*.

Portanto, é possível encontrar nos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* um conjunto de indivíduos de diversificado perfil sociológico, porque, apesar de terem sido os incitadores dos ideais da sedição, os "homens de consideração" não foram os únicos a serem convocados para dar explicações. Na realidade, a maioria dos depoentes, testemunhas e acusados compõe um grupo de indivíduos de pouca ou nenhuma representatividade socioeconômica, como alfaiates, cabeleireiros, carpinteiros, soldados, lacaios e escravos. Por isso mesmo, essa conjuntura pode nos aproximar do contexto da sociedade de Salvador e região do Recôncavo Baiano de finais do século XVIII, pois, a partir dessa esfera heterogênea, poderemos tecer algumas apreciações acerca dos índices de alfabetismo dos envolvidos, direta ou indiretamente, na Revolta dos Búzios, levando em consideração as informações coletadas no *processo devassatório jurídico-laico* em questão.

Sendo assim, o conjunto de 264 indivíduos que se apresentou para depor e/ou foi convocado para acareações, quando tratado meticulosamente a partir do cruzamento entre a variável *assinante* ou *não assinante* e as variáveis sociais expostas nos *Autos Processuais* da *Conspiração dos Alfaiates*, pode nos revelar expressivos dados sobre os índices de alfabetismo na Salvador de finais do século XVIII. Para que possamos observá-los de forma otimizada, buscaremos apreciá-los afuniladamente, apresentando, de início, sua dimensão macroscópica para, mais tarde, analisá-los em dimensões microscópicas, quando visualizarmos os elementos que compõem cada variável social mensurada.

Sendo assim, levando em consideração os dados gerais distribuídos entre os *assinantes* e *não assinantes*, temos:

Gráfico 1 – Conspiração dos Alfaiates: Assinantes *versus* **não assinantes**



Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, de um total de 264 indivíduos, 230 assinaram os *autos* após seu testemunho perante o notário, representando um total de 87.5% de firmantes no conjunto analisado. Se levarmos em consideração a afirmativa de Antônio Houaiss (1985), por exemplo, de que somente 0.5% da população brasileira, pelo menos até o final do século XVIII, era letrada, os números gerais são minimamente intrigantes para a cidade de Salvador, já que apenas 34 depoentes não assinaram seu testemunho, representando cerca de 12.5% do número total em apreciação.

1 Repartição por sexo

Quando segmentamos esses números entre homens e mulheres, temos a seguinte tabela:

Tabela 1 – Conspiração dos Alfaiates: Repartição por sexo

Sexo	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Masculino	229 (91%)	20 (9%)	**249 (94%)**
Feminino	1 (7%)	14 (93%)	**15 (6%)**
Total	**230 (87.5%)**	**34 (12.5%)**	**264 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Dos 264 testemunhos, 249 (94%) foram de homens e 15 (6%) de mulheres. Entre os homens, temos um número extremamente alto de *assinante*s, representado por 91% do total. Entre as mulheres, encontramos somente uma *assinante* de um conjunto de 15. Sobre esse último dado, compreendemos que o universo de 15 mulheres é muito restrito para conseguirmos conjecturar de forma mais consolidada níveis de alfabetismo de mulheres na cidade de Salvador em fins dos setecentos.

Sobre os homens especificamente, quem eram estes que não assinaram? Quais caracteres sociais poderiam explicar o fato de uma minoria não assinar? Vejamos:

Quadro 1 – Conspiração dos Alfaiates: Homens *não assinantes*

Nome	Cor	Est. civil	Est. social	Profissão	Idade
1. José Francisco dos Santos	Branco	Solteiro	_____	Soldado	46
2. João Francisco Gomes	Branco	Solteiro	_____	Soldado	30
3. João de Barcelos	Branco	Casado	_____	Soldado	40
4. José da Silva	Branco	Solteiro	_____	Soldado	29
5. Sebastião Gonçalves	branco	casado	_____	Soldado	50
6. Antônio Lopes da Costa	Branco	Casado	_____	Caixeiro	55

7. Gregório Antônio da Silva	Pardo	Casado	forro	Oficial de cabeleireiro	20
8. Antônio Ignacio Ramos	Branco	Solteiro	_____	Alfaiate	--
9. João de Nação Benguela	Preto	_____	escravo	Aprendiz de alfaiate	10
10. Manoel dos Santos	Branco	Casado	_____	Vive de tirar esmolas para a Igreja do Senhor do Bomfim	64
11. Antônio Francisco Couto	Branco	Casado	_____	Vive de uma venda	35
12. Vicente preto Jeje	Preto	Solteiro	escravo	alfaiate	30
13. José Francisco de Souza	Branco	Casado	_____	Vive de loja de molhados	32
14. José Ferreira Palhaço	Pardo	Viúvo	forro	Boliero	50
15. Manoel Pereira de Santa Thereza	Crioulo	Solteiro	forro	Cabeleireiro	16
16. Francisco	Preto (Mina)	___	escravo	_____	13
17. Salvador	Crioulo	Solteiro	escravo	Cabeleireiro	30
18. Manoel da Costa Bulcão	Crioulo	Casado	forro	Vive de venda de molhados	48
19. Venceslau Manoel de São José	Crioulo	Solteiro	forro	Vive de negociar em comestíveis	20
20. Joaquim José de Almeida	Branco	Casado	____	Mascate	28

Fonte: Produzido pelo autor.

Como já dissemos, de um conjunto de 249 homens, 20 são de *não assinantes*, representando um percentual de 9% do total. Destes, 4 são identificados como escravos, 5 como ex-escravos e 11 sem identificação de estatuto social – provavelmente representando um conjunto de homens livres. Os 11 homens, provavelmente livres, são identificados pela cor branca e possuem profissões diversas, mas que não demarcam categorias de alta representatividade econômica, como o caso de soldados (05), caixeiros (01), cabeleireiros (02), alfaiates

(01), pequenos comerciantes (04), mascates (01), bolieros (01) e, também, arrecadadores de finanças para a igreja (01). Em relação aos escravos e ex-escravos, identificados como preto (africano), crioulos (negros nascidos no Brasil) e/ou pardos, podemos notar que alguns deles possuem profissões explicitadas, como cabeleireiros (01) e alfaiates (02). Mas por que estes não firmaram suas assinaturas após seus depoimentos perante o notário?

Sobre esse aspecto, a condição de escravo ou ex-escravo pode ser um indicador social de analfabetismo. Em relação ao contingente de homens brancos, identificados como profissionais de uma categoria socioeconômica inferior, podemos conjecturar que estes representam uma parcela da população masculina analfabeta justamente provavelmente devido à sua condição profissional e, consequentemente, socioeconômica que caracteriza a difícil inserção no universo grafocêntrico.

Direcionar-nos-emos, agora, para a contextualização dos elementos que caracterizam o contingente masculino, para, posteriormente, tratarmos do pequeno conjunto de mulheres que compõem nossa amostra.

2 Repartição por cor

Sobre a variável cor, os homens apresentam-se numa composição racial "colorida", pois é possível notar a presença de brancos, de pardos, de crioulos, de pretos e de cabras nos *autos* analisados, além daqueles cuja cor o notário não especificou. Tais indivíduos, distribuídos em *assinantes* e *não assinantes*, podem ser visualizados da seguinte maneira:

Tabela 2 – Conspiração dos Alfaiates: Homens *versus* cor

Cor	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Brancos	147 (94%)	9 (6%)	**156 (63%)**
Pardos	57 (93%)	4 (7%)	**61 (24%)**
Crioulos	2 (33.5%)	4 (66.5%)	**6 (2.3%)**
Pretos	0 (0%)	03 (100%)	**3 (1.2%)**
Cabras	1 (100%)	0 (0%)	**1 (0.5%)**
Não identificada	22 (100%)	0 (0%)	**22 (9%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Levando em consideração os números expostos, podemos observar que os homens identificados como brancos ou pardos representam a maior parcela de indivíduos que depuseram diante dos notários responsáveis pelo referido processo de *devassagem*, com 217 depoimentos, correspondentes a 87% do total. Destes, 94% dos brancos e 93% dos pardos assinam seus testemunhos. Contudo, ao analisarmos os números totais, é possível perceber uma discrepância entre brancos, que representam 63% dessa amostra, e pardos, que representam 24%. De forma contrária, os crioulos – ou seja, negros nascidos no Brasil –, os pretos – no caso específico, os africanos – e os cabras[8], apesar de corresponderem a um número relativamente pequeno do conjunto total de indivíduos envolvidos nos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, representam o contingente de maioria *não assinante*, como pôde ser visto na tabela anterior.

Esses dados nos revelam a existência de dois grupos distintos de indivíduos, quando analisamos a competência de assinar autograficamente os depoimentos: os brancos e pardos de um lado e os africanos, negros brasileiros e cabras de outro, sem deixar de levar em conta que só entre os africanos houve total ausência de assinantes. Apesar disso, é possível notar que um cabra e dois crioulos assinaram seus testemunhos. Quais elementos podem ser elencados para tentar explicar os motivos que levaram esses três homens a terem desenvolvido, pelo menos, a habilidade de assinar seus nomes? Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 2 – Conspiração dos Alfaiates: Crioulos e cabras *assinantes*

Nome	Cor	Est. civil	Est. social	Profissão	Idade
Mathias Francisco do Rosário	Crioulo	_____	_____	guarda nas cadeias da Relação	36
Custódio de Araújo da Silva	Crioulo	Solteiro	Forro	vive de ofício de carapina	42
Domingos Nogueira	Cabra	Viúvo	_____	vive de escrever	36

Fonte: Produzido pelo autor.

Se observarmos atentamente, veremos que todos estes apresentam uma profissão "especializada", principalmente quando observamos Domingos Nogueira, apontado como um homem que vivia de escrever. Mathias Francisco do Rosário e Custódio de Araújo da Silva, exibidos como crioulos, são indicados, respectivamente, como guarda das Cadeias da Relação e oficial de carapina. Esses ofícios poderiam ter facilitado, ou mesmo determinado, o

8 Segundo Houaiss, cabra é uma categoria que retrata indivíduos mestiços indefinidos, de negros, índios e brancos, de pele morena clara.

desenvolvimento da habilidade da arte de escrever para a efetivação de suas demandas, como os relatórios dos presos e/ou a contagem e registro das encomendas de carpintaria em geral.

3 Repartição por estatuto social

Quando cruzamos a distribuição dos homens *assinante*s e *não assinantes* com os estatutos sociais explicitados pelos notários durante a constituição do processo da *Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, pudemos observar dados extremamente relevantes para nossa investigação. Vejamos:

Tabela 3 – Conspiração dos Alfaiates: Estatuto social: homens

Estatuto social	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Livre	23 (100%)	0 (0%)	**23 (9%)**
Liberto/alforriado	14 (73.5%)	5 (26.5%)	**19 (8%)**
Escravo	9 (60%)	6 (40%)	**15 (6%)**
Não identificado	183 (95%)	09 (5%)	**192 (77%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Apesar de termos 192 indivíduos que não tiveram seu estatuto social explicitado, podemos conjecturar que estes podem representar sobretudo homens livres, pois a condição social geralmente é marcada quando se trata de indivíduos escravizados e/ou alforriados. Destes, 95% firmaram sua assinatura após seus testemunhos. Em relação àqueles cujo estatuto foi exposto pelo notário, é possível observar que 100% identificados como livres, 23 indivíduos, assinaram seus depoimentos. Se unirmos os números dos homens livres com os que não tiveram seu estatuto social explanado, teremos 206 *assinante*s, representando um número de aproximadamente 83% de *assinante*s do total geral dos homens da amostra em análise. Somente 9 indivíduos desse contingente não firmaram suas assinaturas. Esse dado pode ser um indicador de que o estatuto social de quem já nasceu livre favorece a sua inserção, mesmo que não avançando para além do início do processo de aquisição da escrita.

No conjunto dos dados, ainda temos um universo de 19 homens alforriados – também marcados como libertos – e de 15 escravizados. Sobre os primeiros, temos um dado bastante intrigante: 73.5% são *assinante*s de seus testemunhos, representando um número de 14 homens. Se levarmos em conta a afirmação anterior, provavelmente teremos a mesma conjectura de que a condição de livre favorece a aquisição da escrita, mesmo que esse estatuto tenha sido conquistado posteriormente a uma fase anterior de escravização. Mas há um porém: 60% dos escravos de nossa amostra firmaram suas assinaturas em seus depoimentos. Quais motivos podem explicar esse fato, já que, se levarmos em conta os números do primeiro censo oficial do Brasil, de 1872, 99.9% desse contingente era analfabeto? Vejamos os elementos sociológicos que os identificam:

Quadro 3 – Conspiração dos Alfaiates: Escravos *assinantes*

Nome	Cor	Est. civil	Est. social	Profissão	Idade
José Félix da Costa	Pardo	Solteiro	Escravo (do Doutor Francisco Vicente Vianna)	Se ocupava em lacaiar o dito Seu Senhor	22
Felipe Neri	Pardo	Solteiro	Escravo (de Manoel José Villela de Carvalho)	Oficial de cabeleireiro	25
Luís Leal	Pardo	Solteiro	Escravo (Manoel José Villela de Carvalho)	Oficial de sapateiro	26
Manoel Anselmo de Jesus	Pardo	Casado	Escravo (de Thereza de Jesus da Gama)	_____	32
Francisco Inocêncio Villaça	Pardo	_____	Escravo (de Antônio Cordeiro Vilaça)	Mestre cabeleireiro com loja na rua direita da Matiz de São Pedro por baixo das casas de Francisco Vicente Vianna	21
Luís de França Pires	Pardo	Solteiro	Escravo (do Secretário deste Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque)	Oficial de alfaiate	32
Manoel José da Vera Cruz	Pardo	Solteiro	Escravo (do Secretário deste Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque)	Lacaiava para José Pires de Carvalho e Albuquerque, seu dono (sem ofício)	30

Cosme Damião Pereira Basto	Pardo	Solteiro	Escravo (de Joaquim Pereira Bastos)	Ofício de alfaiate	21
Inácio Pires dos Santos	Pardo	Solteiro	Escravo (do Secretário deste Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque)	Sem oficio	17

Fonte: Produzido pelo autor.

Quando observamos os dados apresentados no quadro anterior, é possível identificar algumas motivações que viabilizaram o acesso desse grupo de escravizados ao universo da cultura escrita. A primeira delas é a cor dos referidos escravizados. Todos são identificados como pardos. Se relembrarmos os dados mensurados sobre a variável cor, perceberemos que 93% destes assinaram seus depoimentos. Além disso, somente dois são identificados como lacaios e outros dois não apresentam ofícios explicitados. Se cruzarmos esses elementos, teremos um contexto em que possuir uma profissão especializada, além da condição de pardo no Brasil colonial, viabilizará mais facilmente a aquisição da escrita. Para além disso, todos possuíam sobrenomes, aspecto que também pode apontar uma condição diferente da de africanos e crioulos, que, em muitos momentos, só eram identificados somente por um prenome. Esse aspecto pode indicar uma realizada social diferente para esse conjunto de indivíduos, que, mesmo enquanto escravizados, estariam vivenciando, mesmo que indiretamente, uma realidade que não era semelhante à vivida por negros e mestiços da zona rural. Diz-se isso, porque é importante ressaltar que tais indivíduos possivelmente estavam inseridos numa realidade urbana, atuando como escravizados de ganho ou servindo seus "donos" no seio da concentração citadina de Salvador, vendo e ouvindo as questões que circulavam pelas ruas, como, por exemplo, as discussões sobre fraternidade, igualdade e liberdade que vinham circulando timidamente.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é a questão de que alguns deles pertenciam a um mesmo indivíduo, como os casos de José Pires de Carvalho e Albuquerque, que possuía três escravizados, e de Manuel José Vilela de Carvalho, dono de dois sujeitos. Diante dessa situação, será possível dizer que os próprios donos de tais escravizados incentivaram esses sujeitos a aprenderem, pelo menos, a assinar seus nomes? Será que, por causa desse incentivo, estes puderam se especializarem em certas profissões e atuarem como escravizados de ganho? Ou mesmo será que, participando mesmo que indiretamente dessa insurreição, esses homens donos de escravizados, para incentivar as discussões de obras francesas proibidas, ensinaram a seus escravizados a escrita e a leitura?

Estas são perguntas que talvez não possam ser respondidas de forma substancial, mas podem compor um conjunto de hipóteses indiciárias que podem revelar condicionantes favoráveis para que tais sujeitos aprendessem a assinar seus nomes em documentos oficiais.

Para que possamos corroborar essa afirmativa, analisaremos os escravizados que não assinaram seu depoimento, pois só poderemos ter certeza de que ser *pardo* era um fator favorecedor à alfabetização de escravos se os seis identificados, ou pelo menos a sua maioria, não forem *pardos*. Vejamos:

Quadro 4 – Conspiração dos Alfaiates) – Escravos *não assinantes*

Nome	Cor	Est. civil	Est. social	Profissão	Idade
João de Nação Benguela	Preto	_____	Escravo	Aprendia o ofício de alfaiate	10 anos, segundo representa
Vicente preto Jeje	Preto	Solteiro	Escravo	Oficial de alfaiate	30 anos
Francisco	Preto (Mina)	_____	Escravo	_____	Representa ter idade 13 anos'
Salvador	Crioulo	Solteiro	Escravo	Mestre de cabeleireiro	30 anos
José Pires	Pardo	Solteiro	Escravo	Aprendeu o ofício de alfaiate de que não usa	26 anos
João Pires	Pardo	Solteiro	Escravo	Carapina	18 anos

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, dos seis escravizados que não assinaram seu depoimento, três são identificados como pretos (africanos), um como crioulo e dois como pardos. Ou seja, a maioria dos *não assinantes* escravizados é de africanos e/ou filho de africanos nascidos no Brasil. Esse dado parece confirmar que os pardos, mesmo que escravizados, teriam maiores condições de adquirir a escrita no período colonial.

Outro fator que pode ser observado é a relação entre os escravizados e seus donos, porque, como é notório, a sua maioria são escravos urbanos, que possuem uma profissão específica, por isso, com necessidade de ter conhecimento mínimo da leitura, da escrita e da contagem para poderem atuar efetivamente em suas ocupações profissionais. Além disso, alguns pertencem a um mesmo indivíduo, fator que pode indicar também que certos donos de escravos

possam ter incentivado a aquisição da escrita por ver nela uma valorização de sua mão-de-obra. Para mais, um outro elemento, apontado por Klebson Oliveira (2006), pode ter sido a relação afetuosa entre os escravizados e seus donos, devido à proximidade relacional entre estes.

4 Repartição por estatuto civil

Em relação ao cruzamento entre a variável estatuto civil e o gênero masculino, temos o seguinte quadro:

Tabela 4 – Conspiração dos Alfaiates: Estatuto civil: homens

Estatuto civil	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Solteiro	105 (92%)	9 (08%)	**114 (44%)**
Casado	100 (91%)	9 (9%)	**109 (43%)**
Viúvo	11 (91%)	1 (9%)	**12 (5%)**
Não identificado	13 (93%)	1 (7%)	**14 (6%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível visualizar, dentre os solteiros, temos 92% de *assinante*s. Em relação aos homens casados e aos homens viúvos que assinaram seus depoimentos, temos um percentual de 91% para cada uma das categorias. Já os que não tiveram identificação de estatuto civil são, em 93% dos casos, de *assinante*s. Tais dados revelam que a variável em questão não interfere diretamente na condição de *assinante* e *não assinante*, pois há uma constante, sem alterações significativas, de um para outro estado civil.

5 *Repartição por faixa etária*

Em relação à idade dos envolvidos no processo da *Conspiração dos Alfaiates*, temos, na faixa I, 95 depoentes, com 83 assinantes, representando um percentual de 87%. Na faixa II, temos 129 depoentes, com 121 assinantes, representando um percentual de 94%. Levando em conta a diferença entre os números brutos de uma e outra, podemos conjecturar que, a partir dos dados analisados, os números em questão podem representar uma realidade relativamente estável dos níveis de alfabetismos na esfera social analisada. Apesar da leve diferença de 7% a favor dos homens da segunda faixa etária, não podemos, a partir dela, conjecturar sobre nenhum processo de desalfabetização numa esfera social mais ampla. Observemos o quadro abaixo:

Tabela 5 – Conspiração dos Alfaiates: Faixa etária: homens

Faixa etária	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Faixa I (até 30 anos)	83 (87%)	12 (13%)	**95 (38%)**
Faixa II (mais de 30 anos)	121 (94%)	8 (6%)	**129 (52%)**
Não identificado	25 (100%)	0 (0%)	**25 (10%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Os *assinante*s das faixas I e II, como já apontado, representam uma constante numérica, não se identificando nenhuma transformação que possa ser apontada consistentemente. Mesmo para os indivíduos que não tiveram sua idade identificada, com 100% de firmantes, os números não se distanciam dos elementos anteriores.

6 *Repartição por logradouro*

Levando em conta as informações fornecidas pelos notários responsáveis pelos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* sobre a localização das residências dos depoentes do referido processo, buscamos identificar se, a partir de sua repartição geográfica, haveria algum elemento que pudesse apontar diferenças entre os índices de alfabetismo nas diferentes áreas da cidade de Salvador em fins do século XVIII. Sendo assim, segmentamos os dados com base na identificação das nove freguesias explicitadas nos *autos*, e também de cidades do Recôncavo Baiano, que podem ser observados a partir do quadro abaixo:

Tabela 6 – Conspiração dos Alfaiates: Repartição geográfica: homens

Freguesias	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Curado da Sé	50 (92.5%)	4 (7.5%)	**54 (21.5%)**
Conceição da Praia	34 (97%)	1 (7%)	**35 (14%)**
Sant´Anna do Sacramento	23 (96%)	1 (4%)	**24 (9.5%)**
São Pedro Velho	16 (94%)	1 (6%)	**17 (7 %)**
Pilar	14 (87.5%)	2 (12.5%)	**16 (6%)**
Passo	5 (100%)	0 (0%)	**5 (2.5%)**
Vitória	3 (100%)	0 (0%)	**3 (1.5%)**
Santo Antônio Além do Carmo	2 (100%)	0 (0%)	**2 (1%)**
Itapagipe	1 (100%)	0 (0%)	**1 (0.5%)**
Não identificada	75 (89%)	9 (11%)	**84 (33.5%)**
Recôncavo Baiano	6 (75%)	2 (25%)	**8 (3%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

As freguesias da Conceição da Praia, do Curado da Sé, do Pilar, do Passo, de Sant´Anna do Sacramento, de São Pedro Velho, de Santo Antônio Além do Carmo e da Vitória representam o núcleo comercial da cidade de Salvador. Por isso mesmo, podem ser identificadas, a partir de seu conjunto, como as freguesias que formam a sua área central. Em todas elas, a maioria dos indivíduos firmaram suas assinaturas após seus depoimentos, com um percentual de 97%, 92.5%, 87.5%, 100%, 96%, 94%, 100% e 100% respectivamente. É interessante apontar que está justamente nessas freguesias a maior concentração de indivíduos cujo logradouro foi identificado. Isso pode revelar que um relativo número de indivíduos envolvidos, direta ou indiretamente, na *Conspiração dos Alfaiates* residiam na região central e mais economicamente ativa da cidade de Salvador, podendo, então, ser, de certa forma, identificados como sujeitos que pertenciam às camadas média e alta da sociedade soteropolitana da época. Em relação aos que não tiveram seu logradouro identificado, cerca de 75 indivíduos, temos um percentual de 89% de *assinante*s. Além disso, identificamos somente um indivíduo apontado como residente da freguesia de Itapagipe, uma região mais periférica da cidade. Este também firma sua assinatura após seu testemunho.

São oito o número de homens identificados como residentes do Recôncavo Baiano, mais especificamente da Vila de São Francisco do Conde. Desse número, temos 6 indivíduos que assinam seus testemunhos, representando um percentual de 75%. Sendo assim, essa região está aproximadamente 15 pontos percentuais abaixo da média geral de 91% de *assinantes* homens. Ou seja, o Recôncavo Baiano, apesar de também apresentar altos índices de assinaturas, provavelmente porque havia uma relação comercial constante que permitia um grande fluxo de pessoas, interligando as duas regiões diretamente, apresenta um percentual relativamente inferior ao que pode ser observado para Salvador.

Com base nesses dados, é possível identificar uma área que exibe índices menores de *assinante*s homens em relação à outra região. Isso quer dizer que, pelo menos a partir dos elementos aqui mensurados, a variável repartição geográfica aponta que a cidade de Salvador, em finais do século XVIII, a partir do momento em que esta agrupa a maioria das assinaturas masculinas, era a região que possuía os maiores índices de alfabetismo, quando comparamos esses dois contextos. Isso ocorre provavelmente porque esta era o principal núcleo urbano da Bahia, onde estavam alocados os centros político-econômicos fundamentais dessa região. Portanto, esse fator pode ter favorecido o alto índice de assinaturas encontradas para essa área.

7 *Repartição por categoria sócio-ocupacional*

Na distribuição das categorias sócio-ocupacionais, pudemos observar dados extremamente intrigantes. Em todas as categorias delimitadas, a maioria dos homens assina. Vejamos:

Tabela 7 – Conspiração Alfaiates: Repartição sócio-ocupacional: homens

Categorias	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Categoria 1	14 (100%)	0 (0%)	**14 (5.5%)**
Categoria 2	45 (98%)	1 (2%)	**46 (18%)**
Categoria 3	160 (90%)	17 (10%)	**177 (71.5%)**
Categoria 4	8 (72,7%)	3 (27,3%)	**10 (4%)**
Não identificada	2 (100%)	0 (0%)	**2 (1%)**
Total	**229 (91%)**	**20 (9%)**	**249 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

A categoria 1, como já anunciado anteriormente, é composta por altos funcionários da administração real, por militares de patente, pelo alto clero, por grandes negociantes e/ou por grandes proprietários rurais. Como era de se esperar, os quatorze homens que a compõem firmaram suas assinaturas após seus depoimentos, representando um percentual de 100%. A categoria 2, composta por funcionários médios da administração real, por militares inferiores, pelo clero, por comerciantes, por profissionais liberais nobres, por mestres de ofícios e artes mecânicas, por oficiais de ofícios nobres, por homens que viviam de rendas e/ou por proprietários rurais médios, apresenta quarenta e cinco homens assinantes, representando também um percentual de 100%.

A categoria 3 apresenta o maior número de depoentes do conjunto de dados mensurados, com 177 homens, correspondente a um percentual de 71.5%. Destes, 90% são de *assinante*s. Esse dado é relativamente intrigante se analisarmos que tal categoria sócio-ocupacional é composta por funcionários subalternos da administração real, por militares de tropa, por profissionais liberais secundários e/ou oficiais mecânicos, conjunto este que supostamente não apresentaria números tão altos de *assinante*s quando comparado com as categorias anteriores.

Contudo, é a categoria 4 que apresenta os dados mais inquietantes. Dos onze homens demarcados nesse grupo, formado por escravos, mendigos e/ou vagabundos, oito firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, representando um percentual de 72,7%. Destes, os oito *assinante*s são identificados como pardos e os três não *assinante*s como branco, preto de nação mina e crioulo. Observemos:

Quadro 5 – Conspiração dos Alfaiates: Homens da quarta categoria sócio-ocupacional (escravos, mendigos e/ou vagabundos)

Nome	Cor	Est. civil	Est. social	Idade	Ass.
José Felix da Costa	Pardo	Solteiro	Escravo (do Doutor Francisco Vicente Vianna)	22	SIM
Felipe Neri	Pardo	Solteiro	Escravo (de Manoel José Villela de Carvalho)	25	SIM
Luís Leal	Pardo	Solteiro	Escravo (Manoel José Vilela de Carvalho)	26	SIM
Francisco Inocêncio Vilaça	Pardo	_____	Escravo (de Antônio Cordeiro Villaça)	21	
Manoel dos Santos	Branco	Casado	_____	64	NÃO
Luís de França Pires	Pardo	Solteiro	Escravo (do Secretário deste Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque)	32	SIM
Cosme Damião Pereira Bastos	Pardo	Solteiro	Escravo (de Joaquim Pereira Bastos)	21	SIM
Inácio Pires dos Santos	Pardo	Solteiro	Escravo (do Secretário deste Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque)	17	SIM
Manoel Anselmo de Jesus	Pardo	Casado	Escravo (de Thereza de Jesus da Gama)	32	SIM
Francisco	Preto mina	_____	Escravo	13	NÃO
Salvador	Crioulo	_____	Escravo (do Capitão Francisco de Sá Tourinho)	___	NÃO

Fonte: Produzido pelo autor.

Os três homens *não assinantes*, demarcados como branco, preto de nação mina e crioulo, eram Manuel dos Santos, Francisco e Salvador, respectivamente. O primeiro, segundo as informações explicitadas nos *autos* da *Conspiração dos*

Alfaiates, "ocupa-se em tirar esmolas para a Igreja do Senhor do Bomfim" e o segundo era um jovem escravo africano. Já o terceiro era mestre cabeleireiro, filho de africanos e escravo de ganho do Capitão Francisco de Sá Tourinho.

Como é possível notar, mesmo entre os brancos, não possuir uma profissão especializada desfavoreceu, pelo menos no rol de nossos dados, a aquisição da escrita. Para mais, os africanos, de uma maneira geral, representam uma parcela de indivíduos que estariam entre os mais desfavorecidos no processo de alfabetização, pois, além da própria condição de escravizados, estavam se inserindo num universo linguístico diferente daquele que está relacionado à sua língua materna. Em relação aos 8 escravos *assinante*s, a cor parda, como já foi apontado anteriormente, é um fator favorecedor à presença da assinatura.

Os dois homens que não tiveram suas ocupações identificadas assinaram seus testemunhos. Estes eram Francisco José de Almeida, casado e com aproximadamente 28 anos de idade, e Manuel Pereira Sevério.

Quando cruzamos a variável *sócio-ocupacional* com a *cor* e o *estatuto social* dos depoentes, é possível obter um retrato mais claro do perfil sociológico de cada categoria analisada. Notemos.

Tabela 8 – Conspiração dos Alfaiates:
Repartição sócio-ocupacional *versus* cor: homens

Categorias		Brancos	Pardos	Crioulos	Pretos	Cabras	Não ident.
Cat. 1	Assinantes	5 (3%)	2 (3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (32%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Cat. 2	Assinantes	30 (20%)	9 (15%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	6 (27%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Cat.3	Assinantes	111 (71%)	37 (61%)	2 (33.5%)	0 (0%)	1 (100%)	9 (41%)
	Não assinantes	8 (5%)	4 (6.5%)	3 (50%)	2 (66.5%)	0 (0%)	0 (0%)
Cat. 4	Assinantes	0 (0%)	7 (11.5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	Não assinantes	1 (0.5%)	0 (0%)	1 (16.5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Não identificada	Assinantes	1 (0.5%)	2 (3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (33.5%)	0 (0%)	0 (0%)
Total		**156 (100%)**	**61 (100%)**	**6 (100%)**	**3 (100%)**	**1 (100%)**	**22 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Sobre a relação da *cor* com a variável *profissão*, é possível observar que a categoria 1 apresenta 5 brancos, 2 pardos e 7 homens que não tiveram sua cores explicitada, sendo todos *assinantes*. Levando em consideração que o elemento possivelmente não marcado é justamente a condição de branco, é possível conjecturar que essa categoria agrupa homens majoritariamente brancos, que compõem uma elite da sociedade soteropolitana. Há somente dois pardos em meio a esse contingente. Eles são José Maria do Amaral, dono de engenho em Santo Amaro da Purificação, com 41 anos de idade, e Inácio Raimundo de Oliveira, meirinho da Freguesia da Vitória. Esse fator reforça a nossa conjectura de que eram estes, entre os não brancos, os que possuíam maiores condições para ascender socialmente, tanto que conseguiram alcançar ocupações de alta representatividade no período colonial brasileiro. Não podemos deixar de pontuar que o número de pardos dessa categoria é relativamente pequeno, fato este que indica que não era regra termos homens não brancos ocupando cargos de tamanha relevância socioeconômica.

A categoria 2 não se distancia da realidade da categoria 1, pois, entre os *assinantes*, temos 30 brancos, 9 pardos e 6 homens sem identificação de cor. Ou seja, novamente, a maioria dos homens dessa categoria, os quais assinaram seu depoimento, são brancos. Para mais, todos os pardos desse contingente são *assinantes*. Portanto, novamente, é possível dizer que os pardos são os privilegiados entre os não brancos.

Sobre a categoria 3, temos 111 brancos, 37 pardos, 2 crioulos, 1 cabra e 1 homem sem identificação de cor apontados como *assinantes*. Como já dissemos, essa categoria apresenta o maior número de indivíduos e é a que, entre as profissões especializadas, agrupa as ocupações menos representativas socioeconomicamente. Igualmente às categorias 1 e 2, a maioria dos *assinantes* são brancos, apesar de termos 8 homens desse contingente que não assinaram seu depoimento. Dos 41 pardos, somente 4 são *não assinantes*. Outra vez, é notório que são os brancos e os pardos a maioria dos *assinantes* de nossa amostra. Contudo, para essa categoria, é possível observar que 2 crioulos e 1 cabra assinaram seu testemunho. Para nós, apesar da dificuldade de estes adentrarem no

universo da cultura escrita, uma profissão especializada, mesmo que de pouca representatividade socioeconômica, colaborou diretamente para que adquirissem minimamente a escrita. Apesar disso, não podemos deixar de pontuar que a condição de preto (africano) não viabilizou, mesmo para aqueles que possuíam uma ocupação específica, a aproximação com o mundo da escrita.

A categoria 4, que agrupa escravos, mendigos e/ou vagabundos, apresenta elementos muito significativos, pois, dentre os oito homens alocados nesse grupo, sete assinaram seus testemunhos e são apontados como pardos, que estavam na condição de escravos. O único homem não assinante dessa categoria era um crioulo, ou seja, um negro filho de africanos e, como sabemos, esse não era um dos fatores favoráveis para que um indivíduo pudesse adquirir a escrita. Contudo, mesmo não tendo uma profissão especializada, tais homens encontraram elementos que viabilizaram a inserção no mundo grafocêntrico. Para nós, como já apontamos, a cor parda é um fator que poderia ter facilitado esse processo, pois, mesmo na condição de escravos, tais homens conseguiram assinar seu depoimento.

Entre os homens que não tiveram suas profissões explicitadas, temos somente três *não assinantes*, identificados como dois brancos e um preto (africano). Já os dois *assinantes* dessa categoria são apontados como pardos. Novamente, estes, mesmo que não tenham sua profissão apontada, ou ainda a condição de escravo citada, assinaram seu depoimento. Ou seja, parece-nos que os pardos, entre os não brancos, encontraram circunstâncias favoráveis para se inserirem no mundo da escrita, nos mais diversos contextos situacionais do Brasil colonial.

Para além disso, quando cruzamos a variável *sócio-ocupacional* com o *estatuto social* dos depoentes da *Conspiração dos Alfaiates*, encontramos dados interessantes. Vejamos:

Tabela 9 – Conspiração dos Alfaiates:
Repartição sócio-ocupacional *versus* estatuto social: homens

Categorias		Livres	Libertos/ alforriados	Escravos	Não identificado
Cat. 1	Assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	14 (8%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Cat. 2	Assinantes	3 (13%)	2 (10.5%)	0 (0%)	35 (18%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Cat. 3	Assinantes	17 (74%)	11 (57.5%)	0 (0%)	131 (68%)
	Não assinantes	0 (0%)	4 (21.5%)	0 (0%)	7 (3.5%)
Cat. 4	Assinantes	0 (0%)	0 (0%)	9 (60%)	0 (0%)
	Não assinantes	0 (0%)	0 (0%)	6 (40%)	0 (0%)
Não identificada	Assinantes	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)
	Não assinantes	3 (13%)	2 (10.5%)	0 (0%)	3 (1,5%)
	Total	**23 (100%)**	**19 (100%)**	**15 (100%)**	**192 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Os 14 homens da categoria 1 não apresentam seus estatutos sociais explicitados, podendo estes serem classificados como livres, pois, provavelmente, esse era possivelmente o contexto não marcado desse período. Todos os homens desse conjunto são apontados como *assinantes*. Na categoria 2, temos 3 livres, 2 alforriados e 35 homens que não tiveram seu estatuto social identificado.

Na categoria 3, temos 17 livres, 15 alforriados e 138 homens que não tiveram seu estatuto social explicitado. Em meio a estes, todos os livres, 11 alforriados e 131 sem identificação de estatuto social são *assinantes*. Conjecturamos, novamente, que a condição de livre ou liberto era favorável para a aquisição da escrita, pois a maioria dos *assinantes* dessa categoria são homens com esses estatutos sociais.

Porém, não podemos deixar de pontuar que a condição de escravizado relacionada a outros fatores, como a cor e/ou possuir uma profissão especializada, viabilizou a um determinado conjunto do contingente da categoria 4 assinar seu depoimento. Por isso mesmo, quando analisamos a variável *profissão*, apesar de acoplarmos tais indivíduos na categoria 4, levamos em conta se o indivíduo classificado como escravo possuía ou não uma ocupação profissional determinada, pois tal fator é extremamente importante para nossa avaliação.

Sendo assim, quando analisamos a categoria 4, é possível observar que nove escravizados são *assinantes*. Esse dado, como já dito anteriormente, pode ser explicado a partir da avaliação da cor de tais indivíduos, pois todos os escravos dessa categoria são identificados como pardos, contexto este favorável para que os não brancos pudessem adquirir a escrita no período colonial. Porém, para além disso, cinco destes possuíam uma profissão especializada, como apresentado no quadro que retrata a realidade dos escravizados assinantes. Pro-

fissões, como mestre cabeleireiro, sapateiro e alfaiate poderiam ter contribuído para que tais indivíduos aprendessem a, pelo menos, assinar seus nomes? Como já apontamos, para nós, ter uma profissão, mesmo na condição de escravo, além do fato de serem identificados como de cor parda, é um condicionante favorável para que esses sujeitos estivessem uma relação, mesmo que ínfima, com o universo da escrita. Para mais, nove homens livres e/ou alforriados não assinam seu testemunho, sendo três livres sem identificação de profissão, quatro alforriados acoplados na categoria 3 e dois libertos que também não possuíam ocupações explicitadas. Apesar de termos alguns alforriados com profissões identificadas que não assinaram seus testemunhos, o fato de não possuir uma ocupação especializada nesse período, mesmo entre os que eram livres e/ou libertos, desfavorece a inserção no universo da escrita, corroborando, portanto, nossa hipótese já anunciada.

8 Repartição por origem

Sobre a *origem* dos envolvidos no processo da *Conspiração dos Alfaiates*, dos 264 indivíduos depoentes, somente 46 tiveram sua procedência identificada. Entre estes, 43 são apresentados como de nacionalidade brasileira e 03 como não brasileiros. Os demarcados como nascidos em terras brasílicas, em sua grande maioria, são da cidade de Salvador e Recôncavo Baiano, como as Vilas de Cachoeira e de Nossa Senhora da Purificação do Santo Amaro. Além disso, há também alguns indivíduos originários da Vila de Alagoas, da Vila de Jacobina e da Capitania de Pernambuco, representando um número bem menor quando comparamos com o número de nascidos em Salvador.

Em relação aos que não nasceram no Brasil, temos dois depoentes originários de Portugal. Um deles é Domingos da Silva Lisboa, cuja origem é, segundo nos relata o notário, a cidade de Lisboa. Este é identificado como um pardo livre, solteiro, que vive de ser requerente do número da cidade de Salvador, além de ser Alferes do Quarto Regimento de Milícia dessa Praça. O segundo é José Joaquim Siqueira, cuja origem é a cidade do Porto. Este é descrito como um homem branco e solteiro, e atua como Soldado do Primeiro Regimento de Linha da Praça de Salvador. O último não nascido no Brasil é identificado como Vicente Preto Jeje, cuja origem é a Costa da Mina, no continente Africano. Este era escravo de Bernadino de Senne e Araújo, e atuava como oficial de alfaiate na cidade de Salvador.

Vejamos:

Tabela 10 – Conspiração Alfaiates: Repartição por origem: homens

Origem	*Assinante*s	*Não assinante*s	**Total**
Brasil	37 (86%)	6 (14%)	**43 (16.3%)**
Exterior	2 (66.7%)	1 (33.3%)	**3 (1.1%)**
Não identificada	191 (87.6%)	27 (12.4%)	**218 (82.6%)**
Total	**230 (100%)**	**34 (100%)**	**264 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Diante desses dados, é possível dizer, levando em consideração os que tiveram sua *origem* explicitada, que muito provavelmente a maioria dos indivíduos envolvidos na Sedição Intentada de 1798 teria nascido no Brasil, fato este que pode indicar uma realidade particular quando comparamos esta com as outras insurreições que compõem essa investigação. Apesar de a grande maioria não ter sua origem demarcada, acreditamos que o contingente de testemunhas que compõem o processo da *Conspiração dos Alfaiates* é composto de indivíduos que nasceram no Brasil, fato que parece corroborar o que nos diz Milton Santos (2008) sobre a estagnação do crescimento populacional de Salvador, inclusive quando falamos do movimento de chegada de portugueses por aqui. Conforme ele, a população urbana de Salvador, em meados do século XVII, era de aproximadamente dez mil habitantes; no fim desse mesmo século, já era de vinte mil, e, na metade do século XVIII, já contava com quarenta mil habitantes. Todavia, esse crescimento populacional fica estagnado desde a metade até o final do século XVIII. Parece que que dois fatores contribuíram para isto: a descoberta do ouro nas Minas Gerais e a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763. Ou seja, devido à esta estagnação, muito provavelmente a grande maioria da população soteropolitana era composta por homens e mulheres que nasceram em terras brasileiras, tanto de pais estrangeiros como de brasileiros que já tinham uma linhagem composta por famílias que já haviam há muito por aqui se instalado.

9 *O caso do contingente feminino*

Como foi possível perceber, quando reportamos a repartição por sexo de nossa amostra de dados para a *Conspiração dos Alfaiates*, os dados correspondentes ao contingente feminino nesta sedição são infinitamente menores em relação aos números que foram encontrados para os homens. Por causa disso, iremos abordar os dados das mulheres de forma conjunta, em um único bloco, pautando todas as mesmas varáveis que foram apontadas para o caso do contingente masculino.

9.1 Mulheres *versus* cor

Sobre as mulheres e a variável cor, apesar do número muito pequeno de depoentes em relação aos homens, os dados revelam uma constante observada em outras pesquisas realizadas: a de que a maioria não assina seus testemunhos. No conjunto dos dados aqui analisados, somente uma mulher firmou sua assinatura após seu depoimento. Vejamos:

Tabela 11 – Conspiração dos Alfaiates: Mulheres *versus* cor

Cor	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Branca	1 (50%)	1 (50%)	**2 (12,5%)**
Parda	0 (0%)	9 (100%)	**9 (62,5%)**
Crioula	0 (0%)	4 (100%)	**4 (25%)**
Total	**1 (100%)**	**14 (100%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

A mulher que assina seu testemunho é identificada como branca. A partir da análise dos elementos de seu perfil social, expostos anteriormente, quando versamos sobre Dona Úrsula Sonoral de Andrade, pudemos conjecturar que o fato de esta ser uma mulher da mais alta categoria social da colônia, por ser esposa do então Guarda-Mor da Alfândega Francisco Manuel Henriques de Oliveira – funcionário direto da corte portuguesa –, pôde facilitar a aquisição da habilidade de escrever, mesmo que somente para firmar autograficamente sua

assinatura em documentos notariais. Apesar de não termos maiores informações sobre seu perfil sociológico, as informações explicitadas podem indicar que esta era uma mulher da elite soteropolitana, pois era esposa de um sujeito de alto nível socioeconômico, que detinha uma função direta na administração da colônia. Por isso mesmo, presumimos que tais condições podem ter colaborado para que a referida depoente pudesse ter acesso à alfabetização em alguma fase de sua vida. A própria forma de tratamento de "Dona" indica que esta se tratava de uma mulher cuja condição social muito provavelmente é da elite colonial.

9.2 Mulheres *versus* estatuto social

Sobre as mulheres e a variável estatuto social, a única mulher que assinou autograficamente seu depoimento não teve sua condição explicitada. Levando em conta a conjectura anterior, provavelmente por ser uma realidade não marcada, o estatuto de livre geralmente não é assinalado. Além disso, quando cruzamos esse elemento com os coletados em seu depoimento, é possível perceber que, por ser branca e casada com um funcionário diretamente ligado à corte portuguesa, se trata efetivamente de uma mulher livre da sociedade colonial, e, mais ainda, de uma pequena parcela que representa uma "elite" das terras brasílicas.

Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 12 – Conspiração dos Alfaiates: Estatuto social: mulheres

Estatuto social	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Livre	0 (0%)	3 (100%)	**3 (20%)**
Liberto/ Alforriado	0 (0%)	8 (100%)	**8 (53.5%)**
Não identificado	1 (25%)	3 (75%)	**4 (26.5%)**
Total	**1 (6.5%)**	**14 (93.5%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

As demais mulheres da amostra, todas *não assinantes*, distribuem-se entre três livres, oito alforriadas e três sem identificação do estatuto social, representando

um percentual de 93.5%. Devido ao pequeno número de dados de nossa amostra sobre as mulheres, não podemos tecer análises mais consistentes. Contudo, se levarmos em conta dados de outras pesquisas, podemos conjecturar que as mulheres, em finais do século XVIII, representam uma minoria de *assinante*s em comparação ao contingente masculino, como já apontado anteriormente. Para mais, quando analisamos esse elemento junto ao estatuto social de escrava e de ex-escrava, a situação apresenta-se ainda mais dificultosa para o contingente feminino.

Vale mencionar, para esse contexto, a situação excepcional de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, que, segundo Luiz Mott (1993, p. 8), "Foi não apenas a primeira africana no Brasil, de que temos notícia, a conhecer os segredos da leitura, como também provavelmente a primeira escritora negra de toda a história, pois chegou a reunir centenas de páginas manuscritas de um edificante livro: *Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, lastimavelmente queimado às vésperas de sua detenção, mas do qual restaram algumas folhas originais. Rosa Egipcíaca é também excepcional por ter sido a única mulher de cor, ex-escrava, ex-prostituta, em todo o mundo cristão, a fundar um "convento de recolhidas", o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, cuja capela, reconstruída, existe ainda hoje no centro comercial do Rio de Janeiro".

9.3 Mulheres *versus* estatuto civil

Sobre as mulheres e a variável estatuto civil, temos os seguintes números:

Tabela 13 – Conspiração dos Alfaiates: Estatuto civil: mulheres

Estatuto civil	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Solteira	0 (0%)	5 (100%)	**5 (44%)**
Casada	1 (14%)	6 (86%)	**7 (43%)**
Viúva	0 (0%)	2 (100%)	**2 (5%)**
Não identificada	0 (0%)	1 (100%)	**1 (6%)**
Total	**1 (7%)**	**14 (93%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, as mulheres representam a maioria de *não assinantes*, compondo uma constante numérica sem alterações significativas nos percentuais observados. Isso quer dizer que esta variável não interfere diretamente no processo de aquisição de escrita, pelo menos na dimensão dos dados da amostra aqui analisada.

9.4 Mulheres *versus* faixa etária

Sobre as mulheres e a variável faixa etária, apesar do pequeno número de informantes em análise, é possível observar que também não há nenhuma alteração significativamente relevante nos índices de alfabetismos da cidade de Salvador de fins do período colonial. Vejamos:

Tabela 14 – Conspiração dos Alfaiates: Faixa etária: mulheres

Faixa etária	*Assinante*s	*Não assinante*s	Total
Faixa I (até 30 anos)	0 (0%)	8 (100%)	**8 (53%)**
Faixa II (mais de 30 anos)	1 (14%)	6 (86%)	**7 (47%)**
Total	**1 (7%)**	**14 (93%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Os números apresentados no quadro anterior mostram, como nas outras variáveis, que as mulheres representam um contingente de maioria de *não assinantes*. Temos somente uma mulher *assinante*, alocada na faixa II, que representa um percentual de 14% do total de firmantes do sexo feminino no conjunto aqui analisado.

9.5 Mulheres *versus* logradouro

As mulheres, quando observadas distributivamente nas diversas freguesias da Salvador e da região do Recôncavo Baiano de finais do século XVIII, não nos revelam dados consistentes. Se observarmos o quadro abaixo, será possível notar que a única mulher *assinante* foi identificada como residente da freguesia do Curado Sé, uma região central da administração e da economia da cidade soteropolitana. Provavelmente, por ser moradora dessa área, além dos elementos já apontados sobre Dona Úrsula Sonoral de Andrade, ela pode ser apontada como uma mulher da elite colonial baiana.

Tabela 15 – Conspiração dos Alfaiates: Repartição geográfica: mulheres

Freguesias	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Curado da Sé	1 (25%)	3 (75%)	**4 (26.5%)**
Pilar	0 (0%)	2 (100%)	**2 (13.75%)**
Recôncavo Baiano	0 (0%)	1 (100%)	**1 (6.5%)**
Sant´Anna do Sacramento	0 (0%)	4 (100%)	**4 (26.5%)**
Santo Antônio Além do Carmo	0 (0%)	1 (100%)	**1 (6.5%)**
São Pedro Velho	0 (0%)	2 (100%)	**2 (13.75 %)**
Não identificada	0 (0%)	1 (100%)	**1 (6.5%)**
Total	**1 (7%)**	**14 (93%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

9.6 Mulheres *versus* repartição sócio-ocupacional

Em relação às mulheres e a repartição sócio-ocupacional, temos o seguinte quadro:

Tabela 16 – Conspiração Alfaiates: Repartição sócio-ocupacional: mulheres

Categorias	*Assinantes*	*Não assinantes*	Total
Categoria 3	0 (0.0%)	1 (100%)	**1 (7%)**
Não identificada	1 (7%)	13 (93%)	**14 (93%)**
Total	**1 (7%)**	**14 (93%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Das quinze mulheres do *corpus* aqui analisado, somente uma tem sua profissão demarcada nos *autos* da *Conspiração dos Alfaiates*. Trata-se de Anna Romana Lopes do Nascimento, parda, forra, com 17 anos de idade, identificada como costureira, profissão esta agrupada na categoria 3 de nossa análise. Apesar de ter sua ocupação explicitada, ela está no rol das quatorze mulheres *não assinantes*. Na realidade, a única mulher *assinante* não tem sua profissão identificada. Ou seja, pelo menos no conjunto dos dados aqui analisados, a variável profissão, no que

concerne às mulheres, não é um fator preponderante para o desenvolvimento da habilidade da escrita.

9.7 Mulheres *versus* Origem

Em relação à variável *origem* do contingente feminino, temos:

Tabela 17 – Conspiração Alfaiates: Repartição por origem: mulheres

Origem	*Assinante*s	*Não assinante*s	**Total**
Brasil	0 (0%)	3 (100%)	**3 (20%)**
Exterior	0 (0%)	0 (0%)	**0 (0%)**
Não identificada	1 (8.3%)	11 (91.7%)	**12 (80%)**
Total	**1 (100%)**	**14 (100%)**	**15 (100%)**

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, mesmo sendo este um quantitativo muito pequeno, os dados não fogem da realidade apresentada para os homens. A maioria delas não teve sua origem explicitada, havendo somente três mulheres identificadas como brasileiras, todas nascidas na cidade de Salvador.

Sabemos que a amostra não é representativa quando avaliamos os números indicados de habitantes para a Salvador da época, com cerca de 40.000 habitantes aproximadamente. Contudo, o *processo devassatório* da insurreição intentada de 1798 parece ter reunido um universo bastante representativo da conjuntura populacional, em seus diversos desdobramentos, da primeira capital do Brasil em finais do século XVIII.

10 Notas sobre a circulação da escrita na Insurreição Baiana

Em relação à circulação da escrita na *Conspiração dos Alfaiates*, evocamos, aqui, o monumental estudo sobre a cultura escribal do período colonial, realizado por Marcelo Moreira (2011), intitulado *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. Nessa obra, o referido pesquisador tece importantes questões sobre a presença e a mobilidade da escrita no cenário da sedição baiana, buscando investigar os agentes sociais cujos ofícios estavam relacionados diretamente

com manifestação da escrita. Assim sendo, reconhecendo sua importância para a difusão das "luzes" francesas, ele nos diz que

> Dos depoimentos a que foram submetidos não apenas os acusados de participarem da sedição, emergem diminutos fragmentos de uma realidade social, na qual a manuscritura se nos apresenta como meio de produção do escrito, manuscritura que deu origem aos papéis sediciosos cuja autoria será devassada por Manuel de Magalhães Pinto e Avelar Barbedo (Moreira, 2011, p. 179).

A escrita, como é possível observar, esteve intensamente presente na constituição do levante baiano, pois foi ela a personagem principal da abertura das primeiras investigações, quando tratamos dos chamados *boletins sediciosos*. Segundo Moreira (2011, p. 179), tais papeis "foram disseminados por sítios da cidade da Bahia, em 12 de agosto de 1798. Foram afixados em locais de tráfego intenso de pessoas ou de ajuntamento popular". Contudo, segundo ele,

> Nem de todos os pasquins que então foram disseminados nos chegaram cópias, embora estas pudessem ter sido numerosas, pois era a prática corriqueira no período reproduzir um mesmo pasquim inúmeras vezes, antes de afixá-lo. Copiavam-se também textos para uso privado, como atestam os cadernos de conteúdo miscelâneo, que foram apreendidos entre os pertences de alguns indiciados e que continham traduções de textos revolucionários franceses; nada obsta a que cópias de pasquins fossem introduzidas em cadernos nos quais eram assentados escritos da mais variada natureza (Moreira, 2011, p. 180).

Como nos aponta Moreira (2011), os pasquins que serviram de base para a abertura da primeira parte da *devassa* sobre a *Conspiração dos Alfaiates*, realizada por Avelar de Barbedo, e que estão disponíveis nos *autos* do processo, representam uma parte dos boletins que foram disseminados por Salvador em 12 de agosto de 1798. Assim sendo, é possível dizer que seu alcance pôde ter sido muito maior do que podemos imaginar, já que nem todos os manuscritos fixados nos diversos sítios da cidade foram apreendidos.

Segundo o pesquisador,

> O mapeamento da distribuição das folhas volantes, ocorrida em agosto de 1798, pôde ser obtido por meio da leitura dos inquéritos levados a termo

> sob responsabilidade do desembargador ouvidor-geral do crime, Manuel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo, em várias ocasiões, durante os anos de 1798 e 1799. Os nomes de alguns sítios em que os papéis foram achados estão citados nos autos da devassa da conspiração de 1798. Sabemos que pasquins foram vistos, lidos ou recolhidos, em vários pontos da cidade, por depoimentos de testemunhas que os viram, os leram ou ouviram dizer que foram vistos, lidos ou recolhidos por ordem de autoridades (Moreira, 2011, p. 199).

Pelo que observamos, os possíveis boletins que não se fizeram presentes no processo provavelmente foram lidos por diversos indivíduos da cidade, pois, como indicava as *Ordenações Filipinas*, no quinto livro, título LXXXIV, as missivas de maldizer e os pasquins deveriam ser destruídos por quaisquer pessoas que os encontrassem. Porém, o indivíduo precisaria reconhecer que um determinado documento se tratava de um texto difamatório ou de um boletim sedicioso e, para isso, precisaria lê-lo para conhecer seu conteúdo. Provavelmente, muitas cópias desses manuscritos foram destruídas por seus leitores, ou mesmo guardadas para serem mostradas a outros indivíduos. Um exemplo desse tipo de postura está evidente no depoimento de Antônio José Álvares de Azevedo, que aponta como encontrou um dos pasquins na cidade. Vejamos:

> [...] vira em huma esquina da Cabana da dita preta pregado hum pequeno papel com alguma escrita, vindo a ver o que era, achando que continha palavras sidiciozas, o arrancou, e entregou a hum criado do Illustrissimo, e Excelentissimo Governador e Capitão General".

Com base nesse testemunho, é notório que, para compreender o que tratava o manuscrito encontrado, o depoente teve de lê-lo, para depois tomar alguma atitude diante do que vira. Em vez de destruí-lo ou de guardar para si, a referida testemunha preferiu se dirigir às autoridades competentes para denunciar o que encontrara, entregando inicialmente o documento para um empregado do então Governador e Capitão Geral, para que ele pudesse ter conhecimento do que estava acontecendo.

Porém, diante desse depoimento, há, ainda, um elemento que merece destaque. O pasquim encontrado por ele estava fixado num pequeno ambiente comercial cuja propriedade era de uma mulher provavelmente africana. Esse fato pode ser mais um indício de que a escrita faria parte do universo da população não branca, pelo menos nas zonas urbanas. Isso porque, se avaliarmos, primeiramente, a sua ocupação, é possível apontar que a mesma poderia ter uma relação, mesmo que ínfima, com a leitura, a escrita e a contagem, devido à própria lógica

comercial em que vivia. Uma outra questão é que esse mesmo lugar poderia servir como local de propagação de notícias da cidade, fato que pode revelar que este seria muito frequentado por diversos indivíduos, de várias classes sociais. Isso pode indicar que a cultura escrita poderia fazer parte do cotidiano dessa africana, não somente por causa de sua ocupação profissional, mas também por ser este um lugar de muitos transeuntes, inclusive os que estavam envolvidos no movimento conspiratório em questão, e que difundiam suas propostas filosóficas através de conversas e de empréstimos de livros e de manuscritos.

Contudo, a ocupação profissional dessa mulher não necessariamente demarca que ela estaria imersa diretamente no universo da escrita, já que, como nos aponta Petrucci (1978), quando expõe o caso de Madallena, proprietária de uma taberna em Roma no século XVI, apesar de ter uma relação com produtos escritos, esta seria analfabeta, tendo seus registros feitos por outros sujeitos de seu convívio, ou mesmo pelos seus clientes, quando adquiriam algum produto. Porém, é preciso apontar que, mesmo não sabendo ler ou escrever, a escrita era uma prática do cotidiano de Madallena, e, talvez, em algum momento, a convivência diária com esse universo despertou seu interesse em, pelo menos, aprender a ler, para entender os registros realizados em seu livreto. Entretanto, é preciso dizer que esta é apenas uma interpretação, que, apesar de não haver fatos concretos, é possível para nós.

Retornando-nos para a questão dos boletins, aberta a *devassa*, os notários recolheram os pasquins, muitos deles entregues por sujeitos que os encontraram pela cidade, e os arrolaram como provas materiais da investigação. Com base no que observamos, foram treze os documentos coletados, alocados no maço 581, que guarda os originais da *Revolução dos Alfaiates*, e que está sob guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia. Destes, doze estão explicitados aqui. cujas transcrições[9] foram realizadas por Moreira (2011, p. 181-190). Vejamos:

9 Os critérios de transcrição dos boletins sediciosos, editados por Marcelo Moreira, estão disponíveis na já referida obra *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*, publicada em 2011, pela EDUSP.

Lit. A [fl. 372]

Avizo

Animais-vos Povo Bahiense que está pa-
ra chegar o tempo felis da nossa liberdade: o tempo
em que todos seremos irmaons: o tempo em que todos
seremos iguaes: sabei que já seguem o partido da Li-
berdade os seguintes:

Officiais de linha	34
Officiais de Milicias	54
Homens graduados em postos e cargos	II
Inferiores de Linha	46
Soldados de Linha	I07
Soldados de Milicias	39
Homens graduados em Letras	I3
Homens do Cómum	20
Homens do Comercio	8
Frades Bentos	8
Franciscanos	I4
Barbadinos	3
Therezos	I4
Clerigos	48
Familiares do Santo officio	8
Soma tudo	676

Aqui-

[fl. 372v]

Aqui não sefas menção dos não conhecidos,
porem sim daqueles que igualmente se commu-
nicão por consequencia da liberdade.

O povo Bahiense.

[fl. 373]

Quer o Povo que sefaça nesta Cidade
E seu termo a sua memoravel revolução, e que os
Soldados perseba 200 reis de soldo cada dia.

Povo.

[fl. 374]

3º

Avizo ao Povo Bahiense.
Ó vos Homens Cidadaons; Ó vós Povos curvados, e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros.
Ó vos Povo que nacesteis para sereis livres, e para gozares dos bons efeitos da liberdade, ó vos Povos que viveis flagelados com o pléno poder do Indigno coroado, esse mesmo rei que vós creasteis; esse mesmo rei tirano hè quem sefirma no trono para vos veixar, para vos roubar, e para vos maltratar.
Homens, o tempo hé xegado para vossa ressurreição; sim para ressucitareis do abismo da escravidão, para levantareis a sagrada Bandeira da liberdade.
A liberdade consiste no estado felis, no estado livre do abatimento: a liberdade hè a doçura da vida, o descanço do homem com igual parallélo de huns para outros, finalmente a liberdade hè o repouso, e bem aventurança do mundo.
A França está cada ves mais exaltada, a Alemanha já lhedobrou o juelho, Castela aspira a sua aliança, Roma já vive aneixa, o Pontifice já esta abandonado, e desterrado: o rei da Prucia està prezo pelo seu proprio povo: as nascoens do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a liberdade hè agradavel para todos: hé tempo povo, povo o tempo hè xegado para vós defendereis a vossa liberdade: o dia da nossa revolução; da nossa liberdade e da nossa felicidade està para chegar, animaivos, que sereis felis

fs

4º

[fl. 375]

Prélo

O Povo Bahiense, e Republicano ordena, manda e quer que seja feita nesta Cidade e seu termo para o futuro a sua memoravel revolução; portanto manda que seja punido com morte natural para sempre todo aquele e qualquer Sacerdote que pulpito, confissionario, exortação, por qualquer forma, modo, maneiras persuadir aos

ignorantes, e fanaticos com – o com que for contrario a liberdade e bem do Povo: manda o Povo que o Sacerdote que conocrrer para a dita revolução seja reputado concidadão como condigno: os Deputados frequentarão todos os actos da igreja para que seja tomado inteiro conhecimento dos delinquentes: assim se entenda alias...
Note-se

Que cada Soldado
terà de soldo 200 reis
cada dia.

Sobscripto.
Deve ser publicado a prezente que fica notada no
Livro das Dietas f. I8. Cap. 2I. Parag. 3.
Nº I0.

Republicanos
676
que são
392 Entes
Vivas

Do Povo Bahiense em con
sulta dos Deputados e Representantes

5º [fl. 376]

O Povo Bahiense Republicano ordena,
manda e quer que para o futuro seja feita a sua dignissima revolução nesta Cidade e seu termo; portanto manda que seja punido com pena de morte natural para sempre todo aquele e qualquer padre que no pulpito, conficionario, exortação por qualquer modo, forma maneira persuadir aos ignorantes, e fanaticos
o contrario da liberdade e bem do Povo; outrosim o Padre
que concorrer para a fruição da dita revolução, e liberdade será reputado condigno concidadão: quer o Povo que cada soldado perseba 200 reis de soldo por cada dia; o exposto seja en
tendido alias. Os Deputados fre
quentarão os actos da Igreja para tomar conhecimento dos delinquentes.

Do Povo Nº 676.
Entes da Liberdade
Sobscripto

Deve ser publicada a prezente que fica notada no
Livro das Dietas f 2I Cap. 26 parag. 8.
Nº I2

Republicanos
676
Do Povo Bahiense em
Consulta dos Deputados, e
Representantes que são 392 Entes
Vivas
Nº 6 Avizo ao Povo [fl. 377]

O Povo Bahiense Republicano para o futuro pertende, manda, e quer que seja feita para o futuro a sua revolução nesta Cidade e seu termo para o que faz que seja siente o Comercio desta Cidade outrosim ordena que qualquer comissario, mercador, mascates; lavradores de mandiocas fabricantes de açucar, tabacos hajão de ter todo o direito soubre as suas fazendas com auxilio do Povo, segundo o plano, e boa ordem que para esse fim setem pensado alem do socorro de fora.
Para o dito efeito setomarão as medidas, tudo a bem do Povo, prinsipalmente aumento do comercio, e lavradores: os taverneiros tambem serão contemplados na boa *
Aquele qualquer que seja que recuzar será morto e logo
Sefará sequestro dos seus bens, e a respeito dos descendentes dos que forem tiranos, e falços ao estado revolucionario a seu tempo se haverá respeito.
Assim seja entendido aliás...
Do Povo Bahiense Republicano em
Consulta dos Deputados.

7º Prelo [fl. 378]

O Povo Bahiense Republicano ordena
manda e quer que seja feita para o futuro a sua digna, e memoravel revolução nesta Cidade e seu termo, portanto manda que seja punido com morte natural para sempre todo aquele e qualquer sacerdote que pulpito, conficionario, exortação, conversação, modo, forma, maneiras persuadir aos ignorantes, e fanaticos com – o com que for nocivo, e inutil a liber-

dade, e bem comúm do Povo, manda o Povo, que o sacerdote que concorrer para a dita revolução seja tratado como concidadão: os Deputados da liberdade frequentarão todos os actos da igreja para tomar conhecimento do exposto, mormente dos delinquentes. Assim se entenda aliás...

Note-se
Que o soldado terá
200 reis de soldo por ca-
da dia.
O Povo Nº 676.
Entes da liberdade
Sobscripto

Deve ser a prezente publicada que fica notada no
Livro das Dietas f. 17 Cap. 19 par. 20

Do Povo Bahienense em consulta dos Deputa-
Dos e Reprezentantes que são 392 Entes.
Vivas

8º [fl. 379]

O Povo Bahinense, e Republicano ordena manda
e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo
a sua memoral revolução, portanto manda que seja pu-
nido com pena de morte natural para sempre todo e qual
quer Padre que no Pulpito, confessionario, exortação, conver
sação, por qualquer modo, forma, e maneira seatrever a per-
suadir aos ignorantes, e fanaticos com – o com que for contra
a liberdade, igualdade, e fraternidade do Povo: outrosim manda
o Povo que seja reputado concidadão aquele Padre que tra-
balhar para o fim da liberdade Popular.
Quer que cada hu[m] soldado tenhade soldo dous
Tostões cada dia de soldo.
Os Deputados da liberdade frequentarão todos
as actos da igreja para que seja tomado inteiro co-
nhecimento dos delinquentes: assim seja entendido
aliás...

O Povo Nº 676
Entes da liberdade

Sobscripto

Deve ser publicada a prezente que fica notada no
Livro das Dietas f. 21 Cap. 30. Parag. 8 Nº 14
Republicanos 676.

Do Povo Bahinense em consulta dos
Deputados, e Representantes que são 392 Entes
Vivas

9º Avizo ao Clero, e ao Povo Bahienen- [Fl. 380]
Se indouto.

O Poderozo, e Magnifico Povo Bahienense
Republicano desta Cidade da Bahia Republicana
Considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os titulos de imposturas, tributos, e direitos que são celebrados
por ordem da Rainha de Lisbooa, e no que respeita a inutilidade
da escravidão do mesmo Povo tão sagrado, e Digno de ser
livre; com respeito a liberdade, igualdade ordena, manda, e quer que
para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a rua revolução
para que seja exterminado para sempre o pesimo jugo reinavel da Europa, segundo os juramentos celebrados por trezentos
noventa e dous Dignissimos Deputados Reprezentantes da
Nação em consulta individual de duzentos oitenta e Quatro Entes que adoptão a total liberdade Nacional, contida no geral receptaculo de seiscentos setenta e seis homens segundo o
prelo acima referido. Portanto faz saber, e dà ao prelo que seaxão as medidas tomadas para socorro Estrangeiro, e progresso
do Comercio de Açucar, Tabaco, e pau brazil, e todos os mais
generos do negocio, e mais viveres; comtanto que aqui virão
todos os Estrangeiros tendo porto aberto, mormente a Nação Franceza: outrosim manda o Povo que seja punido com pena vil
para sempre todo aquele Padre regular, e não regular que no pulpito, conficionario, exortação, conversação por qualquer forma,
modo, e maneira persuadir aos ignorantes, fanaticos, e
ipocritas; dizendo, que hè inutil a liberdade Popular: tambem
será castigado todo aquele homem que caher na culpa dita não há
vendo izenção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que
to-

[fl. 380v]

todo que todos os Membros militares de linha, milícias,
e ordenanças; homens brancos, pardos, e pretos concorrão
para a liberdade Popular: manda o Povo que cada h[um] soldado

perseba de soldo dous tostoens cada dia, alem das suas
vantagens que terão relevantes. Os oficiais terão aumento
de Posto, e soldo, segundo as Diétas: cada h[um] indagará
quaes sejão os tiranos opostos a liberdade, e estado livre do povo
para ser notado: cada h[um] Deputado exercerá os actos da
Igreja para notar qual seja o sacerdote contrario a liberdade
O Povo será sugeito as leys do novo codigo, e reformado
formulario: será maldito da sociedade Nacional todo
aquele ou aquela que for inconfidente a liberdade coerente ao homem,
e mais agravante terá a culpa havendo dolo eclesias-
tico: assim seja entendido aliás...
O Povo

Sobscripto

Deve ser publicada para não haver ignorancia
Fica notado a prezente no livro das Liétas folha. 12
Capítulo. 3. Paragrafo 1º

Do Povo Bahinense em consulta
Dos Deputados Representantes que
São 392 Entes.
Vivas

10º [Fol. 381]

O Povo Bahinense Republicano ordena
manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu
termo a sua muito memoravel revolução: Portanto
invoca a toudos aqueles que donde parante quem cada hum
em particular assim militares, homens pardos, e gentes
sejão constantes ao bem comum da liberdade igual-
dade; outrosim quer o Povo que cada h[um] soldado tenha
de soldo dous tostões porcada dia alem das suas van-
tagens, que serão relevantes, os oficiaes terão avanço
segundo as Dietas.
Cada h[um] soldado hè Cidadão mormente os
homens pardos, e pretos que vivem encornados, e abando-
nados, todos serão iguaes, não haverá diferença; só há-
vera liberdade, igualdade, e fraternidade, aquele que seopoder a liberdade
Popular será enforcado, sem mais apelação: assim
Seja entendido aliás...
breve teremos socorro Estran-
geiro.

Do Povo.

[Fol. 382]

Copia das duas Cartas, que
no dia 22. Do mesmo mês forão acha-
das no Convento dos Carmelitas Descal-
sos.
11º

Prescrição do Povo
Bahinense
O Povo
Reverendissimo em Christo Padre Prior dos Carme-
Litas Descalços; e para o futuro Gerál em chefe
da Igreja Bahienense; segundo a secção de Plebisci-
to de 19 do corrente, quer, manda o Povo que seja fei-
ta a sua revolução nesta Cidade por consequencia
de ser exaltada a bandeira da igualdade, liberdade, e fra-
ternidade Popular, portanto manda que todo o Sacerdote re
gular, e Irregular assim oapróve e o entenda aliás...
Vive et vale Bahia Republicana 20 de Agosto
De 1798.

Anonimos Republicanos

Sobscripto
Reverendissimo em Christo Padre Prior dos Car-
Melitas. Descalços

12º [Fol. 383]

Prescripção do Povo
Bahiensense
O Povo
Illustrissimo Excelentissimo Senhor

O Povo Bahienense, Republicano na
Secção de 19 do prezente mês houve por bem eleger;
e com efeito ordenar que seja Vossa Excelência invocado compati-
velmente como cidadão Presidente do Supremo
Tribunal da Democracia Bahienense para as
funçoens da futura revolução, que segundo o Plebiscito
sedará principio no dia 28. Do presente pelas
duas horas das manhã conforme o * do Povo:
Espera o Povo que Vossa Excelência haja por bem o exposto.

Vive et vale Bahia Republicana 20 de
Agosto de 1798.

Anonimos Republicanos

Sobscripto
Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General
Segredo, segredo, segredo.

Diante das transcrições dos boletins sediciosos, podemos observar, de forma clara, o teor filosófico da sedição baiana, já que as premissas de igualdade, fraternidade e liberdade são reiteradas diversas vezes. Além disso, a própria ideia de república, evocada por vários momentos, instituída pela figura do "povo bahinense", não deixa dúvida de que as "luzes" francesas eram o escopo desses sujeitos insurgentes.

Assim sendo, reconhecida a questão de conspiração, após instalada a devassa, deu-se a abertura das investigações, com o intuito de descobrir quem teria sido o autor dos pasquins encontrados. Como consequência disso, Domingos da Silva Lisboa tornou-se inicialmente o principal suspeito das autoridades administrativas e judiciais da época, sendo acusado porque algumas de suas palavras e seu modo atrevido de falar serem bastante semelhantes com o que constava nos boletins arrolados no processo.

Segundo Moreira (2011, p. 215),

> Embora não se transcrevam nos autos as palavras escandalosas que teriam motivado as autoridades administrativas e judiciais da Colônia a suspeitar da fidelidade de Domingos da Silva Lisboa à Coroa portuguesa, é óbvio que não poderiam deixar de ser palavras que criticavam a ordem política vigente. O suspeito não se comportou com o decoro esperado de um fiel vassalo da rainha de Lisboa, em uma época, os anos pós-revolucionários, em que a conservação das monarquias se torna umas das questões centrais do pensamento europeu, cujos antecedentes ibéricos podem ser traçados, contudo, até o *Siglo de Oro*. As palavras de Domingos da Silva Lisboa questionariam a validade das representações legítimas do mundo social e, ao questioná-la, colocariam em discussão o próprio monopólio das representações legítimas do mundo social e a ordem de classificações por ele proposta. Os escritos revolucionários apreendidos com os sediciosos não se inseriam na tradição de escritos políticos de cunho monarquista representada pelos *specula principium* e pelo gênero designado de 'conservação de

> monarquias'. Não é apenas à criação de uma nova ordem política, é também à subversão de uma tradição de produção de representações legítimas do mundo social, que legitimam a antiga ordem política, que se visa com a escrita e o discurso revolucionário.

Dessa maneira, é possível observar que a postura de Domingos da Silva Lisboa já deveria ser conhecida pelos investigadores da época, pois prontamente relacionaram o que foi manuscrito nos boletins com as falas corriqueiras do acusado. Sendo assim, após ser preso, o desembargador ouvidor-geral do crime impetrou uma ordem de busca e apreensão na residência do possível suspeito. Segundo Moreira (2011, p. 215), "o que se esperava era o encontro, durante a operação, de mais pasquins, semelhantes àqueles que foram lançados no interior de igrejas e afixados em edifícios públicos e logradouros públicos da cidade da Bahia". Contudo, o que se buscava inicialmente não foi encontrado, porque "papeis de francesia" foram localizados, e passaram a comprometer o referido acusado. Porém, tais papeis poderiam não ser necessariamente de sua autoria e, por isso, durante os interrogatórios, as autoridades se dedicaram a fazer com que o acusado se declarasse culpado, mas, apesar disso, em todo momento, Domingos da Silva Lisboa se declarou inocente.

Em relação aos manuscritos de "francesia" encontrados e apreendidos, temos a seguinte descrição dos *autos*:

> [...] huma oração feita aos Estados Geraes em o anno de mil setecentos oitenta e nove, que principia = O Orador dos Estados Geraes = Outros papeis em que Contem varias desimas feitas a igualdade e Liberdade, e quatro quadernos diversos digo quadernos discursos ante Religiozos, e quinse petiçoens feitas em nomes de varias pessoas.

Diante de tais papeis, o corpo investigativo, após a análise da grafia dos pasquins e dos achados na residência de Domingos da Silva Lisboa, concluiu que o discurso forense utilizado pelo mesmo e sua grafia eram intimamente próximos e poderiam indicar que seriam do mesmo indivíduo, contudo, mesmo com a conclusão do corpo investigativo de que ele seria o culpado das acusações, continuou a se declarar inocente.

Um outro acusado de escrever os pasquins foi Luís Gonzaga das Virgens, preso em 23 de agosto de 1798. Em interrogatório, declarando-se inocente do referido crime para desembargador ouvidor-geral do crime, disse também que não tinha conhecimento de quem os fizera. Contudo, como nos indica Marcello Moreira (2011), ele possuía manuscritos de francesia que foram copiados

por outro indivíduo, Tomás Pereira da Fonseca, um homem que vivia de escrever na Colônia. Este último, recebendo vencimentos para tal, escrevia ou copiava quaisquer que fossem os documentos solicitados. Pelo que percebemos, além de Tomás Pereira da Fonseca, Luís Gonzaga das Virgens também contratou os serviços de outros indivíduos que viviam da escrita, como é o caso do pardo Domingos Nogueira, incumbido de passar a limpo o rascunho de alguns requerimentos que estavam em sua posse.

Segundo Moreira (2011, p. 267-268),

> Entre os papéis sediciosos apreendidos em casa de Luís Gonzaga das Virgens, durante a varejadura pela qual passara, constavam uma cópia do *Orador dos Estados Gerais*, um manuscrito intitulado *França Convenção Nacional* e um *Aviso ao Publico*, curiosamente datado de "Petersburg".
>
> Entre os seus manuscritos há ainda um trecho do livro de Volnay *Les Ruines ou Méditation sur les Révolutions des Empire*, que Tavares identificou como tendo sido extraído do capítulo XXII intitulado "*Origem da Ideia de Deus*", e dois cadernos que têm por título: o primeiro, *Paraíso Perdido*; o segundo, *Vários Assentos para Lembrança e Muitas Orações Devotas*. Há ainda outro caderno intitulado *Series Temporaes, Reflectivas, e Noticiozas*.

Diante das provas obtidas, o outro acusado acabou por ser indiciado, juntamente com Domingos da Silva Lisboa, como provável autor dos boletins sediciosos, já que tinha diversos manuscritos com as mesmas temáticas tratadas nos pasquins fixados na cidade. Dessa forma, sendo declarado culpado, aguardou a definição de sua sentença preso nas cadeias da cidade.

Por causa dessa investigação, outros sujeitos também acabaram na malha da justiça da época. Um outro caso foi o de Luís Pires, acusado de também possuir "papeis de francesia". Em sua residência, foi encontrado um caderno que, segundo ele, lhe fora dado pelo tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja, traduzido pelo próprio tenente e pelo padre Francisco Agostinho Gomes.

Segundo Moreira (2011, p. 279),

> [...] a prática de traduzir escritos estrangeiros para o português parece ter sido atividade corriqueira na cidade da Bahia, em fins do século XVIII. Já vimos que outros escritos foram traduzidos para o português e circulavam em manuscritos entre os participantes do movimento sedicioso, assim como entre aqueles que com ele simpatizavam. Conquanto a maioria dos escritos revolucionários traduzidos na cidade da Bahia seja de origem

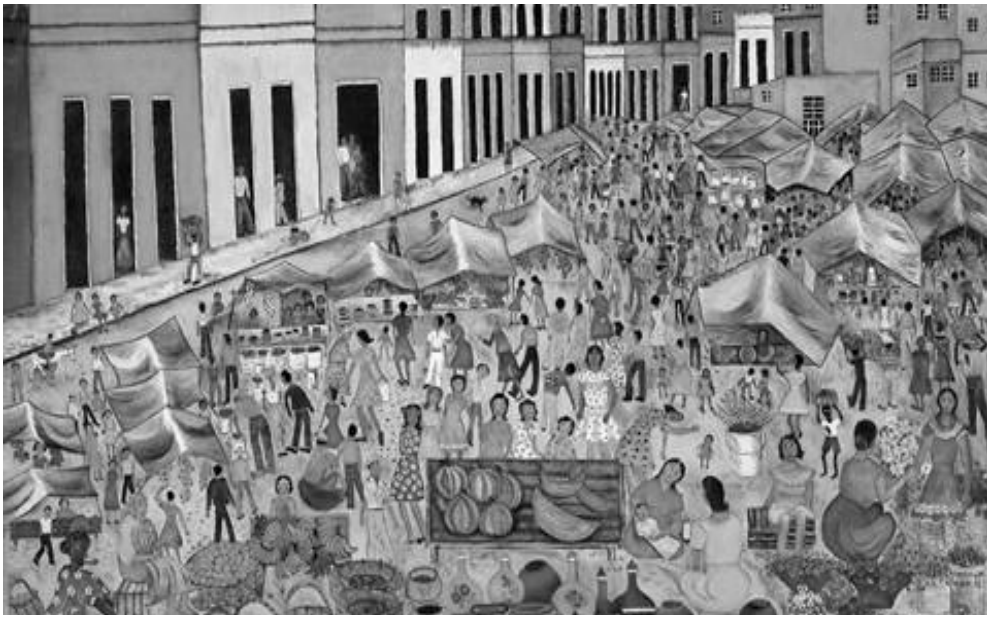
francesa, há também escritos ingleses traduzidos para o português, em fins do século XVIII, embora possa dar-se o fato de restar-nos apenas o título da obra traduzida, como é o caso do *Paradise Lost*, de Milton, devidamente registrado nos cadernos de Luís Gonzaga das Virgens.

Como visto para os acusados já referidos, foram encontrados, também, com o Tenente Aguilar Pantoja manuscritos com traduções em língua portuguesa de Rousseau, além da tradução de *Essais General de tactique, Tome premier*, obra atribuída a Monsieur Guibert. Ou seja, mais uma vez, um indivíduo suspeito, citado no processo, quando se torna alvo de uma busca e apreensão de provas, passa ser acusado de conspiração por possuir manuscritos traduzidos com indícios de "francesia".

Diante de tais elementos, que retratam algumas das apreensões realizadas pelos *autos da devassa da Conspiração Alfaiates*, é possível perceber como a escrita circulou de forma intensa no contexto dessa insurreição, pois seus participantes não somente liam, copiavam ou traduziam textos proibidos pela Coroa, que vinham contrabandeados para o Brasil, mas também os faziam circular entre os seus correligionários, para que as "luzes" pudessem alcançar o maior número de indivíduos. Os responsáveis por esse movimento precisavam angariar mais sujeitos para dar cabo de uma revolução republicana e, para isso, precisariam fazer circular os ideais franceses e, pelo que vimos, uma das principais formas de se fazer isso era divulgar as proposições iluministas que estavam circulando na Europa e na América do Norte.

Dessa forma, a fixação dos pasquins sediciosos em várias partes da cidade, em pontos estratégicos com muita circulação de indivíduos, poderia ter sido uma maneira bastante profícua, pois alcançaria um grande número de pessoas, porém, como vimos, essa investida não se concretizou, pois as autoridades, como era de se esperar, acabaram tomando conhecimento do fato. Uma outra forma de compor o movimento seria fazer com que aqueles que aderissem à causa se aprofundassem nas questões filosóficas iluministas e, para isso, emprestava-se livros, ou se encomendava traduções dos mesmos, caso estivessem escritos em francês ou inglês, por exemplo, para aqueles que não saberiam ler em outra língua. Dessa maneira, os insurgentes faziam com que a escrita circulasse de forma bastante produtiva em meio à essa sedição, contribuindo, inclusive, com a inserção no universo cultural da escrita de muitos sujeitos que não saberiam ler ou escrever, incentivando sua alfabetização.

Fotografias da escrita sediciosa do Brasil de finais do período colonial: uma análise comparativa das insurreições coloniais da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro



Fonte: Irene Medeiros (1980)

Diante do que foi visto até aqui, quando descrevemos e analisamos a distribuição social da escrita nas conjunturas da *Inconfidência Mineira*, da *Revolta dos Letrados* e da *Conspiração dos Alfaiates*, foi possível observar a sua forte presença, pelo menos em relação ao universo compósito da assinatura, entre os insurgentes, pois os números computados, como vimos, mostram que a grande maioria destes, em todas as três esferas, firmaram seus depoimentos após testemunharem nos *autos* processuais analisados. Sendo assim, levando-se em consideração que tais movimentos se constituíram no último quartel do século XVIII e que, pelo menos indiretamente, estão relacionados, pois tais insurreições têm um mesmo pano de fundo – a crítica sobre a dominação político-econômica portuguesa sobre o Brasil –, consideramos que, respeitadas as diferenças, há que se falar das aproximações entre elas.

Para dar cabo a isso, primeiramente, faremos uma análise da representatividade de nossas amostras, com base nas estimativas demográficas propostas para o período, com o intuito de demonstrar que não estamos propondo índices de alfabetismo para as três localidades em que se organizaram tais sedições, mas, sim, uma investigação que possa descrever como estava distribuída a escrita em tais conjunturas, pontuando especificamente a atmosfera que estas podem ter criado para que pudéssemos encontrar, nos *processos devassatórios*, altos números de assinantes, de variados perfis sociais. Dessa maneira, a partir disso, estabeleceremos algumas proposições que podem explicar esse fenômeno.

As análises comparativas que serão realizadas se pautarão nos números percentuais encontrados para as variáveis que foram observadas para todas as três insurreições, pois, em alguns casos específicos, houve variáveis que foram atestadas em um universo e não em outro, como ocorreu com a *Conspiração dos Alfaiates*, quando analisamos a distribuição da escrita a partir dos logradouros dos indivíduos processados na cidade de Salvador. Como sabemos, a primeira capital do Brasil, em finais do século XVIII, era uma cidade cuja configuração das freguesias estava relativamente estável há algumas décadas, pois, devido à mudança do ciclo econômico – que se direcionou para as Minas Gerais –, o crescimento populacional, e consequentemente urbano, diminuiu drasticamente. Consideramos que tal dado nos forneceria elementos que poderiam indicar se ser residente nas zonas centrais ou periféricas da cidade era um fator preponderante para compreender como estava distribuída a escrita no universo dessa sedição. De forma diferente, as Gerais e o Rio de Janeiro eram alvo de intenso fluxo migratório, tanto interno, quanto externo, pois a primeira localidade correspondia ao principal núcleo econômico da época e a segunda era a recém intitulada capital da colônia, realidades estas que desfavoreceram uma avaliação dos logradouros dos homens e mulheres insurgentes nessas áreas.

Desse modo, elencaremos as variáveis *sexo*, *cor*, *estatuto civil*, *estatuto social*, *repartição sócio-ocupacional* e *origem* como referenciais de nossa análise comparativa, levando em consideração tanto os dados sobre os assinantes, quanto os de não assinantes. Vejamos.

1 Aspectos demográficos de finais do período colonial do Brasil

O primeiro recenseamento geral do Brasil foi realizado no último quartel do século XIX, mais precisamente em 1872, e inaugurou as investidas censitárias em nosso território, pois, anteriormente a este, não houve nenhum levantamento efetivamente oficial sobre o quantitativo e o perfil dos indivíduos que

compunham a população do país. Antes disso, desde o período colonial até anos antes à publicação de nosso primeiro censo, algumas estimativas populacionais foram realizadas, contudo, nenhuma delas formatou-se como um cômputo amplo, robusto e metodologicamente efetivado, que pudesse ser concebido como um censo efetivamente oficial.

A fase que antecede o ano de 1872, no que se refere ao levantamento populacional do Brasil, é conhecida como pré-censitária, e é marcada, até a primeira metade do século XVIII, por estimativas rudimentares, segundo Botelho e Paiva (2008). A partir da segunda metade desse século, é possível observar o interesse dos governos em contar a população, pois estes visavam a um maior controle na recolha de impostos e o recrutamento militar de homens para, fundamentalmente, defender os domínios territoriais que poderiam estar ameaçados. Sendo assim, foi em 1776 que houve a primeira investida mais abrangente na contagem da população da colônia, e, a partir desse ano, variados levantamentos foram feitos. Para o cômputo dos indivíduos que aqui habitam, eram os capitães municipais e os vigários paroquiais os responsáveis por fornecer os números levantados para a administração das Capitanias, através da elaboração de tabelas que sistematizam os números recolhidos sobre a população local. Porém, tais tabelas não apresentavam os dados reais daquelas localidades, pois a população temia o recrutamento militar e a repressão ao não pagamento dos impostos cobrados. Dessa maneira, é possível avaliar que, ante de 1872, os arrolamentos populacionais feitos eram obtidos conjecturalmente, principalmente porque muitas regiões não eram de fácil acesso, havendo, inclusive, muitas tribos indígenas que ainda não tinham sido integradas ao sistema colonial, além da própria amplitude do território, que dificultava um cômputo seguro para o estabelecimento de tais estimativas.

Para atender aos pedidos da Coroa portuguesa sobre o cômputo populacional da Colônia, muitos indivíduos, conhecedores de certas localidades mais afastadas, que não possuíam registros paroquiais e/ou administrativos substanciais para fornecer dados numéricos mais reais, forneciam números com base em suposições impressionísticas. Dessa forma, até o primeiro censo oficial realizado no Brasil, as informações propostas pelos primeiros levantamentos populacionais eram obtidas de forma assistemática e indireta, pois não havia nenhum recurso metodológico adequado para este fim, apresentando resultados deduzidos e/ou estimados, com base em números parciais colhidos em diversas fontes, como documentos da Igreja, da administração real, de pesquisadores e / ou registros de viajantes para os períodos mensurados.

Diante dessa realidade, os números obtidos para períodos anteriores a 1872 representam levantamentos estimados que, apesar de não nos fornecerem dados concretos sobre a população colonial e imperial, podem nos aproximar,

de forma indiciária, do quantitativo populacional do Brasil de fases que antecedem a segunda metade do século XIX. Sendo assim, como já anunciado, iremos nos debruçar sobre estimativas que tratem do período correspondente às manifestações das insurreições da Bahia (1798), de Minas Gerais (1789) e do Rio de Janeiro (1794), as quais foram organizadas e, também, desarticuladas em finais do século XVIII.

O primeiro levantamento aqui abordado será o de Félix de Contreiras Rodrigues (1884-1960). Originário de Bagé, Rio Grande do Sul, este, além de escritor e advogado, interessou-se em levantar dados censitários para o período colonial brasileiro, estimando que a população da colônia era composta, levando em consideração a cor e o ano computado, da seguinte maneira:

Tabela 1 – Estimativa populacional da Colônia (Félix Contreiras Rodrigues)

Cor/Ano	1600	1660	1798
Brancos	30.000 (30%)	-	1.010.000 (31%)
Brancos e índios livres	-	74.000 (40%)	-
Mestiço, negro, índio	70.000 (70%)	-	-
Escravos	-	110.000 (60%)	-
Índios	-	-	252.000 (8%)
Libertos	-	-	406.000 (12%)
Pardos escravos	-	-	221.000 (7%)
Negros escravos	-	-	1.361.000 (42%)
Total	**100.000 (100%)**	**184.000 (100%)**	**3.250.000 (100%)**

Fonte: Félix Contreiras Rodrigues[10]

Diante desse quadro, segundo Félix Rodrigues, é possível dizer que, em finais do século XVIII, a população brasileira estava estimada em 3.250.000 indivíduos, distribuídos em 42% de negros escravizados, 7% de pardos escravizados, 12% de indivíduos alforriados, 8% de indígenas e 31% de brancos. Apesar de a apresentação dos dados não estar claramente explicada, quando comparamos os séculos – pois, para determinados momentos, todos os escravizados são acoplados numa mesma dimensão, mas posteriormente aparecem demarcados por cores diferentes, como também há a junção de brancos e índios livres numa mesma categoria, aparecendo num outro plano separados –, é possível identificar a heterogeneidade da população brasileira em 1798, cuja composição demarca indivíduos escravizados de matizes étnicas diferentes, como a categoria dos *pardos* – muito importante para a análise de nossos dados –, além da presença indígena,

10 Cf. sítio eletrônico: www.felixcrodrigues.com.br. Acesso em 29 de maio de 2017.

que já é visivelmente ínfima em comparação com os outros números apresentados. Para mais, como é possível notar, o quantitativo de libertos é muito pequeno quando avaliamos o número total de escravizados apresentados, representando, talvez, uma categoria que vinha se formando recentemente. O número de brancos é bastante significativo para esse período, pois estes são um terço da população total da colônia, dado este que pode ser explicado pela intensa imigração portuguesa devido ao extrativismo do ouro nas Minas Gerais, que começara a ocorrer efetivamente no início deste mesmo século.

Uma outra estimativa é a de Thomas Ewbank[11] (1792-1870). Este era um inglês que, em 1845, veio ao Brasil, com o intuito de observar suas comunidades indígenas. A partir de suas observações, realizadas durante suas viagens pelo território brasileiro, Ewbank apresenta a seguinte estimativa da população brasileira:

Tabela 2 – Estimativa populacional da Colônia (Thomas Ewbank)

Ano	1766	1798	1819
Total	**1.500.000**	**3.000.000**	**4.396.000**

Fonte: Thomas Ewbank (1845)

Como é possível notar, em 1798, segundo ele, a população do Brasil era composta por aproximadamente 3.000.000 de indivíduos. Esse número aproxima-se do que foi apresentado por Rodrigues, contudo, não nos fornece maiores detalhes sobre a composição étnica dos homens e mulheres que aqui residiam.

Um outro levantamento é o de Giorgio Mortara[12]. Este pode ser classificado como um especialista em trabalhos censitários, pois, envolvendo-se no recenseamento brasileiro de 1940, criou a tábua de fecundidade, levando em consideração proporções e cálculos de probabilidade, os quais favoreceram o cálculo estimado do número médio de filhos de uma mulher após esta ter o seu primogênito. Essa contribuição fez com que, no ano de 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicasse uma homenagem a ele, intitulada *Giorgio Mortara: Ampliando os Horizontes da Demografia Brasileira*. Ele, com base em suas investigações, estimou a população brasileira, de forma sistemática, de 10 em 10 anos, abarcando 100 anos consecutivos, não deixando de lado o recenseamento realizado em 1872. Vejamos:

11 Disponível em: http://www.academia.edu/511156/Thomas_Ewbank_um_viajante_norte-americano_no_Rio_de_Janeiro_imperial. Acesso em 29 de maio de 2017.

12 Disponível em: http://blig.ig.com.br/ebomsaber/2009/08/19/historia-do-recenseamento-brasileiro-o-legado-de-giorgio-mortara/. Acesso em 29 de maio de 2017.

Tabela 3 – Estimativa populacional da Colônia (Giorgio Mortara)

Ano	População
1770	2.502.000
1780	2.841.000
1790	3.225.000
1800	3.660.000
1810	4.155.000
1820	4.717.000
1830	5.354.000
1840	6.233.000
1850	7.256.000
1860	8.448.000
1870	9.834.000
1872	10.145.000

Fonte: Mortara (1940)

Como é possível observar, na última década do século XVIII, a população estava composta por aproximadamente 3.225.000 indivíduos, segundo Mortara. Ou seja, mais uma vez, os números aproximam-se quando comparamos esse resultado com o que nos propuseram Rodrigues e Ewbank.

Uma outra estimativa que foi possível identificar foi o levantamento de Alexander Von Humboldt (1769-1859). Considerado o fundador da geografia moderna, o alemão realizou diversas viagens de cunho científico, participando, inclusive, de uma expedição latino-americana que durou aproximadamente cinco anos. Nesta, com base no que pôde observar, estimou a população brasileira, em finais do século XVIII, em aproximadamente 3.650.000 indivíduos. Vejamos:

Tabela 4 – Estimativa populacional da Colônia (Alexander Von Humboldt)

Ano/ Cor	Brancos	Índios	Índios independentes	Negros	Mestiços	Total
1800	920.000 (25%)	260.000 (7%)	210.000 (6%)	1.960.000 (54%)	300.000 (8%)	3.650.000 (100%)

Fonte: Humboldt[13]

13 Disponível em: http://www.britannica.com/EBchecked/topic/276083/Alexander-von-Humboldt. Acesso em 29 de maio de 2017.

Segmentando seus dados em brancos, índios, índios independentes, negros e mestiços, Humboldt revela-nos que 54% da população eram formados por negros, 25% por brancos, 8% por mestiços, 7% por índios – provavelmente os que estavam integrados ao sistema colonial – e 6% de índios independentes, os quais estariam, ainda naquele momento, isolados das aglomerações coloniais e dos aldeamentos indígenas, que estavam, em finais do século XVIII, sob a chancela da administração real – diferentemente do que ocorria antes da reforma pombalina, quando os responsáveis pelos índios em catequização eram os jesuítas, expulsos em 1759.

Como é possível notar, em números gerais, os dados propostos pelo cientista alemão aproximam-se muito dos que foram apresentados por outras estimativas. Em relação à composição étnica, excetuando-se as diferentes classificações propostas por este e Félix Rodrigues, os números para a população negra, para a população mestiça, para a população branca e para a população indígena são relativamente similares, revelando-nos que, apesar do caráter estimativo, os dados apresentados podem nos dar um subsídio analítico para dizer que a população do Brasil era de maioria não branca, principalmente em se tratando de africanos e seus descendentes, apresentando somente uma pequena parcela de indígenas. Os brancos, como foi possível visualizar nas estimativas apresentadas, representam, em finais do século XVIII, aproximadamente um terço da população da colônia, tanto os imigrantes portugueses que vinham paulatinamente para o Brasil, quanto os que já nasceram por aqui, provavelmente sua maioria.

Mas como estariam distribuídos os aproximadamente 3.000.000 indivíduos da população brasileira nas capitanias que compunham a administração real da colônia?

Tarcísio Botelho e Clotilde Paiva[14] (2008), após uma análise das diversas estimativas propostas para o cômputo da população brasileira, propõem-nos a seguinte distribuição populacional da colônia, no ano de 1808:

14 BOTELHO, Tarcísio R e PAIVA, Clotilde Andrade. Políticas de população no Período Joanino. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, Minas Gerais, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

Tabela 5 – Estimativas da população por sexo e condição social, Brasil, 1808.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	104	26954	52.05	144	24831	47.95	**51785**
Rio de Janeiro	103	84534	46.12	168	98760	53.88	**183294**
Minas Gerais	98	235041	67.15	152	114959	32.85	**350000**
São Paulo	91	130813	75.52	124	42412	24.48	**173225**
Paraná	91	22215	81.73	101	4967	18.27	**27183**
Santa Catarina	93	29774	76.96	179	8913	23.04	**38687**
Rio Grande do Sul	106	60689	69.62	178	26478	30.38	**87167**
Espírito Santo	99	44950	64.01	115	25269	35.99	**70219**
Bahia	98	228388	67.98	148	107573	32.02	**335961**
Sergipe	101	61235	81.58	118	13826	18.42	**75061**
Alagoas	102	90438	77.96	143	25562	22.04	**116000**
Pernambuco	98	173035	70.84	148	71242	29.16	**244277**
Paraíba	99	74776	78.56	107	20406	21.44	**95182**
Rio Grande do Norte	100	41719	83.44	109	8281	16.56	**50000**
Ceará	96	135062	84.41	110	24938	15.59	**160000**
Piauí	111	47884	68.41	120	22116	31.59	**70000**
Maranhão	108	68082	56.73	124	51918	43.27	**120000**
Pará	88	54792	70.46	105	22972	29.54	**77764**
Amazonas	101	10836	59.42	96	7400	40.58	**18236**
Mato Grosso	90	14095	56.38	190	10905	43.62	**25000**
Goiás	85	35181	63.48	144	20241	36.52	**55422**
Brasil	98	1670492	68.90	141	753971	31.10	**2424463**

Fonte: Botelho e Clotilde Paiva (2008).

Apesar de os autores trabalharem com o período joanino, avaliando a composição da população brasileira a partir da chegada da família real em terras brasílicas, a diferença temporal entre este período e a última década do século XVIII não é um empecilho que poderia dificultar a utilização de tais dados. Levando em consideração os impactos que a recente presença da Corte trouxe para a população do Rio de Janeiro em 1808, é possível notar que os autores computam um número de 2.424.463 de indivíduos residentes no Brasil. Estes estão distribuídos, na proposta de Botelho e Paiva (2008), entre 1.670.492 indivíduos livres (68.9%) e 753.971 indivíduos (31.1%) escravizados. Segundo eles,

> Em 1808, com uma população estimada em 2,42 milhões de pessoas (total corrigido), o Brasil mantinha escravizados 31% dos seus habitantes. Todas as províncias tinham porções expressivas de cativos, nunca inferiores a 15% do total. Eram a Corte e as províncias próximas as detentoras de maiores parcelas escravizadas, mas também as províncias açucareiras de Pernambuco e Bahia eram grandes escravistas. Outros destaques eram o Rio Grande do Sul, o Piauí, o Maranhão, o Amazonas, o Mato Grosso e Goiás. As razões de sexo eram equilibradas entre os livres, exceto nas províncias do Rio Grande do Sul, Piauí e Maranhão, onde predominavam os homens, e nas províncias de Mato Grosso e Goiás, onde predominavam as mulheres. Também São Paulo, Paraná e Santa Catarina mostravam um predomínio feminino, embora menos acentuado. Com relação aos cativos, o forte desequilíbrio era a grande marca. Apenas no Paraná e no Amazonas havia um equilíbrio entre sexos, e no Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba havia um menor acento no predomínio masculino [...] (Botelho; Paiva, 2008, p. 13).

Tendo como principal fonte o inquérito ordenado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro dos Negócios da Guerra, proposto em 16 de março de 1808, com base nos parâmetros dos censos provinciais do período imperial, Botelho e Paiva (2008) estipulam uma realidade um pouco diferente da que foi apresentada por Félix Rodrigues, Thomas Ewbank, Alex Von Humboldt e Giorgio Mortara, em se tratando fundamentalmente dos números de indivíduos livres e escravizados. Se levarmos em conta os números totais, sem a segmentação do estatuto social, os números totais aproximam-se relativamente dos que foram propostos anteriormente, apesar da diferença de quase 1.000.000 de indivíduos entre esta e as outras propostas. Dessa maneira, como fica claro, as proposições estimadas, para o período anterior ao primeiro censo oficial do Brasil, por vezes, podem se aproximar muito ou ser bem diferentes, o que fará com que tais números sejam distintos será a metodologia de mensuração e as fontes avaliadas.

Contudo, se levarmos em conta os dados apresentados por Botelho e Paiva (2008), em termos gerais, teremos um espectro da realidade populacional das capitanias que compunham a colônia do Brasil. Levando em consideração os números das Capitanias da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, espaços onde se organizaram as insurreições que estão sendo investigadas neste livro, temos os seguintes dados:

- Rio de Janeiro: composto por aproximadamente 183.294 indivíduos;
- Bahia: composta por aproximadamente 335.961 indivíduos;
- Minas Gerais: composta por aproximadamente por 350.000 indivíduos.

Tais números revelam os dados gerais das capitanias, contudo, as insurreições aqui investigadas organizaram-se em zonas urbanas – contexto minoritário na época –, não abarcando a totalidade populacional da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Na realidade, essas sedições ocorreram na cidade de Salvador – atingindo alguns pontos do Recôncavo –, na cidade de Ouro Preto (também chamada de Vila Rica) – alcançando cidades e vilas próximas –, e na cidade do Rio de Janeiro. Levando em consideração alguns estudos sobre a realidade demográfica dessas localidades, temos os seguintes dados sobre o número de habitantes de cada contexto:

Tabela 6 – Estimativas populacionais de Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro em finais do século XVIII

Localidade	Número de indivíduos	Fonte
Salvador (1798)	40.860	Anna Amélia V. do Nascimento (2007).
Ouro Preto (1776)	78.618	Mendes Cunha (2007)
Rio de Janeiro (1799)	43.376	Manolo Florentino (2002)

Segundo Anna Amélia Vieira do Nascimento (2007), pode-se estimar, para o ano de 1798, que Salvador possuía 40.860 de habitantes. Em Ouro Preto, segundo Mendes Cunha (2007), a população era de 78.618 indivíduos em 1776. No Rio de Janeiro, segundo Manolo Florentino (2002), é possível computar, em 1799, 43.376 indivíduos. Como vemos, dos três contextos, é Ouro Preto que possui o maior contingente populacional urbano da época, tendo quase o dobro de indivíduos quando a comparamos a Salvador e ao Rio de Janeiro. Tal dado pode ser explicado pela realidade mineradora das Minas Gerais, que promove uma maior aglomeração em ambientes urbanos, diferentemente de localidades que se pautam economicamente em atividades agrícolas, que favorecem a manutenção da população nas zonas rurais.

Apesar da diferença entre as datações, devido à fonte que cada pesquisador utilizou para propor tais estimativas, é possível ter uma visão panorâmica da realidade populacional dessas três esferas, nas proximidades das insurreições aqui investigadas. Sendo assim, para cada contexto, temos de relativizar a representatividade da amostra que levantamos, com o intuito de demonstrar que esta investigação não trata da mensuração do alfabetismo de cada um deles, mas, na realidade, da distribuição social e da circulação da escrita no universo das sedições, documentadas sob o olhar dos notários que constituíram os *processos devassatórios* da *Conspiração dos Alfaiates*, da *Inconfidência Mineira* e da *Revolta dos Letrados*. Ou seja, nosso objetivo é avaliar, com base nos envolvidos, direta ou indiretamente, em tais devassas, como estava difundida a escrita e como esta circulava em meio à conjuntura de insurreição no período colonial do Brasil.

Dessa forma, quando tratamos dos 534 indivíduos envolvidos nas três sedições, temos a consciência de que este número não nos dá um base referencial para avaliarmos de forma objetiva a composição sociológica das cidades de Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro, mas, sim, do universo em que tais movimentos se constituíram, pois, se levarmos em conta, por exemplo, a cor dos depoentes, é facilmente perceptível que a realidade dos dados aqui trabalhadas não condiz com o que nos é apresentado por Alberto Mussa (1991) para o Brasil. Como foi visto, no processo da *Conspiração dos Alfaiates*, a maioria dos envolvidos são brancos e/ou pardos; na Inconfidência Mineira e na Revolta dos Letrados, a maior parte são homens que não tiveram sua cor identificada – fato este que nos impede de tecer maiores comentários sobre essa questão, mesmo sendo possível dizer que, como a cor branca é a realidade não marcada, estes poderiam ser classificados também como homens brancos. Como é possível visualizar no quadro abaixo, a composição demográfica do país, tanto no período colonial, quanto pós-colonial, é marcada por uma população não branca. Vejamos:

Tabela 7 – Demografia da história do Brasil colonial e pós-colonial

	1538 – 1600	**1601 – 1700**	**1701 – 1800**	**1801 – 1850**	**1850 – 1890**
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Alberto Mussa (1991)

Se somarmos os números dos africanos, dos negros brasileiros, dos mulatos e dos índios integrados, nos séculos XVIII e XIX, teremos um percentual de 68% e 69% de não brancos, respectivamente. Para mais, quando avaliamos especificamente Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro, sabemos que estas foram localidades que receberam um enorme contingente de africanos escravizados, compondo uma realidade macroscópica que não está efetivamente espelhada no universo processual das insurreições aqui investigadas. Contudo, mesmo diante dessa realidade, os dados levantados e mensurados para tais sedições nos permitem uma aproximação com os perfis do alfabetismo para esse período, cujo pano de fundo dos movimentos sediciosos contribui enormemente para uma investigação indiciária, que pode nos fornecer dados extremamente importantes sobre a distribuição e circulação da escrita em um tempo tão carente de pesquisas sobre esse tema.

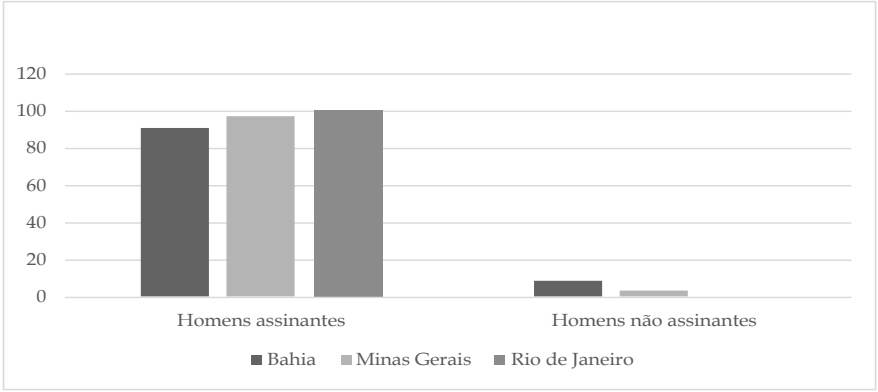
2 Dados comparativos gerais

Com base no que foi descrito e analisado anteriormente sobre as esferas da C*onspiração dos Alfaiates*, da *Inconfidência Mineira* e da *Revolta dos Letrados*, faremos uma mensuração global dos dados encontrados, buscando avaliá-los comparativamente a partir de números percentuais, analisando as aproximações e/ou os distanciamentos entre tais insurreições, no que diz respeito à distribuição social da escrita dos indivíduos envolvidos, direta ou indiretamente, em tais contextos.

2.1 Repartição por sexo

Sobre a repartição por sexo, podemos estabelecer os seguintes percentuais:

Gráfico 1 – Repartição por sexo: homens

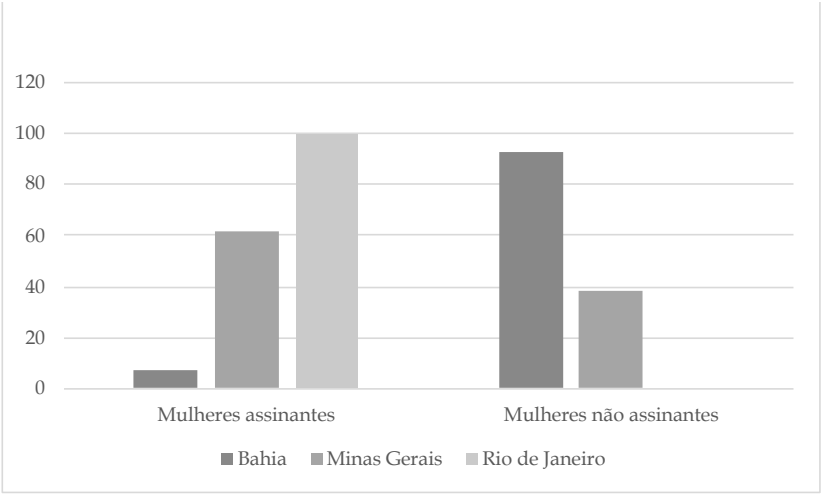


Fonte: Elaboração do autor.

Quando observado o contraste entre homens *assinante*s *versus não assinante*s, podemos notar que há uma constante percentual, apesar da diferença bruta no número de indivíduos, que nos revela três dimensões muito próximas no que diz respeito à distribuição da escrita entre os homens. Ao avaliarmos os dados do contingente masculino assinante, é possível visualizar uma realidade majoritária de indivíduos que firmaram suas assinaturas após seus testemunhos. Em relação aos que não assinaram seus depoimentos, observamos que também há uma aproximação entre os dados, pois somente uma pequena parcela de homens não teve sua firma demarcada nos *autos*, excetuando-se o caso da *Revolta dos Letrados*, movimento sedicioso composto por 100% de assinantes.

Em relação ao caso das mulheres, temos a seguinte situação:

Gráfico 2 – Repartição por sexo: mulheres



Fonte: Elaboração do autor.

Em relação ao contingente feminino, é possível identificar uma realidade um pouco diferente. Quando analisamos os números, notamos que o percentual de *assinante*s do conjunto de dados dos *autos* da *Inconfidência Mineira* é relativamente maior do que o número observado para a *Conspiração dos Alfaiates*, aproximando-se da realidade dos pontuados para a *Revolta dos Letrados*. Contudo, como já vimos, encontramos somente uma mulher no rol dos indivíduos testemunhantes da insurreição carioca, por isso, apesar de vermos um percentual alto, os números brutos indicam que a sedição das Minas Gerais é a que agrupou o maior contingente feminino assinante. Sobre as mulheres não assinantes, é notório que o maior grupo destas é da *Conspiração dos Alfaiates*, pois, como demonstrado anteriormente, somente uma mulher assinou seu depoimento nesse contexto, haven-

do, então, um conjunto de 14 não assinantes. Na sedição das Gerais, encontramos, entre as oito mulheres, somente 03 que não assinaram seus depoimentos, realidade extremamente diferente da encontrada para a insurreição baiana. Para mais, como foi demonstrado, não houve mulheres não assinantes para o movimento do Rio de Janeiro.

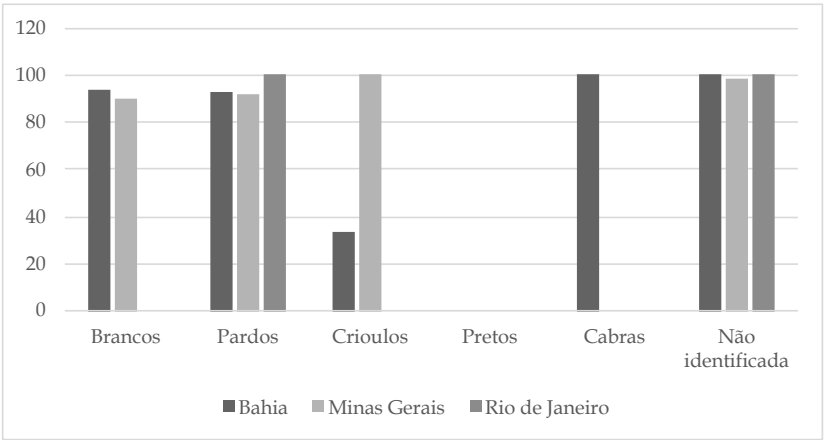
Com base nesses dados, é possível apontar que as mulheres não estiveram fora do universo das sedições coloniais de finais do século XVIII, contudo, representaram um pequeno contingente quando comparadas aos homens. Além disso, no contexto das insurreições que analisamos – excetuando-se o caso da insurreição mineira –, não assinaram seus testemunhos, fato que parece corroborar a ideia de que, entre as mulheres, a escrita não estava plenamente difundida, havendo somente uma pequena parcela que a acessava e a tinha como um referencial cultural, quando tratamos desse período especificamente. Outro estudos apontaram justamente essa realidade, quando avaliaram, por exemplo, os dados para a distribuição social da escrita no universo da Inquisição, arrolados e analisados por Lobo, Sartori e Soares (2016), quando trataram da segunda visitação à Bahia no século XVII.

2.2 Repartição por cor

2.2.1. Homens *versus* cor

Em relação à cor dos indivíduos, quando analisamos especificamente a categoria dos homens *assinante*s, temos o seguinte quadro:

Gráfico 3 – Repartição por cor: homens assinantes

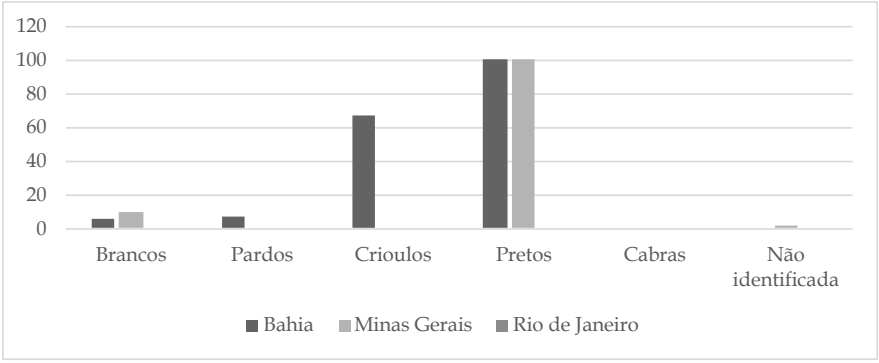


Fonte: Elaboração do autor.

Como é notório, os dados revelam uma constante percentual, ocorrendo basicamente diferenças nítidas no número de crioulos e de cabras *assinante*s. Sendo assim, temos um contingente de homens brancos, pardos e de cor não identificada (prováveis "brancos") como o grupo predominantemente constituído por firmantes. Nos *autos* correspondestes às *Minas Gerais*, há mais crioulos que assinaram seus depoimentos, dado este muito interessante, pois, mesmo não sendo um condicionante favorável para encontrarmos indivíduos assinantes, revela-nos que a conjuntura de mineração pode ter contribuído para aglomeração de sujeitos em espaços urbanos e, consequentemente, para a difusão da escrita. Além disso, as atmosferas das insurreições também podem ter colaborado para isso, pois havia uma intensa circulação da escrita nos contextos sediciosos, fato este que cooperou definitivamente para que os homens e mulheres envolvidos nos movimentos, caso não soubessem, pudessem ter aprendido a escrever e ler.

Já em relação ao conjunto dos homens que não assinaram seus testemunhos, temos os seguintes números:

Gráfico 4 – Repartição por cor: homens não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

Como é possível observar, nas esferas da insurreição baiana e mineira, nenhum preto – caracterização de cor dada aos africanos – assinou seu depoimento. Esse fato pode ser explicado, como já apontado em momentos anteriores, por dois motivos. Primeiramente, quando tratamos de africanos, não podemos deixar de apontar que estamos tratando de sujeitos que não tinham o português como primeira língua, aprendendo-a aqui muitas vezes em contextos de transmissão linguística irregular, além do fato de que, se estavam em contextos irregulares de aquisição, mais dificultoso seria ainda adentrar no universo cultural da escrita dessa mesma língua. Além disso, a condição de escravizado,

como notamos na análise dos dados, foi um elemento desfavorável para tais indivíduos se inserirem nesse universo, principalmente em se tratando de sujeitos que não possuíam nenhuma profissão qualificada específica, estando fora da intensa mobilidade social das microzonas urbanas.

Assim sendo, há divergências somente entre os números de crioulos e pretos, pois os *autos* da inconfidência baiana agruparam um percentual relativamente maior do que o que pode ser observado para os *autos* da *Inconfidência Mineira*. Isso pode ter acontecido, provavelmente, devido ao número maior de testemunhantes da *Conspiração dos Alfaiates*, ou mesmo por causa da própria realidade conjuntural da sedição das Gerais. Como sabemos, tal movimento apresentou nítidas divergências quando o assunto era a condição dos escravizados, pois uma parcela dos insurgentes queria a abolição e outra queria a manutenção do sistema escravocrata. Dessa maneira, diante dessas desarmonias, a presença de africanos e de seus filhos escravizados pode ter sido desfavorecida, contribuindo para o desequilíbrio percentual dos dados aqui analisados.

Contudo, estes não tiveram totalmente fora do universo da escrita, pois, como apontou Oliveira (2006) em sua Tese de Doutoramento, uma irmandade negra, fundada por africanos em 1832, produzia extensamente documentos escritos por homens oriundos de África e isso pode ter ocorrido justamente por causa da realidade institucional da própria Irmandade, que exigia trâmites administrativos pautados na escrita. Além disso, um outro motivo era a própria realidade urbana, que, como pontuamos, colabora para que tais indivíduos se envolvessem, mesmo que indiretamente, com a circulação da escrita, seja devido às relações comerciais, seja por questões notariais, como os depoimentos que eram comumente feitos para as investigações devassas.

Sobre os outros grupos, é notório que os percentuais de homens brancos, de pardos e dos que não tiveram sua cor explicitada são similares para as três insurreições, excetuando-se, em relação à cor branca, a *Revolta dos Letrados*, que teve somente um homem cuja cor parda foi identificada. Correspondendo a uma minoria de sujeitos não assinantes, estes podem ser agrupados numa categoria minoritária de indivíduos que, por motivos diversos, não souberam firmar seus nomes após seus testemunhos.

Entretanto, como vimos antes, os homens demarcados como brancos e pardos, além dos que não tiveram cor explicitada, representam um enorme contingente de assinantes, aproximando, no caso da escrita das firmas, os pardos aos brancos. Por isso, consideramos necessário entendermos, afinal, o que significaria ser pardo no período colonial. Vejamos.

2.2.2 A questão dos pardos

No período colonial, a cor indicava a procedência dos indivíduos, marcando seu registro social no diversificado sistema de hierarquias, principalmente durante o século XVIII. Segundo Mariza Soares (2000, p. 29),

> No século XVIII, a inscrição social se faz, em primeiro lugar, pela cor. As elites são supostamente 'brancas' e de 'sangue limpo'. Os 'pretos' são escravos ou forros, raramente livres. Entre uns e outros, os 'pardos'. No século XVIII, a cor fala da condição social de cada um e, como tudo mais nas sociedades do Antigo Regime, distingue e hierarquiza. (SOARES, 2000, p. 29).

A categoria de *pardo* foi criada, segundo Hebe Mattos (1995, p. 101), como uma especificidade linguística "para expressar uma nova realidade, sem que sobre ela recaísse o estigma da escravidão, e sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava". Isso quer dizer que, para tais pardos, as novas demandas sociais exigiram a criação de classificações para marcar aqueles que, apesar de terem um passado com a escravidão, não mais se encaixavam nessa realidade. Dessa forma, esse aspecto tornava possível aos chamados *pardos* uma ascensão social, mesmo que parcial, na sociedade colonial brasileira.

Como foi possível observar, nos dados apresentados para a *Conspiração dos Alfaiates*, por exemplo, dos 61 pardos, 57 assinaram seus testemunhos, representando um percentual de 93%. Esse número se apresenta extremamente alto, revelando estarem os *pardos* no mesmo patamar dos números registrados para os brancos. Alguns destes são identificados como livres (33), como alforriados (17) e, também, como escravizados (11). Entre estes, 09 pardos escravizados assinaram seus testemunhos e 15 ex-escravizados também firmaram seus nomes após seu depoimento. Para a *Inconfidência Mineira*, mesmo com um quantitativo menor, encontramos dados muito similares, pois todos os 12 homens pardos assinaram seus testemunhos e, entre as duas mulheres pardas, uma também assinou. Além disso, em relação aos homens, dois destes são escravizados. Encontramos, também, um pardo para a *Revolta dos Letrados*, que também assina seu nome, contudo, não tem seu estatuto social demarcado, podendo, conjecturalmente, ser classificado como um homem livre.

Se, como coloca Mattos (1995), essa é uma categoria que distancia tais indivíduos do contexto da escravidão, o que dizer dos chamados *pardos* apontados como escravizados ou ex-escravizados, os quais, em muitos casos, assinaram seus depoimentos?

Sobre isso, Oliveira (2006) diz que os *pardos*, entre os não brancos, eram os mais privilegiados, porque angariavam com maior facilidade, seja na infância ou na fase adulta, a liberdade, pois a estrutura social da colônia era mais aberta a esse contingente, viabilizando, mesmo para os *pardos* ainda escravizados, condições favoráveis para a aquisição da escrita, como o caso da especialização de alguma profissão. Além disso, segundo ele, há registros de que muitos deles foram aceitos em instituições de ensino, como o caso da Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada em 1825. Ou seja, é possível identificar uma posição distinta para os *pardos* em relação aos outros contingentes de não brancos.

Porém, a cor parda apresenta uma complexa realidade no período colonial, pois esta emerge com a diversidade e a mobilidade social latentes a este período. Segundo Paiva (2001, p. 32),

> Novas cores eram forjadas pela sociedade colonial e por ela apropriadas para designar grupos diferentes de pessoas, para indicar hierarquizações das relações sociais, para impor a diferença dentro de um mundo cada vez mais mestiço. Da cor de pele à dos panos que a escondia ou a valorizava até a pluralidade multicor das ruas coloniais, reflexo de conhecimentos migrantes, aplicados à matéria vegetal, mineral, animal e cultural: a colônia criava tonalidades ainda desconhecidas pela metrópole.

Como é possível notar, as novas composições sociais da colônia contribuíram para o forjamento de novas categorias de cor, que tentavam agrupar indivíduos que não mais se encaixavam em contextos que classificavam apenas brancos, pretos ou índios. Novas realidades surgiram e, com isso, novas classificações precisaram emergir para dar conta dessa nova sociedade que se formava. Como ficou claro, as conjunturas das sedições aqui analisadas, apesar de concentrarem indivíduos brancos ou que não tiveram sua cor delimitadas, reflete bem esse contexto de transformações quando tratamos, por exemplo, da condição dos *pardos*.

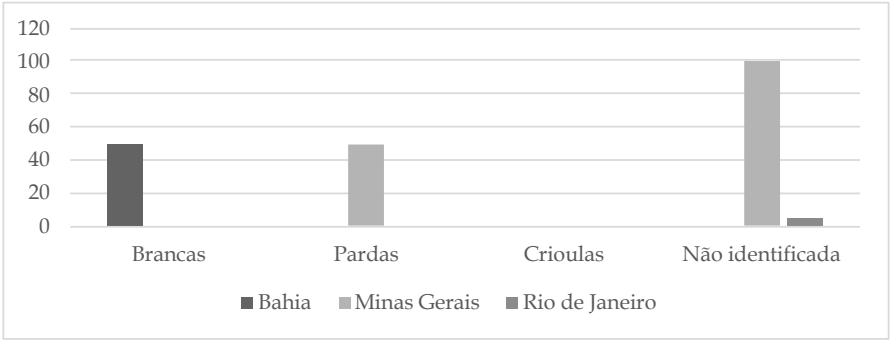
Vimos, por exemplo, que a de mineração proporcionou uma intensa mobilidade social por contribuir fortemente com o desenvolvimento urbano das Gerais e do Rio de Janeiro, colaborando, assim, com o surgimento de novas categorias étnicas. Porém, essa realidade também pôde ser vista para Salvador, quando tratamos da *Conspiração dos Alfaiates*. Mesmo longe da economia do extrativismo mineral, a primeira capital do Brasil já possuía uma estrutura urbana relativamente desenvolvida, contribuindo fortemente para o desenvolvimento de novas paletas de cor.

Dessa forma, tratando especificamente dos *pardos*, é possível dizer que essa nova concepção étnica aparece para dar conta de um contingente de mestiços que se afastava do perfil sociológico atribuído aos africanos e aos seus filhos, que comumente atuavam nas zonas rurais, e que não tinham acesso ao universo cultural da escrita por exemplo. Ou seja, pelo que vimos, os *pardos* poderiam estar explicitamente muito mais presentes nas áreas urbanas, contextos em que a pluralidade e a mobilidade social são muito mais evidentes, contribuindo, inclusive, para a qualificação destes em profissões especializadas, um outro fator favorável para a aquisição da escrita.

2.2.3 Mulheres *versus* cor

Sobre a repartição por cor das mulheres assinantes, podemos encontrar os seguintes percentuais:

Gráfico 5 – Repartição por cor: mulheres assinantes



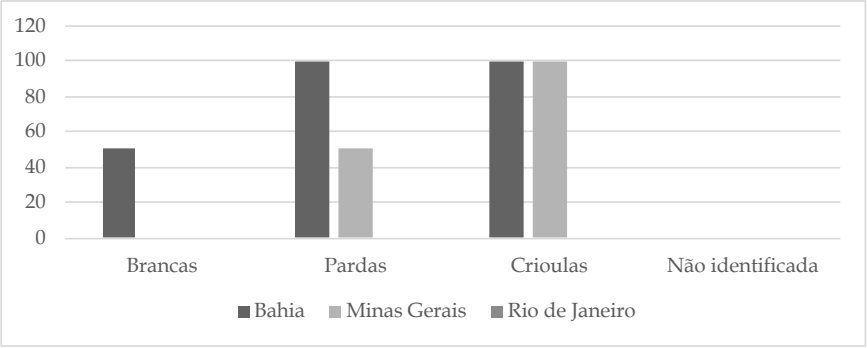
Fonte: Elaboração do autor.

Como é possível ver, o perfil das mulheres assinantes diferencia-se a depender da sedição mensurada. Na *Conspiração dos Alfaiates*, a única mulher firmante foi identificada como branca, contudo, no rol de dados da insurreição mineira, as mulheres que assinaram seus nomes após seu testemunho foram identificadas como parda (01) ou não tiveram sua cor explicitada (04), fato que também ocorreu com a única mulher depoente da *Revolta dos Letrados*. Mesmo havendo diferentes realidades entre as insurreições, o dado global das mulheres assinantes corrobora as considerações que fizemos para os homens quando tratamos da variável cor, pois foi justamente o contingente feminino branco, pardo e provavelmente branco – quando consideramos que o aspecto não marcado

seria justamente a realidade dos demarcados socialmente como brancos – que firmou sua assinatura nos *autos* processuais aqui analisados.

Entre as mulheres não assinantes, encontramos brancas, pardas e crioulas, não incluindo, nesse conjunto, dados da insurreição carioca, por esta ter apresentado somente sujeitos assinantes. Vejamos:

Gráfico 6 – Repartição por cor: mulheres não assinantes



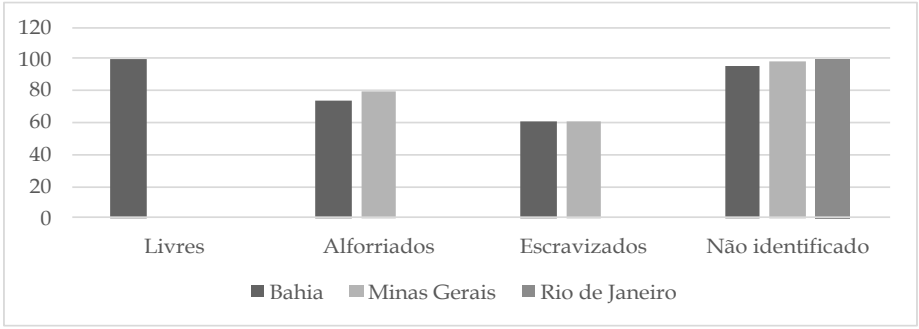
Fonte: Elaboração do autor.

Em relação ao caso da insurreição ocorrida na Bahia, encontramos uma mulher branca, nove pardas e quatro sem identificação de cor que não firmaram seus nomes após seus depoimentos. No caso da sedição mineira, temos uma parda e duas mulheres crioulas que também não assinaram seus testemunhos. Sobre isso, é possível pontuar que a realidade das mulheres, mesmo quando identificadas por cores favoráveis à sua inserção no universo da escrita, é muito diferente da que é observada para os homens, pois estas, além de estarem em menor número, tiveram pouquíssimas taxas de assinantes nos *autos* das insurreições. Como já dissemos, tais percentuais parecem acompanhar uma realidade comum entre as mulheres daquele período, pois estas, em sua grande maioria, não estavam envolvidas com as atividades da escrita, como apontado pelas altas taxas de analfabetismo feminino. Contudo, isso não quer dizer que estariam completamente fora desse universo, pois nem sempre a história da escrita está diretamente relacionada com a história da leitura.

2.3 Repartição por estatuto social

Sobre a variável *estatuto social*, quando analisamos os três contextos em questão, percebemos que há uma diferença nítida entre os números de indivíduos livres, contudo, é preciso pontuar que, nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e nos *Autos da Devassa da Revolta dos Letrados*, nenhum homem foi identificado como tal. Para nós, provavelmente esse é o contexto não marcado e, por isso, os homens que não tiveram seu *estatuto social* explicitado podem, dessa forma, ser qualificados como *livres*, porém avaliamos os dados de nossa amostra com base nas ocorrências encontradas nos *processos devassatórios* investigados, sem pautar, nos números apresentados no quadro a seguir, essa interpretação. Sendo assim, é possível encontrar uma constante entre os percentuais dos três contextos somente quando tratamos da realidade dos sujeitos que não tiveram seu estatuto explicitado, talvez pela hipótese lançada há pouco. Observemos:

Gráfico 7 – Repartição por estatuto social: homens assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

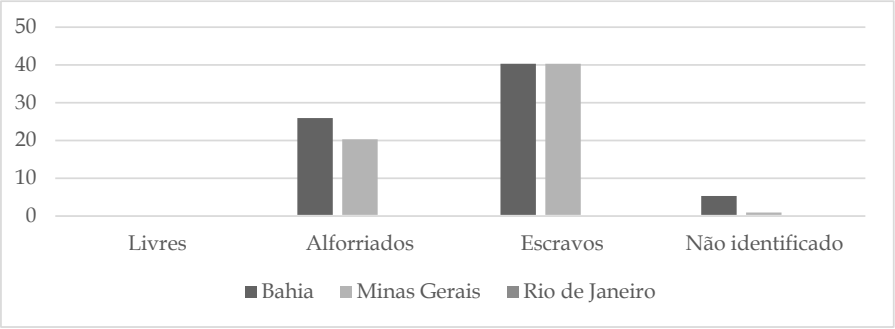
Diante desses percentuais, é notório que, em relação ao *estatuto social*, há similaridades em algumas ocorrências. Apesar de não encontrarmos todas as categorias nas três insurreições, é possível identificar semelhanças entre a *Inconfidência Mineira* e a *Conspiração dos Alfaiates*, quando tratamos dos casos dos escravizados e dos alforriados, porém, como não tivemos o estatuto social dos indivíduos explicitado para a *Revolta dos Letrados*, esta se distancia desses dois últimos contextos. Esse dado é extremamente importante, pois, mesmo entre os que estão, ou estiveram, envolvidos com a condição de escravizados, tais homens também apresentam representativas taxas de assinantes. Quando cruzamos tais números com os dados oferecidos pela cor dos indivíduos, percebemos que a grande maioria destes é demarcada como parda, fato fundamental para entendermos as motivações para taxas tão altas. Como vimos, a cor parda, em

relação ao quantitativo de firmantes, apresenta a mesma realidade da dos homens brancos e/ou provavelmente brancos. Dessa forma, como apontamos anteriormente, a cor parda, entre os não brancos, é um fator preponderante para que tais indivíduos, mesmo na condição de escravizados e/ou forros, possam ter acesso à escrita, pelo menos quando tratamos da realidade compósita da assinatura.

Quando analisamos os homens *não assinante*s em relação à variável *estatuto social*, deparamo-nos com uma situação que corrobora nossa proposta sobre a realidade dos pardos. Levando em conta que nenhum homem, nos *autos* das insurreições mineira e carioca, foi demarcado como *livre*, os números mensurados indicam que a maioria do contingente masculino *não assinante* é identificada como escravizada ou alforriada, havendo poucos indivíduos cujo estatuto não foi explicitado. Ao cruzarmos esse dado com a cor de tais indivíduos, podemos notar que estamos tratando de homens africanos e/ou filhos de africanos em sua grande maioria, havendo pouquíssimos sujeitos apontados como pardos ou sem identificação de sua cor. Isso indica que indivíduos que estão diretamente relacionados com a realidade escravocrata, sejam escravizados ou libertos, quando não são pardos, estão em uma condição desfavorável para se inserirem no universo cultural da escrita.

Dessa forma, mais uma vez, é possível notar que as insurreições agruparam homens não brancos, escravizados ou alforriados, que, a depender da classificação social de sua cor, estão mais ou menos inseridos no universo da escrita. Ao tratarmos dos pardos, vemos um quantitativo bastante significativo de assinantes, mas, ao pautarmos outras realidades, como a dos africanos ou a dos crioulos, notamos, de forma contrária, uma situação em que poucos indivíduos assinaram seus depoimentos. Vejamos.

Gráfico 8 – Repartição por estatuto social: homens não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

2.3.1 Mulheres *versus* estatuto social

Em relação às mulheres, quando tratamos da variável *estatuto social*, temos os seguintes percentuais:

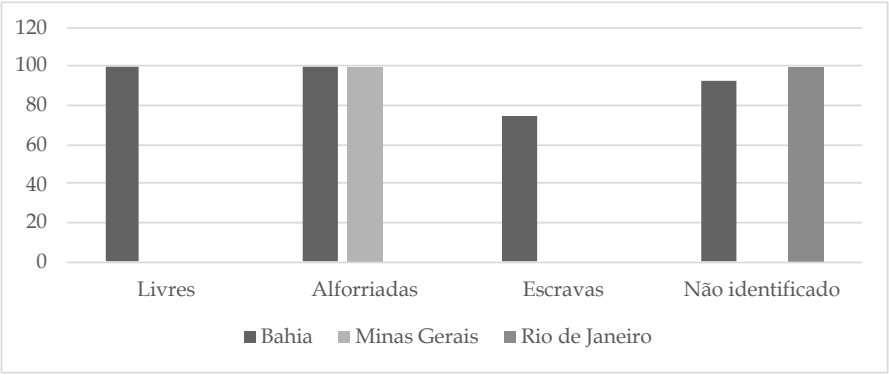
Gráfico 9 – Repartição por estatuto social: mulheres assinantes

Fonte: Elaboração do autor.

Como é notório, as mulheres assinantes não tiveram seu estatuto social explicitado, sendo estas, provavelmente, livres, por ser este o contexto não marcado socialmente. Ao cruzarmos esses números com os percentuais da variável cor, é possível identificar que elas foram apontadas como pardas, branca ou sem explicitação da cor. Esse dado, mais uma vez, confirma nossa hipótese para a realidade do contingente pardo, pois, mesmo entre as mulheres – grupo que possui as menores taxas de assinantes em nossa amostra –, quando tratamos da variável cor, a demarcação da cor parda, além da branca, parece indicar uma realidade favorável para encontrarmos indivíduos assinantes nos *autos* aqui analisados.

Quando analisamos a composição das mulheres não assinantes para essa variável, encontramos ocorrências diversificadas. Ao avaliarmos os dados da insurreição baiana, é possível observar que há percentuais de todas as categorias analisadas, e isso indica que a condição de mulher, como já apontamos, nos mais variados estatutos sociais, não é favorável para encontramos indivíduos assinantes. Na *Inconfidência Mineira*, apesar de termos um número maior de firmantes do que de não firmantes, as mulheres cujo estatuto social foi explicitado não assinaram seus testemunhos. Esse dado revela-nos que os indivíduos do contingente feminino, quando não livres ou provavelmente não livres – quando pautamos os estatutos não explicitados – não têm condições favoráveis para estarem inseridas no universo da escrita. Esse fato pode ser corroborado pela realidade das mulheres assinantes dessa variável: todas elas não tiveram seu estatuto social identificado, inclusive a única mulher assinante encontrada para a *Revolta dos Letrados*, que também não teve seu estatuto identificado. Vejamos:

Gráfico 10 – Repartição por estatuto social: mulheres não assinantes



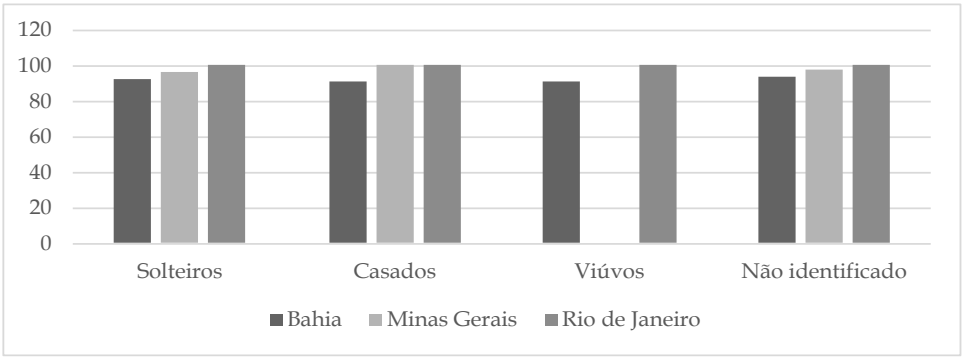
Fonte: Elaboração do autor.

2.4 Repartição por Estatuto Civil

2.4.1 Homens *versus* Estatuto Civil

Em relação ao estatuto civil dos homens assinantes, é possível observar uma constante percentual entre as categorias de solteiros, casados, viúvos e não identificados. Apesar das ínfimas diferenças nos números encontrados para as insurreições da Bahia, das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o estatuto civil de tais indivíduos, como apontamos nas análises anteriormente realizadas, parece não ser uma variável que permita tecer considerações significativas sobre os que mais assinaram entre estes. Observemos:

Gráfico 11 – Repartição por estatuto social: homens assinantes

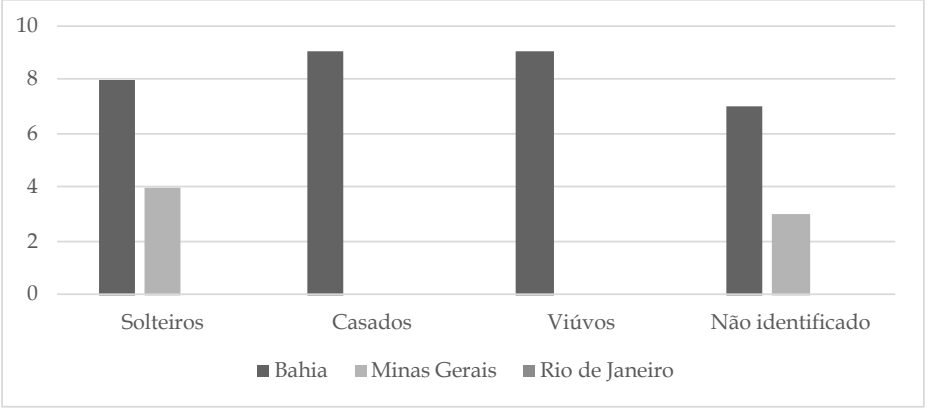


Fonte: Elaboração do autor.

Diante desse gráfico, excetuando-se o caso da insurreição mineira, que não apresentou homens viúvos, fica evidente que não há substanciais diferenças entre tais categorias. Assim, consideramos que, para os homens assinantes, essa variável não indica elementos que poderiam apontar, por exemplo, que homens casados teriam mais condicionantes para estarem inseridos no universo da escrita.

Em relação aos homens não assinantes, ainda tratando dessa variável, somente os *autos* da *Conspiração dos Alfaiates* apresentaram todas as categorias em análise, não havendo indivíduos não assinantes nem casados e nem viúvos para a *Inconfidência Mineira*. Para nós, esse dado não nos revela elementos substanciais, que indicariam ser a condição de solteiro, por exemplo, um condicionante desfavorável para firmantes, pois, como vimos para os homens assinantes, essa realidade apresenta altos índices de indivíduos que, com a pena em punho, firmaram seus depoimentos. Na verdade, é possível perceber que a sedição mineira agrupou um contingente de sujeitos que, quase em sua totalidade, manuscreveu sua assinatura perante o notário e isso pode ter impedido de encontrarmos dados, em relação a esta variável, mais robustos. Para mais, todos os envolvidos na insurreição carioca assinaram seus testemunhos, colaborando ainda mais para isso. Contudo, ao mensurarmos os dados para aqueles que assinaram seus depoimentos, podemos notar, como apontado, que tais categorias não se inscrevem como referenciais que poderiam mensurar se uma é mais favorável do que outra em relação ao quantitativo de assinantes.

Gráfico 12 – Repartição por estatuto civil: homens não assinantes

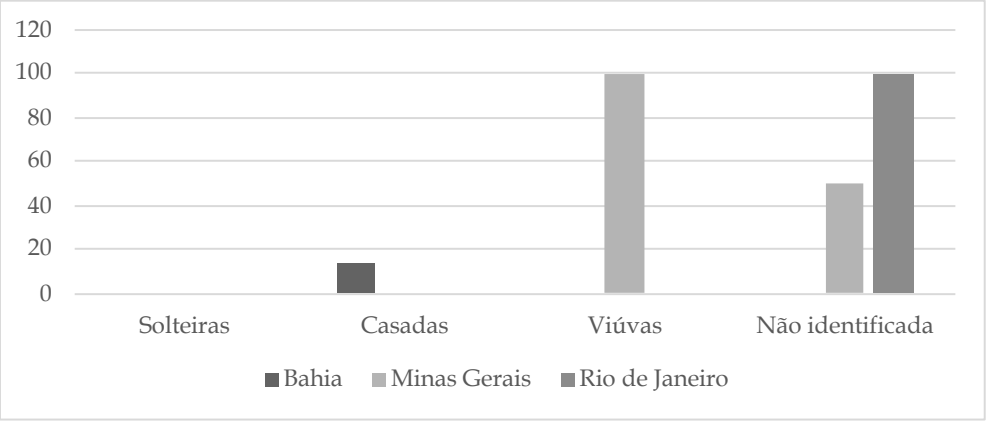


Fonte: Elaboração do autor.

2.4.2 Mulheres *versus* Estatuto Civil

Sobre o estatuto civil das mulheres assinantes, temos os seguintes números:

Gráfico 13 – Repartição por estatuto civil: mulheres assinantes



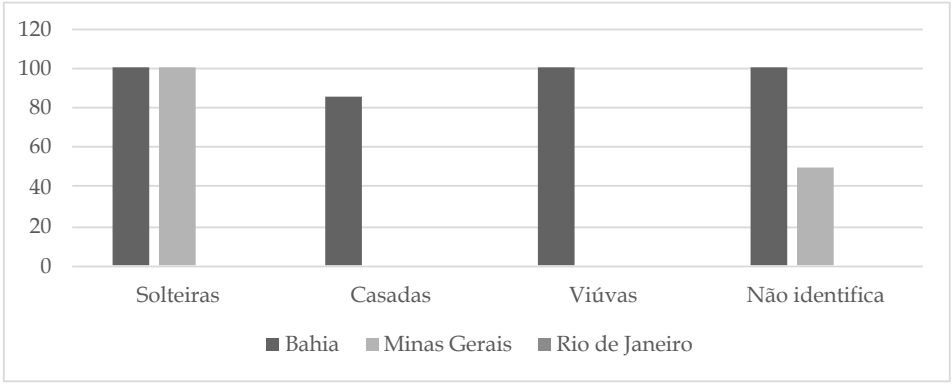
Fonte: Elaboração do autor.

Como é possível observar, o contingente feminino assinante é demarcado pelas categorias de casadas, viúvas ou não identificadas. Diante de tais números, é possível pontuar que, no pequeno grupo de mulheres arroladas, as que firmaram seus nomes nos *autos* têm uma relação direta com relações matrimoniais, estando seu esposo vivo ou não. Apesar do representativo percentual de mulheres que não tiveram seu estatuto civil explicitado, é possível dizer que condição de casada ou de viúva pode ser um fator que tenha colaborado para que estas pudessem minimamente assinar seus nomes durante os processos, pois, ao lado de maridos que estavam inseridos no universo da escrita, poderiam ter aprendido com eles a manusear a pena. Contudo, essa hipótese torna-se frágil por causa do pequeno quantitativo de mulheres encontrado, mas não deixa de ser uma possibilidade factível para uma realidade tão desfavorável para elas.

Porém, quando avaliamos as mulheres não assinantes, encontramos uma diversificação maior nas ocorrências. Para as sedições baiana e mineira, há percentuais próximos ao observarmos as solteiras, mas é possível notar uma pequena diferença entre as que não tiveram seu estatuto identificado. Na Bahia, contudo, excetuando-se o caso de Dona Úrsula Sonoral, também mulheres casadas e viúvas foram demarcadas como não assinantes. Tal dado poderia indicar que, na cidade de Salvador, as mulheres teriam condições menos favoráveis do

que as demarcadas para as Gerais e para o Rio de Janeiro. Talvez, por estarem envolvidas diretamente com ciclo do ouro, uma como fonte de extração e a outra como local de escoamento, Minas Gerais e Rio de Janeiro seriam zonas que contribuiriam para que as mulheres pudessem ter um maior acesso à escrita, devido à lógica da mobilidade social, muito comum em contextos urbanos. Contudo, essa hipótese não é substancial, pois, como notamos, o número de mulheres envolvidas nas sedições é muito pequeno, inviabilizando maiores proposições de análise. Além disso, a realidade dos dados não possibilita maiores considerações, pois temos somente uma mulher apontada para a insurreição carioca, além do fato de termos somente uma mulher assinante nos *autos* da *Conspiração dos Alfaiates*.

Gráfico 14 – Repartição por estatuto civil: mulheres não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

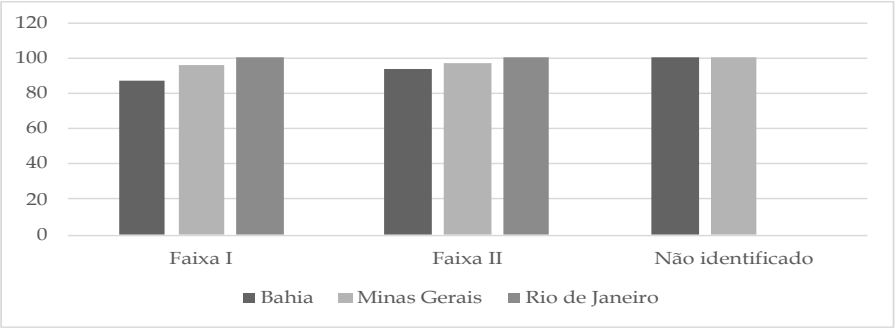
2.5 Repartição por Faixa Etária

2.5.1 Homens versus Faixa Etária

A variável *faixa etária* é um importante elemento de análise, pois pode indicar, caso os dados assim se manifestem, um aumento nos índices de alfabetização ou mesmo um processo de desalfabetização, quando tratamos de uma realidade em que haveria mais homens velhos do que jovens assinantes. Para o caso das insurreições, o microcosmos que elas representam não necessariamente poderia revelar uma tendência global das localidades em que estas emergiram, devido ao pequeno quantitativo de sujeitos envolvidos, mas poderiam nos dar uma pista sobre a questão.

Com base nisso, levando em consideração que a nossa amostra não é efetivamente representativa para todos os integrantes das cidades de Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro, podemos apontar alguns elementos que possam indicar se esta variável revela algo sobre a difusão social da escrita das conjunturas sediciosas em análise. Assim sendo, como é possível observar no gráfico a seguir, os dados aqui mensurados revelam uma constante percentual entre as duas faixas etárias aqui arroladas, as quais agrupam homens de até 30 anos (Faixa I) e homens com mais de trinta anos (Faixa II). Vejamos:

Gráfico 15 – Repartição por Faixa Etária: homens assinantes

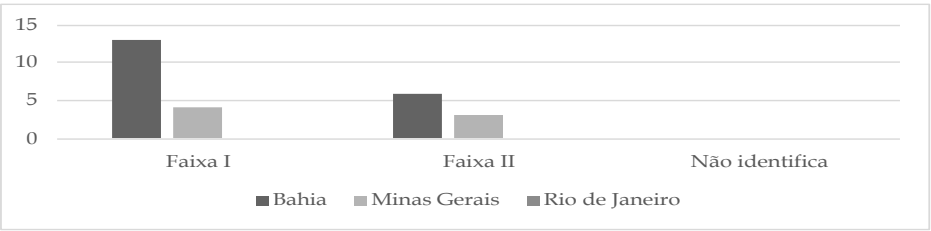


Fonte: Elaboração do autor.

É notório que há um equilíbrio entre os números da Faixa I e da Faixa II em todos os casos analisados. Mesmo entre os que não tiveram sua idade revelada, excetuando-se a situação da sedição carioca – que não apresentou homens sem identificação da idade –, há uma visível proximidade entre os percentuais. Isso indica, então, que essa variável não sugere uma situação de aumento nos índices de alfabetismo ou mesmo uma diminuição entre os homens mais velhos, pois os que possuem até 30 anos assinam similarmente aos que possuem idade superior a esta.

Entre os homens não assinantes, encontramos a seguinte realidade:

Gráfico 16 – Repartição por Faixa Etária: homens não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

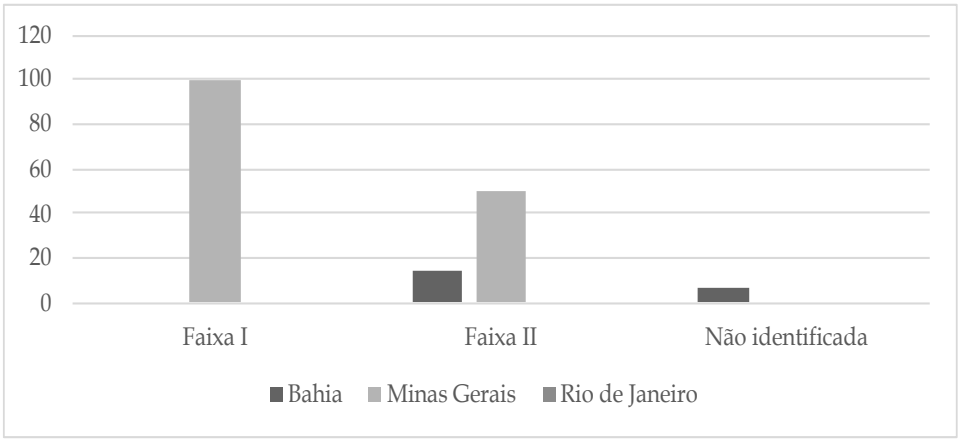
Os percentuais explicitados no gráfico anterior apontam que, na Bahia, homens da Faixa I assinam menos do que homens da Faixa II. Contudo, quando avaliamos os números brutos de tal contexto, encontramos 12 indivíduos com até 30 anos e 08 com mais de 30. Apesar de termos uma pequena diferença percentual entre essas faixas, que poderia apontar um processo de desalfabetização dos homens envolvidos na *Conspiração dos Alfaiates*, os dados apontados para a realidade dos assinantes rejeitam essa hipótese, pois os números entre as Faixas são muito similares. O mesmo acontece para a Inconfidência Mineira, pois, apesar da diferença percentual entre as categorias de análise, os números brutos de não assinantes são extremamente baixos, além do fato de também termos um equilíbrio entre os percentuais de homens que firmaram suas assinaturas após seu depoimento.

Contudo, como pôde ser observado na descrição e análise dos dados de cada contexto, as insurreições que estamos investigando agrupam, em sua maioria, homens da Faixa II, com os percentuais de 52% para a *Conspiração dos Alfaiates*, 84% para a *Inconfidência Mineira* e 89.9% para a *Revolta dos Letrados*. Apesar de termos um número mais equânime para a insurreição baiana, com 38% de indivíduos alocados na Faixa I, é visível que as sedições agruparam um número muito maior de homens mais velhos do que de mais jovens. Como veremos mais a frente, consideramos, com base em nossa investigação, que as atmosferas de sedição, entre outras questões, agrupam, em sua grande maioria, indivíduos que estão diretamente envolvidos com o universo cultural da escrita. Diante disso, se levarmos em conta que tais dados podem ser vistos como rastros indiciários dos cosmos das cidades onde emergiram esses movimentos, talvez, pudéssemos dizer que teríamos indivíduos mais velhos integrados mais à escrita do que os mais jovens, indicando, portanto, uma possível diminuição nos índices de alfabetismo da população com até 30 anos de idade.

2.5.2 Mulheres *versus* Faixa Etária

Em relação às faixas etárias das mulheres assinantes, encontramos percentuais que indicam que mulheres da Faixa I assinaram mais do que as que compõem a Faixa II na insurreição mineira. Para a Bahia, foi possível observar que todas as mulheres foram identificadas com idade superior a 30 anos, excetuando-se aquelas que não tiveram sua idade revelada. No caso da *Revolta dos Letrados*, tivemos somente uma mulher identificada, cuja idade é superior a 30 anos. Vejamos:

Gráfico 17 – Repartição por Faixa Etária: mulheres assinantes

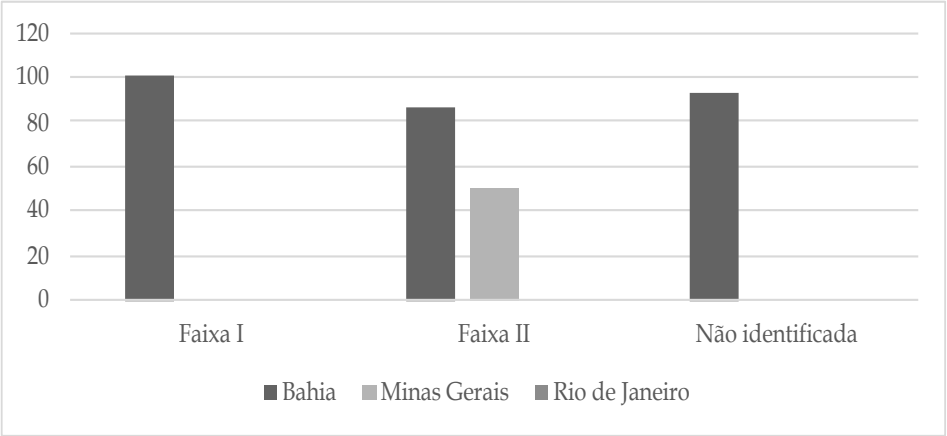


Fonte: Elaboração do autor.

Apesar do pequeno número de dados levantados para as mulheres, o que inviabiliza a análise mais abrangente de tal realidade, é possível apontar que, no caso da insurreição mineira, teríamos um relativo aumento nos índices de alfabetismo no contingente feminino. Esse fato pode ser explicado pela realidade da mineração que contribui para a mobilidade social e o desenvolvimento de zonas urbanas, aspectos que são favoráveis para a difusão da escrita, mesmo em se tratando das mulheres. Para mais, é justamente neste contexto que as mulheres mais assinam do que não assinam, compondo, portanto, uma realidade diferente da que foi encontrada para a sedição baiana. Além disso, não podemos deixar de pontuar que, mesmo havendo uma única mulher na Revolta dos Letrados do Rio de Janeiro, esta também é assinante, e tal localidade também estava envolvida indiretamente com o circuito do ouro naquele período.

Sobre as mulheres não assinantes, como sabemos, o maior contingente feminino que não assina seus depoimentos foi encontrado nos *autos* do processo da sedição baiana, cujos dados, tanto para a Faixa I, quanto para a Faixa II, são relativamente similares, como pode ser notado no quadro a seguir. Isso indica que esse fator não foi preponderante para a análise do caso da *Conspiração dos Alfaiates*, pois não indica necessariamente um processo de aumento ou diminuição nos índices de alfabetismo, até porque os números brutos encontrados são de 08 mulheres com até 30 anos e 06 com mais de 30. Na *Inconfidência Mineira*, encontramos um conjunto de mulheres não assinantes na Faixa II, fato este que reforça nossa hipótese sobre o aumento nos índices de alfabetismo entre as mulheres mais jovens.

Gráfico 18 – Repartição por Faixa Etária: mulheres não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

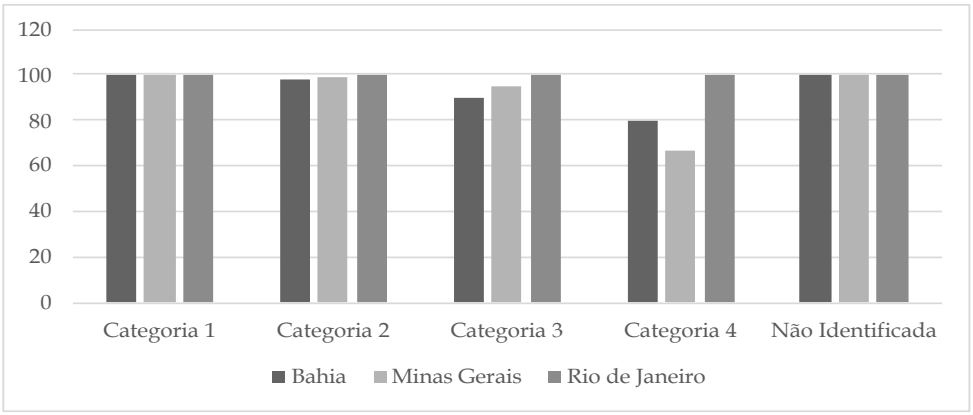
2.6 Repartição sócio-ocupacional

2.6.1 Homens *versus* repartição sócio-ocupacional

A repartição sócio-ocupacional dos envolvidos, direta ou indiretamente, nos *processos devassatórios* da *Conspiração dos Alfaiates*, da *Inconfidência Mineira* e da *Revolta dos Letrados* revela-nos uma realidade muito diversificada de indivíduos. Como está evidente no gráfico a seguir, é possível identificar homens assinantes em todas as categorias ocupacionais propostas para esta análise. Os percentuais demonstram que há uma constante entre os números das três sedições para todas os grupos, fato este que indica que os movimentos de insurgência agrupam sujeitos das mais variadas camadas sociais, e não somente homens da elite colonial, como indicou, por exemplo, para o caso da Inconfidência Mineira, o historiador Kenneth Maxwell (1978).

Assim sendo, é possível pontuar que tais sedições, apesar de apresentarem assimetricamente a composição sociológica da população dos espaços onde emergiram, pois são amostras de um contexto específico, além de não espelharem a realidade demográfica da época, agrupam majoritariamente sujeitos que estão envolvidos com o universo da escrita, desde homens da elite da época até indivíduos que estavam na condição de escravizados. Vejamos:

Gráfico 19 – Repartição sócio-ocupacional: homens assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

Diante de tais percentuais, é preciso pautar que, em relação à Categoria 4, composta de vagabundos, mendigos ou escravizados, o único homem da insurreição carioca que foi identificado como tal era dependente financeiramente de seu irmão, e, tendo 41 anos de idade, já estava em condições de ocupar uma profissão. Além disso, essa informação, para nós, só foi apontada nos *autos* pelo notário para justificar a realidade de subordinação deste em relação a seu irmão, podendo ser, então, classificado como um homem vagabundo para o contexto da época. Contudo, este não tem a mesma realidade dos indivíduos das outras sedições que foram agrupados nessa categoria, pois todos foram identificados como escravizados e/ou mendigos, sendo estes últimos em menor número. De uma forma ou de outra, são altos os índices apresentados para a camada social mais baixa e isso é um fato extremamente importante para corroborar nossa tese de que as conjunturas de inconfidência agrupam indivíduos de diversas matizes sociais que estão envolvidos diretamente com a escrita.

Como ficou notório na análise dos dados de cada caso aqui analisado, a maioria dos homens que testemunharam nos *processos devassatórios* estão agrupados nas categorias 2 e 3, havendo uma pequena parcela de sujeitos para a categoria 4. Isso indica que majoritariamente os indivíduos insurgentes eram oriundos das camadas sociais baixas e intermediárias, as quais se juntaram a tais movimentos para conseguirem mover-se na escala socioeconômica colonial. Esse fato, inclusive, evidencia que a hipótese de alguns historiadores – quando propõem que homens da elite seduziam, a partir de ideias censuradas oriundas da França e dos Estados Unidos, sujeitos de camadas sociais mais baixas para angariarem apoio para o movimento –, pode ser aceita, pois, sendo o quantitativo substancial das sedições, era esta a camada que sustentava numericamente a elaboração dos levantes.

Os homens agrupados na categoria sócio-ocupacional 1, que identifica os indivíduos que compõem a elite colonial, representam um contingente muito menor, quando a comparamos com as outras categorias. Isso quer dizer que as insurreições baiana, mineira e carioca, apesar de terem sido compostas também por indivíduos da elite, congregaram muito mais homens de camadas intermediárias do que de camadas da elite ou mesmo de camadas da base da pirâmide social da colônia. Até mesmo para a *Revolta dos Letrados*, encontramos uma realidade similar, sendo possível, inclusive, identificar que seu principal articulador seria um homem de origem humilde, com a herança da mestiçagem em seu sangue. Portando, não podemos concordar com as proposições que sugerem que as insurreições de finais do período colonial teriam sido fundamentalmente constituídas por indivíduos das mais altas camadas sociais.

Indo além disso, encontramos um elemento sobre a repartição sócio-ocupacional que merece destaque. Estamos falando dos chamados "homens que viviam de escrever". Estes foram identificados no processo da *Conspiração dos Alfaiates* mais de uma vez, e compõem uma categoria profissional especificamente voltada para a atividade da escrita, fonte primordial de nossa investigação.

2.6.2 Quem eram os "homens que viviam de escrever"?

Um elemento extremamente importante foi notado a partir da mensuração dos dados coletados dos *autos* da *Conspiração dos Alfaiates*. Referimo-nos aos homens que foram identificados como profissionais da escrita. Em meio ao processo, encontramos três referências a *homens que viviam de escrever*, cujos nomes são Domingos Nogueira, Tomás Pereira da Fonseca e Manuel Antônio de Sá Pinto. Quais eram especificamente as atividades ocupacionais desses homens e o que efetivamente significa essa expressão? Teceremos alguns comentários.

Analisando o testemunho de dois destes[15], Marcello Moreira (2004, p. 112) diz-nos que

> As primeiras informações que nos são fornecidas pelos autos da devassa sobre Domingos Nogueira e Tomás Pereira da Fonseca restringem-se à menção de uma atividade que eles desempenhavam e da qual tiram os proventos de que vivem. Eles nos são conhecidos por terem laborado com a pena ao longo de uma etapa de suas vidas. Escreveram. Ainda escreviam no momento em que são chamados a depor. Se teriam continuado a es-

15 Segundo Marcelo Moreira (2004), as informações apresentadas para Manuel Antônio de Sá Pinto não nos dão referências para maiores elocubrações, porque se apresentam de forma demasiadamente sumarizada.

> crever depois de interrogados, é o que não sabemos. O exato significado da expressão "homem que vive de escrever" só nos é elucidado quando analisamos vários autos da devassa em que se minudenciam algumas funções sociais da escrita e de seus produtores, assim como o papel de Tomás Pereira da Fonseca e Domingos Nogueira, homens que viveram da pena, no movimento sedicioso de 1798.

O referido pesquisador, ao investigar o significado da expressão em questão, revela-nos que, provavelmente, estamos diante de copistas da Cidade da Bahia de finais do século XVIII. Segundo ele, é possível identificar, diante dos elementos mencionados durante o processo devassatório,

> [...] uma prática que, embora já estivesse caindo em desuso na Península Ibérica, em fins do século XVIII, **ainda se mantinha vigorosa na Cidade da Bahia destituída de casas impressoras**. As teias de informação são constituídas de conversas, de formas de sociabilidade em que a palavra falada tem primazia sobre a palavra escrita, e de manuscritos. O livro impresso que vem de Portugal ou de outras partes do mundo aqui se multiplica por cópias manuscritas que são, muitas vezes, traduções dos originais impressos (Moreira, 2004, p. 124). [Grifos nossos]

Dessa forma, esses homens tinham basicamente como ocupação a atividade de cópia para reprodução de impressos vindos sobretudo da Europa, além de outras pequenas tarefas que envolviam diretamente a manuscritura. Se retornarmos especificamente aos movimentos que configuraram a *Conspiração dos Alfaiates*, vamos lembrar que provavelmente foram os "homens de consideração", chamados por muitos pesquisadores de *Cavaleiros da Luz*, os responsáveis pela inserção de obras com a temática dos ideais franceses na Cidade da Bahia. A partir dessas obras, outros puderam acessar o conteúdo revolucionário de tais livros através de cópias manuscritas, que, em muitos contextos, eram cópias parciais. Quando analisamos as apreensões realizadas nas residências dos inconfidentes baianos, é possível mencionar inúmeras cópias manuscritas de trechos de diversos impressos, principalmente livros, cujo objeto central eram os ideais democrático-burgueses de revolução.

Sendo assim, é plausível afirmar que,

> Em uma cidade que fora a capital da Colônia – que era, em fins do século XVIII, a segunda mais importante cidade da América portuguesa – e na qual não havia casas impressoras, toda a produção local do escrito, fosse ele de que natureza fosse, dar-se-ia por meio da manuscritura.

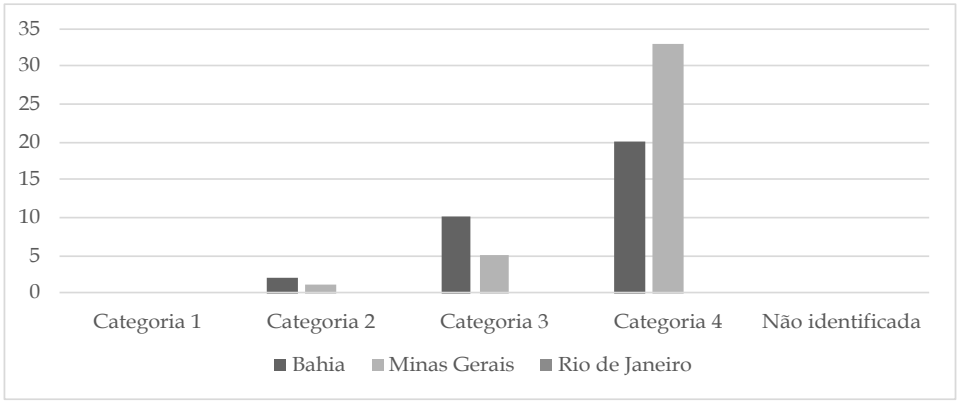
> Qualquer homem que soubesse escrever, embora não necessariamente ler, era potencialmente um copista e um produtor de papéis sediciosos (Moreira, 2004, p. 122)

Com base em tais assertivas, compreendemos que esse aspecto carece de investigações exaustivas, que descortinem e reconstituam os idos da manuscritura no Brasil, principalmente se considerarmos que a cultura impressa foi implementada tardiamente em nosso país.

2.6.3 Repartição sócio-ocupacional: homens não assinantes

Em relação aos homens não assinantes e à sua repartição sócio-ocupacional, temos os seguintes percentuais:

Gráfico 20 – Repartição sócio-ocupacional: homens não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

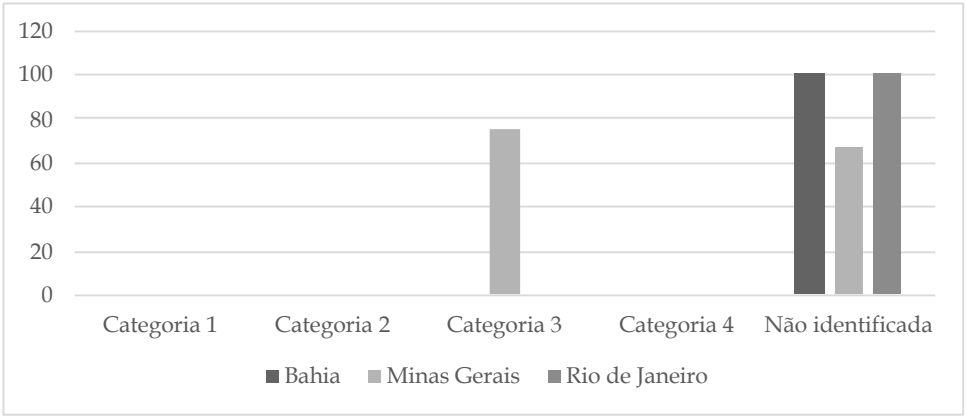
Como é possível observar, somente foram encontrados indivíduos não assinantes para as categorias 2, 3 e 4. Assim, fica evidente que, quanto mais baixa é a categoria, maior é o número de homens que não firmaram seu nome após seus testemunhos. Não havendo não assinantes na *Revolta dos Letrados*, devido à sua realidade bem específica, são os sujeitos das camadas intermediárias e baixas das sedições baiana e mineira que compõem o contingente de homens não assinantes de nossa amostra. Esse dado revela-nos que os indivíduos insurgentes que estão fora do universo da escrita especificamente, levando em consideração as particularidades da fonte *assinatura*, são os homens das camadas sociais mais

baixas daquele período, fundamentalmente não brancos, e principalmente em se tratando dos indivíduos escravizados, conforme observamos quando cruzamos esta variável com a cor dessas personagens. Contudo, não podemos deixar de frisar que o contingente masculino não assinante é minoritário quantativamente, se compararmos com os que assinaram seus depoimentos. Assim sendo, apesar de termos tais números, os movimentos sediciosos apresentam fotografias em que a escrita está extremamente presente.

2.6.4 Repartição sócio-ocupacional: mulheres

Sobre a repartição sócio-ocupacional das mulheres assinantes, encontramos dados explícitos somente para insurreição mineira, além dos números para as que não tiveram sua profissão identificada. Notemos o gráfico a seguir:

Gráfico 21 – Repartição sócio-ocupacional: mulheres assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

Somente houve a identificação de ocupações para as mulheres que se fizeram presentes no processo da *Inconfidência Mineira*. Estas, como já expomos, foram apontadas como costureiras, havendo somente uma que teve a cor parda explicitada. Todas solteiras, tais mulheres sobreviviam a partir de seu labor, fato este que é muito importante para indicar um possível condicionante para que estas pudessem ter aprendido minimamente a assinar seus nomes: ter uma profissão qualificada pode ter contribuído para que tais mulheres pudessem ter se alfabetizado, pois, por exemplo, nas relações comerciais das roupas que teciam, precisariam conhecer elementos básicos da contagem para lidar com a cobrança de suas manufaturas. Porém, a grande maioria do contingente feminino não teve

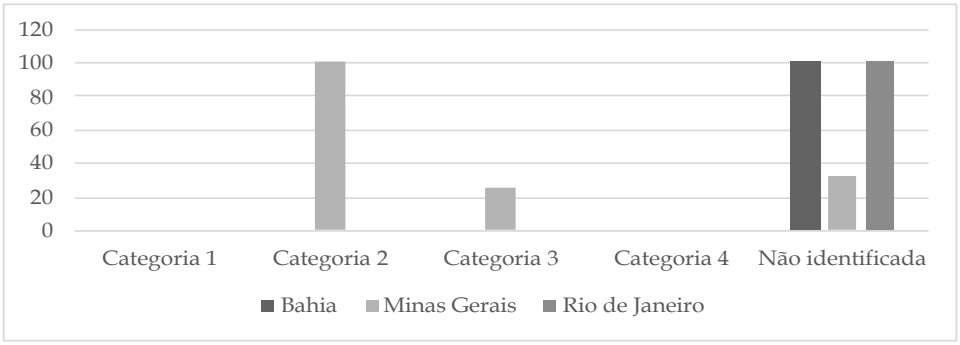
sua profissão demarcada. Esse dado pode revelar uma realidade comum entre as mulheres livres, pois eram poucas que possuíam uma atividade profissional, principalmente em se tratando de personagens casadas.

Já entre as não assinantes, também só encontramos dados explícitos sobre as profissões para as mulheres da insurreição mineira. Como está evidente no gráfico, as personagens femininas que não firmaram seus nomes após seu depoimento foram agrupadas nas categorias 2 e 3. Contudo, quando avaliamos os números brutos, estamos tratando, na realidade, de somente uma mulher alocada na categoria 2 e uma alocada na categoria 3, além da que não teve sua ocupação identificada.

A primeira delas era uma comerciante, que possuía uma taberna na zona urbana de Vila Rica, atual Ouro Preto. Esta, por possuir uma taberna, apesar de não ter assinado seu depoimento, poderia conhecer, mesmo que infimamente, o código escrito para ter acesso ao conteúdo de seus registros de contas, podendo saber ler, mesmo que não soubesse escrever. Porém, como já citamos anteriormente, ao tratarmos do caso explicitado por Petrucci (1978), essa interpretação nem sempre é possível, já que, nesse contexto, não há provavelmente uma relação direta da ocupação com o conhecimento da escrita. A segunda personagem, agrupada na categoria 3, foi apontada como uma pequena comerciante, que vivia de sua venda, de cor parda. Da mesma maneira, apesar de se tratar de uma realidade cujo porte comercial é menor, tal mulher também precisaria lidar com contextos em que a escrita e a contagem se faziam presentes, portanto, não ter assinado seu nome não significa dizer que não conhecesse as letras e os números. Além disso, esta última foi identificada com a cor parda, aspecto este que, entre os não brancos, era favorável para a inserção na escrita.

Sobre tais percentuais, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 22 – Repartição sócio-ocupacional: mulheres não assinantes



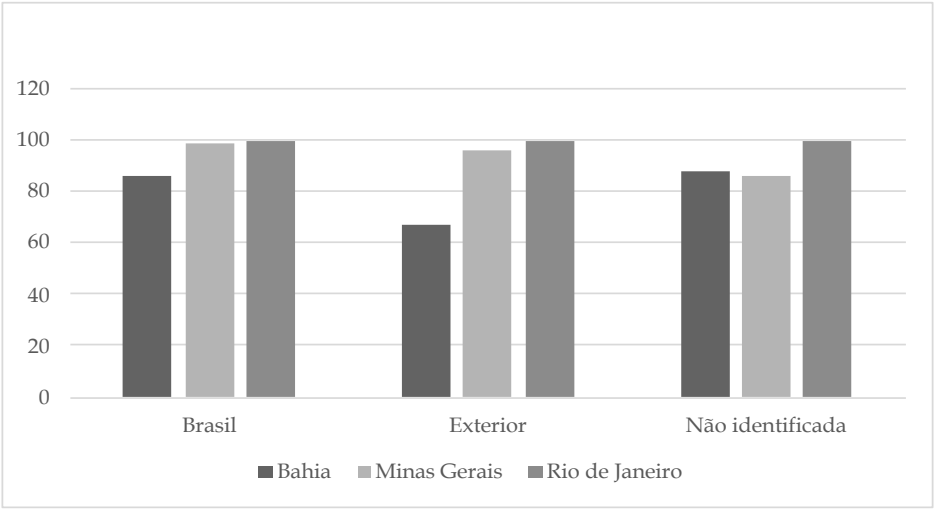
Fonte: Elaboração do autor.

2.7 Repartição por Origem

2.7.1 Homens *versus* Origem

Em relação à origem dos homens assinantes que se fizeram presentes nos *processos devassatórios* das insurreições baiana, mineira e carioca, temos os seguintes percentuais:

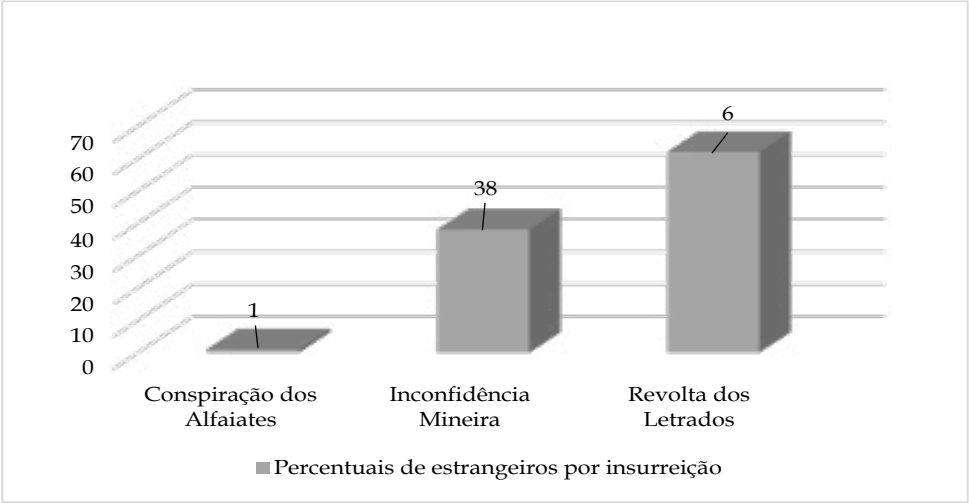
Gráfico 23 – Repartição por Origem: homens assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

Considerando somente os números percentuais explicitados no gráfico anterior, é possível dizer que estamos diante de uma realidade relativamente similar entre as três sedições, havendo somente uma pequena diferença entre os dados da *Conspiração dos Alfaiates* e os dos outros dois movimentos. Assim sendo, esses índices indicariam que a variável *origem* não traz elementos substanciais sobre a diferenciação de homens brasileiros e de estrangeiros quanto tratamos da distribuição social da escrita em tais contextos, pois vemos um relativo equilíbrio entre os percentuais apresentados, apesar de podermos pontuar que, no caso da Bahia, haveria um contingente menor de homens assinantes que não são naturais do Brasil. Contudo, quando avaliamos a relação proporcional entre os brasileiros e estrangeiros em tais sedições, encontramos uma realidade extremamente diferente, porque, como está evidentemente visível no gráfico a seguir, o percentual de sujeitos estrangeiros para as três insurreições é extremamente diferente quando as comparamos.

Gráfico 24 – Relação proporcional de estrangeiros



Fonte: Elaboração do autor.

A *Conspiração dos Alfaiates* apresenta somente três indivíduos oriundos de localidades estrangeiras, sendo dois portugueses e um africano. Já a *Inconfidência Mineira* agrupou 70 homens que não são originários do Brasil, cujo contingente é constituído fundamentalmente por indivíduos de naturalidade portuguesa, além de um homem africano e um irlandês. A *Revolta dos Letrados* é composta por 49 estrangeiros, em sua grande maioria oriundos de Portugal e suas possessões, além de dois franceses. Quando observamos os percentuais correspondentes a esses números absolutos, percebemos que a proporção de estrangeiros, em cada uma dessas sedições, é diferente, pois temos 1.1% de estrangeiros na insurreição baiana, 38.7% na mineira e 62% na carioca.

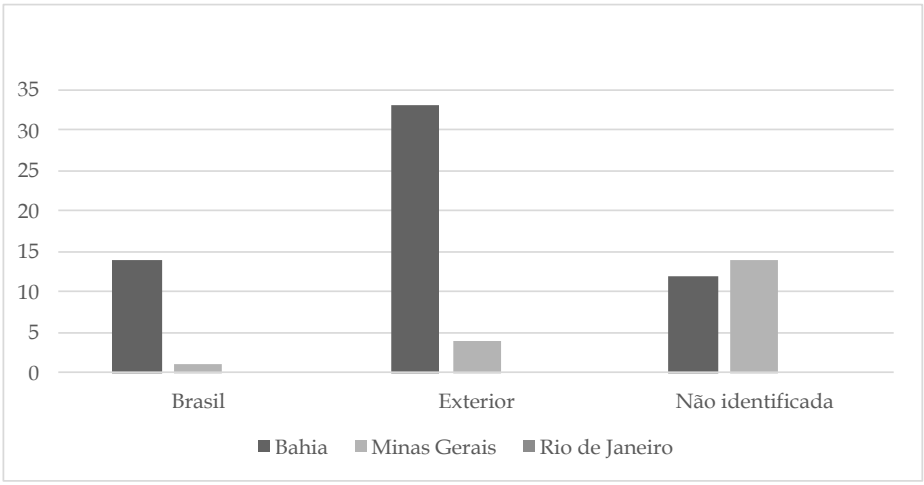
Assim sendo, como é notório, a *Revolta dos Letrados* concentra o maior contingente proporcional de estrangeiros entre os três movimentos. Esse dado pode indicar que, dentre outros fatores, o perfil de um letrado na colônia do Brasil teria relação direta com a origem dos sujeitos, principalmente quando eram oriundos da Europa. Porém, havia, entre os insurgentes cariocas, indivíduos nascidos no Brasil, os quais também faziam parte dessa instituição, como o próprio Alvarenga, fundador e principal articulador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Diante desse fato, há uma informação muito importante que precisa ser explanada: alguns dos envolvidos nessa sedição puderam estudar em Universidades portuguesas e, quando para cá voltaram, trouxeram consigo uma nova realidade no que diz respeito ao seu perfil sociológico, pelo menos em se tratando do universo das letras. Dessa forma, trazemos a hipótese de que uma

das questões que podem identificar letrados no período colonial é ser oriundo da metrópole e/ou ter lá estudado em Universidades, fato este comum entre os envolvidos no movimento da *Revolta dos Letrados*.

Mas conhecer a escrita não está diretamente relacionado com a ideia de ser letrado, pois, como vimos para essa investigação, a assinatura é uma fonte compósita e macroscópica, que não mensura nem a leitura e nem a escrita substancialmente, como pontuou Chartier (2006). Por isso, os dados encontrados para os estrangeiros não necessariamente os caracterizam como intelectuais, plenamente conhecedores da escrita, mas indicam um rastro de sua difusão num contexto ainda carente de pesquisas sistemáticas. Sendo assim, foi possível identificar que o contingente estrangeiro apresentou índices altos de assinantes, assim como os brasileiros. Ou seja, apesar de termos diferenciações proporcionais entre estes, a origem dos indivíduos insurgentes não aponta que brasileiros assinaram menos que estrangeiros ou vice-versa. Porém, não podemos deixar de pontuar que a intensa presença de estrangeiros, fundamentalmente naturais de Portugal, na Revolta dos Letrados pode apontar uma das realidades dos perfis dos letrados da colônia.

Entre os homens não assinantes, os percentuais apresentados para a *Inconfidência Mineira* e para a *Conspiração dos Alfaiates* apresentam nítidas diferenças, porém não podemos deixar de pontuar a enorme distinção entre os números brutos de uma e de outra.

Gráfico 25 – Repartição por Origem: homens não assinantes



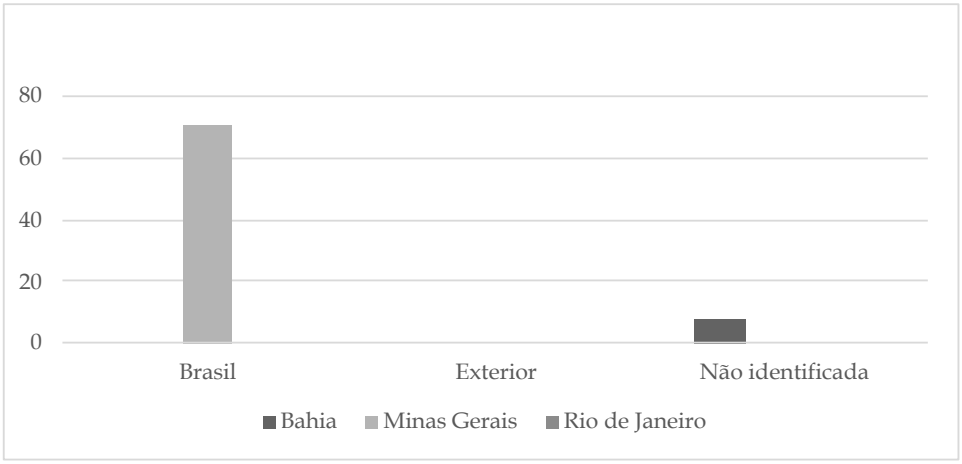
Fonte: Elaboração do autor.

Como é possível notar, os percentuais de brasileiros e de estrangeiros não assinantes da sedição baiana são muito maiores em relação aos que foram computados para o movimento das Gerais. Apesar da grande diferença entre os números brutos, isso pode ser explicado pela própria conjuntura do extrativismo mineral que, como pontuamos diversas vezes, colabora para o desenvolvimento de zonas urbanas e para a intensa mobilidade social, fato este que pode ter contribuído para os homens que estavam nas Minas Gerais, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, terem acessado mais facilmente e mais rapidamente o mundo da escrita. Na Bahia, foi possível encontrar uma enorme quantidade de não brancos, cujas condições nem sempre colaboraram para que pudessem adentrar no universo das letras, apesar de podermos ter visto um quantitativo majoritário de pardos assinantes, cuja origem é brasileira.

2.7.2 Mulheres *versus* Origem

Em relação à origem das mulheres assinantes, pudemos computar os seguintes percentuais globais:

Gráfico 26 – Repartição por Origem: mulheres assinantes

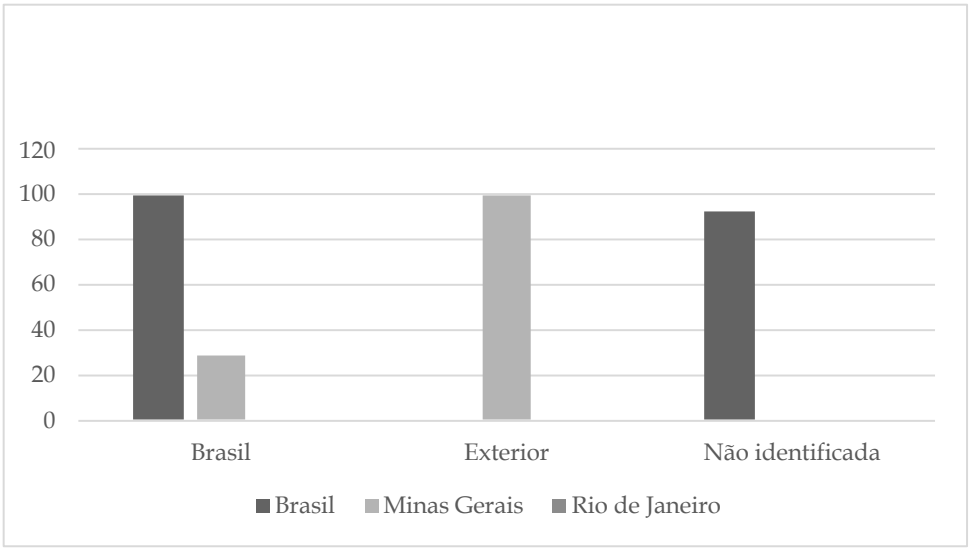


Fonte: Elaboração do autor.

Considerando tais números, é notório que temos, entre as mulheres que firmaram seus nomes após seus testemunhos, um percentual de aproximadamente 71% de assinantes. Na Bahia, a única personagem feminina que foi identificada nos *autos* não teve sua origem demarcada.

Entre as não assinantes, temos os seguintes dados:

Gráfico 27 – Repartição por Origem: mulheres não assinantes



Fonte: Elaboração do autor.

Diante de tais números, é possível apontar que as mulheres não assinantes da *Conspiração dos Alfaiates*, cuja origem é brasileira, assinam menos do que as que foram identificadas para as Minas Gerais. Contudo, não tivemos nenhuma personagem feminina da sedição baiana de origem estrangeira que não assina seu testemunho, havendo somente uma mulher não assinante estrangeira para a *Inconfidência Mineira*. Oriunda do continente africano, mais especificamente da Costa da Mina, esta, provavelmente, por estar num contexto em que o português é sua segunda língua, teria menos condicionantes de adquirir a escrita, ainda mais quando consideramos o fato de que Antônia da Costa era uma ex-escravizada.

3 As letras insurgentes na história do Brasil colonial

Levando em consideração os elementos apresentados, quando buscamos comparar os números globais dos três movimentos sediciosos aqui investigados, é possível tecer algumas considerações e levantar algumas hipóteses para entendermos as altas taxas de assinaturas encontradas tanto para os *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, quanto para os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e para os *Autos da Devassa da Revolta dos Letrados*, principalmente quando tratamos dos contingentes de não brancos. Para isso, avaliaremos os caminhos para a alfa-

betização de escravizados no Brasil colonial e pós-colonial, explicitados por Oliveira (2006), quando este, a partir de um conjunto de propostas diversificadas, sugere possíveis respostas para entendermos como tais indivíduos conseguiram desenvolver as habilidades da escrita, da leitura e/ou da contagem num período em que a escolarização era proibida a esse contingente populacional.

Sendo assim, a partir dos elementos sociológicos explicitados anteriormente, sugerimos, no desenrolar da descrição e da análise dos dados de nossa amostra, alguns indícios que tenham favorecido a aquisição, mesmo que ínfima, da escrita pela maioria das testemunhas e/ou acusados das três insurreições. Mas essa realidade recai sobre toda população de Salvador, de Ouro Preto e do Rio de Janeiro? Se sim, quais são os elementos que podem fortalecer essa afirmativa? Se não, o que poderia explicar o alto índice de *assinante*s encontrado nos *autos* dos *processos devassatórios* em questão?

Para nós, os números obtidos não representam obviamente de forma clara e consistente a realidade dos índices de alfabetismos dos três principais centros populacionais do Brasil colonial de finais do século XVIII, pois, se assim fosse, estaríamos tratando de uma provável "república das letras". Na realidade, muitos historiadores, a partir de investigações diversas, ainda afirmam que o Brasil, nos períodos colonial e pós-colonial, apresentava números muito baixos de alfabetizados. Então, por que os dados mensurados revelam números tão altos?

Para responder a essa questão, primeiramente, falaremos sobre a realidade censitária do Brasil em relação à instrução da população do país em 1872, com o intuito de estabelecer referenciais que possam nos aproximar dos números de alfabetizados para os três contextos aqui analisados. Assim sendo, as informações coletadas em finais do século XIX revelam que, entre os 8.419.672 indivíduos livres computados, cerca de 1.563.078 eram alfabetizados e 6.856.594 não eram alfabetizados. Entre a população escravizada, cujo número apresentado é de 1.510.806, 1.403 sabiam ler e escrever e 1.509.403 não sabiam. Diante desses números, encontramos uma realidade de somente 16% de alfabetizados, sendo que população livre não alfabetizada correspondia a aproximadamente 82% e a população escravizada não alfabetizada correspondia a 99.9% de todo esse contingente[16].

Com base nesses dados, levantados quase um século após as sedições aqui investigadas, é possível afirmar que a maioria da população brasileira, em fins dos oitocentos, não conhecia as letras. Partindo disso, se recuarmos aproximadamente um século, para finais dos setecentos, esse número provavelmente não seria muito diferente. Aliás, o número de analfabetos poderia ser demasiadamente maior se levarmos em conta que o século XIX foi marcado por profundas

16 Os dados do primeiro censo oficial do Brasil de 1872 estão disponíveis no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, através do sítio eletrônico www.nphed.cedeplar.ufmg.br.

transformações sociais, que poderiam ter viabilizado o aumento gradativo dos índices de alfabetismos. Dessa forma, como seria possível tratar os resultados encontrados para a *Conspiração dos Alfaiates*, para a *Inconfidência Mineira* e para a *Revolta dos Letrados*? Uma resposta plausível seria investigar as conjunturas dos movimentos de inconfidência do Brasil.

Buscando entender o fenômeno da alfabetização na história do Brasil colonial e pós-colonial, alguns pesquisadores, interessados em desvendar os caminhos que explicariam, talvez, o porquê de o analfabetismo não se ter feito presente em 100% da população escrava, investigaram diversas circunstâncias históricas que tenham favorecido esse contingente a adentrar paulatinamente no universo da cultura escrita. Um deles foi Oliveira (2006). O referido pesquisador propõe basicamente três vias para compreendermos como os africanos e seus descendentes aprenderam a ler e escrever num contexto em que, na sociedade brasileira, o negro era proibido de frequentar escolas, pelo menos até o ano da abolição de seu sistema escravocrata, em 1888. São elas:

- Relações afetuosas dos escravos com a família senhorial;
- Especialização de algumas profissões, que exigiam algum conhecimento da leitura e escrita;
- O valor positivo da alfabetização entre negros e o papel das irmandades negras.

Em relação ao primeiro caminho, Oliveira (2006) nos diz que, no convívio doméstico, haveria maiores chances de um estreitamento dos laços afetivos entre escravizados e seus "donos", situação que poderia oferecer um ambiente propício para que alguns aprendessem a leitura e a escrita, quando, por exemplo, os filhos de seus "senhores" estivessem expostos à alfabetização com professores particulares que atuassem diretamente em suas residências, tanto em contextos rurais, quanto urbanos. Mas, para que possamos compreender tais relações claramente, ele revela que é necessário entendermos os envolvimentos dos chamados escravos domésticos com seus "senhores", apontando que este é um

> [...] percurso difícil de ser reconstruído, uma vez que essas relações, estabelecidas dentro dos casarios, não deixaram, quanto ao aspecto que se busca, registros em outros lugares da sociedade passada. Os estudos de história social, entretanto, parecem deixar claro que as relações mais 'afetuosas' entre escravos e famílias dos senhores tinham mais chances de se estreitar com os chamados escravos domésticos, ou seja, aqueles que ocupavam lugares de trabalho dentro dos domicílios, o que seria mais raro com os escravos urbanos, uma vez que viviam a trabalhar nas várias atividades co-

> merciais (ambulantes, carregadores etc) e o ganho obtido era dado ao seu dono, e com os escravos rurais, porque as atividades agrícolas não possibilitavam contatos mais diretos entre eles e senhores (Oliveira, 2006, p. 56).

O segundo caminho apontado é a especialização de algumas profissões de escravizados, que exigia algum conhecimento da leitura, da escrita e da contagem. Oliveira (2006, p. 60) elucida, com base em pesquisas desenvolvidas por Maria José de Sousa Andrade (1998), que

> [...] quanto aos pouquíssimos escravos que sabiam ler e escrever, as fontes estudadas pela historiadora não se calaram: "Cândido, pardo, moço, que tem habilidade de caixeiro do trapiche e que sabe ler e escrever e contar, sem moléstia, avaliado em 900$000". Como nota Andrade (1988), nesse caso acima transcrito, o ofício do escravo em questão mais a habilidade na leitura, na escrita e nas contas fizeram que fosse ele mais valorizado, em 900$000, uma vez que existiam outros, que também trabalhavam no trapiche, estimados em, no máximo, 600$000 (Oliveira, 2006, p. 60).

Em relação a esse aspecto, o pesquisador expõe que, com o desenvolvimento paulatino das cidades, as atividades desenvolvidas por escravizados se especializaram, exigindo de seus "donos" um investimento na qualificação de alguns deles para a efetivação de certas profissões, como, por exemplo, a alfaiataria, a carpintaria e o artesanato. Além disso, saber ler, escrever e/ou contar poderia encarecer o valor de mercado do escravo.

O terceiro caminho assinalado recai sobre a valor da alfabetização entre os negros e o papel das irmandades negras na sociedade colonial e pós-colonial brasileira. Segundo o pesquisador, a população negra via a alfabetização como algo que gozava de prestígio e, por isso mesmo, a incentivava, principalmente entre os mais jovens. Dessa forma, ele cogita a hipótese de que "os negros não se mantinham passivos em relação a saber ler e escrever; para eles, esse aspecto parece ter alguma representação positiva e, conscientes disso, advinha o incentivo a ele" (Oliveira, 2006, p. 62). Para mais, ainda revela que é possível identificar, em alguns documentos históricos, trechos que indicam que meninos negros frequentavam alguns ambientes, chamados de "escolas", para serem alfabetizados e/ou para serem treinados para alguma profissão especializada.

Além desse aspecto, segundo ele, há "ainda indícios de que o letramento encontrasse valor positivo dentro de irmandades negras, tão comuns ao Brasil colonial e pós-colonial". Oliveira (2006) nos revela que as irmandades negras foram muito comuns no passado brasileiro e tinham o objetivo de, a partir da

devoção a um santo católico, congregar um conjunto de indivíduos para firmar um pacto que poderia significar um fortalecimento das relações destes entre si, pois elas "angariavam prestígio entre negros, escravos ou libertos, por terem se constituído em um dos poucos espaços legítimos na sociedade em que se praticavam ações assistenciais e por possuírem intensa vida social" (Oliveira, 2006, p. 62-65).

Sobre as irmandades negras do Brasil especificamente, diz-nos o historiador João José Reis (1997, p. 12) que

> [...] os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravocrata escritas por negros ou pelo menos como expressão da sua vontade. As irmandades, aliás, produziram muita escrita.

Essa afirmação, junto às pesquisas desenvolvidas por Oliveira (2006) sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fazem-nos pensar que os espaços das irmandades negras poderiam ter favorecido a seus integrantes o aprendizado da leitura e da escrita, pois, em sua esfera, as ações de colaboração entre seus congregados, unidas à valorização da alfabetização entre os negros, podem ter contribuído para esse fim. Além disso, o caráter étnico de algumas delas, como a que há pouco foi referida, impedia a participação de brancos, por isso mesmo, eram os próprios negros quem deveriam desenvolver as atividades administrativas, como o caso de escrivães, tesoureiros, secretários e conselheiros, atividades que exigiriam o conhecimento, mesmo que parcial, da leitura, da escrita e da contagem.

Perante tais vias, e com base nos dados analisados para as três sedições, propomos a inclusão de mais um caminho que possa ter favorecido a aquisição da escrita no período colonial no Brasil, que abrange não somente negros, escravizados e/ou alforriados, mas também brancos e mestiços livres integrantes das camadas sociais subalternas da população. Essa quarta via seriam os *movimentos de insurreição*. Estes foram muito comuns entre meados do século XVIII e início do século XIX, no Brasil, e abarcaram um conjunto variado de indivíduos, que estavam interessados basicamente na independência da colônia e em relações sociais mais igualitárias.

No caso da Sedição Intentada de 1798, como exposto anteriormente, os "homens de consideração", através de conversas e/ou reuniões, difundiram os ideais franceses de *liberté*, *fraternité et égalité* para as camadas mais profundas da sociedade colonial. Foram esses homens e mulheres desfavorecidos, embebidos por tais pensamentos revolucionários democrático-burgueses, que iniciaram um

movimento sedicioso que via a república como a solução para suas mazelas. Mas como estes iriam apreender os elementos teóricos da conspiração se, em sua maioria, não sabiam ler e/ou escrever? Suas bases seriam unicamente as falas dos "homens de consideração"? Se estamos falando de um projeto de construção de uma sociedade mais igualitária, por que não adentrar efetivamente no universo da escrita, visto de forma tão prestigiada pela sociedade colonial brasileira, sobretudo a partir do século XVIII?

Como apontamos, foram muitas as apreensões feitas de manuscritos com cópias, em sua maioria traduzidas, de livros teóricos sobre a Revolução Francesa. Como tais indivíduos as adquiriram? Através dos profissionais da escrita, identificados nos *autos* como os *homens que viviam de escrever*? Ou, na realidade, foram eles mesmos quem os copiaram? Mesmo que não os tenham efetivamente reproduzido, por que esses homens e mulheres cobiçavam possuir tais manuscritos? Para lê-los? Não há respostas claras para tais questionamentos, mas não podemos deixar de lado o fato da intensa presença da escrita no movimento que compôs a *Revolução dos Búzios*.

Na *Inconfidência Mineira*, indivíduos das diversas camadas sociais agruparam-se num movimento com o intuito de aniquilar o domínio político-econômico que a metrópole matinha sobre a colônia, questionando, dentre outros aspectos, a enorme carga tributária exigida pela coroa sobre o ouro. Esta, além de impedir o maior acúmulo do minério dourado, atingia fortemente os sujeitos mais pobres, pois inviabilizava a clara mobilidade social que caracteriza o contexto dos aglomerados urbanos que se constituíram em torno do extrativismo mineral. Dessa maneira, homens da elite, juntamente com indivíduos de camadas sociais intermediárias, viram na independência administrativa, pelo menos parcial, e monetária uma forma de compor uma nova realidade econômica para o Brasil, que proporcionaria aos abastados mais poder e aos pobres oportunidades de ascensão social.

O mote ideológico para essa sedição seriam os referenciais da independência dos Estados Unidos da América e do pensamento iluminista europeu. Tais propostas aqui chegavam através de livros diversos, que estavam sob a censura do Reino. Estes circularam entre os inconfidentes, quando tais obras eram emprestadas ou quanto eram copiadas, traduzidas e distribuídas entre os envolvidos nesse movimento, fato este que contribuiu fortemente para a propagação de ideias contrárias à lógica colonialista portuguesa. Em meio a isso, muitos homens acessaram produtos escritos variados, envolvendo-se intensamente com esse universo cultural, contribuindo com a sua circulação no seio do movimento. Sujeitos das camadas mais baixas, que não tinham adquirido a escrita, viram nela uma forma de acessar pressupostos que poderiam favorecer sua ascensão social, e isso pode ter cooperado para que esses homens buscassem se alfabetizar, pois

adquirir a escrita era uma das formas de se mover socialmente em direção às camadas mais altas da pirâmide social daquele período. Assim, os ventos sediciosos poderiam ter assoprado fortemente para que a escrita se propagasse entre os envolvidos, seja direta ou indiretamente, na *Inconfidência* das Minas Gerais.

Já a *Revolta dos Letrados*, como vimos, não compôs uma sedição nos moldes de um levante arquitetado, como observamos para os outros casos analisados aqui. Na realidade, no seio de uma Sociedade Literária, na qual muitas obras eram lidas e discutidas, e muitos escritos eram produzidos, diversos temas proibidos circularam entre os associados, principalmente quando tratavam das ideias iluministas que insistiam em circular. No seio dessa instituição, as personagens principais para a composição da forjada insurreição seriam justamente a leitura e a escrita, pois, por causa delas, foram feitas as denúncias sobre um possível movimento sedicioso que estava a se formar. Como as feridas da *Inconfidência Mineira* ainda estavam abertas, pois a condenação de seus envolvidos tinha sido recentemente concretizada, culminando, inclusive, no esquartejamento de um dos seus representantes, em 1792, as organizações que debatiam assuntos proibidos eram fortemente combatidas, não sendo diferente com a que foi fundada por Manuel Alvarenga.

Na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, além de notarmos uma intensa atividade de leitura e discussão de obras diversas, realizadas em sessões plenárias, como indica seu estatuto, também observamos uma grande produção de escritos, os quais, inclusive, passavam pelo crivo de revisores quando algum associado não escrevesse nos moldes normativos do português de então. Dessa forma, é visível que essa instituição contribuiu fortemente para a circulação da escrita entre os homens que eram associados a ela, colaborando, também, com a formação intelectual de muitos que ali estavam.

Porém, para se associar, o candidato precisaria conhecer a escrita para que pudesse acompanhar o andamento dos trabalhos desenvolvidos na Sociedade. Assim sendo, muitos indivíduos, vendo nesta instituição uma escada para ascender socialmente, poderiam ter buscado formas para se alfabetizar, com o objetivo de tentar ser aceitos como sócios, entrando para o rol dos chamados intelectuais da época. Uma possível evidência dessa questão seria a diversificação dos perfis sociológicos encontrados para os sujeitos que foram envolvidos no processo investigativo dessa forjada sedição, pois, como vimos, apesar de termos um grande quantitativo de portugueses, muitos dos indivíduos que compunham os dados dos *autos* da *Revolta dos Letrados* eram oriundos de camadas sociais mais baixas. Além disso, é possível dizer ainda que o perfil de letrado não necessariamente tinha relação direta com o perfil dos homens pertencentes à elite econômica da época.

Levando em consideração a conjuntura de tais sedições, que contribuíram para a difusão social da escrita entre os insurgentes, os processos investigativos que pautaram os *movimentos de inconfidência* podem nos dar uma margem quantitativa parcial, a partir do contexto macroscópico e compósito da *assinatura*, para entendermos como estava difundida socialmente a escrita no Brasil colonial e pós-colonial, pois foram inúmeras as sedições, intentadas e concretizadas, nesse período. Para mais, além de oferecer o escopo quantitativo, os processos dos movimentos de insurreição também nos oferecem indícios sobre a circulação da escrita em meio às atmosferas sediciosas, quando analisamos as apreensões feitas durante as investigações. Materiais de uso corrente da escrita, manuscritos que continham cópias de diversos livros censurados e até mesmo bibliotecas inteiras foram apanhadas como prova para a acusação de crime de *lesa-majestade*. Sendo assim, além de podermos observar a visível presença da escrita a partir do cômputo das assinaturas dos sediciosos, foi possível também analisar a sua intensa circulação em tais contextos, demonstrando, assim, que essa conjuntura, além de agrupar um diversificado perfil de sujeitos escreventes, e colaborar para a intensa circulação da escrita nesse universo, pode ter contribuído fortemente para sua difusão entre aqueles que ainda não a tinham adquirido, principalmente os que não estavam em condições favoráveis para adentrar na orbe cultural da escrita.

De uma forma ou de outra, essa investigação ilumina rastros que podem colaborar para o estabelecimento de indícios que contribuam para a reconstituição histórica da difusão social da escrita no Brasil colonial. Assim sendo, levantando questionamentos e propondo novos caminhos para o entendimento desse fenômeno, trouxemos aqui algumas "fotografias" de um extenso "álbum" que, ainda, precisa ser descoberto e apreciado. Aqui, demos um pequeno passo de um longo caminho que precisa ser percorrido.

3.1 A maçonaria e as revoltas separatistas do período colonial

Diante dos dados apresentados e dos intercruzamentos feitos entre as sedições mineira, carioca e baiana, apontamos que os *movimentos de insurreição* são conjunturas favoráveis para a aquisição da escrita dos integrantes das camadas sociais subalternas da população do Brasil, sejam eles negros, escravizados e/ou alforriados, ou mesmo mestiços e brancos livres. Dessa maneira, então, é possível dizer que tais contextos poderiam ter contribuído para a difusão social da escrita em finais do período colonial no Brasil, pois, a partir da conjuntura insurgente, pautada provavelmente no mote ideológico iluminista que vinha se espalhando pela Europa e, consequentemente, por suas colônias, a inserção de sujeitos de classes sociais desfavorecidas em debates de cunho filosófico francês

dependia de que estes pudessem ler as obras proibidas que circulavam pela colônia de forma clandestina. Por isso mesmo, para aqueles que estivessem totalmente fora do universo da escrita, tais movimentos os incentivaram a adentrar no mundo grafocêntrico, para que pudessem participar ativamente dos feitos das conspirações.

Contudo, para que possamos compreender mais claramente essa relação entre as insurreições, o iluminismo e a difusão social da escrita em meio a essas conjunturas, precisamos discutir uma questão que, para nós, contribuiu fortemente para essa realidade: a inserção e a difusão da maçonaria no Brasil. Dizemos isso porque, pelo que vimos, essa organização se fez presente em terras brasílicas a partir da segunda metade do século XVIII e parece ter contribuído diretamente para as revoltas que, mais tarde, culminaram na independência política do país em 1822. Para entendermos melhor essa questão, faremos uma explanação, com base em pesquisadores especializados na história da maçonaria em nosso país, com o intuito de demonstrar como os chamados "pedreiros-livres", também conhecidos como maçons, atuaram nesses movimentos.

Assim sendo, segundo Alexandre Mansur Barata (2006, p. 38),

> O contato da sociedade luso-brasileira com as idéias da Ilustração tem como ponto de inflexão, para grande parte da historiografia, a ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de primeiro-ministro do rei D. José I (1750-1777). Este era um período no qual não só Portugal, mas também a Espanha, procuravam encontrar caminhos que levassem à superação do atraso em que se encontravam, sobretudo, se comparados com a França e com a Inglaterra. Sendo assim, a segunda metade do século XVIII significou, para os estadistas ibéricos, a necessidade de se pensar em saídas de modernização para seus impérios (p. 38).

Como é possível observar, as ideias iluministas aproximam-se da realidade luso-brasileira a partir da ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de primeiro-ministro de Portugal. O objetivo de elegê-lo para tal fim era fazer com que o reino português conseguisse superar o atraso em que se encontrava, quando comparado com nações que vinham se desenvolvendo rapidamente, como a França e a Inglaterra, com o intuito de alcançar a sua modernização. Para isso, Pombal precisaria tentar acabar com o desequilíbrio da balança comercial portuguesa, oriundo dos acordos comerciais feitos com a Grã-Bretanha (Barata, 2006).

Suas primeiras atitudes para dar cabo a isso, como já se sabe amplamente, foi expulsar os jesuítas, modificar o funcionamento do Santo Ofício e reformar a Universidade de Coimbra, além de outros aspectos. Tal postura conse-

quentemente contribuiu para se atribuir uma influência iluminista em suas ações, porque Pombal, com estas, enfraqueceu o poder da Igreja e fortaleceu as instituições estatais, contribuindo, inclusive, com um direcionamento mais racional na forma de governar o Reino. Contudo, segundo Maxwell (1996), esse período revelou um paradoxo do Iluminismo no Absolutismo, já que os ideais iluministas propagavam, entre outras coisas, os princípios da liberdade, da fraternidade e da igualdade entre os homens. Como se sabe, Pombal é citado como exemplo claro do chamado "despotismo esclarecido", e isso quer dizer que, apesar da racionalidade fazer parte dos discursos que compunham seu governo, a centralização do poder era um elemento fulcral para sua atuação, dentro de uma realidade ainda de absolutismo monárquico. A criação da Intendência Geral da Polícia e do novo regimento para Inquisição são possíveis indicadores do poder coercitivo que compunha sua lógica de governo (Barata, 2006).

Valendo-se do historiador José Vicente Serrão, Barata (2006, p. 39), aponta que,

> Neste sentido, o pombalismo, como projeto político [...] esteve orientado em três direções: afirmação do Estado como entidade institucional; afirmação de um núcleo político dirigente do Estado e da sociedade e afirmação de uma ação reformadora global sobre diversos aspectos da sociedade lusa. A afirmação do poder e da autoridade do Estado face à sociedade pode ser traduzida no empenho persistente de conter o poder e a influência da Igreja; na subordinação de certos setores da nobreza; na ampliação dos privilégios e dignidades aos membros do Estado e numa reestruturação administrativa como um conteúdo fortemente centralizador. Ao lado dessa reestruturação do Estado, o pombalismo empenhou-se no seu fortalecimento como núcleo político dirigente, a partir da constituição de uma ampla rede de solidariedades políticas e pessoais, tendo como figura de referência o próprio Marquês de Pombal. Essa rede de solidariedade se alargou em direção ao funcionalismo público constituindo um grupo de altos funcionários administrativos identificados com o projeto pombalino. Contando com um Estado forte e com um sólido núcleo dirigente, o pombalismo possuía, assim, os meios para implementar as reformas necessárias à modernização da sociedade portuguesa. E foi em nome da necessidade de recuperar o prestígio de Portugal que essas reformas procuraram se legitimar.

Assim sendo, mesmo com base numa postura centralizadora do poder, Pombal reconhecia a necessidade de uma modernização da sociedade portuguesa, que precisaria acompanhar o desenvolvimento das grandes nações da Europa, e as "luzes", em certa medida, compunham o mote desse projeto. Mesmo

havendo sinais de tensão e possíveis resistências futuras por causa das contradições e/ou divergências que as sociedades de finais do período do Antigo Regime viam, segundo Luiz A. de Oliveira Ramos (1990, p. 156), Portugal não ignorou as "luzes do século", pois seguiu bem de perto as transformações de cunho revolucionário que aconteceram, principalmente, a partir de 1770 nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Irlanda, na Holanda e, fundamentalmente, na França. E isso só foi possível devido ao contato de portugueses com o exterior, principalmente por causa do comércio internacional que a Corte portuguesa tinha com outras nações, além da relevância que as colônias inglesas e francesas tinham dentro de Portugal. Além disso, é preciso apontar também que, por causa dessas relações, houve uma expressiva circulação de obras vindas do exterior, principalmente porque muitos estudantes portugueses frequentavam universidades em outros países europeus.

Assim sendo, segundo Barata (2006, p. 40), somado a isso, temos

> [...] o desenvolvimento e a criação de espaços que se converteram em locais de divulgação das idéias da Ilustração. O principal deles era a Universidade de Coimbra após a reforma pombalina de 1772, que implicou na adoção de um projeto de ensino baseado na observação, no experimentalismo, enfim, nos princípios da razão, colocando em xeque toda uma tradição educacional escolástica, aristotélica, que dominava aquela instituição. Outra instituição importante criada no final do século XVIII, durante o reinado de D. Maria I, foi a *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Aos reunir intelectuais, cientistas, muitos deles provenientes da América Portuguesa, a *Academia* procurou propiciar, dentro de um pragmatismo que caracterizou a ação dos ilustrados portugueses, alternativas para o desenvolvimento português.

Como é possível observar, essas transformações acabaram por fazer circular as ideias iluministas no universo português, não somente na metrópole, mas também em suas colônias, principalmente porque indivíduos oriundos das colônias portuguesas foram estudar na Universidade de Coimbra e, quando retornavam, traziam consigo o saber e os questionamentos das "luzes" que se anunciavam na Europa. Se relembramos o caso da *Revolta dos Letrados*, por exemplo, podemos relacionar tal aspecto com o processo formativo de Manuel Alvarenga, que, por ter estudado justamente nessa instituição, provavelmente teve contato direto com os discursos iluministas, trazendo-os para cá quando retornou de Portugal.

Contudo, é importante ressaltar que os discursos iluministas não se desenvolveram igualmente em todos os lugares, pois, no caso português, por exemplo, os elementos que pautavam as ideias de liberdade, fraternidade e igualdade, e que

desqualificavam a Igreja, não eram vistos com bons olhos pela Corte, que começava a fiscalizar fortemente os debates que tratavam dessas temáticas dentro de Portugal. Por isso mesmo, vários indivíduos, que passaram a ser chamados de "libertinos" foram denunciados à Inquisição como hereges e imorais perante a Santa Igreja, causando diversos infortúnios processuais para muitos que debatiam as questões filosóficas desenvolvidas na França da época. Para além dessa questão de heresia e imoralidade, na realidade luso-brasileira de finais do século XVIII,

> [...] libertino também era aquele que poderia ser considerado uma ameaça ao poder régio, ou melhor, aquele que advogava e divulgava os princípios revolucionários dos franceses, aquele que ameaçava o trono e o altar. Soma-se ao sentido original de desregramento dos costumes um sentido de heterodoxia ideológica e política [...]. Libertino era, portanto, o afrancesado, o jacobino, o maçom ou pedreiro-livre, para utilizar o vocábulo mais comum no período. Após 1789, eram todos aqueles que criticavam o estado absoluto, ridicularizavam os preceitos da religião católica, liam livros considerados proibidos, etc. (Barata, 2006, p. 42).

Dessa maneira, apesar de ter que se pontuar as dificuldades de se analisar com clareza "os respectivos pelos da Ilustração e das proposições heréticas e iconoclastas que vicejavam no mundo luso-brasileiro", Luiz Carlos Villalta (1999, p. 421-422) nos diz que:

> [...] é preciso entender que os pontos de confluência da Ilustração com o substrato cultural oral preexistente talvez sejam um dos fatores explicativos para a receptividade que as Idéias Ilustradas tiveram, para a ânsia com que os livros proibidos que as continham foram procurados: os leitores identificavam nas obras verdades com as quais de antemão tinham afinidade e, por isso, mesmo as procuravam.

Foi justamente por causa dessas ideias que a Corte portuguesa passou a adotar medidas para evitar a proliferação dos discursos das "luzes" na metrópole e, também, em suas colônias. Assim sendo, muitos franceses que residiam em Portugal foram presos e expulsos do país, passando a ocorrer também uma intensa fiscalização em navios franceses, com o intuito de encontrar livros e/ou materiais de cunho iluminista. Nas colônias, a partir da entrada de tais ideias em seus agrupamentos sociais, foi possível notar diversos casos de manifestações que criticavam os valores e práticas do Antigo Regime. Um exemplo disso foi o caso ocorrido na Bahia, quando o Padre José Fonseca Neves denunciou Cipriano José Barata de Almeida e Marcelino Antônio de Souza para a Inquisição de

Lisboa em maio de 1798 (Barata, 2006). Nos dizeres desse pároco, tais indivíduos foram denunciados porque eram

> [...] heréticos formais; porque nada têm de católicos, pois não só usam dos seus falsos sistemas, mas também os imbuem aos povos rústicos para que os sigam. Os seus erros são inumeráveis porque têm toda a mistura de quantas heresias tem havido em todos os séculos; porém os principais erros que observam é que fora de um Ente Supremo, tudo o mais é fantasma, nada acreditam, dizem que não há inferno, nem purgatório, que quando morrem é o mesmo, que outro qualquer bruto, e por esta razão que podem viver à sua vontade em estado livre, e gozar das delícias que o homem tem produzido, porque estes malditos sectários dizem que tudo que há criado sobre a terra se deve ao homem, e não a Deus. Enquanto a Santa Madre Igreja dizem eles que são os poucos de impostores que prejudicaram, e destrói a sociedade humana, e o mesmo dizem da Santa Igreja, dizem dos Monarcas [...] (ANTT[17], Inquisição de Lisboa. Processo 13865).

Se analisarmos meticulosamente tal trecho, é possível identificar um aspecto muito importante para esta investigação. Os personagens denunciados fizeram parte do movimento da *Conspiração dos Alfaiates* e, como apontamos, contribuíram não só para a organização do possível levante, mas também para que as ideias iluministas pudessem se propagar entre os indivíduos da colônia. Ao lermos esse fragmento, esse aspecto fica bastante evidente quando o testemunho do pároco indica que uma das questões mais graves que incriminam tais sujeitos era justamente a divulgação das "luzes" entre os chamados "povos rústicos" que os seguiam. Quem seriam estes? Como foi possível observar no decorrer da descrição e da análise da amostra para a insurreição baiana, uma parcela representativa dos envolvidos era de homens mestiços e negros, ou mesmo brancos de classes subalternas da colônia, e eram estes os seguidores dessas personagens "iluminadas", vendo nesses ideais uma saída para a liberdade que tanto almejavam.

A presença das ideias iluministas no universo colonial contribuiu para a construção de uma consciência de nacionalidade que desencadeou um conjunto de movimentos de insurreição que culminaram na independência política do Brasil em 1822 (Barata, 2006). Indivíduos, como Cipriano Barata, perceberam que propagar as "luzes" e as ideias de revolução seria a forma mais acertada de angariar seguidores para a construção de um levante contra os desmandos e a exploração da metrópole. Para isso, precisavam arquitetar maneiras para que esse fim pudesse se concretizar; assim, segundo István Jancsó (1997, p. 389), "A sedição é, então, a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro

17 Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

nos interstícios do presente". Era preciso transgredir. E é nessa conjuntura que o papel dos maçons e da maçonaria contribuiu para a composição de uma possível "revolução".

Apesar de termos, como já apontamos, uma pletora de possibilidades no que diz respeito ao entendimento das ideias iluministas, formando grupos diversificados de intelectuais, tanto os mais conservadores e monarquistas, quanto os mais reacionários e "revolucionistas", a historiografia não nega a intensa participação de parcelas desses grupos nos *movimentos de insurreição* ocorridos no Brasil. Vistos como os "agentes da revolução", os maçons, organizados através de lojas – como eram, e ainda são, conhecidas as organizações maçônicas –, reuniam-se e debatiam as questões das "luzes", buscando angariar a adesão dos indivíduos da sociedade colonial, para que estes também se tornassem "pedreiros-livres". Dessa maneira, organizados em sociedades secretas, poderiam articular como seriam constituídos os levantes contra o domínio da metrópole portuguesa.

Apesar de não se poder precisar efetivamente quando a maçonaria foi introduzida no Brasil, alguns historiadores, como Joaquim Felício dos Santos (1976), apontam que é possível dizer que haveria a existência de uma loja maçônica, conhecida como "Grande Oriente", funcionando na Bahia desde meados do século XVIII. Tendo como base a igualdade entre os homens, essa organização teve uma ação muito importante na Inconfidência Mineira e, também, na independência do país. Segundo ele,

> [...] é um fato, que se não pode negar, a sua importante cooperação no trabalho lento, oculto, persistente, para a nossa independência. A Inconfidência de Minas tinha sido dirigida pela Maçonaria. Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros-livres. Quando Tiradentes foi removido da Bahia, trazia instruções secretas da Maçonaria para os patriotas de Minas. Em Tijuco o primeiro que se iniciou foi o Padre Rolim, depois o Cadete Joaquim José Vieira Couto e seus irmãos (Santos, 1976, p. 188).

Como é possível observar, a presença de uma loja maçônica na Bahia acabou por influenciar os principais levantes ocorridos no período colonial. Apesar de Santos (1976) citar somente o caso da *Inconfidência Mineira*, a historiografia também levanta a hipótese da presença maçônica na *Conspiração dos Alfaiates*, quando trata dos chamados *Cavaleiros da Luz*, os quais, organizados nesta ou em outra possível loja maçônica, propagavam as ideias de liberdade, fraternidade e igualdade através de reuniões, como as que puderam ser vistas nos *autos* dessa conspiração, com o intuito de planejar um possível levante cujo principal objetivo era estabelecer uma república no Brasil, que pautaria a igualdade entre todos os homens.

Contudo, essa questão é mais ampla do que realmente parece. Ao analisarmos o caso de Hipólito José da Costa, homem considerado o fundador da imprensa brasileira, conseguimos perceber como as ideias iluministas e a maçonaria se fizeram presentes em sua formação, e acabaram por ser difundidas a partir de sua atuação jornalística através do *Correio Brasiliense*. Segundo Pedro Calmon (1974), na apresentação do Catálogo sobre a história da imprensa no Brasil e sua relação com Hipólito José da Costa,

> Poucas biografias têm a dramaticidade e a coerência, a rija coerência cívica, da biografia tempestuosa do moço que passou de Porto Alegre à Universidade de Coimbra, começou os estudos de matemática (1792), derivou para a Filosofia (1792-95), optou pelo Direito (1794), em 1797 bacharelou-se em Leis (Francisco Moraes, em Brasília, IV, pág. 358, Coimbra, 1949); agasalhado, com alguns patrícios pobres — companheiros de esperança — nesse seminário de estadistas que foi a Oficina Calcográfica do Arco-do-Cego em que pontificava o botânico frei Veloso, ao lado de Antônio Carlos, Fernandes Pinheiro (futuro visconde de São Leopoldo), Manuel Jacinto (futuro marquês de Baependi), sob a direta proteção de D. Rodrigo de Souza Meneses (conde de Linhares); em missão científica à América do Norte, de onde traria o segredo da lavoura moderna; com trânsito pela Inglaterra, de onde trouxe o segredo da maçonaria liberal... Encarcerado, no velho paço dos Estaus, pelo Santo Ofício de Lisboa, como responsável pela disseminação das lojas em Portugal, viveu três anos em estreita masmorra. Dela se safou com o auxílio dos irmãos de seita (na realidade, silenciou tenazmente sobre as peripécias da fuga); para reaparecer, cheio de prestígio, em Londres; disposto, mais do que nunca, a transformar a amargura em apostolado. Fez-se professor de "luzes e patriotismo", "o benemérito Brasileiro Hipólito José da Costa", como a Felisberto Caldeira Brant escreveu a 12 de agosto de 1822 José Bonifácio de Andrada e Silva (Arquivo Histórico da Independência, vol. 1, primeira carta).

Como é notório, o homem considerado fundador da imprensa brasileira, que, nascido no Rio Grande, foi cedo para a Europa, contribuiu diretamente para a difusão das ideias iluministas em Portugal e, também, no Brasil. Acusado de articular a instalação de diversas lojas maçônicas na sociedade portuguesa, passou alguns anos preso pela Inquisição, mas, após conseguir fugir, radicou-se em Londres, onde fundou o *Correio Brasiliense* em 1808. De lá, escreveu diversos manifestos sobre o que vinha se passando na Europa, pautando a questão do segredo da maçonaria liberal como forma de extinguir os desmandos absolutistas que ocorriam em Portugal e nas colônias. Em suas palavras, ele nos diz que

> Feliz eu, se posso transmitir a uma nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança a que eu me propus (Biblioteca Nacional, 1974).

Ele fez de sua atuação uma forma de não só divulgar os acontecimentos do mundo moderno, mas de propagar uma "esperança" que tinha como ponto fundamental os novos discursos que se constituíam nas "luzes" francesas, que estavam se difundindo por toda Europa e pela América do Norte. Segundo Calmon (1974),

> No "Correio Brasiliense" bateu-se pela "grandeza", não pela "divisão" do Brasil. Enquanto essa noção de "integridade" se conciliou com a de "continuação" — mas coroada por seu destino imperial — propugnou a união luso-brasileira. Estaria de acordo com as tendências maçónicas se advogasse, em 1817, a revolução pernambucana, encabeçada por seu parceiro de ideal Domingos José Martins. Colocou-se entretanto contra ela, para ficar com "o vasto império do Brasil" (Correio Braziliense, X, 202); como se declarou contra as Soberanas Cortes de Lisboa, quando quiseram desagregá-lo, em 1821. Defensor público das liberdades constitucionais, ensinou-as com tal lucidez, que mereceu do governo do Príncipe D. Pedro — melhor do que a nomeação tardia de cônsul geral — o delicado tratamento de conselheiro da Independência. Encarregado de negociá-la, Caldeira Brant devia "ouvi-lo nos objetos políticos" (carta de 12 de agosto, citada). Hipólito — explicara Felisberto — "sabe perfeitamente como se fizeram, e talvez teve parte em todas as expedições que daqui se fizeram para Colômbia, Chile etc. etc." (a José Bonifácio, 3 de julho de 1822). "Nenhuma pessoa (insistiu, a 3 de julho) poderia melhor desempenhar o emprego do que Hipólito José da Costa, e tanto pela circunstância de ser Brasileiro como relações que tem no país". "Pela minha pátria" (respondeu Hipólito, a 27 de outubro), tudo faria. E fez, abrindo-lhe as portas do Foreign Office (carta de 12 de novembro de 1822): "tive com o Encarregado de Negócios de S.A.R. uma conferência, em que o resolvi a dar este passo, e concertei com ele o modo porque deveria abrir a negociação; e com efeito, pediu e teve uma audiência de Mr. Canning aos 8 do corrente". Vale dizer, tendo servido ao seu País como jornalista (mestre da classe), serviu-o como diplomata (no limiar da Independência), patrocinando, no fim, a causa que de princípio fora a paixão e a glória do seu ofício.

Apesar de ter sido contrário à Revolução Pernambucana de 1817, por considerar que poderia prejudicar a ideia que começara a nascer de nacionalidade, colocando-se contra as ideias maçônicas propostas pelo grupo de indivíduos que estavam sob comando de Domingos José Martins, Hipólito José da Costa não se fez contrário à ideia de independência do Brasil, tecendo severas críticas à Corte portuguesa, e auxiliando diretamente no movimento de formação do Império do Brasil, tornando-se, nesse processo, conselheiro do príncipe D. Pedro. Isso quer dizer que, mesmo contra o levante pernambucano, Hipólito da Costa não deixou o discurso maçônico de lado, usando, inclusive, como mote para a construção de um movimento de independência, as ideias iluministas como forma de pautar a "liberdade" do Brasil. Um fato bastante contundente sobre a influência do movimento maçônico nesse processo foi a conversão de D. Pedro ao mais alto grau hierárquico da maçonaria, acontecimento que foi bastante explanado pela historiografia.

Como nos coloca Pedro Calmon (1974), Hipólito José da Costa

> Vinculou a imprensa à nacionalidade. Deu-lhe o vigor missionário e a fidelidade patriótica. Com a honra de inaugurar os prelos "brasilienses", teve o consolo de os ver multiplicados e rumorosos na sua terra, longe dela pelo destino, a ela restituído pelo dever. Calou-se, quando (núm. 175) "a liberdade de imprensa" no Brasil dispensava o oráculo distante.
>
> O "Correio" deixou de circular em janeiro de 1823, depois de cumprida a sua missão. "O Brasil quer ser livre; pode ser livre; é já livre".

Dessa maneira, diante dessa questão, é plausível dizer que a maçonaria possivelmente esteve presente em contextos que tratavam diretamente da dominação portuguesa sobre a colônia, perpassando pela elaboração de levantes separatistas, chegando a ter papel fundamental na constituição do próprio movimento de independência do Brasil, que teve apoio direto dos primórdios da imprensa brasileira, também diretamente relacionada com o universo maçônico, quando avaliamos a atuação de Hipólito José da Costa nesse processo.

Um outro ponto a ser abordado dentro desta questão é a relação da maçonaria com a constituição de irmandades negras no Brasil. Segundo Antônia Aparecida Quintão (2002), ao investigar irmandades negras em São Paulo em finais do século XIX, a maçonaria teve um importante papel na formação dessas instituições como espaços de luta e resistência. Como apontado anteriormente, a reforma pombalina fortaleceu o Estado e enfraqueceu a atuação da Igreja no reino português, fazendo valer, mesmo após a independência, o chamado padroado – ou seja, o predomínio do Estado sobre as instituições religiosas. Contudo,

durante a administração papal de Pio IX, essa instituição passou a adotar uma intensa intolerância religiosa com o liberalismo a partir da publicação do Syllabus em 1864. Assim, sendo, o referido papa, com o desenvolvimento de novas igrejas no Novo Mundo, criou o Colégio Pio Latino-Americano em Roma, no qual iriam se formar os novos bispos da América Latina, contudo, romanizados e alheios à realidade de seus países. Segundo Quintão (2002, p. 53),

> Durante seu pontificado foi convocado para 08.12.69 o Concílio Vaticano I, cujos objetivos eram principalmente:
>
> a) Incentivar a reação contra o naturalismo e o racionalismo;
>
> b) Adaptar a legislação eclesiástica às mudanças que se processaram depois do Concílio de Trento.

Como é possível notar, a Igreja reagiu, como era de se esperar, contrariamente à difusão de ideias iluministas liberais, atuando fortemente na formação de párocos, com o intuito de combatê-las. Obviamente, devido à lógica constituída no Brasil, as reações foram imediatas, ocasionando diversos conflitos em instituições brasileiras. Condenando veementemente a maçonaria, o papa Pio IX, instalando o catolicismo ultramontano por aqui, constituiu a infalibilidade papal, e concentrou a administração da Igreja em Roma e em seus representantes. Diante disso, a Igreja brasileira, com a doutrinação e a administração centralizadas nos bispos e arcebispos, passou a coibir a presença de maçons em instituições religiosas católicas, inclusive nas irmandades (Quintão, 2002).

Um exemplo disso foi o conflito de 1873. Segundo a pesquisadora, este

> [...] teve origem com a interdição por parte de D. Vital (bispo de Olinda) e posteriormente por D. Macedo (bispo do Pará) de várias irmandades e ordens terceiras que se negaram, em desobediência ao bispo, a afastar de seus quadros os membros maçons (Quintão, 2002, p. 55).

Diante dessa situação, segunda ela,

> As irmandades apelaram para o imperador, valendo-se do recurso à Coroa, que consistia no apelo a um tribunal "superior" (isto é, do governo imperial), em vistas de abusos de uma autoridade "subalterna" (a autoridade episcopal). Argumentavam as irmandades que, sendo elas associações mistas (religiosas e civis), eram regidas também pelo Governo nos "atos da vida civil" (Quintão, 2002, p. 55)

No caso do Brasil, a administração das irmandades não era exclusiva dos representantes da Igreja, como já apontado. Por isso, para além destes, essas instituições eram regidas por compromissos aprovados pelo Poder Civil e pelos Ordinários, no que diz respeito às questões espirituais. Em outros contextos, como a execução dos compromissos das irmandades, a manutenção de seus bens e a admissão ou exclusão de sócios, a jurisdição ficava a cabo do Poder Temporal, por meio dos "juízes de Capelas", uma realidade especial para esse fim. Dessa forma, a aprovação desses dois poderes, o Civil e o Episcopal, fazia das irmandades instituições necessariamente mistas em sua jurisprudência (Quintão, 2002).

Dessa maneira, segundo Quintão (2002, p. 56),

> O compromisso não continha a incapacidade dos maçons para pertencerem às irmandades e não podia o Bispo, sem acordo do Poder Civil, violar o Compromisso essencialmente indivisível, inovando as condições de existência da associação, além de causar aos seus membros privação temporal por efeito de pena espiritual.
>
> Os defensores da irmandade argumentavam, ainda, que as bulas pontifícias condenadoras da maçonaria não tinham validade no Brasil, porque não tinham obtido o beneplácito imperial.
>
> O imperador acolheu o recurso e determinou que cessassem os efeitos do ato de que as irmandades recorreram.

Após isso, os bispos, discordando da postura do Imperador, não cumpriram o que foi julgado e, por conta disso, foram presos e condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça do Império. Como eles, os próprios maçons que recorreram da decisão de tais bispos também foram presos e condenados a quatro anos de prisão, sendo anistiados um ano depois, com a obrigação de se manterem sem silêncio perpétuo sobre os processos ocorridos (Quintão, 2002).

Em meio a esse conflito, que perdurou por muito mais anos, pois a Igreja estava atuando diretamente na América Latina implantando o catolicismo ultramontano em lugar do tradicional, cuja lógica é o Estado servir a Igreja, o Império se viu numa situação bastante problemática, porque ou seguia a nova lógica de sua Restauração, que confrontava os ideais iluministas, ou rompia relações definitivamente com essa instituição religiosa. Uma consequência desse processo foi o desmantelamento de muitas antigas irmandades e sua substituição por organizações leigas, "voltadas para a devoção dos 'novos' santos", como as que tinham, a partir de então, a devoção ao "Sagrado Coração de Jesus" (Quintão, 2002, p. 58).

Em meio a todos esses conflitos, estavam as irmandades negras, onde também indivíduos maçons tinham uma intensa atuação no combate à lógica escravista, pautando, dentre muitos outros elementos, a libertação de seus irmãos com a compra de suas alforrias. Nesses espaços, as ideias iluministas, que ainda estavam vivas em finais do século XIX – pois é este o período sobre o qual a pesquisadora se debruça, quando estuda a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Paulo –, são o mote para a luta e para a resistência de indivíduos cujo passado, ou mesmo o presente naquela época, estava marcado pela escravização. Assim, os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade vicejavam nas reuniões e, mais amplamente, nas ações dessas instituições, que viram nesses espaços uma forma de combater as mazelas dessa realidade.

As irmandades negras, segundo João José Reis (1997), foram muito comuns no Brasil, tanto no período colonial, quanto no período imperial e, segundo ele,

> Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juízes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivães e tesoureiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da mesa, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino (Reis, 1997, p. 4).

Como associações de ajuda mútua, as irmandades negras funcionavam como espaços assistencialistas para os diversos contingentes de negros africanos, crioulos e/ou mestiços de matizes diversas. Contudo, essas instituições organizavam-se a partir de elementos étnicos, como a cor e origem de seus irmãos. Por isso, é possível encontrar, na historiografia, irmandades negras constituídas somente por africanos oriundos de uma mesma etnia, ou irmandades de africanos cujas origens eram diversas, ou mesmo associações constituídas somente de negros nascidos no Brasil, ou somente de mestiços.

Como se estruturavam como organizações de cunho religioso, eram regulamentadas pela jurisprudência episcopal e, também, devido ao contexto de padroado, pelo Poder Civil. Portanto, para funcionarem, precisavam ter permis-

são da Coroa e da Igreja. Dentre as exigências, havia a necessidade de se ter um corpo administrativo capaz de manter o ordenamento dos Compromissos que firmavam a existência e as obrigações de seus sócios. Por isso mesmo, a escrita era demasiadamente importante, porque, através dela, era possível registrar as atas das reuniões das irmandades, os valores pagos pelos sócios, as matrículas de entrada de novos irmãos, dentre tantas outras questões. Portanto, para que fosse efetivada a licença de funcionamento de uma irmandade negra, alguns de seus sócios precisariam saber ler e escrever para dar conta dos trâmites comuns a esse tipo de organização. Devido a esse contexto, a historiografia aponta que as primeiras irmandades negras tinham como escrivães, tesoureiros e secretários homens brancos que conheciam a cultura escrita, justamente para contribuir com o funcionamento dessas associações. Contudo, o caráter étnico dessas irmandades passou a ficar cada vez mais evidente durante o século XVIII. Segundo Reis (1997, p. 13),

> Em 1789, data inaugural da Revolução Francesa, os irmãos de São Benedito pediram permissão à Coroa portuguesa para reformar o compromisso de 1730, excluindo os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Em 1730, argumentaram, não havia negros letrados, mas agora, escreveram, "a iluminação do século [nos] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria". Para esses filhos distantes do Iluminismo, a substituição era também justificada porque os brancos andavam "revoltando-se contra os pretos e fazendo-se despóticos no exercício dos seus cargos e tratando-os com desprezo". E acusavam ainda os brancos de deter certos privilégios e até de corrupção, envolvendo os bens da irmandade. No novo compromisso "os crioulos e os de mar a fora" se revezariam naqueles cargos (Reis, 1997, p. 13).

Diante desse pedido de excluir os brancos do contexto da Irmandade de São Beneditino, os irmãos negros que a compunham justificaram que, devido à "iluminação do século", já seriam capazes de escrever e contar e, por isso, seriam competentes em manter a administração de sua instituição. Esse dado é, para nós, é extremamente revelador, pois deixa clara a intensa presença das "luzes" também entre as irmandades religiosas constituídas por indivíduos negros, que, através delas, começam a adentrar no universo da cultura escrita e, consequentemente, a conhecer os discursos propagados pelo Iluminismo. Assim sendo, essa "iluminação do século" trouxe consigo a prática maçônica, que, por aqui, penetrou e se difundiu secretamente. Como vimos há pouco, a presença de maçons em irmandades religiosas no Brasil era bastante evidente, chegando a desencadear um processo no qual o Imperador, num primeiro momento, deu ganho de causa para a sua manutenção em tais instituições.

Provavelmente, a presença de maçons nessas organizações é mais antiga e remonta, talvez, à chegada e à instalação das primeiras lojas, como a "Grande Oriente" na Bahia. Um caso interessante que pode ser abordado aqui é o que diz respeito à Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade negra fundada por africanos livres em 1832. Apesar de ter tido uma fundação tardia, essa instituição teve uma atuação muito importante na cidade de Salvador por representar uma associação de homens africanos livres que tinham o objetivo de constituir uma assistência a seus irmãos sócios, além de promover a libertação de seus familiares por meio da compra de suas alforrias (Oliveira, 2006).

Como parecia ser comum a tais irmandades, na Sociedade Protetora dos Desvalidos, também poderia haver um contingente maçônico atuando, principalmente se levarmos em conta suas características enquanto instituição, pois somente era permitida a matrícula de homens africanos livres nos primeiros anos de sua existência. Se assim era, então, esses indivíduos também poderiam estar sob a ótica das "luzes" do século, porque, dentre tantos outros elementos, eram eles os responsáveis pela intensa produção escrita necessária a esse tipo de organização, aspecto este amplamente investigado por Klebson Oliveira (2006) em sua Tese de Doutoramento, ao tratar da escrita de negros durante o século XIX.

Essa Sociedade está em pleno funcionamento nos dias de hoje e o brasão que a representa merece atenção. Vejamos.

Figura 1 – Brasão da Associação Protetora dos Desvalidos

Fonte: https://www.instagram.com/spd.sociedadeprotetora/

Conhecida, atualmente, como Associação Protetora dos Desvalidos, funcionando no Pelourinho, na cidade de Salvador, a atuação dessa irmandade ga-

nhou novas corporificações, principalmente em se tratando da luta por direitos igualitários para população negra da capital baiana. Contudo, ainda mantém o mote original, que é somente a aceitação de sócios, sejam homens ou mulheres, negros. Ao analisarmos seu brasão, insígnia representante de seu discurso e de seu objetivo enquanto instituição, podemos encontrar o principal símbolo de identificação da maçonaria: o compasso e o martelo. Segundo Quintão (2002, p. 54),

> As origens da maçonaria remontam às antigas corporações dos pedreiros-livres da Alta Idade Média. Maçom é uma palavra francesa que significa exatamente pedreiro. Os membros da ordem são chamados de obreiros-livres, pedreiros etc. Os templos e lojas recebem o nome de oficinas ou ateliês.
>
> Os instrumentos elementares do ofício de pedreiro continuam figurando no ritual da ordem, com uma valorização simbólica que recebe, segundo as diferentes obediências, uma interpretação especial. O avental representa a própria qualidade do maçom, enquanto o compasso, o esquadro, o nível, o fio de prumo, a colher de pedreiro e o malhete recebem, na liturgia maçônica, significações diversas que se podem traduzir por retidão de espírito, equilíbrio, sentido de justiça, de perfeição ou sinal de autoridade. Os quatro elementos fogo, terra, ar e água e algumas substâncias da antiga alquimia também têm função simbólica em certos rituais. A pedra bruta significa o ser humano em estado vulgar, ou profano, que precisa ser polido, lapidado, para ascender às regiões mais altas da vida espiritual.

A presença do compasso e do martelo indicariam que essa irmandade tem uma relação direta com a maçonaria? Para nós, sim. E isso indica, talvez, que essa instituição poderia ter, ainda em seus primórdios, laços com o universo maçônico. Quando observamos as mãos que se apertam fraternamente, é possível notar claramente que esse símbolo trata da ideia de igualdade entre brancos e negros, pois as suas cores parecem indicar essa questão. Assim sendo, a mensagem que se faz presente neste brasão busca retratar, em nossa interpretação, que é com base na fraternidade e na igualdade de direitos entre brancos e negros que a possível libertação social será atingida em prol da razão e do melhoramento da espécie humana.

Obviamente, essas considerações são hipóteses por nós apontadas, mas podem ser consideradas se levarmos em conta a realidade de outras irmandades, como a que foi investigada por Quintão (2002), até porque, como ela mesma aponta, a maçonaria esteve presente nas associações religiosas do Brasil, inclusive nas irmandades negras que aqui se formaram, pelo menos, a partir da segunda metade do século XVIII.

Um outro exemplo sobre uma possível contribuição da maçonaria nas transformações sociais que ocorreram no Brasil durante o período colonial e imperial diz respeito ao movimento abolicionista e seus representantes. Aqui, trataremos brevemente do caso de Luís Gama. Poeta, jornalista e advogado, esse personagem "foi um dos raros intelectuais negros brasileiros do século XIX, o único autodidata e, também, a ter vivido a experiência da escravidão antes de obter 'ardilosa e secretamente', conforme assinala numa correspondência, as provas de ter nascido livre" (Ferreira, 2007, p. 2).

Segundo Ligia Ferreira (2007, p. 2),

> Gama se dizia filho de uma africana livre, Luiza Mahin, pintada como uma mulher "altiva, geniosa, insofrida e vingativa" (in Moraes, 2005, p. 69[18]), envolvida em revoltas negras como as inúmeras que agitam a Bahia dos anos 1830. Contrariamente, porém, ao que sonharam alguns a partir de uma interpretação fantasiosa do que escrevera Luiz Gama, atribuiu-se equivocadamente à mítica Luiza Mahin um papel de liderança jamais comprovado na Revolta dos Malês (Reis, 2003, p. 303[19]). Luiz Gama, no entanto, alude à adesão de seus pais a um outro levante baiano. Sua mãe teria se dirigido ao Rio de Janeiro, ali desaparecendo, após a "Revolução do Dr. Sabino" em 1837, movimento que proclama uma república provisória em repúdio ao poder monárquico central, a exemplo do que ocorria em outro ponto do país, como a Revolução Farroupilha. Quanto à figura paterna, é também descrita como a de um "revolucionário em 1837", pertencente a "uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa" (in Moraes, 2005, p.70). Luiz Gama, porém, jamais revelaria o nome do pai que o vende aos dez anos de idade como escravo, protagonizando o primeiro dramático episódio de sua existência. Aos dezoito anos, aprende a ler e a escrever e consegue as provas de ter nascido livre.

Graças ao universo da cultura escrita, Luís Gama entra para um mundo quase que exclusivo de brancos a partir da publicação de sua única obra, intitulada *Primeiras trovas burlescas*, uma coletânea de poemas de sátira social e política e de versos líricos. Ele foi, como nos relata Ferreira (2007), o primeiro negro a ganhar voz na literatura brasileira, tendo, depois de ser reconhecido como escritor, desempenhado o papel de jornalista na imprensa de São Paulo, ajudando a fundar diversos períodos da época, cujas bases ideológicas eram extremamente anticlericais e antimonárquicas. Assim sendo,

18 MORAES, M. (Org.) *Antologia da carta no Brasil*: me escreva tão logo possa. São Paulo: Moderna, 2005.
19 REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

> O advogado dos escravos deixou sua marca na capital paulista, e seu destino não teria sido o mesmo em outro lugar. Contrariamente ao Rio ou Salvador, cidades com acentuada presença de negros e mulatos, mesmo entre os membros de suas elites, em São Paulo Luiz Gama é uma exceção. Sua vida se tece com os fios da história e do desenvolvimento da cidade inexpressiva e provinciana à qual chega na condição de escravo em 1840, cidade que trinta anos depois se torna a metrópole do café. As plantações do interior concentram um número crescente de escravos. Por volta de 1870, São Paulo é uma das principais províncias negreiras do país. A ação abolicionista de Luiz Gama e de seu grupo ali encontraria, pois, sua plena justificação. Com uma população quase dez vezes inferior e sem o brilho da corte, a capital paulista se caracterizaria, ademais, por uma forte cultura jurídica e de feição liberal, já que, além de Recife, é a única a acolher desde 1828 uma Faculdade de Direito que afeta a pacata atmosfera e os hábitos da cidade. Chegam ali jovens de diversas regiões do país, filhos de abastadas famílias da oligarquia rural, mas também de segmentos socioeconômicos que se diversificam ao longo do tempo, razão pela qual Luiz Gama, proprietário e redator do semanário *O Polichinelo*, define a instituição acadêmica como uma 'Arca de Noé em ponto pequeno' (Ferreira, 2007, p. 2).

Luís Gama, enquanto ex-escravizado e intelectual autodidata, atuou diretamente no movimento abolicionista de São Paulo, fazendo frente à lógica escravista que ainda se fazia presente no país. Nos últimos anos de 1860, outros personagens começaram a participar da vida literária e política brasileira, juntando-se a ele, quando passaram pela Faculdade de Direito daquela região. Segundo Ferreira (2007, p. 2),

> O jovem Castro Alves escreve em São Paulo o poema *Os escravos* e declama-o pela primeira vez na homenagem prestada pelos liberais paulistas a José Bonifácio que retornava à sua província de origem após a queda de Zacharias de Góis e Vasconcelos em 1868. Rui Barbosa é membro fundador, ao lado de Luiz Gama, da ativíssima loja maçônica «América», onde apresentara em 1869 um anteprojeto para a emancipação das crianças escravas. Nessa mesma loja, o então estudante de direito Joaquim Nabuco, que em momento algum evoca seu passado maçônico, teria sido iniciado seis meses antes de Rui Barbosa, cuja iniciação ocorreu em julho de 1869.

Como está evidente, além das atividades abolicionistas, que, através da literatura e da imprensa, tiveram papel extremamente importante, Luís Gama, juntamente com Rui Barbosa, fundou uma loja maçônica bastante ativa em São Paulo. Teria sido o mote ideológico das "luzes", que aqui já tinha chegado no

século anterior, a base de sua formação e de sua atuação na causa abolicionista? Levando em consideração seu passado de escravizado e os elementos propagados de liberdade, fraternidade e igualdade, provavelmente a maçonaria teria colaborado para a constituição de um ambiente favorável para as causas de Gama e de seus correligionários naquele período, ou até, quem sabe, para a sua inserção no universo da escrita.

Analisando os elementos evocados aqui, ao tratarmos de alguns contextos nos quais a maçonaria se fez presente, não podemos deixar de apontar que estamos tratando de hipóteses por nós orquestradas, a partir aspectos históricos evidenciados por outros pesquisadores, para relacionar os *movimentos de insurreição* ocorridos em finais do século XVIII com o fenômeno da difusão social da escrita. Como apontamos, tais conjunturas teriam atmosferas favoráveis para que a escrita pudesse se difundir entre os envolvidos direta ou indiretamente nas sedições mineira, carioca e baiana. Mas, para que esses *movimentos* pudessem ganhar forma, a presença da base filosófica iluminista e, consequentemente, da maçonaria nesses contextos contribuiu fortemente para isso. Então, para nós, a maçonaria teria um papel fundamental, a partir das "luzes" que difundiram, na formação das conspirações que ocorreram no Brasil de finais do século XVIII, como o caso da *Inconfidência Mineira* (1789), da *Revolta dos Letrados* (1794) e da *Conspiração dos Alfaiates* (1798). E, devido aos princípios de liberdade, fraternidade e igualdade que se expandiam, que podiam ser acessados a partir da leitura de obras proibidas e/ou da participação em organizações secretas, a escrita pôde se difundir entre aqueles que ainda estavam fora de seu universo, principalmente entre os que compunham as classes subalternas da sociedade colonial do período, como africanos, crioulos, mestiços de variada matiz e brancos pobres.

À guisa de conclusão, um ajuntamento da questão

O mote que sustentou este livro foi a escrita insurgente de finais do período colonial, observada em meio aos processos investigativos das conspirações mineira, carioca e baiana, ocorridas nos últimos anos do século XVIII. "Ajuntando" as questões que constituíram nossa investigação – para utilizar um termo comum aos procedimentos de finalização de um processo devassatório –, teceremos alguns comentários importantes que podem contribuir com a pauta de pesquisas sobre a difusão social da escrita na história do Brasil.

Primeiramente, como vimos, a afirmativa de que não haveria *fontes* para as pesquisas que se desenvolvem sobre a questão central desta investigação não se confirma, pois as *devassas* são manifestações documentais da realidade jurídico-administrativa de nosso país, desde sua fase colonial, muito utilizadas para os trâmites legais que aqui foram desenvolvidos. Por isso mesmo, levando em conta uma lógica programática de levantamento de *fontes* e análise de informações colhidas em tais testemunhos, podemos compor, mais tarde, uma base de dados que poderá nos aproximar de uma realidade tão longínqua de nossa história, e que ainda carece de muitas pesquisas. Para esta investigação, pautamos três esferas que compõem um conjunto de histórias parciais que serão constituídas paulatinamente, e que poderão, no futuro, explanar de forma panorâmica os perfis sociais da escrita daqueles que se fizeram presentes nos diversos processos judiciais que ocorreram em nosso país.

Para além disso, especificamente sobre nossa investigação, é possível dizer que as *devassas* aqui analisadas agruparam, em sua maioria, indivíduos que conheciam minimante o universo cultural da escrita, havendo somente poucos sujeitos que não assinaram seus depoimentos, como podemos observar durante a descrição e análise dos dados apresentados. Dessa maneira, levantamos a hipótese de que os *movimentos de inconfidência* são contextos favoráveis para agrupar homens e mulheres que tinham alguma relação com a cultura escrita, mesmo que infimamente, quando tratamos do universo compósito da assinatura. Para mais, além de congregar aqueles que sabiam assinar seus nomes, tais *movimentos* poderiam ter contribuído para a difusão da escrita entre aqueles que não poderiam, por exemplo, frequentar ambientes escolares, como africanos e seus descendentes. Como vimos, os pardos, entre os não brancos, representam um contingente de maioria de firmantes, assemelhando-se à realidade dos brancos e prováveis brancos. Contudo, encontramos também filhos de africanos que assinaram seus nomes perante os notários. Assim sendo, diante de uma conjuntura sediciosa, que debatia constantemente aspectos teóricos censurados pela Coroa, com base em obras contrabandeadas, copiadas por muitos indivíduos, a escrita pôde ter sido adquirida por aqueles que não tiveram acesso a procedimentos de alfabetização comuns para a época.

Essa hipótese parece se confirmar quando apresentamos alguns cenários da circulação da escrita em tais conjunturas. Pelo que vimos, a escrita aparentemente circulou de forma intensa em meio a tais movimentos, sendo, inclusive, motivação primordial para a composição das *devassas* da *Conspiração dos Alfaiates* e da *Revolta dos Letrados*, por exemplo. Por isso mesmo, quando levamos em conta os *autos de sequestros de bens* dos insurgentes, além de pesquisas anteriores sobre a questão do livro e da manuscritura em tais sedições, foi possível demonstrar que a escrita se fez fortemente presente nos movimentos de insurreição de finais do século XVIII, circulando de forma bastante profícua, pois foi através dela que as "luzes" puderam se propagar entre aqueles que foram cooptados a conspirar contra a metrópole. Para além disso, provavelmente muitos indivíduos que não haviam desenvolvido as habilidades ativas da escrita puderam obtê-las durante o desenvolvimento das conspirações por incentivo dos próprios envolvidos, pois, dessa maneira, poderiam não somente ler as obras que fundamentariam os ideais iluministas, mas também escrever sobre elas, copiando seus conteúdos básicos, elaborando pasquins revolucionários ou mesmo produzindo cartas para os correligionários de outras localidades.

Diante disso, com base nos resultados demonstrados, é possível levantar a hipótese de que podemos estar tratando de uma possível emergência de uma escrita não branca, seja ela negra ou mestiça, já que, entre os envolvidos nos processos observados, a maioria dos não brancos também são assinantes? Para nós, apesar de os dados não representarem o contexto global das principais zonas

urbanas da colônia, agrupando somente poucos indivíduos, podem ser representativos do ponto de vista qualitativo, pois evidenciam uma realidade microscópica que pode ser indício de uma possível inserção paulatina de não brancos no universo da escrita, já que a maioria firmou suas assinaturas nos processos devassatórios. Obviamente, compreendemos que, com base em nossa amostra, não podemos afirmar definitivamente esse aspecto, mas não devemos deixar de registrar que essa hipótese pode ser levantada e, com base em investigações futuras, poderá ou não ser confirmada.

Além disso, há a necessidade de se registrar também um outro elemento bastante importante: a presença das instituições maçônicas a partir da segunda metade dos setecentos. Trazemos à baila essa questão, pois, como buscamos demonstrar, sua inserção e difusão em terras brasílicas contribuiu fortemente para a propagação das ideias iluministas. Consequentemente a isso, a lógica revolucionária, com base numa pauta republicana, ganhou fôlego em alguns grupos, como o caso ocorrido para a *Conspiração dos Alfaiates*, contribuindo fortemente para a difusão das premissas de igualdade, fraternidade e liberdade. Esses ideais parecem ter sido a base utilizada por indivíduos diversos, das camadas mais baixas da sociedade colonial, inclusive os não brancos, para se organizarem e possivelmente se rebelarem contra a realidade desfavorável em que estavam inseridos, tanto econômica, quanto socialmente. Nessa conjuntura, incentivando o acesso a obras filosóficas que tratavam das "luzes" do século, sujeitos maçons poderiam ter incentivado muitos destes a aprender a ler e a escrever para justamente acessar tais conteúdos. Em meio a isso, estavam aqueles indivíduos negros e mestiços que queriam transformar sua realidade, afastando de si as sombras do rechaço social herdado pela lógica escravocrata.

Um exemplo bastante contundente dessa questão pode estar na formação intelectual de Silva Alvarenga, principal articulador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em finais do século XVIII. Como apontamos, esse indivíduo, originário de uma classe social baixa, sendo mestiço, conseguiu estudar na Universidade de Coimbra. Se sua realidade social não lhe dava condições econômicas para dar cabo de seus estudos, como conseguiu tal feito? Terá sido ele financiado por alguém? Para nós, uma das possíveis formas de atuação das organizações maçônicas seria justamente o financiamento dos estudos dos indivíduos mais jovens para que pudessem, mais tarde, em seu retorno à Colônia, contribuir de forma mais direta com os objetivos desses grupos. Se analisarmos a atuação de Alvarenga na Sociedade Literária, de forma sigilosa, ele trouxe a questão das "luzes" para o seio de sua instituição, que, inclusive, poderia ser uma loja maçônica disfarçada de uma organização de cunho literário, já que elas se constituíram de forma clandestina por muitos anos durante o período colonial. Contudo, reconhecemos que tais interpretações são apenas hipóteses que precisam ser mais profundamente investigadas.

Outro aspecto que consideramos extremamente importante ressaltar trata das especificidades de cada conjuntura investigada. Obviamente, os três conjuntos de amostras que analisamos – o da *Inconfidência Mineira*, o da *Revolta dos Letrados* e o da *Conspiração dos Alfaiates* – apresentam realidades distintas e consequentemente os dados observados explicitaram situações diversas. Diferentemente do que ocorreu para a insurreição baiana, que apresentou dados bastante profícuos para nossa análise, a sedição mineira, em alguns momentos, não contribuiu para a observação de certas variáveis sociais, porque os notários não explicitaram todas as informações dos perfis dos indivíduos que testemunharam no processo. Já quando tratamos da conspiração carioca, ficou evidente que os dados coletados não poderiam receber o mesmo tratamento realizado para as outras sedições, por não haver indivíduos não assinantes, contudo, as informações do perfil social de cada indivíduo arrolado nessa investigação contribuíram fortemente para a caracterização social dos sujeitos envolvidos com a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Apesar de tais diferenças, uma análise comparativa, com base em números percentuais, levando-se em conta as discrepâncias entre elas, pôde ser feita, para compreender quais seriam as aproximações possíveis entre as principais revoltas separatistas do período colonial.

Assim sendo, pelo que vimos, todas agrupam uma grande maioria de homens assinantes, com uma certa diversidade de perfis sociais. Além disso, em todas, é possível encontrar sujeitos não brancos que assinaram seus testemunhos. Também, é evidente a presença de mulheres em tais processos, mesmo que em número infinitamente menor se as comparadas com os homens.

Uma outra questão que foi possível identificar é a demarcação social da cor quando observamos a condição dos pardos naquele período. Quando um indivíduo mestiço de segunda ou terceira geração tinha alguma relevância social para a época, provavelmente sua condição de pardo não era explicitada, por ser esta uma realidade que tinha muito mais um condicionante de avaliação social do que de avaliação étnica, como buscamos demostrar. Este, por exemplo, foi o caso de Silva Alvarenga, que não teve sua cor explicitada durante a investigação da *Revolta dos Letrados*.

Diante desses elementos, consideramos que, de alguma forma, contribuímos com a reconstituição da história da difusão social da escrita no Brasil, pois trata de uma realidade que ainda não havia sido explorada na perspectiva que aqui exploramos. A partir das insurreições coloniais, pudemos demonstrar contextos que revelam nuances de uma história que ainda está por ser contada, e que carece de muitas pesquisas.

Porém, sabemos que a realidade arquivística brasileira ainda dificulta, e muito, as pesquisas que enveredam pela história de nossa país, principalmente quando tratamos do período colonial. Por isso, consideramos que há urgência

no desenvolvimento de uma nova fase para os chamados profissionais, como nos coloca Lobo (2009), que precisam se debruçar na questão de nossa realidade arquivística, em busca de um melhor entendimento da manifestação da cultura escrita no Brasil, com o objetivo de, com o descortinamendo dos milhares de testemunhos que ainda estão obscuros em diversos porões, sem nenhum tratamento adequado, não só preservá-los como entes de nossa memória, mas também divulgá-los, no intuito de fortalecer e enriquecer as pesquisas desenvolvidas em terras brasílicas.

Referências

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Bahia no tempo dos Alfaiates. In: ARAÚJO, Ubiratan Castro de & et. al. II *Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador/Brasília, Academia de Letras da Bahia/MinC, 1999. p. 7-19.

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira – ADIM, v.3. 2a ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*: 1790-1822. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso de arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, José d'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHL/PPH/UEM, v. 9, n.1, 2005, p. 125-141.

BASSANEZI, Silvia Maria. Registros paroquiais e civis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. 1a. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.141-193.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. V. 8. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas--UFSM, 1991.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005). *Nós* cheguemu na escola, e agora*?* Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial.

BOTELHO, Tarcísio; PAIVA, Clotilde Andrade. Políticas de população no Período Joanino. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú (MG), 2008.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia*: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALMON, Pedro. *Apresentação. Hipólito José da Costa e a imprensa no Brasil*. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1974.

CASTILLO GÓMEZ, A. e SAEZ, C. Paleografia versus alfabetización: Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. *Signo*: Revista de Historia de la Cultura Escrita, v. 1, 1994, p. 133-168.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, janeiro/junho, 2003, p. 94-124.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. 1 ed., 11 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 113-161.

CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia [...]. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. *Rev. Bras. Hist.*, v.27, n.53, 2007, p.123-158.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, dez, 2002, p. 21-47.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos avançados*, v. 21, n. 60. São Paulo, 2007. p. 271-288.

FLEXOR, Maria Helena Ochi *et al. Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado da Bahia. 2 v., 1998.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, v. 3, n. 5, Rio de Janeiro, 2002. p. 9-40.

FRAENKEL, Béatrice. A assinatura contra a corrupção do escrito. In: BOTTÉRO, Jeán; MORRISON, Ken et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo, Ática, 1995. p. 81-100.

FRAGOSO, João; Guedes, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 9-57.

FURTADO, João P. *O manto de Penélope*: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, João Pinto. Inconfidências e conjurações no Brasil; notas para um debate historiográfico em torno dos movimentos do último quartel do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 635-681.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.

GANDRA, Ana Sartori. *Cartas de amor da Bahia do século XX*: Normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar. 525f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 01. Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 387-437.

KREUTZ. Lúcio. Educação de Imigrantes no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LANGELI, Attilio Bartoli. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. *Signo*, Revista de Historia de la Cultura Escrita, n. 3, Universidad de Alcalá de Henares, 1996, p. 87-106.

LANGELI, Bartoli; TOSCANI, Xenio (Org.). *Istruzione, alfabetismo, scrittura*. Saggi di storia dell'alfabetizzazione in Italia (sec. XV-XIX). Milão: Franco-Angeli, 1991.

LAWRENCE, Helen; TAGLIAMONTE, Sali. *GOLDVARB 2001*: A Multivariate Analysis Application for Windows. Nova York: Department of Language and Linguistic Science University of York, 2001.

LOBO, Tânia. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 12, 1994, p. 9-15.

LOBO, Tânia. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; FERNANDES, Hirão (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos & CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes, 2007. p. 437-460.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. O nome dela era Rosa: epistolografia feminina no Brasil do século XVIII. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide et alii (Orgs.). *ROSAE*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 623-646.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. In: OLIVEIRA, Klebson; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Várias navegações*: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 36-53.

LOBO, T., SARTORI, A., SOARES, R. M.. O aporte das fontes inquisitoriais para uma história da difusão social da leitura e da escrita no Brasil colonial. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, *58*(2), 2016, p. 277-298.

LOBO, Tânia. The social history of Brazilian Portuguese. In: KABATEK, Johannes; SIMÕES, José da Silva; WALL, Albert. *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2016.

LUCAS, Fábio et al. *Autos da devassa*: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LUCCHESI, Dante. Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira. *Alquimias da escrita*: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime. Bragança Paulista: USF/CDAPH, 2001.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras*: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Lucas Moraes. Uma genealogia das devassas na história do Brasil. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza – CE. 09, 10, 11 e 12 de Junho, 2010. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3245.pdf. Último acesso: 15 de março de 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume I: primeiras idéias. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 21-52.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*: A Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Marcello. Litterae Adsunt: cultura escribal e os profissionais produtores do manuscrito sedicioso na Bahia do século XVIII. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 4, n. I, 2004, p. 105-133.

MOREIRA, Marcello. *Critica Textualis in Caelum Revocata?* Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MORENO, André Luiz Alves. *Devassa em Devassa*: difusão social da escrita na Salvador de finais do século XVIII. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, 2014.

MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca*: Uma Santa Africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador*: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. *Lições de história do direito*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 139-162.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita na Bahia do século XIX*: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. 4 v.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais 1716- 1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PETRUCCI, Armando. Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civilità,* n. 2, 1978, p.163-207

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. *La ciência de la escritura*: primera lección de paleografia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2003.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras*: outros aspectos de luta e resistência (São Paulo: 1870/1890). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. *Un regard monastique sur la revolucion française*. In: La Revolucion Française vue par les Portugais. Paris: Centre culturel Portugais, 1990.

REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a invasão do calundu de Pasto de cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, no. 16, mar. 88/ ago. 88, 1988, p. 57-81.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997, p. 7-33.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. *Hipólito José da Costa e a Imprensa no Brasil*: Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1974.

ROSSI, Nelson; ISENSÉE, Dinah Maria; FERREIRA, Carlota. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

RODRIGUES, Aryon. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.) (2006). *Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Coleção Apoio, 2006. p. 571-589.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, André Rodrigues. Sequestros de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *Rev. Bras. Hist.*, v. 36, n. 18, 2017, p. 1-30.

RUY, Affonso. *Primeira revolução social brasileira*: 1798. 2. ed. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1978.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*: Estudo de Geografia Urbana. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Presença, 1976 [1950].

SOARES, Magda. B. Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, (0) 5- 16, Belo Horizonte, Anped, set./out./nov./dez., 1995, p. 5-16.

SOARES, Magda. *Letramento*: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed, 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-125.

SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARTORI, Ana. *Pela pena do Santo Ofício*: difusão social da escrita nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2016.

TARALLO, Fernando. A Fênix finalmente renascida. Boletim da ABRALIN, n. 6, 1994, p. 95-103.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *As idéias dos revolucionários de 1798*. Salvador, 1956.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798 "AConspiração dos Alfaiates"*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1975.

THOMPSON, Edward Palmer. *History from below*. The Times Literary Supplement, 7 de abril de 1966, p. 279-280.

TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga*: representante das luzes na América portuguesa. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Primeiros estudos. v. II. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. p. 391-399.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*: usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes*: reformas. Censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Fundamentos de história do direito*. 2a ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

EDITORA

Este volume, fruto da tese de doutorado
de André Luiz Alves Moreno,
foi lançado em junho de 2025.

Formato | 17 x 24
Tipologia | Garamond

As investigações que se enveredam pela reconstituição histórica da difusão social da escrita são recentes no cenário científico brasileiro e, por conta disso, a questão das fontes ainda é fundamental para compormos um programa de pesquisa coeso e eloquente com as questões levantadas pelo campo da História da Cultura Escrita. Neste livro, portanto, com vistas a se compreenderem dados da difusão social da escrita no Brasil, o autor busca contribuir com a área e se centra numa documentação com a fonte devassa, a qual, além de apresentar um conjunto de dados demográficos e sócio-geográficos, permite que se observem as características dos indivíduos que assinaram ou não assinaram tais documentos, dando-nos uma fotografia aproximada da realidade histórica do processo alfabetizatório no Brasil.